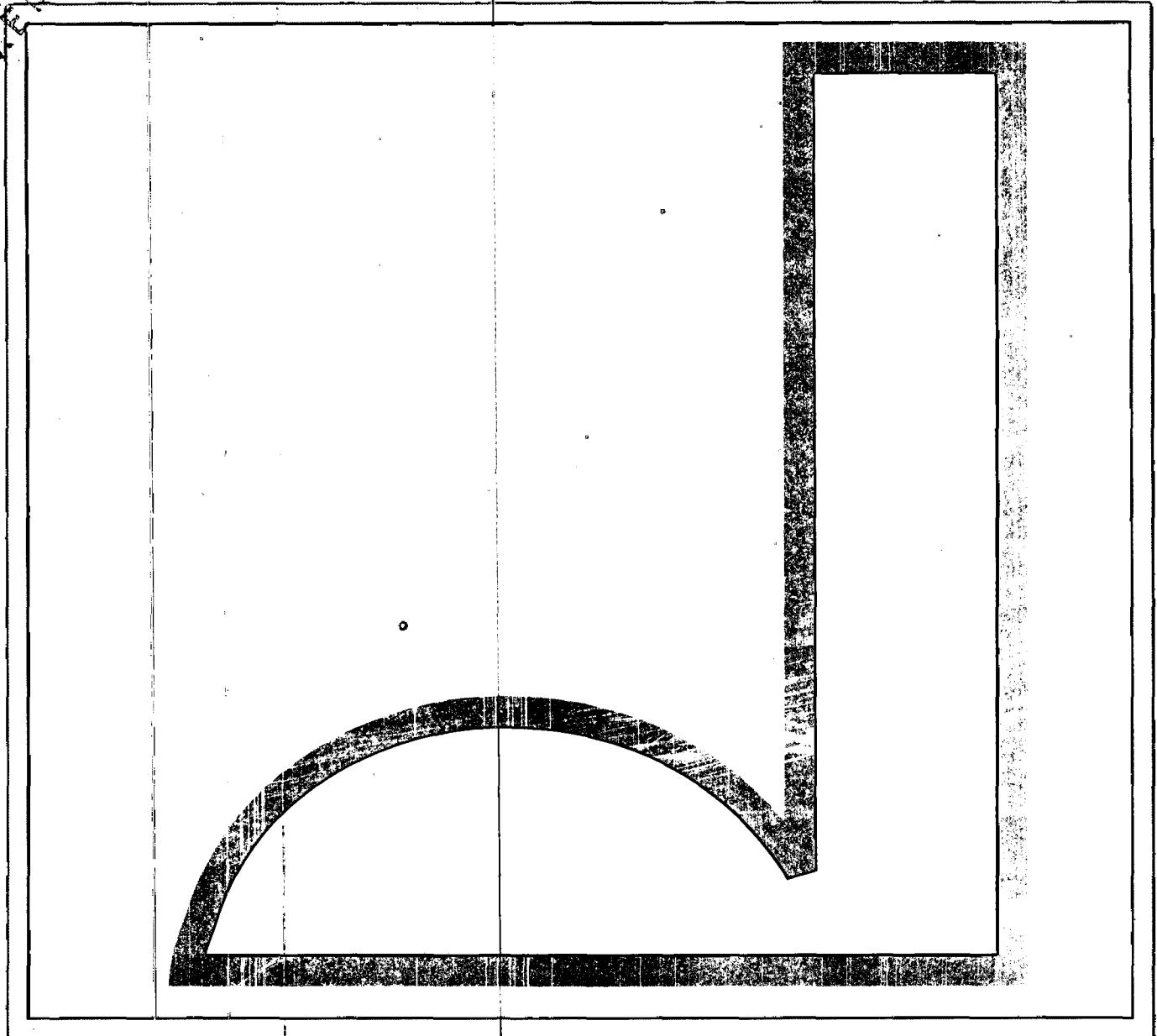




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

<p>MESA Presidente Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</p> <p>1º Vice-Presidente Geraldo Melo - PSDB - RN</p> <p>2º Vice Presidente Júnia Marise - Bloco - MG</p> <p>1º Secretário Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</p> <p>2º Secretário Carlos Patrocínio - PFL - TO</p> <p>3º Secretário Flaviano Melo - PMDB - AC</p> <p>4º Secretário Lucídio Portella - PPB - PI</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1º - Emilia Fernandes - Bloco - RS 2º - Lúdio Coelho - PSDB - MS 3º - Joel de Hollanda - PFL - PE 4º - Marlucio Pinto - PMDB - RR</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Reeleito em 2-4-97) Romeu Tuma - PFL - SP</p> <p>Corregedores - Substitutos (Reeleitos em 2-4-97)</p> <p>1º - Ramez Tebet - PMDB - MS 2º - Joel de Hollanda - PFL - PE 3º - Lúcio Alcântara - PSDB - CE</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR</p> <p>(Designação : 16 e 23-11-95) Nabor Junior - PMDB - AC Waldeck Ornelas - PFL - BA Emilia Fernandes - Bloco - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - AC Lauro Campos - Bloco - DF</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares - PFL - ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda - PSDB - DF Wilson Kleinübing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francolin Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Junior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Giovam Borges Fernando Bezerra</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sergio Machado</p> <p>Vice-Líderes Osmar Dias Jefferson Peres José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líderes Sebastião Rocha Antonio Carlos Valadares Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitacio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amim</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Odacir Soares</p>
--	--	--

Atualizada em 12/11/97.

<p>EXPEDIENTE</p> <p>AGACIEL DÁ SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>FLÁVIA MONDIN LEIVAS BISI Diretora em exercício da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>
--	---	--

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 70, de 1997, que aprova o ato que renova a concessão deferida ao Sistema Clube de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo (Retificação)	28013
Nº 83, de 1997, que aprova o texto do Acordo Constitutivo do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe, assinado pelo Governo brasileiro em Madri, em 24 de julho de 1992.....	28013
Nº 84, de 1997, que aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, concluído em Brasília, em 11 de março de 1997	28013
Nº 85, de 1997, que aprova o texto do Acordo para Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia, em Varsóvia, em 5 de setembro de 1996.	28014
Nº 86, de 1997, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, em Roma, em 12 de fevereiro de 1997.....	28014
Nº 87, de 1997, que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, em Brasília, em 17 de setembro de 1996.	28014

SENADO FEDERAL

2 – RESOLUÇÕES

Nº 134, de 1997, que autoriza o Estado do Paraná a contratar e prestar contragarantia a operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com o aval da União, no valor de US\$100,000,000.00 (cem milhões de dólares norte-americanos), de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio no Paraná.....	28015
Nº 135, de 1997, que autoriza o Estado do Paraná a contratar, com o aval da União, operação de crédito externo, no valor total equivalente a ¥ 23.686.000.000,00 (vinte e três bilhões, seiscentos e oitenta e seis milhões de ienes japoneses), entre o Estado do Paraná e o The Overseas Economic Cooperation Fund – OECF (Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina), destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Saneamento Ambiental do Estado do Paraná – PARANASAN, a ser executado pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.....	28016
Nº 136, de 1997, que autoriza o Estado do Paraná a contratar e prestar contragarantia a operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$175,000,000.00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), destinando-se os recursos ao Programa de Alívio à Pobreza Rural e Gerenciamento de Recursos Naturais – Paraná 12 Meses.	28016

3 – ATA DA 190^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 1997

3.1 – ABERTURA

3.2 – EXPEDIENTE

3.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão, que será dedicado a comemorar o centenário da cidade de Belo Horizonte, nos termos dos Requerimentos nºs 332 e 352, de 1997, do Senador Francelino Pereira e outros Senadores.

3.2.2 – Oradores

Senador Francelino Pereira.....

Senadora Júnia Marise.....

Senador Leonel Paiva

3.2.3 – Mensagem do Presidente da República

Nº 222, de 1997 (nº 1.505/97, na origem), de 10 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 1997, que dispõe sobre exportação indireta e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.529, de 10 de dezembro de 1997.....

3.2.4 – Ofício do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária

Nº 140/97, de 4 do corrente, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 773, de 1997, da Senadora Marina Silva.....

3.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR OSMAR DIAS – Considerações acerca do editorial publicado no jornal *O Estado de S.Paulo*, de hoje, sob título "O novo maior partido do Ocidente".

SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – Parabenizando o Sr. Arnaldo Niskier por sua eleição, ontem, para a presidência da Academia Brasileira de Letras

SENADOR ROMEU TUMA – Comentando a aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do projeto de lei que concede penas alternativas.

SENADOR EDISON LOBÃO – Enfatizando a premência da recuperação e conservação das rodovias federais. Regozijo pela formalização de entendimentos contratuais que asseguram empréstimos, junto ao BIRD e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para as obras de recuperação de 14 mil Km de estradas federais.

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Justificando requerimento que encaminhará à Mesa, solicitando o desapensamento de 38 projetos de lei, oriundos da Câmara dos Deputados, que versam sobre a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

3.2.6 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1997, de autoria do Senador Esperidião Amin, que trata da unificação das datas dos vestibulares nas Instituições Federais de Ensino Superior.....

28095

3.2.7 – Requerimento

Nº 1.123, de 1997, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, solicitando ao Ministro do Planejamento e Orçamento as informações que menciona.

28096

3.2.8 – Comunicação da Presidência

Distribuição do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1997 (nº 3.549/97, na Casa de origem), que dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos e dá outras providências, à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, além das Comissões constantes do despacho inicial.

28103

3.2.9 – Ofício

Nº 284/97, de 12 do corrente, do Líder do PFL no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Representativa do Congresso Nacional. **Aprovada a substituição.**.....

28103

3.3 – ORDEM DO DIA

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1984 (nº 634/75, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que Institui o Código Civil. **Aprovado**, após usarem da palavra os Senadores Josaphat Marinho e Pedro Simon. À Câmara dos Deputados.....

28103

Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1997 (nº 2.685/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que acrescenta incisos ao § 1º do art. 1º da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993. **Aprovado**. À sanção.

28104

Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1997-Complementar (nº 14/95-Complementar, na Casa de origem), que dispõe sobre a fixação dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios. **Aprovado**, após usar da palavra o Senador Waldeck Ornelas. À sanção.

28105

Projeto de Resolução nº 176, de 1997, que autoriza o Estado do Paraná a contratar e prestar contragarantia à operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com o aval da União, no valor de cem milhões de dólares norte-americanos, de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio no Paraná. **Aprovado**, após parecer de plenário, tendo usado da palavra os Senadores Lauro Campos; Osmar Dias, José Eduardo Dutra, José Eduardo Vieira e a Senadora Júnia Marise. À Comissão Diretora para redação final.

28108

Dezembro de 1997

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sábado 13 28011

Redação final do Projeto de Resolução nº 176, de 1997. Aprovada. À promulgação.....	28116	pagamento de ágio na privatização de empresas de energia elétrica. Lançamento da candidatura à Presidência da República de Luiz Inácio Lula da Silva, realizada ontem no Centro de Convenções, nesta Capital. Dando conhecimento à Casa do recebimento de carta da Associação dos Funcionários do Conglomerado Banespa e Cabesp, dentre outros, apresentando suas preocupações com o processo de federalização do BANESPA – Banco do Estado de São Paulo.....	28123
Projeto de Resolução nº 177, de 1997, que autoriza o Estado do Paraná a contratar, com o aval da União, operação de crédito externo, no valor total equivalente a vinte e três bilhões, seiscentos e oitenta e seis milhões de ienes japoneses, entre o Governo do Estado do Paraná e o The Overseas Economic Cooperation Fund – OECF (Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina), destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Saneamento Ambiental do Estado do Paraná, a ser executado pela Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar. Aprovado. À Comissão Diretora para redação final.....	28117	SENADOR JÚLIO CAMPOS – Nota oficial da bancada federal de Mato Grosso repudiando notícias dadas pelo Governador do Estado, Sr. Dante de Oliveira, de que a bancada teria retirado do Orçamento da União para 1998 recursos destinados à irrigação.....	28129
Redação final do Projeto de Resolução nº 177, de 1997. Aprovada. À promulgação.....	28118	SENADOR JEFFERSON PÉRES – Documento do Reitor da Universidade do Amazonas sobre as dificuldades financeiras enfrentadas por aquela instituição.....	28131
Projeto de Resolução nº 178, de 1997, que autoriza o Estado do Paraná a contratar e prestar contragarantia a operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, no valor de cento e setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, destinando-se os recursos ao Programa de Alívio à Pobreza Rural e Gerenciamento de Recursos Naturais – Paraná 12 Meses. Aprovado. À Comissão Diretora para redação final.....	28119	SENADOR NABOR JÚNIOR – Necessidade de um controle maior do uso das concessões públicas de rádio e televisão, no que concerne à qualidade das suas programações. Comentando editorial do jornal Folha de S.Paulo, da última segunda feira, intitulado "A TV aberta na sarjeta".	28133
Redação final do Projeto de Resolução nº 178, de 1997. Aprovada. À promulgação.....	28120	SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Análise do pacote fiscal do governo e suas repercussões na economia e para a população brasileira.	28135
Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 1995, de autoria do Senador Gilberto Miranda e outros senhores Senadores, que altera e revoga dispositivos da Constituição Federal pertinentes à Justiça do Trabalho. Discussão encerrada em primeiro turno, retomando a matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para exame das Emendas nºs 2 a 5, de plenário.....	28121	SENADORA JÚNIA MARISE – Retrospectiva de alguns temas de importância nacional do ano de 1997.....	28139
3.3.1 – Discursos após da Ordem do Dia		3.3.2 – Discursos encaminhados para publicação	
SENADOR HUGO NAPOLEÃO – Considerações sobre o apoio do PFL às autorizações concedidas ao Governo do Estado do Paraná na presente sessão, para contratação de operações de crédito externo.....	28122	SENADOR CASILDO MALDANER – Intenso trabalho realizado pelo Congresso Nacional, no decorrente deste ano.....	28141
SENADOR GERSON CAMATA – Congratulando-se com o Presidente Antonio Carlos Magalhães pelo trabalho realizado à frente do Congresso Nacional.....	28122	SENADOR ESPERIDIÃO AMIN – Carta do Presidente da Câmara Municipal de Camboriú/SC, enviada ao Presidente e Editor da revista Veja, protestando contra a matéria intitulada "O El Niño vai trazer chuva para o Sul e sol para o Nordeste", que tem afetado negativamente a economia da região, no setor de turismo.....	28142
PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Agradecendo as felicitações do Senador Gerson Camata.....	28122	SENADOR ROBERTO FREIRE – Congratulando-se com o Ministro da Cultura pela futura instalação do Memorial da Cultura Judaica em imóvel onde funcionou a primeira sinagoga do Brasil, na ilha do Recife – Pe. Histórico da imigração judaica para o Brasil, principalmente Pernambuco.....	28143
SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – Justificando a apresentação de requerimento de informações ao Ministro do Planejamento e Orçamento, tendo em vista declarações, à imprensa, do Sr. Antônio Previtali, assessor da Presidência da Cataquases Leopoldina para assuntos financeiros, sobre		SENADOR CARLOS BEZERRA – Alerta sobre a necessidade de se reformular o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, tendo em vista a dificuldade dos pequenos agricultores na obtenção de finan-	

ciamentos. Registro de proposta da Federação dos Trabalhadores Rurais de Mato Grosso – FETAGRI, para a solução da questão.....

28144

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Defendendo a intensificação das relações do Brasil com os países africanos. Visita do Ministro Extraordinário para o Desenvolvimento da Costa do Marfim, Sr. Tchere Seka, ao Estado de Tocantins.....

28146

SENADOR OTONIEL MACHADO – Enaltecendo o trabalho realizado pelo Senado Federal durante o ano de 1997, e congratulando-se com o Presidente Antonio Carlos Magalhães por sua conduta à frente do Congresso Nacional.....

28146

SENADOR JONAS PINHEIRO – Considerações sobre o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, anunciado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 4 de novembro último, na abertura do XI Congresso Brasileiro de Cooperativismo.....

28148

SENADOR ALBINO BOAVENTURA – Discurso de despedida de S. Exa. cujo período de substituição ao Senador Mauro Miranda encerra-se em breve. Saudando o Senador Antonio Carlos Magalhães por seu desempenho na Presidência do Congresso Nacional.....

28148

3.4 – ENCERRAMENTO

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 12-12-97

5 – EMENDAS

Oferecidas às Medidas Provisórias nºs 1.463-20, 1.469-25, 1.475-34, 1.477-43, 1.479-35, 1.480-37, 1.482-43, 1.512-17, 1.520-15, 1.535-12, 1.549-37, 1.554-22, 1.559-20, 1.562-12, 1.567-10, 1.586-3 e 1.591-2, de 1997 (Publicadas em suplemento a este Diário).....

28150

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 3.719 a 3.746, de 1997.....

28158

Apostila referente à aposentadoria do servidor João Martins da Silva.....

28178

7 – ATOS DA DIRETORIA EXECUTIVA DO PRODASEN

Nºs 123 a 125, de 1997.....

28178

8 – MESA DIRETORA

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

12 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

13 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

CONGRESSO NACIONAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 70, DE 1997

Aprova o ato que renova a concessão deferida ao Sistema Clube de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

RETIFICAÇÃO

No Decreto Legislativo nº 70, de 1997, publicado no **Diário do Senado Federal**, de 18 de novembro de 1997, página 24847,

Onde se lê:

"Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 19 de setembro de 1994, que renova por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão deferida ao Sistema Clube de Comunicação Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo."

Leia-se:

"Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 19 de setembro de 1994, que renova por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão deferida ao Sistema Clube de Comunicação Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo."

Faço saber que o Congresso Nacional, aprovou, e eu, Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 83, DE 1997

Aprova o texto do Acordo Constitutivo do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe, assinado pelo Governo brasileiro, em Madri, em 24 de julho de 1992.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo Constitutivo do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe, assinado pelo Governo brasileiro em Madri, em 24 de julho de 1992.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente do Senado Federal.

(*) O Texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF**, de 26-9-97

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 84, DE 1997

Aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, concluído em Brasília, em 11 de março de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo para o Estabelecimento do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, concluído em Brasília, em 11 de março de 1997.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente do Senado Federal.

(*) O Texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 26-9-97

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 85, DE 1997

Aprova o texto do Acordo para Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia, em Varsóvia, em 5 de setembro de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo para Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia, em Varsóvia, em 5 de setembro de 1996.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes, complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente do Senado Federal.

(*) O Texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 26-9-97

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 86, DE 1997

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, em Roma, em 12 de fevereiro de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, em Roma, em 12 de fevereiro de 1997.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 14-10-97

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 87, DE 1997

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, em Brasília, em 17 de setembro de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, em Brasília, em 17 de setembro de 1996.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSF de 14-10-97

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 134, DE 1997

Autoriza o Estado do Paraná a contratar e prestar contragarantia a operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com o aval da União, no valor de US\$100,000,000.00 (cem milhões de dólares norte-americanos), de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio no Paraná.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizado o Estado do Paraná, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a contratar e prestar contragarantia a operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$100,000,000.00 (cem milhões de dólares norte-americanos), de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio do Paraná-Proem.

Art. 2º É autorizada a União, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a prestar garantia na operação de crédito externo de que trata o artigo anterior.

Art. 3º A operação de crédito externo de que trata o art. 1º tem as seguintes características:

a) valor pretendido: US\$100,000,000.00 (cem milhões de dólares norte-americanos), de principal;

b) juros: sobre os saldos devedores diários do empréstimo a um taxa anual para cada semestre a ser determinada pelo custo dos empréstimos qualificados, tomados pelo BID, durante o semestre anterior, acrescida de uma percentagem anual, que o BID fixará periodicamente de acordo com sua política sobre taxa de juros;

c) comissão de crédito: 075% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o montante não desembolsado, contada a partir de sessenta dias após a data da assinatura do contrato;

d) garantidor: República Federativa do Brasil;

e) contragarantias: o Estado do Paraná vinculará as cotas de repartição constitucional das recei-

tas tributárias estabelecidas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do art. 167, inciso IV, da Constituição Federal;

f) destinação dos recursos: Projeto de Expansão, Melhoria e inovação no Ensino Médio do Paraná – PROEM;

g) condições de pagamento:

– **do principal:** em prestações semestrais, consecutivas e, tanto quanto possível, iguais. A primeira prestação deverá ser paga na primeira data em que deva ser efetuado o pagamento de juros, uma vez transcorridos seis meses contados a partir da data prevista para o desembolso final do empréstimo e a última até 23 de maio de 2022;

– **dos juros:** semestralmente vencidos, em 23 de maio e 23 de novembro de cada ano, a partir de 23 de novembro de 1997;

– **da Comissão de crédito:** semestralmente vencida, em 23 de maio e 23 de novembro de cada ano.

§ 1º Do valor do financiamento se destinará a quantia de US\$1,000,000.00 (um milhão de dólares norte-americano) para atender despesas de inspeção e supervisão geral do credor, que será desembolsada em prestações trimestrais e, tanto quanto possível, iguais, ingressando na conta do credor independentemente de solicitação do mutuário.

§ 2º As datas estipuladas para repagamento poderão ser prorrogadas para manter correlação com a efetiva data de assinatura do contrato.

Art. 4º A contratação da operação de crédito externo de que trata o art. 1º, assim como a prestação da garantia da União, serão efetivadas no prazo máximo de quinhentos e quarenta dias, contado da data da publicação desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997. –
Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 135, DE 1997

Autoriza o Estado do Paraná a contratar, com o aval da União, operação de crédito externo, no valor total equivalente a Y 23.686.000.000,00 (vinte e três bilhões, seiscentos e oitenta e seis milhões de ienes japoneses), entre o Estado do Paraná e o The Overseas Economic Cooperation Fund – OECF (Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina), destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Saneamento Ambiental do Estado do Paraná – PARANASAN, a ser executado pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Paraná autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a contratar e conceder contragarantia à operação do crédito externo com o The Overseas Economic Cooperation Fund – OECF (Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina), no valor total equivalente a Y 23.686.000.000,00 (vinte e três bilhões, seiscentos e oitenta e seis milhões de ienes japoneses).

Parágrafo único. A operação de crédito externo autorizada neste artigo é destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Saneamento Ambiental do Estado do Paraná – PARANASAN, a ser executado pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

Art. 2º É a União autorizada, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a conceder aval à operação de crédito externo autorizada pelo artigo anterior.

Art. 3º A operação de crédito realizar-se-á sob as seguintes condições:

a) valor pretendido: Y 23.686.000.000,00 (vinte e três bilhões, seiscentos e oitenta e seis milhões de ienes japoneses), equivalentes a R\$ 221.954.400,20 (duzentos e vinte e um milhões, novecentos e cinqüenta e quatro mil, quatrocentos reais e vinte centavos), cotados em 30 de junho de 1997;

b) garantidor: República Federativa do Brasil;

c) contragarantia: receita própria e cotas-partes das transferências constitucionais referidas nos arts. 157 e 159 da Constituição Federal;

d) juros: 4% a.a. (quatro por cento ao ano) sobre o saldo devedor do principal, a partir de cada desembolso, exceto quando a parte do empréstimo for destacada para cobrir pagamentos a

consultores, caso em que a taxa será de 2,3% a.a. (dois inteiros e três décimos por cento ao ano) sobre a parcela a ser destacada e a partir do respectivo desembolso;

e) juros de mora: 3% a.a. (três por cento ao ano) acima da taxa operacional;

f) disponibilidade: oito anos a partir da data de entrada em vigor do acordo do empréstimo;

g) destinação dos recursos: financiamento de parte do Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná – PARANASAN;

h) condições de pagamento:

– *do principal*: em trinta e sete parcelas semestrais, consecutivas e aproximadamente iguais, vencendo-se a primeira após o período de carência de sete anos;

– *dos juros*: semestralmente vencidos.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de duzentos e quarenta dias, contados de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 136, DE 1997

Autoriza o Estado do Paraná a contratar e prestar contragarantia a operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$175,000,000.00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), destinando-se os recursos ao Programa de Alívio à Pobreza Rural e Gerenciamento de Recursos Naturais – Paraná 12 meses.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizado o Estado do Paraná, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a contratar e prestar contragarantia a operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$175,000,000.00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), destinando-se os recursos ao Programa de Alívio à Pobreza

Rural e Gerenciamento de Recursos Naturais – Paraná 12 meses.

Art. 2º É a União autorizada, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a prestar garantia na operação de crédito externo de que trata o artigo anterior.

Art. 3º A operação de crédito externo de que trata o art. 1º tem as seguintes características:

a) valor pretendido: US\$175,000,000.00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos);

b) juros: 0,5 a.a. (cinco décimos por cento ao ano) acima da taxa equivalente ao custo dos Qualified Borrowings, cotados no semestre precedente ao período de juros a iniciar;

c) comissão de crédito: 0,75 a.a. (setenta e cinco centésimo por cento ao ano) sobre o montante não desembolsado, contada a partir de sessenta dias após a data da assinatura do contrato;

d) garantidor: República Federativa do Brasil;

e) contragarantias: o Estado do Paraná vinculará as cotas de repartição constitucional das receitas tributárias estabelecidas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do art. 167, inciso IV, da Constituição Federal;

f) destinação dos recursos: Programa de Alívio à Pobreza Rural e Gerenciamento de Recursos Naturais – Paraná 12 Meses;

g) condições de pagamento:

– *do principal*: em vinte prestações semestrais, iguais e consecutivas, no valor de US\$8,750,000.00 (oito milhões, setecentos e cinqüenta mil dólares norte-americanos) cada uma, vencendo-se a primeira em 15 de outubro de 2001 e a última em 15 de abril de 2011;

– *dos juros*: semestralmente vencidos, em 15 de abril e 15 de outubro de cada ano;

– *da comissão de crédito*: semestralmente vencida, em 15 de abril e 15 de outubro de cada ano.

Parágrafo único. As datas estipuladas para repagamento poderão ser prorrogadas para manter correlação com a efetiva data de assinatura do contrato.

Art. 4º A contratação da operação de crédito externo de que trata o art. 1º, assim como a prestação da garantia da União, serão efetivadas no prazo máximo de quinhentos e quarenta dias, contado da data da publicação desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997. –
Senador **Antonio Carlos Magalhães** – Presidente
do Senado Federal.

Ata da 190ª Sessão Deliberativa Ordinária em 12 de dezembro de 1997

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo,
Ronaldo Cunha Lima e Nabor Júnior*

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Abdias Nascimento – Ademir Andrade – Albino Boaventura – Antonio Carlos Magalhães – Artur da Távola – Bello Parga, Benedita da Silva – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Esperidião Amin – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Alves – José Eduardo – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Roberto Arruda – José Serra – Júlio Campos – Júnia Marise – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Leonel Paiva – Levy Dias – Lucídio Portella – Nabor Júnior – Onofre Quinan – Osmar Dias – Otoniel Machado – Pedro Simon – Ramez Tebet – Regina Assumpção – Roberto Freire – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotonio Vilela Filho – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A lista de presença acusa o comparecimento de 55 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência, nos termos do art. 158, § 4º, do Regimento Interno, comunica ao Plenário que, em virtude da não-realização da sessão de ontem, ficaram automaticamente transferidas para hoje as inscrições dos oradores da Hora do Expediente daquela sessão, dedicada a comemorar o centenário da cidade de Belo Horizonte, nos termos dos Requerimentos nºs 332 e 352, de 1997, do Senador Francelino Pereira e outros Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, hoje, dia 12 de dezembro de 1997, Belo Horizonte completa 100 anos. Aqui está, na imprensa de Minas e do Brasil, o registro desse acontecimento singular. "Belo

Horizonte, a Capital do Século". Aqui está: "Belo Horizonte – Vespais de 100 anos". Aqui está: "Belo Horizonte – 100 anos de cultura".

Sr. Presidente, disse o Padre Vieira: "Somos o que fazemos, o que não se faz não existe."

Belo Horizonte, a Capital de Minas, está hoje completando cem ancs. Cem anos separam o arraial ao pé da serra da metrópole de hoje. Este é um momento de festa para todos os mineiros, mas é também um momento de reflexão para as lideranças e para a população da Capital. "Comemorar é conhecer." A melhor maneira de comemorar é conhecer. O conhecimento nasce da reflexão pública.

Ao completar um século de existência, Belo Horizonte faz um balanço sóbrio e consistente das conquistas e das perdas provocadas pelo acelerado processo de crescimento no qual se envolveu.

E descobre que o saldo dessa rápida e monumental transformação ainda é bastante positivo. A cidade perdeu boa parte do seu encanto provinciano, da tranquilidade das suas ruas e avenidas, da beleza neoclássica de suas construções originais. Mas ganhou em troca uma vasta e diversificada oferta de serviços, uma arquitetura criativa e surpreendente e uma vida cultural e artística que vem gerando admiração e reconhecimento em todo o Brasil e no exterior.

Agora, quando completa o seu primeiro século de existência, Belo Horizonte se vê obrigada a dar um passo adiante.

Já não é suficiente avaliar perdas e conquistas passadas. Já não há mais lugar para lamentar os costumes, os espaços que se foram, nem há mais tempo para louvar ou comemorar as novas configurações urbanas, econômicas e sociais da cidade. Belo Horizonte tem agora o desafio de olhar para a frente e a missão de planejar os próximos cem anos.

Neste primeiro século de existência, a cidade mais sofreu do que projetou as mudanças que ocorreram, e talvez isso fosse inevitável.

Em meados do século, era quase impossível vislumbrar a velocidade e a extensão que seriam as marcas do processo de crescimento populacional e geográfico da Capital. Mas agora, realizado o balanço deste pri-

meiro século de existência, Belo Horizonte tem possibilidade e condições de planejar o seu futuro. Aliás, mais do que a possibilidade, a capital de Minas tem agora a obrigação de traçar as linhas mestras desse futuro.

E se existe em Belo Horizonte um espaço urbano capaz de simbolizar a transformação da cidade e a sua projeção rumo ao futuro, esse espaço é a Praça da Liberdade.

Aqui proponho sua revitalização cultural e urbanística. Quero que esta referência urbana seja o símbolo da permanência e do avanço de Belo Horizonte.

Srs e Srs. Senadores, a minha primeira e mais duradoura visão de Minas foi a Praça da Liberdade. Menino ainda, estudante de colégio público em Teresina, recebi um livro de Geografia que trazia na capa aquela imagem fascinante: a alameda central, ladeada pelas imponentes palmeiras imperiais, tendo ao fundo o palácio de linhas sinuosas, com sua beleza e leveza quase feminina.

Aquela era a imagem de Minas, o retrato de um Estado cujas tradições fascinavam o Brasil inteiro.

Anos depois, lá estava eu, já um rapaz em busca do seu futuro, andando pela alameda central, à sombra das palmeiras da Praça da Liberdade. Minas tornou-se minha vida e meu destino. Minas tornou-se uma imagem da Praça da Liberdade que assaltou o coração do menino e nunca deixou de emocionar o homem no qual me tornei.

Nos meus anos de atuação como Vereador de Belo Horizonte e Deputado Federal, líder universitário, o símbolo que balizava meus atos era a Praça da Liberdade.

Quando assumi o Governo, o que via da janela do Palácio era a Praça da Liberdade. E quando me elegi Senador da República, foi com a imagem da Praça da Liberdade gravada na mente que desembarquei em Brasília.

Construída para ser o centro e o símbolo do poder de Minas, a Praça da Liberdade foi o pólo em torno do qual orbitavam o Palácio do Governo e as principais secretarias de Estado. Ali, no passado, as famílias tinham seu espaço de lazer, à sombra das palmeiras imperiais e dos prédios públicos que circundam a Praça.

Com a inevitável modernização e ampliação da máquina pública estadual, as secretarias de Estado passaram a exigir um espaço mais adequado às suas necessidades.

As construções neoclássicas, retalhadas internamente para abrigar um número cada vez maior de funcionários, começaram a ser descaracterizadas de forma perigosa.

Enquanto isso ocorria por detrás das grossas paredes das secretarias, a Praça também entrenta-

va uma forma de ocupação desordenada e predatória. As feiras de artesanato, de flores, de antigüidade e de alimentação, que se realizavam nos caminhos traçados entre os jardins, atraíam multidões e não ofereciam as mínimas condições de infra-estrutura para receber esse público. O resultado podia ser visto nos canteiros destruídos e na sujeira que comprometia a beleza de lagos e fontes.

Hoje, quando Belo Horizonte completa 100 anos, a praça se mostra livre de boa parte dessas ameaças. As flores foram transferidas para outros locais. Jardins, coreto, fonte e demais equipamentos foram restaurados, e até o traçado original de suas ruas e alamedas foi recuperado. Mas o conjunto arquitetônico, que, durante tantos anos, representou o poder de Minas e a confiança dos belo-horizontinos num futuro de liberdade, ordem e prosperidade, não conseguiu encontrar outras funções e outros significados. A praça e os prédios que compõem o seu conjunto arquitetônico estão prontos para assumir novo papel e nova simbologia neste novo século de história que Belo Horizonte começa a trilhar.

Depois de uma experiência centenária, não é mais possível deixar ao acaso a tarefa de desenhar o futuro da Capital e deste inestimável patrimônio de Minas. Este é o alcance e o sentido da proposta que apresentamos: transformar o conjunto arquitetônico da praça no Centro Cultural da Liberdade, na Praça da Liberdade.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ao longo de minha vida pública, tive oportunidade de sentir-me gratificado com o desenvolvimento de projetos e a realização de obras importantes. Projetos e obras que mudaram a vida de milhares de pessoas e que levaram enormes benefícios para vastas regiões de Minas.

Mas poucas realizações tocaram tão fundo o meu coração quanto a implantação do Centro Cultural do Banco do Brasil no Rio de Janeiro. Como Vice-Presidente do Banco, na vitoriosa gestão de Camilo Calazans e Mário Berard, tive a oportunidade de assumir o projeto de criação e implantação de um centro cultural, num prédio cuja pedra fundamental foi lançada pelo Imperador Dom Pedro II, em 1880.

Localizada no centro histórico de Rio de Janeiro, a construção original encontrava-se completamente degradada, devido a sucessivas adaptações e reformas que não levaram em consideração o valor histórico, artístico e arquitetônico do prédio. Mas restaurar o imóvel era apenas uma das dificuldades que tínhamos pela frente. Era preciso envolver a opinião pública do Rio de Janeiro e do Brasil com o projeto.

Era preciso mobilizar os artistas, os intelectuais, os administradores públicos e a mídia para o

desafio de implantar um projeto de grande alcance numa região da cidade que parecia destinada apenas ao movimento diurno dos escritórios.

Foram inúmeros encontros, debates e reuniões com o meio artístico e intelectual carioca. Foram meses de trabalho intenso nas obras de restauração e adaptação do prédio. Foram intermináveis reuniões de trabalho com as equipes técnicas encarregadas de definir a destinação de cada espaço do Centro, as bases conceituais da futura programação, as estratégias para implantação de cada atividade e as formas ideais de operação do conjunto.

Inaugurado em 1989, o Centro Cultural do Banco do Brasil é hoje uma realidade luminosa, um pólo de desenvolvimento artístico e cultural que se tornou referência obrigatória para todo o País.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Com prazer, ouço V. Ex^a, Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Francelino Pereira, interrompo o seu discurso – e lhe peço desculpas por essa circunstância –, mas quero trazer-lhe não só a minha solidariedade e meus cumprimentos, mas o meu depoimento pessoal da amizade que V. Ex^a dedica a Minas e, em particular, a Belo Horizonte, sem dúvida a capital do século. Acompanho V. Ex^a desde os primeiros passos na política; tive a honra de ser seu colega na Câmara dos Deputados. Mais tarde, nos encontramos como Governador do Estado, e todas as conversas sempre giraram em torno do seu amor, do seu carinho pelo Estado de Minas e, em particular, como V. Ex^a accentua agora, por Belo Horizonte. O que V. Ex^a está registrando, e por isso interrompi agora na parte do Centro Cultural, é um dado a mais de quem, não exercendo um cargo político-partidário na militância legislativa, na luta executiva levou para Minas um marco que, sem dúvida nenhuma, é uma característica ligada à pessoa de V. Ex^a. Por isso, Senador Francelino Pereira, ex-Governador Francelino Pereira, ex-Deputado Francelino Pereira, ex-Vereador Francelino Pereira, mas sempre o meu amigo Francelino Pereira, desejo registrar em seu discurso meus cumprimentos pelo seu amor a Minas Gerais.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Bernardo Cabral, o seu testemunho. Sou muito agradecido pela generosidade do seu gesto. É verdade, V. Ex^a acompanhou a nossa vida pública, está sempre presente em todos os atos da nossa vida política.

Hoje, estamos comemorando 100 anos de Belo Horizonte, a cidade está recebendo o Presidente Fernando Henrique Cardoso, realizando manifestações de grande significação em todos os 857 Municípios mineiros. Hoje é um dia importante, significativo para a capital do meu Estado.

Eu falava do Centro Cultural do Banco do Brasil, Sr. Presidente, pois é essa referência, Sr^ss e Srs. Senadores, que pretendemos estender a Minas Gerais. A experiência e a tecnologia conquistadas pelo Centro Cultural do Banco do Brasil formam uma base segura para o desenvolvimento do projeto e para uma futura operação do Centro Cultural da Liberdade.

Ontem, pela manhã, tive o prazer e a honra de entregar ao ilustre Governador de Minas, Dr. Eduardo Azeredo e ao Prefeito de Belo Horizonte, Dr. Célio de Castro, as primeiras cópias do projeto que davam nova destinação aos prédios públicos que compõem o conjunto arquitetônico da Praça da Liberdade.

Trata-se de uma contribuição cidadã à construção do futuro que desejamos para a Capital do Estado e para o seu maior símbolo. Juntamente com o projeto, oferecemos ao Governador de Minas a nossa disposição de trabalhar pela viabilização do projeto, junto à sociedade mineira, ao empresariado brasileiro e ao Poder Público Federal.

Sabemos que um projeto como este precisará do apoio de toda a população, dos intelectuais e dos partidos, dos produtores culturais e dos jornalistas, dos empresários e dos líderes políticos.

E hoje, como no passado, estamos dispostos a enfrentar este desafio que sabemos possível, e cujos resultados podem ser tão gratificantes.

A criação do Centro Cultural da Liberdade significa muito mais que a implantação de um novo espaço público em Belo Horizonte. Significa o resgate histórico da liberdade: símbolo e vocação de Minas, objetivo e razão das lutas empreendidas pelo povo mineiro.

A alma, o coração e a consciência de Minas vão se encontrar na Liberdade. E ali, nos belos prédios que circundam a Praça, farão a sua morada pelo próximo século.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, propor aos mineiros um projeto como este, no ano em que Belo Horizonte comemora o seu centenário, tem ainda o significado de um resgate. Como já disse, a implantação do Centro Cultural do Banco do Brasil foi uma das mais gratificantes realizações da minha vida pública. Mas, ainda assim, deixou em mim uma ponta de tristeza, por não ter conseguido realizar algo semelhante em Minas Gerais.

Ao apresentar o projeto de criação do Centro Cultural da Liberdade, busco resgatar essa minha dívida de coração. Afinal, aquela imagem que vi pela primeira vez na capa de um livro de geografia, numa escola pública de Teresina, foi o sinal do meu destino. Hoje, quando caminho pela alameda central, ladeada pelas palmeiras imperiais que testemunharam a transformação de Belo Horizonte, sinto que devo à Liberdade o meu caminho, assim como devo a Minas a minha vida.

Oferecer o melhor da minha experiência e da minha capacidade para tornar realidade o Centro Cultural da Liberdade é a maneira que encontro para saldar essa dívida. Afinal, todos sabemos que cidade alguma serve para ser visitada se não é boa para seus habitantes.

A excelência de Belo Horizonte será certamente ampliada, multiplicada, pela criação do Centro Cultural da Liberdade. No coração histórico da nossa capital serão abertos ao espírito humano novos horizontes de expressão cultural, artística e documental.

E aí o momento do primeiro centenário será plataforma de avanço urbanístico, fermento de identidade cultural e expressão de melhoria da qualidade de vida.

Sr. Presidente, o projeto que estou apresentando no Senado da República e que foi entregue ontem, em sua primeira versão, ao Governador do meu Estado e ao Prefeito da minha capital, Belo Horizonte, foi elaborado por uma equipe técnica de grande significação na vida universitária de Belo Horizonte. Em verdade, quem elaborou esse projeto foi uma equipe técnica da Escola de Arquitetura da Universidade de Belo Horizonte, que me permitiu que ele fosse apresentado com essas características.

O projeto examina largamente toda a trajetória da vida de Belo Horizonte, a evolução da capital e particularmente, a evolução da Praça da Liberdade. Esse projeto transforma o conjunto arquitetônico da Praça da Liberdade – excluída a evidência do Palácio da Liberdade, que tem uma visão mítica da vida política e da liberdade de Minas Gerais –, para nele, nesse conjunto arquitetônico, ser instalado o novo centro cultural, chamado Centro Cultural da Liberdade.

Sr. Presidente, essa é a minha contribuição, no momento em que Belo Horizonte é saudada como a Capital do Século.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Francelino Pereira, sou um discípulo de V. Ex^a Com

emoção, estou atento ao pronunciamento de V. Ex^a, um ex-Governador do Estado de Minas Gerais, que, neste plenário, apresenta seu indiscutível amor por sua cidade. Gostaria de manifestar – acho que terei todo o apoio desta Casa – minha solidariedade com relação a esse Projeto. Apenas o estou aparteando porque o tenho como padrinho político, que guia minhas decisões extraplenário do Senado. Vejo que o amor à terra em que nascemos é uma virtude permanente. A idade não se mede pelo tempo: mede-se pelo que se sente na alma. V. Ex^a dessa tribuna é uma criança que evoca a sua cidade, a sua terra natal como a Capital do Século. Queremos declarar de público o nosso apoio ao Projeto de V. Ex^a e também, por meio de V. Ex^a, os nossos cumprimentos a todos os cidadãos belo-horizontinos. Muito obrigado.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, pelas palavras de reconhecimento à importância histórica e à significação cultural da minha Capital.

Em verdade, quando cheguei a Belo Horizonte, a Capital era representada apenas por cerca de 300 mil habitantes; hoje são mais de dois milhões de habitantes.

Belo Horizonte completa hoje 100 anos de idade.

Minha vida em Minas Gerais, pouco mais de 51 anos, é toda identificada pelo sentimento à cultura, ao respeito e à honradez do povo mineiro. Sou a imagem de Minas, sou um tributo permanente, o reconhecimento que todos têm pela minha vida pública, que é considerada lisa e limpa diante do idealismo, da história e da cultura do meu Estado.

Quanto a Belo Horizonte, onde comecei a estudar em 1943, ainda no segundo grau, tornou-se a minha cidade, o meu chão, o meu destino, a minha vida. A minha impressão, meu caro Senador Romeu Tuma, é que Belo Horizonte me pertence, pertence a mim, porque pertence ao povo mineiro e ao povo brasileiro. Muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a

Muito obrigado a todos por esse testemunho sobre o centenário da Capital do meu Estado.

Quero apenas, Sr. Presidente, que autorize a transcrição, nos Anais do Senado, do projeto de construção do Centro Cultural, na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. É um tributo aos autores desse projeto, exatamente os professores e alunos da Escola de Arquitetura da Universidade de Belo Horizonte.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. FRANCELINO PEREIRA EM SEU DISCURSO:

PROJETO

O projeto de criação do Centro Cultural da Liberdade, na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, é inspirado nas idéias e na experiência que tive na idealização, construção e implantação do Centro Cultural do Banco do Brasil, no Rio, inclusive com estudos realizados no CCBB com a Coordenadora da equipe do Programa Especial de Treinamento (PET/CAPES), da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

11 de dezembro de 1997

Senador FRANCELINO PEREIRA

CENTRO CULTURAL DA LIBERDADE

Praça da Liberdade
Belo Horizonte

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	17
I. A PRAÇA E A BUSCA DO PASSADO.....	23
II. O CENTRO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO LIBERDADE - O LAZER E A CULTURA NA CAPITAL.....	55
III. A PRAÇA E A BUSCA DA REFERÊNCIA - A FORMAÇÃO DO CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL.....	65
IV. A REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA PARA O TERCEIRO MILÊNIO - A CRIAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DA LIBERDADE - Praça da Liberdade.....	73
V. CONCLUSÃO.....	89
VI. NOTAS BIBLIOGRÁFICAS.....	91

APRESENTAÇÃO

“ Minas, oi Minas,

Tua estranha sina

delineada

ao bailar dos sinos

ao balir dos hinos

de festins políticos,

Minas mineral

Minas pastorela

Minas Tiradentes

Minas liberal

.....

Minas tal e qual

a pedra enigma

no labirinto da mina.

(Andrade, C. D. “Canto Mineral”) ⁽¹⁾

Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, completa no dia 12 de dezembro de 1997 cem anos da sua fundação. Planejada pelo engenheiro Aarão Reis e construída em poucos anos, a capital mineira tem inúmeras razões para comemorar tão importante data. Tendo sido concebida para abrigar, inicialmente, duzentos mil habitantes, atinge hoje a soma de dois milhões. Entre os vários dilemas enfrentados pela Capital incluem-se as dificuldades intrínsecas ao fenômeno urbano. Sempre procurando equacionar os problemas, em busca de soluções concretas, tanto o poder público, quanto a população belo-horizontina merecem cumprimentos. Mesmo considerando as

dificuldades sócio-econômicas e urbanísticas, a Capital possui um alto índice de qualidade de vida, grande variedade de centros de serviços e diferenciadas formas de ocupação do espaço.

Com base neste quadro, o ano do centenário representa para os habitantes o momento ideal para se avaliar o dinamismo das práticas urbanas e das ações administrativas. Assim, é relevante destacar que mesmo em situações difíceis, como aquelas vividas depois da primeira e segunda guerras mundiais, em momentos de crise econômica, ou em épocas de dificuldades políticas, a Capital conseguiu reerguer-se e assegurar o seu destino.

Este estudo tem como objetivo principal presentear Belo Horizonte no seu aniversário de cem anos. No sentido de melhor favorecer a população e valorizar a sua tradição moderna, a Praça da Liberdade e seus palacetes foram escolhidos como alvo de intervenção. Como lugar privilegiado do poder e da socialidade, a Praça tornou-se, ao longo destes cem anos, sofisticada protagonista do poder e da cultura urbana mineira. Neste sentido considera-se que, tanto na sociedade local quanto para além das montanhas, a Praça apresenta-se como emblemática da condição do progresso, ícone da chegada da modernização mineira. Portanto, quando se fala de Belo Horizonte, pensa-se no mineiro e vislumbra-se a Praça.

Recuperada no início desta década a Praça oferece-se como lugar do encontro e do lazer, sendo utilizada por grupos sociais provenientes de várias regiões. No entanto, cumpre notar que, em determinados espaços-tempo, ela torna-se pouco versátil para responder às demandas da sociedade.

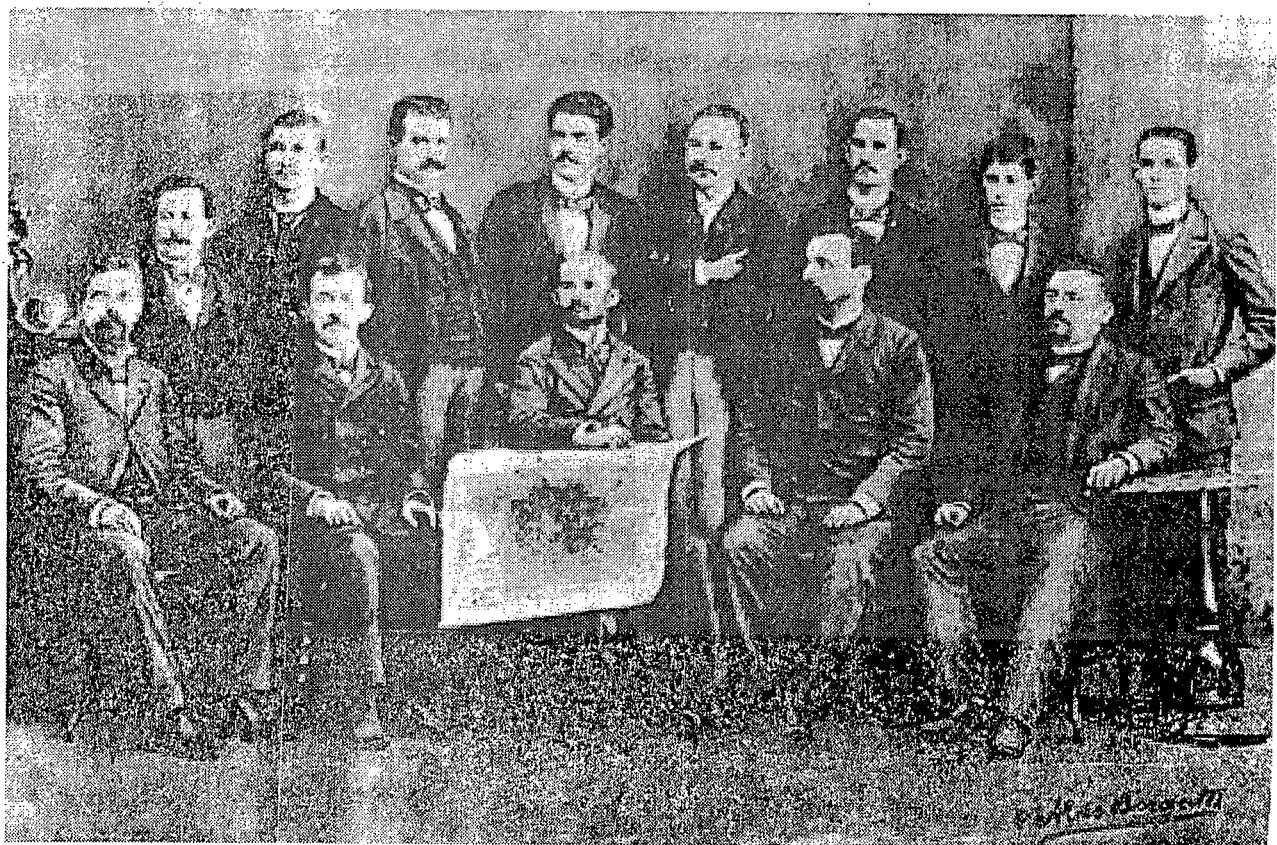
Num tempo de intercâmbios culturais e globalização, a aliança entre a comunicação e

A tecnologia encontra-se sob a égide do mercado expansivo⁽²⁾. Tendo o intercâmbio como a relação sócio-política e cultural fundamental para a cidade do fim do milênio, transformações urbanas fazem-se necessárias. Assim, este é o momento preciso para se planejar os usos, funções e apresentações da Praça. Adaptar os palacetes, hoje sub-utilizados, da Liberdade, significa ratificar o intercâmbio da sociedade belo-horizontina, baseado na comunicação e na troca. Este tempo anuncia-se como a era na qual a linguagem, uma vez posta em

movimento, não mais pertence ao produtor, ao falante⁽³⁾. Reapropriar-se da fala, para redefinir as identidades sociais e os atores políticos, reapropriar-se dos espaços-palácios, possibilitando o prolongamento da socialidade da Praça para os prédios. Eis o desafio!

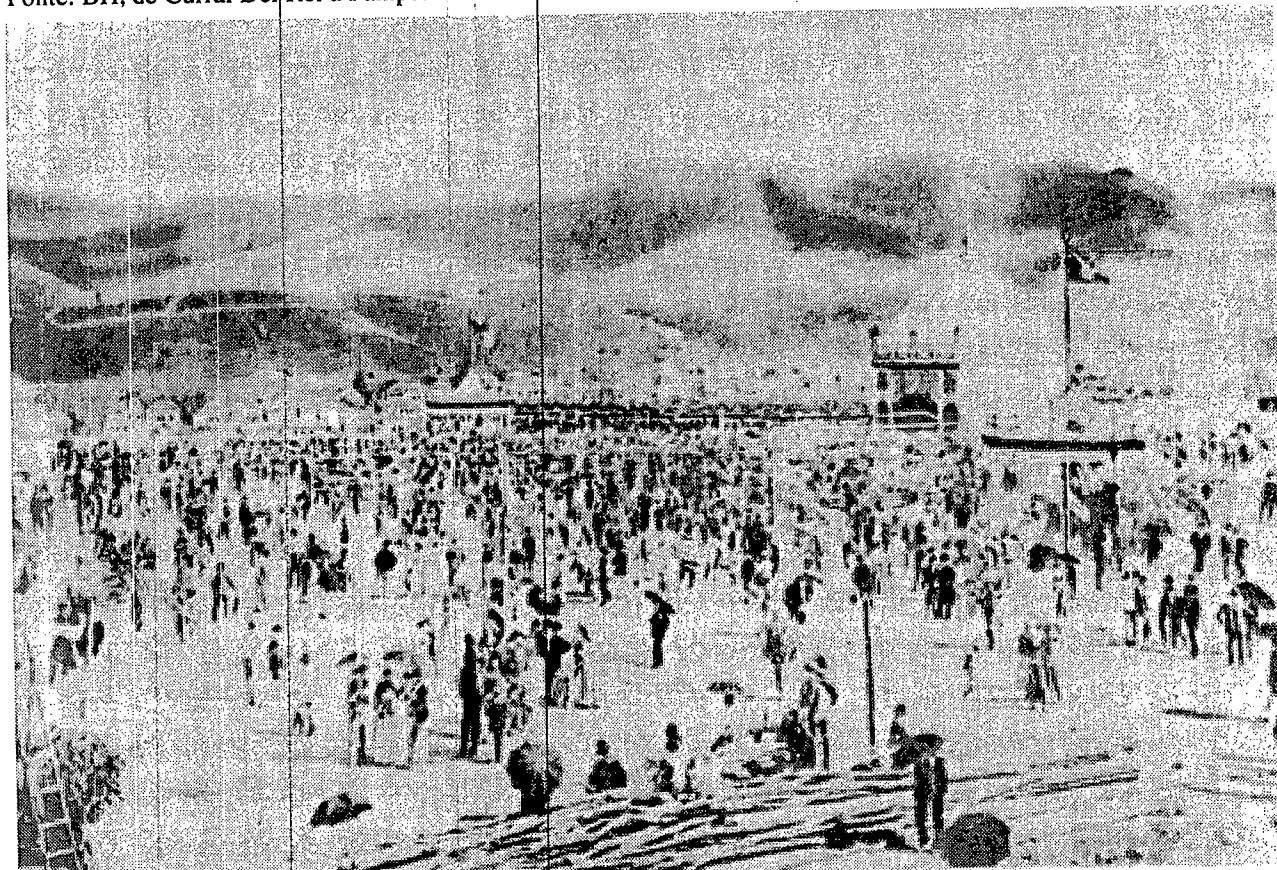
Este estudo inicia-se por uma abordagem histórica da ocupação da Praça, enaltecendo o seu caráter simbólico. Em um segundo momento serão analisados o significado da Praça no contexto urbano delineando-se, neste passo, as diretrizes da sua requalificação.

Fonte: Museu Histórico Abilio Barreto



Aarão Reis e a Comissão Construtora da Capital - 1897

Fonte: BH, de Curral Del Rei à Pampulha



...Belo Horizonte foi inaugurada em 1897 com a missão de simbolizar um “belo e próspero futuro” para o Estado.

I - A PRAÇA E A BUSCA DO PASSADO

“Articular historicamente o passado (...) significa apoderar-se de uma lembrança tal como lampeja no momento de um perigo. Tratar - se de flagrar uma imagem do passado tal como se apresenta ao sujeito histórico no momento de perigo, de modo imprevisível”.⁽⁴⁾. (Benjamim, W. “Sobre o conceito da historia”)

A idéia do projeto de Belo Horizonte, definida pela Constituinte Mineira de 1894, representa um marco referencial que sintetiza a vontade de mudança que tomou conta do Brasil no final do século. Atendendo a um anseio das elites políticas e econômicas de Minas Gerais, a criação da Nova Capital buscava unificar o estado garantindo seu desenvolvimento e prosperidade.⁽⁵⁾

O engenheiro Aarão Reis foi escolhido pelo presidente do estado de Minas Gerais, Affonso Pena, como chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, e nomeado em fevereiro de 1894. Aarão Reis recebeu como missão concluir a construção de Belo Horizonte em quatro anos. A pedido, foi exonerado no governo de Crispim Jaques Bias Fortes e substituído pelo engenheiro Francisco Bicalho. Este dirigiu os trabalhos até a dissolução da comissão em 1898, após a inauguração da cidade. O projeto elaborado por Aarão Reis respondeu, de forma efetiva, às intenções dos dirigentes políticos de Minas Gerais.

Através de uma integração da malha octogonal, definida pelas ruas, e da malha diagonal, definida pelas avenidas, o autor reiterou o urbanismo moderno neoclássico. A criação de eixos monumentais, hierarquizados topograficamente e em termos de usos, remete o traçado da Nova Capital tanto ao plano urbanístico de Washington, de 1791, quanto à remodelação de Paris, de 1853 a 1859.⁽⁶⁾

Assim, a perfeita eficácia do projeto baseou-se em um estudo detalhado da topografia local, sendo que a Comissão Construtora previu também a organização funcional a ser distribuída estrategicamente no espaço. Acompanhando a ordem e o racionalismo da concepção espacial, Aarão Reis, como interventor do espaço, atuou como um verdadeiro "higienista social." Via o meio ambiente como responsável pela saúde do corpo social e de cada indivíduo - idéias que aplicou nos projetos de saneamento, iluminação, sistemas viário e de transporte, objetivando boas condições de vida, conforto e beleza da cidade. O zoneamento mais detalhado ficou restrito à malha urbana principal.

Dentro desse contexto, Belo Horizonte foi inaugurada em 1897, com a missão de simbolizar um "belo e próspero futuro" para o Estado. Na sua malha urbana principal conformava-se um repertório de símbolos monumentais evidenciando uma imagem do ecletismo vigente na sua arquitetura. Dentro desse conjunto referencial, destaca-

va-se como marco principal a Praça da Liberdade e o seu entorno imediato.

Buscando exercer a condição de centro integrado do Estado, a Praça da Liberdade fora concebida para “abrigar” a sede da instância maior do poder. “Os esforços voltam-se então para a construção do Palácio Presidencial e das Secretarias de Finanças, do Interior e da Agricultura. Estas edificações foram localizadas na cota mais alta do perímetro urbano (...)”⁽⁷⁾. Ao fundo da esplanada localiza-se o Palácio Presidencial, o qual expande-se com a implantação das Secretarias. A designação “liberdade” vincula-se ao imaginário mineiro, tendo início com a restauração do culto à inconfidência, os seus heróis e aos seus valores. À ordem e ao progresso, comuns a todos os estados, a república em Minas Gerais sorveu a idéia de liberdade”.⁽⁸⁾ Neste contexto, a designação liberdade dada à Praça e ao Palácio traduz-se na conjun-

ção de valores republicanos e positivistas, ratificados pelos valores inseridos na idéia de mineiridade. De acordo com Henriqueta Lisboa,

“Firma-se em cada construção o alicerce da liberdade
Fica na colina do centro
palácio da Liberdade
Abrem-se para os quatro ventos
as janelas da Liberdade
Todos os caminhos circulam
em demanda da Liberdade
Trêmulos arbustos se enclinam
diante da flor da Liberdade
Espáduas humanas sustentam
os marmores da Liberdade
Auréolas pairam sobre a cruz
na escalada da Liberdade”⁽⁹⁾

Como Centro Cívico, a praça localiza-se na região designada inicialmente Bairro dos Funcionários. Na época da inauguração, o bairro apresentava um conjunto expressivo de construções ecléticas.

Eram basicamente residências designadas como “casa-tipo” e destinadas a abrigar os funcionários provenientes da antiga capital. As casas mais sofisticadas foram implantadas próximo ao Palácio e à Praça, dotando a região de um valor simbólico excepcional. A avenida João Pinheiro, antes avenida da Liberdade, juntamente com a rua da Bahia foram estabelecidas como as principais ligações entre o Centro Commercial e o Centro Cívico. Os palacetes destinados aos secretários e aos desembargadores distribuíam-se nestas vias, bem como nas suas áreas contíguas.

A inauguração da Capital representa o primeiro marco de ocupação da Praça, uma vez que as comemorações ocorreram neste local. Tendo sido designada, inicialmente, Cidade de Minas, os festejos de tão importante data também inauguraram a ampla função do conjunto - Praça do Poder, Ponto de Encontro, Lugar de Festa.

Até a inauguração, a Praça permaneceu como um descampado, apenas recortado pelos trilhos da Mariquinha que ligava a Estação Central ao bairro Funcionários. A Mariquinha transportava passageiros e materiais de construção, assegurando a construção dos primeiros prédios e a circulação de funcionários. Em 1900 a Praça tinha trezentos metros de comprimento e cento e cinqüenta metros de largura. O seu projeto paisagístico, datado de 1902 e de suposta autoria de Paul Villon, de acordo com o relatório do então prefeito Bernardo Pinto Monteiro, previa um jardim com quatro fontes artificiais, gramados, duas alamedas em cruz arborizadas, com gradil subdividindo a área em quatro partes. Circundado por passeios, os jardins só foram implantados na administração de Francisco Bressane, pelo paisagista Antônio Nunes de Almeida. A deliberação no sentido de se implementar um projeto monumental deveu-se, principalmente, às críticas emitidas pelos jornais da época. Mesmo não atendendo à exigência da monumentalidade, o projeto paisagístico remodelou a paisagem da Praça, transformando-a numa ambição pitoresca.

O projeto baseou-se numa composição inglesa que incluía o coreto, os lagos, as pontes rústicas e alamedas com bancos. “É desta época o duplo renque de palmeiras que acompanha a sua rua central e que até hoje compõe a imagem do caminho do Palácio”⁽¹⁰⁾. Em meio a um dos lagos foi construído um monumento pitoresco, idealizado pelo

então Presidente do Estado, Francisco Salles. Era uma miniatura do Pico do Itacolomi, situado nas imediações da antiga capital. A intenção do Presidente era criar um espaço de consolação para os ouro-pretanos saudosos, tendo alcançado êxito com tão pitoresca idéia.

“A praça dos namorados
É a praça do poder
saudades de Ouro Preto lacrimejam
Entre penhascos de cimento”.⁽¹¹⁾

Aquilo que se fazia notório no início era o fato de que a cidade vivia de um passado (Ouro Preto) e de um futuro indicado no seu espaço. As marcas, referências, intercâmbios e apropriações, que poderiam dar sentido ao presente só viriam com o tempo.⁽¹²⁾ Com a implantação do projeto, a Praça tornou-se um espaço indutor da sociabilidade, envolvendo tanto as atividades públicas e políticas, como as de lazer.

O projeto também possibilitou a implantação de paralelepípedos na rua principal, a colocação de lâmpadas elétricas, bem como o revestimento de grés cerâmicos nas vias secundárias. Tornou-se amplamente arborizada, valendo ainda o destaque para a fonte luminosa e o coreto, definido na época como o salão de Música. Estes últimos, projetados respectivamente por Antônio Rocha, Francisco Lima e Edgard Nascentes Coelho. Foi planejado, mas sem êxito, a implantação de um Pavilhão para restaurante, buscando atender os funcionários públicos provenientes do interior.

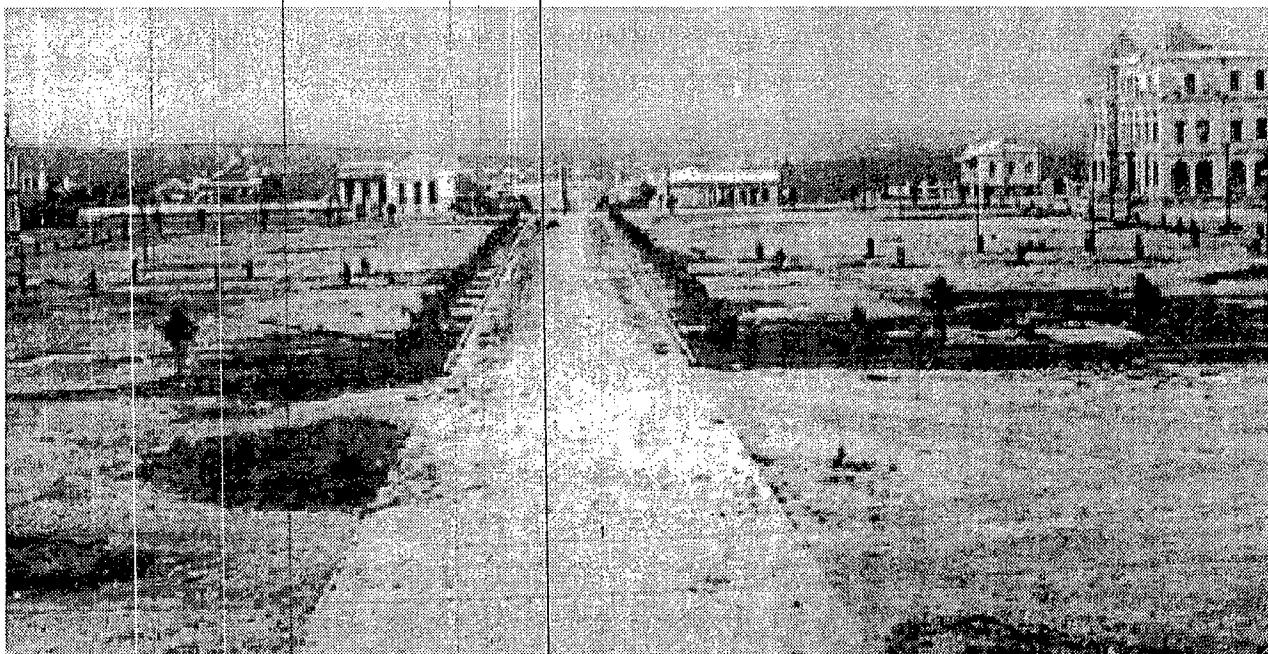
A partir desta época, a Praça passou a caracterizar-se pelo vaidoso dos funcionários, coronéis do interior, pela retreta e pelo footing ritmado dos jovens, consolidando-se também como cartão postal e cenário privilegiado da Capital. “A convivência contraditória da Praça dos Namorados com a Praça do Poder se faz mediante a alternância do foco da percepção do espaço. Quando Praça dos Namorados, no final da tarde, nas noites de fins de semana, o importante são os jardins, o coreto, as alamedas. O Palácio e as Secretarias formam o cenário vigilante dos passeios e dos encontros. Quando Praça do Poder, o que conta é o que acontece no interior das edificações, nos corredores e salas do Palácio e das Secretarias”.⁽¹³⁾

O início da década de 20 anuncia um tempo novo para a Praça da Liberdade. Na medida em que a Capital concretizava imagens da modernidade, próprias de uma metrópole, o *design* pitoresco da praça não coadunava com o espírito do *art-noveau* que pairava pelas vias do Centro Comercial. A consolidação do bonde como meio de transporte urbano, a chegada do automóvel e a renovação do cenário arquitetônico indicavam a necessidade de se remodelar a Praça.

De acordo com as intenções do poder público, a Capital necessitava de jardins sofisticados, que pudessem conotar a idéia de metrópole - "Durante muitos anos, Belo Horizonte foi uma capital sem jardins, pois o da Praça da Liberdade não poderia receber esta designação, bosque imenso que era, de árvores enormes, com um coreto não estético no centro, algumas fontes com pretensão ao rústico e, em frente à Secretaria de Agricultura, um bloco de cimento enorme, que se dizia cópia do Itacolomi.⁽¹⁴⁾". Este paisagismo, mesmo vinculado ao modelo neoclássico, não ratificava os princípios concebidos pelos franceses no século dezessete. Era necessário "deixar" as concepções inglesas em nome de traços, linhas, lagos e paisagismo, definidos a partir de um processo de racionalização.

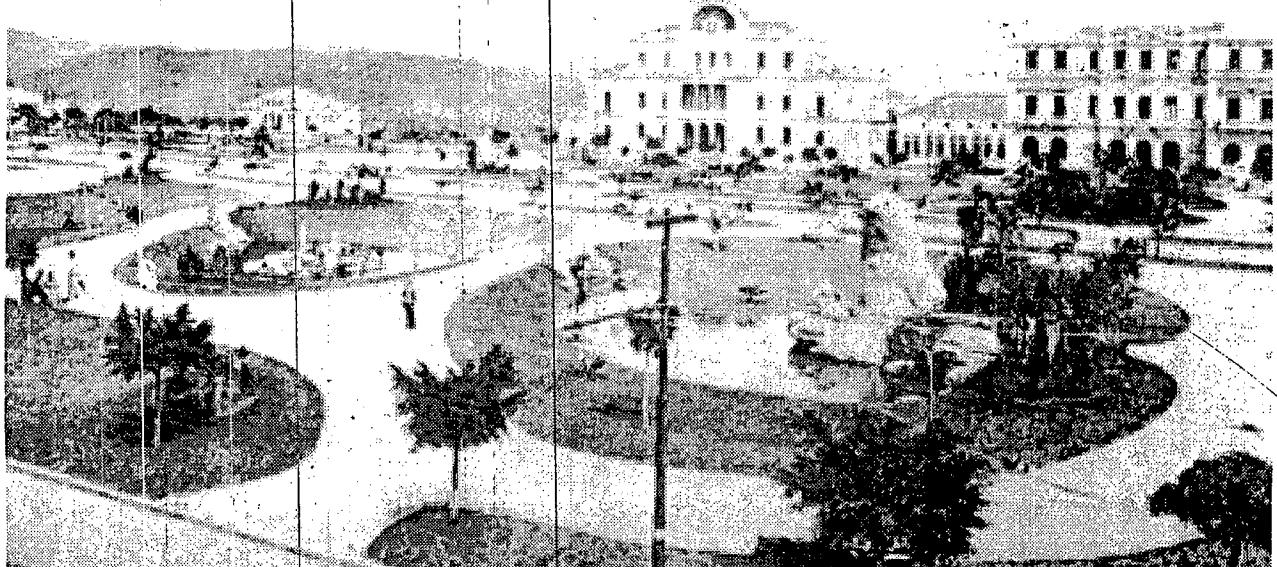
O poder público, ao incorporar as críticas, e ao mesmo tempo impulsionado pela necessidade de renovação, considerou ideal a criação de um novo projeto para a Praça. Ademais, tal ação foi incorporada aos preparativos da visita dos reis da Bélgica, no início dos anos vinte. O projeto foi idealizado e construído pela empresa Reynaldo Dierberguer, o qual acreditava que a Praça oferecia possibilidades de ajardinamento mais moderno, tipo francês, "digno das grandes cidades". Seguindo tal princípio, a concepção baseou-se em um racionalismo geométrico, havendo preponderância da ortogonalidade. Tal princípio coadunou com a via central, que liga a avenida João Pinheiro ao Palácio da Liberdade, valorizada pelos renques de palmeira imperial. Para valorizar o traçado, buscando a idéia de vastidão, foi criado um lago em forma de cruz, intercalado com galerias de flores miúdas. No centro do jardim próximo ao Palácio foi implantada a insígnia "Libertas quae sera tamen". Se por um lado o traçado, inspirado no concebido por André Lê Notre para Versalilles, evidenciava a busca pelo infinito apontando para a Serra do Curral, por outro lado enaltecia definitivamente o espaço do poder.

Fonte: Sedução do Horizonte



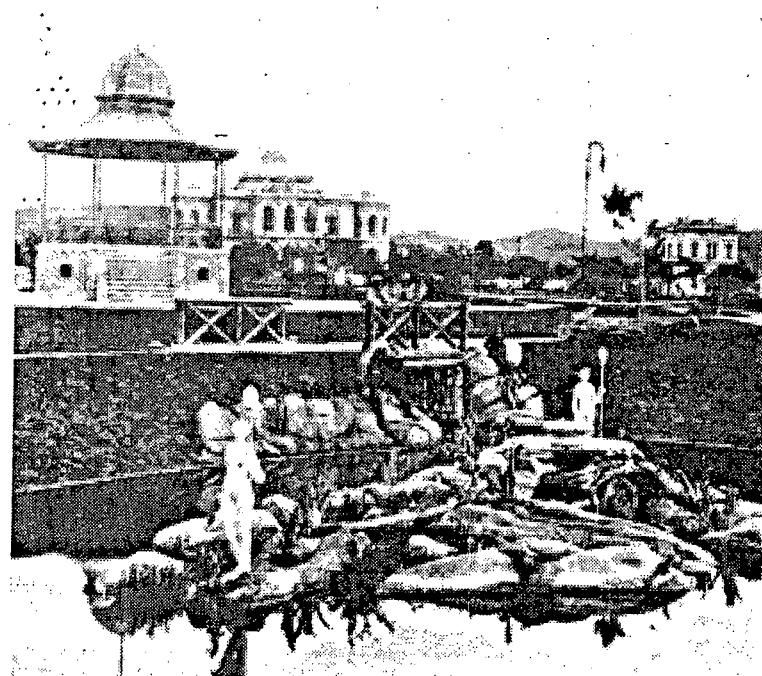
A implantação do primeiro projeto na Praça - 1897

Fonte: BH, de Curral Del Rei à Pampulha



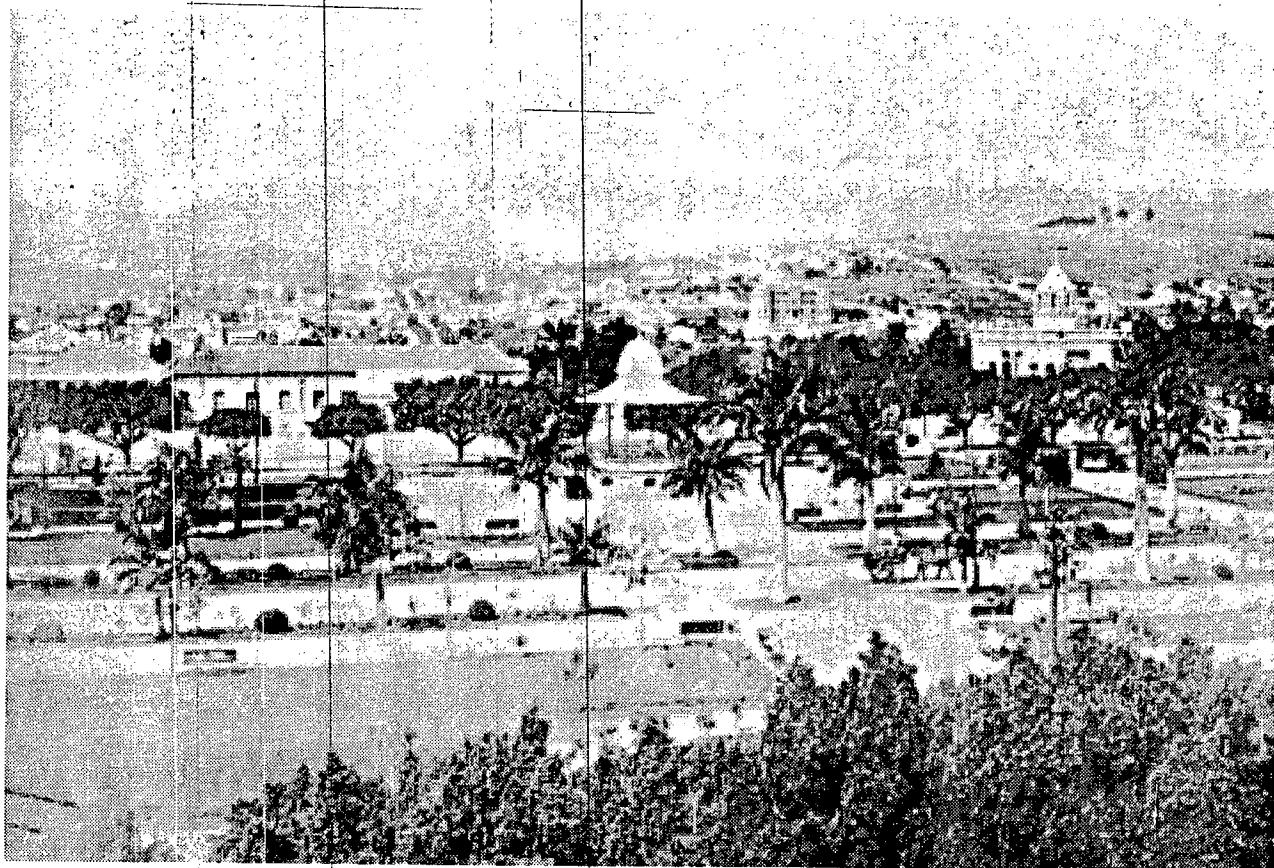
Praça da Liberdade - O primeiro projeto

Fonte: BH, de Curral Del Rei à Pampulha



Vista Parcial da Praça da Liberdade - 1917

Fonte: BH, de Curral Del Rei à Pampulha



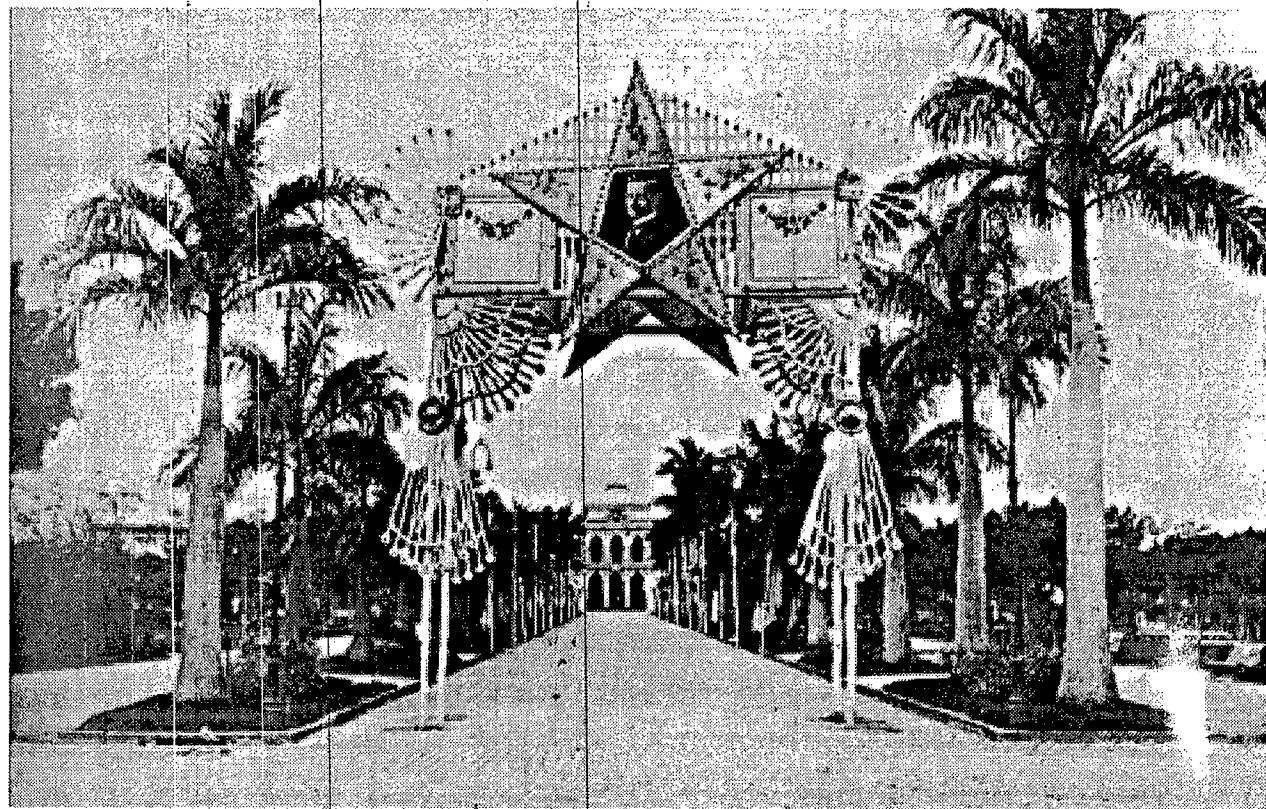
Vista Parcial da Praça da Liberdade

Fonte: Museu Histórico Abilio Barreto



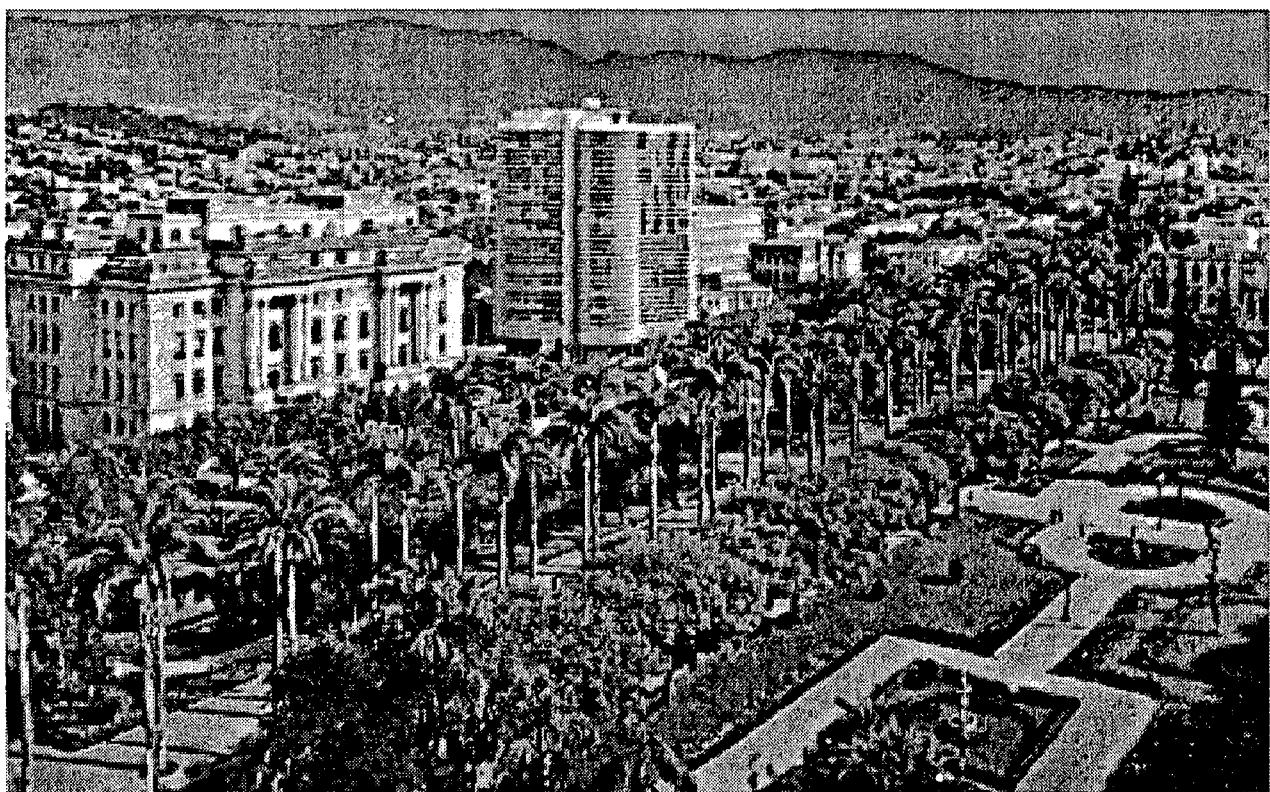
Vista Aérea da Praça da Liberdade

Fonte: BH, de Curral Del Rei à Pampulha



Decoração da Praça para a visita do Rei da Bélgica - 1920

Fonte: Sociedade Mineira de Engenheiros



Vista Parcial da Praça da Liberdade

“Tambores (já cortei).
Evém o Rei, na armadura de herói de Flandres.
Carece recebê-lo em francês, com todas as honras,
amenizando a praça do poder.
Para longe os penhascos de mentira,
os itacolomis nostálgicos,
O timbre ouro-pretano amortecido.
A divina simetria explode em rosas,
repuxos a Lê Nôtre sem Lê Nôtre ⁽¹⁵⁾

Concluídas as obras, o novo projeto foi bem recebido pela opinião pública e pela imprensa que, comparando-a com o “bosque anterior”, consideravam-na superior em todos os aspectos. Suas amplas perspectivas viabilizam maior luminosidade, favorecendo a valorização da arquitetura que circunda o espaço e, ao mesmo tempo, ratificando o traçado neoclássico de Aarão Reis.

As inovações e a visita dos reis belgas reforçaram a função da Praça como lugar de encontro e de lazer. Durante a semana, passavam pelo espaço os interioranos interessados em alguma audiência no Palácio, além dos funcionários mais graduados.

“No cerne do palácio, o homem invisível
espalha coletores
juízes
delegados militares
sobre as serranias mais enevoadas.
Chegam, chapéu preto - terno preto, os coronéis
para suplica e a ronha de pigarro.
Não olham o verde, vão direto.
O lago não reflete
senão a renda do silêncio
que paira sobre a hora embalsamada.

Entram. Sussurram.

Ungidos saem para os Municípios.”⁽¹⁶⁾

Com a chegada do final de semana, desaparecem da Praça os vultos dos ternos pretos, sendo a paisagem adornada pelo

“footing ritmado dos vestidos.

Vitrina moveste, vai e volta
de sapatos brancos, branquejando
na aléa retilínea
sob as vistas de irmãos abengalados.” (...)⁽¹⁷⁾

Muitas vezes o *footing* era conduzido pela retreta, pela música no coreto, havendo uma efetiva divisão social no espaço. “No jardim da Praça da Liberdade (...) havia retreta aos domingos, invariably aberta com a Protofonia “O_Guarani”. E melhor que a retreta, o *footing*: na alameda de quem ia rumo ao Palácio, caminhavam rapazes e moças de família; na esquerda, que passava ao pé do coreto, criadas e soldados de polícia. Uma rua central, em meio a renques de palmeiras imperiais, separava sociedade e plebe; demo-

cráticas, as roseiras floriam indiscriminadamente do lado preto e do lado branco. E como! Uma delas, a mil maravilhas, fronteira ao Palácio, produzira, na primavera daquele ano, 1007 (mil e sete) rosas, contadas a dedo”⁽¹⁸⁾

O deslumbramento que a Praça suscitou a confirma como referência simbólica definitiva na Belo Horizonte. Acompanhando as renovações paisagísticos o cenário arquitetônico local passa por importantes renovações. Tanto a Secretaria da Agricultura, quanto a Secretaria das Finanças, são acrescidas de um pavimento. Além da construção de vários palacetes nas imediações, como o Dantas e o Narbona, a Secretaria de Segurança Pública teve suas obras iniciadas em 1930. Já em meados de 1935 fora construído o Palácio Episcopal, sede da Diocese mineira. Esse prédio marca a chegada da experiência estética do *art decó*, a qual chegou a Belo Horizonte através dos arquitetos italianos.

A Praça continua a receber melhoramentos nesta época como a construção de fontes trabalhadas em mármore e em novo projeto de iluminação. Ao longo da década de vinte foram também inauguradas as Hermas de Bernardo Guimarães, do Marquês de Paranaguá, de Azevedo Júnior e de Dom Pedro II, já em 1927. Depois dos anos trinta, a Praça permaneceu sem alterações, ao passo que Belo Horizonte começa a mudar sua estatura e largura⁽¹⁹⁾. Os sobrados e bangalôs vão dar espaço aos prédios, como o Parc Royal na rua da Bahia e o Edifício Ibaté na rua São Paulo.

No início dos anos 40, Belo Horizonte contava com 211.377 habitantes. À medida em que o seu cinqüentenário se aproximava, a cidade abandonava as paisagens empoeiradas, transformando-se numa metrópole vergel. Ao lado disso, tornam-se evidentes a busca cotidiana do progresso, da modernização e do desenvolvimento

Esse fato se manifesta, inicialmente, na grande expansão dos serviços urbanos na área central, havendo um predomínio das atividades comerciais e financeiras. A criação da Cidade Industrial e a eclosão da Segunda Guerra Mundial vão acelerar o processo de industrialização local e estadual⁽²⁰⁾.

Enquanto na área central da Capital as tendências de renovação se multiplicavam, o prefeito Juscelino Kubitschek optava por um novo

sentido da modernização urbana. Em detrimento da solução de vários problemas urbanos, a construção da barragem da Pampulha e seu complexo arquitetônico modernista tornou-se um marco expressivo na cultura mineira e nacional. Apontando para uma consolidação urbano-industrial, a Belo Horizonte da década de 40 e das décadas subsequentes apresentava um quadro de transformação rumo ao fenômeno da metropolização.

Com a implantação da Pampulha e chegada da arquitetura modernista em Minas, pelas mãos do ainda jovem arquiteto Oscar Niemeyer, esta passou a interferir no estilo e *modus vivendi* belo-horizontino. Os encontros, as festas e os bailes obrigatoriamente passavam pelo Iate Clube, pelo Cassino e pela Casa do Baile. Porém, os valores culturais modernistas não foram incorporados pela população imediatamente, o que levou o poder público a patrocinar eventos e encontros no novo local de lazer. Ao lado disso, o estilo cultural da época, fortemente marcado por elementos da tradição, foi devidamente rearticulado no interior da sociedade.

A Praça, mais uma vez, tornou-se emblemática deste cruzamento entre o passado, a tradição e o presente. O *footing*, um estatuto social belo-horizontino, permaneceu na praça e, ao mesmo tempo, proliferou-se para a região da praça Raul Soares e da avenida Afonso Pena. Estes “acompanhavam” a implementação das salas de cinema e os cafés e lanchonetes da moda. Na Liberdade, o *footing* tornou-se mais seletivo, tendo sido voltado para os jovens moradores dos bairros Funcionários e de Lourdes, este criado nos anos 40. O novo bairro, e a criação da Cidade Jardim, passam a representar os setores habitacionais mais nobres da Capital. Por outro lado, cumpre lembrar que o Funcionários continuou, ao longo dos anos 50 e 60, como a área sofisticada mais tradicional, visto que atuou como testemunha da construção e fundação de Belo Horizonte. Uma vez que a Praça situava-se contígua aos bairros de Lourdes, dos Funcionários, à Universidade Católica e, ao mais importante clube da época, esta retinha o privilégio de acrescentar valor simbólico ao já instituído anteriormente.

“O lugar que representava até o início dos anos 50 a permanência e a tradição tornou-se palco de novas transformações”⁽²¹⁾. Em 1954, tiveram início as obras da Biblioteca Pública e do Edifício Niemeyer, ambas projetadas pelo mesmo arquiteto da Pampulha, Oscar Niemeyer

- era necessário incorporar o modernismo à Praça. Ao lado dessas inovações, atividades de lazer anunciam a modernização, trazida pela instalação de um rinque de patinação na esquina com a avenida João Pinheiro, pelas noites de festa e de matinê dançante do Minas Tênis Clube e pela construção do Cine Pathé, na avenida Cristóvão Colombo.

O uso residencial verticalizado teve início, com a implantação do Edifício Niemeyer. Gradativamente, alguns palacetes, ainda existentes nas proximidades, foram sendo demolidos para a construção de prédios voltados para a função institucional. Esta nova vocação avançou para os anos 60 e 70, indicando não só o crescimento dos serviços urbanos, mas principalmente a inflexibilidade dos espaços dos palácios para “abrigar” a ampliação do organograma administrativo. Assim, houve uma seqüência de construções - em 1961 as obras da sede do IPSEMG, um projeto do arquiteto Rafael Hardy Filho, foram iniciadas juntamente com o Edifício Mape (Xodó), projetado pelo arquiteto Sylvio de Vasconcellos. Em 1962, foi construído o anexo da Secretaria da Educação; em 1965, foi construído o Edifício Campos Elíseos; em 1972, implantou-se o anexo da Secretaria da Fazenda e, em 1975, surge o Palácio dos Despachos.

A construção e ampliação dos edifícios administrativos indicam que a Praça, a partir dos anos 50, perdera a sua centralidade de poder. Tais edifícios enunciam as modificações do caráter deste poder, que traduzia-se especialmente como centro cívico e administrativo. “Enquanto os comícios das campanhas, era nela que se realizavam as festas da vitória, quando o povo e o poder se encontravam e as portas eram abertas para recebê-los”⁽²²⁾. Ao mesmo tempo, a Praça tornou-se palco das manifestações políticas, se constituindo como *locus* da luta e da reivindicação de eventuais movimentos grevistas.

Com o fechamento político de 1964, “o poder não mais se utiliza, com tanta clareza do espaço para se afirmar”⁽²³⁾. A partir desta época, o Estado, ao adotar a racionalidade técnico-burocrática em nome de uma efetiva modernização do sistema administrativo, começa a questionar o uso e a funcionalidade dos palácios. “Surge a necessidade de expansão de novos órgãos públicos que não mais se localizavam na Praça, à exceção do Palácio dos Despachos (...) Assim, o local vai deixando de ser o Centro Administrativo, permanecendo como centro cívico.”⁽²⁴⁾

O quadro acima foi ratificado quando da medida acionada pelo Estado, em 1963, reduzindo drasticamente o perímetro da Praça. Em função do alargamento das vias circundantes, o espaço perdera quatro metros de cada lado. Ao mesmo tempo, os jardins do Palácio, que até então faziam parte do canteiro central, foram cercados por grades. Nesse processo de retaliação em nome do sistema viário, a avenida João Pinheiro perde sua arborização original. Completando o processo de dessemantização, o governador Israel Pinheiro, em 1969, "entrega" a Praça para sediar a Feira Semanal de Artes e Artesanato.

A idéia de feira, embora tendo partido de um grupo de artistas plásticos e críticos de arte, foi incorporada pelo poder público municipal, que tinha interesse na divulgação da arte e da cultura mineiras. Após quatro anos de funcionamento, a feira institucionalizou-se, criando oportunidade para artistas e artesãos explorarem e comercializarem suas produções. Dado à alta demanda, por parte dos aspirantes a expositores, criou-se uma feira extraordinária, que passou a funcionar às quintas-feiras no período noturno.

Ao longo do tempo, as feiras sofreram modificações substanciais. O artesanato, que a princípio permaneceu na Praça como um atrativo complementar e acessível, passa a predominar sobre as artes plásticas. Ao mesmo tempo que se torna mais diversificado, conviviam lado a lado, trabalhos de níveis diferenciados e de qualidade duvidosa. Assim, as feiras tornaram-se objeto de diversos interesses, e com isso a Praça "explodiu". O poder público, tentando atender as demandas, planejou a proliferação de feiras pela cidade. Já em maio de 1981, criou mais uma iniciativa para a Praça da Liberdade - A Feira de Flores e Plantas, nas noites de sexta-feira. Diferentemente das demais, fundiram-se nesta feira dois campos, duas formas de lazer. A forma tradicional, função primeira de uma praça e elemento fundador do seu cotidiano, caracterizado pela fruição do espaço, pelo contato com a natureza. A outra é o lazer enquanto consumo, típica criação da cultura capitalista.

Quando na perspectiva do poder municipal a finalidade cultural, que se pretendia na Feira de Artes e Artesanato, se tornou fluida, criou-se uma feira aos sábados. A Feira de Antigüidades e Comidas Típicas destinava-se a receber os grupos sociais mais sofisticados; voltando a

valorizar a arte e o artesanato de qualidade. Porém, as barracas de antigüidades e as exposições ao ar livre de artes permaneceram como ponto de referência, mas não como foco principal de atracão. A "Festa" passou a constituir o referencial maior, atraindo assim um grande número de consumidores, provenientes de todas regiões de Belo Horizonte.

Na medida em que todas as feiras consolidaram-se, a Praça perdeu as características que a mantiveram como referência simbólica. Ao mesmo tempo, passou a evidenciar um processo de degradação, decorrente de um relaxamento da administração municipal quanto ao número de expositores e à forma de ocupação dos seus espaços e jardins. As feiras atraíram vários vendedores ambulantes, que ocuparam também as vias mais próximas. O impacto ambiental "registrou" a depredação dos jardins, das árvores, do mobiliário urbano, dos lagos, etc. Triste Praça!

Duas medidas foram acionadas por parte dos poderes públicos estadual e municipal. Em 1977, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais tombou o conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça da Liberdade, incluindo seus jardins, lagos, alamedas, fontes, monumentos e os Palácios Públicos. O tombamento, porém, não incorporou a área do entorno, bem como o Palácio Episcopal, a Biblioteca Pública e o Edifício Niemeyer, dificultando assim a preservação do conjunto. Já no ano de 1984, a Prefeitura Municipal implementou uma reforma paisagística na praça, ampliando o processo de descaracterização local. Esta traduziu-se na criação de uma infra-estrutura inadequada e insuficiente, visando apenas atender aos freqüentadores. Em síntese, determinou a implantação de bancos de pedra, a delimitação de canteiros, a adoção de paralelepípedos e, finalmente, a mudança efetiva do paisagismo dos jardins.

Ao lado de todas as questões apresentadas, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, sancionada em 1975 e revisada em 1986, criou um zoneamento para a área extremamente permissivo. Era permitido na região modelos de excessivas volumetria e verticalidade, tendo gerado impactos negativos na paisagem histórica da região.

Concluindo, a vida cotidiana da Praça e de seu conjunto arquitetônico alcança os anos 90 "carregando" um conjunto expressivo de problemas e indefinições. Buscando restituir para o lugar a

ambiência sonhada no início do século, o conjunto arquitetônico e paisagístico tornou-se parte de um zoneamento de preservação. Este, mesmo tendo sido criado um pouco tarde, no sentido de se evitar a demolição, vem alcançando êxito ultimamente. Ao lado desta medida, as feiras foram erradicados do espaço da Praça e, neste processo, "nasceu" um projeto de recuperação da mesma. O projeto teve como orientação a planta de 1920, de Dierberger, onde há o predomínio do neoclassicismo francês. O plano de restauração foi coordenado pela arquiteta Jô Vasconcellos, tendo sido implementado sob orientação do IEPHA. As obras, concluídas em dezembro de 1992, possibilitaram para o local a recuperação das alamedas laterais, do mosaico português e do paralelepípedo da via central. Foram ainda recuperados os lagos, as esculturas e o coreto, além de receber uma nova planificação paisagística e um novo projeto de iluminação. A fonte luminosa e a iluminação foram vinculadas a uma operação computadorizada e o sistema de irrigação foi atualizado tecnicamente. A recomposição da vegetação de 1920 trouxe de volta os gerânios, as margaridas, as roseiras, as cana-da-índia e o lírio que estas áreas verdes já suscitaram no passado.

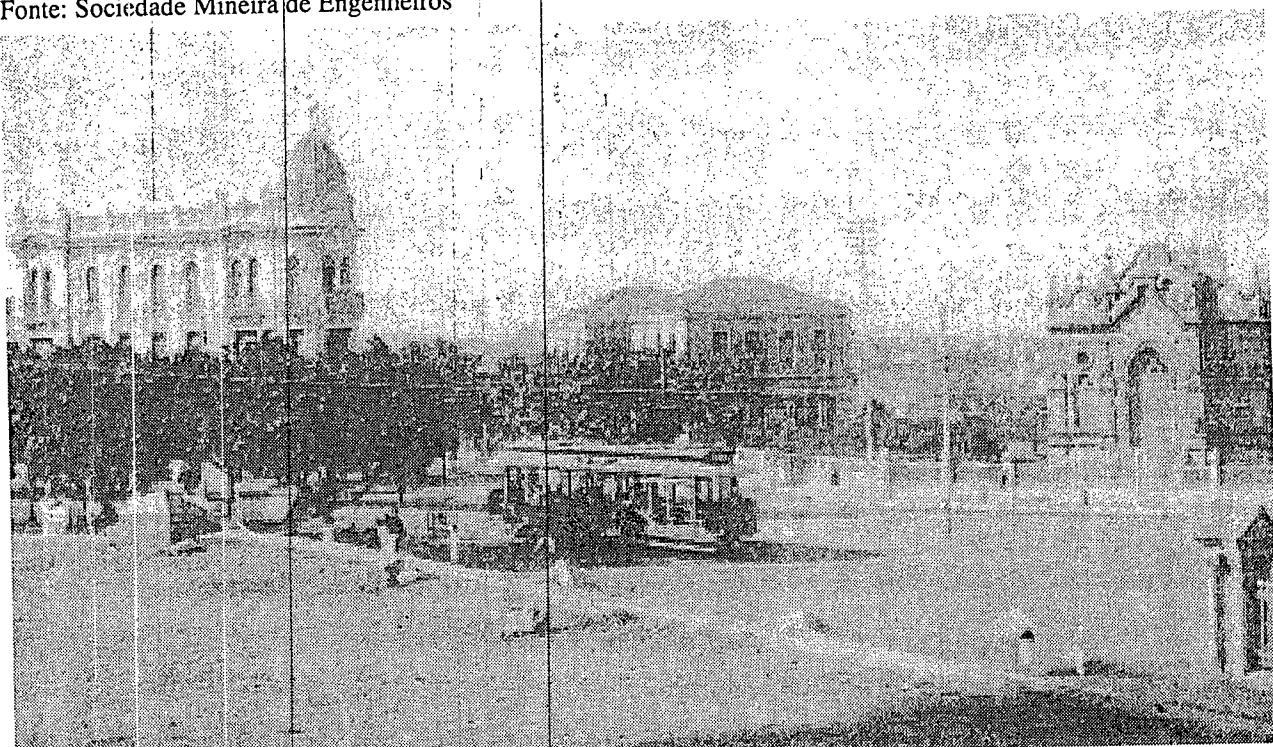
Hoje a Praça da Liberdade encontra-se integrada ao cotidiano belo-horizontino, como lugar de descanso e lazer. No período diurno, o local é utilizado para a agradável caminhada. No período noturno, os bancos são disputados pelos namorados e amigos. Apesar deste bucolismo fundamental, os prédios tombados como bens culturais têm seus acessos limitados às funções próprias do serviço público. Nota-se claramente que encontram-se na condição de sub-utilização. Assim, o final de século aponta para a necessidade de elaborar estudos que propiciem a adaptação dos mesmos a funções de cultura e lazer.

Fonte: BH, de Curral Del Rei à Pampulha



Avenida Liberdade - 1907

Fonte: Sociedade Mineira de Engenheiros

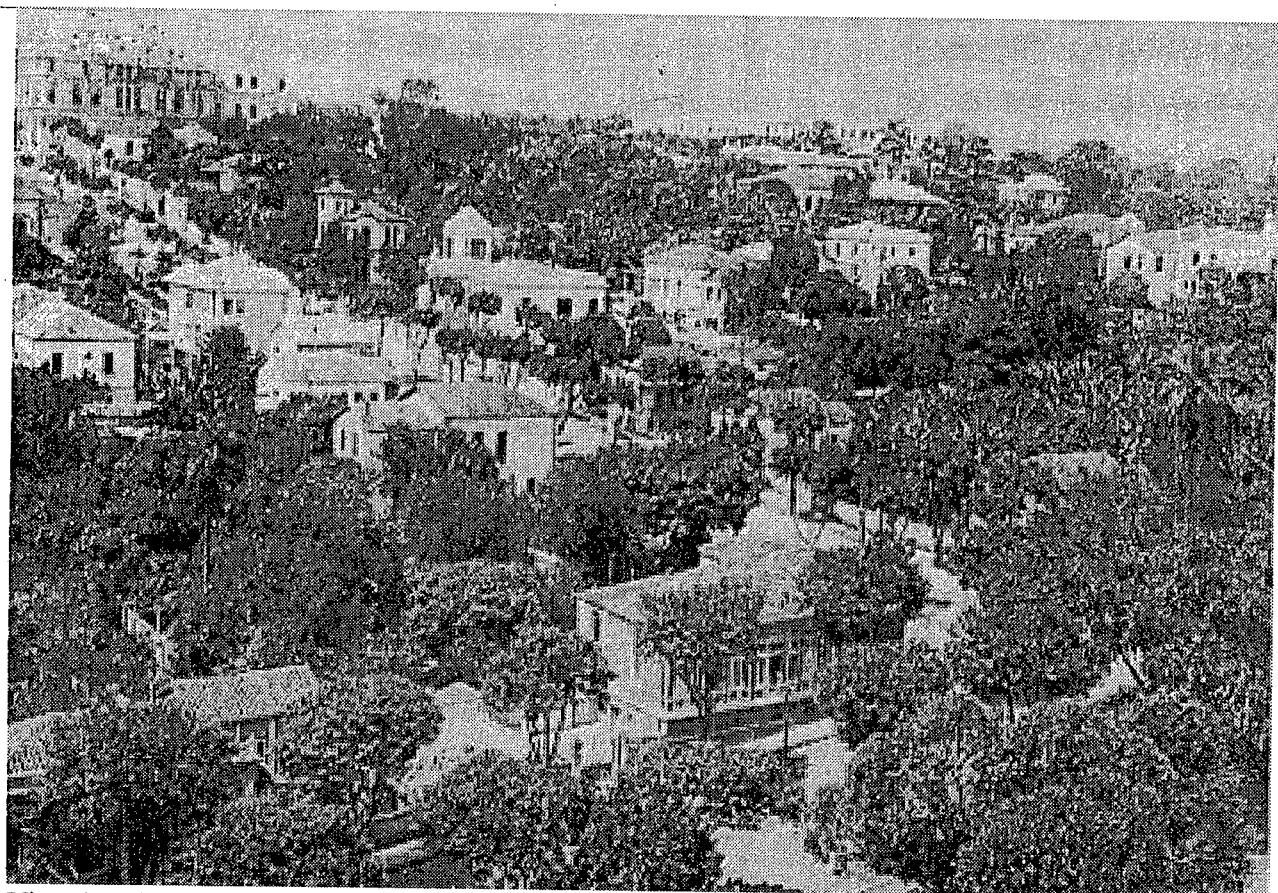


“Belo Horizonte - Avenida Affonso Penna”



Vista da Cidade Vergel

Fonte: Sedução do Horizonte



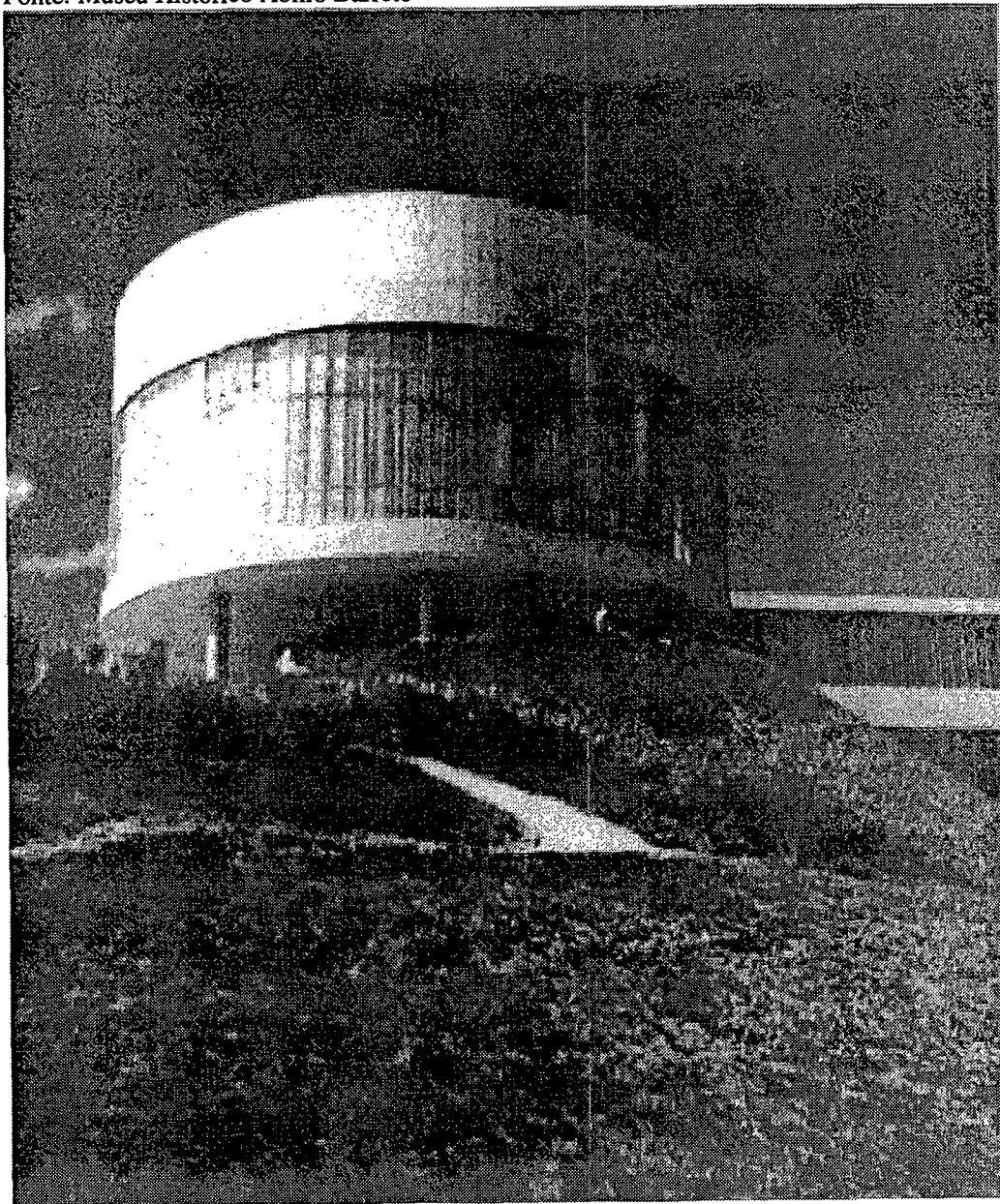
Vista Parcial do Bairro Funcionários - 1930

Fonte: Museu Histórico Abilio Barreto



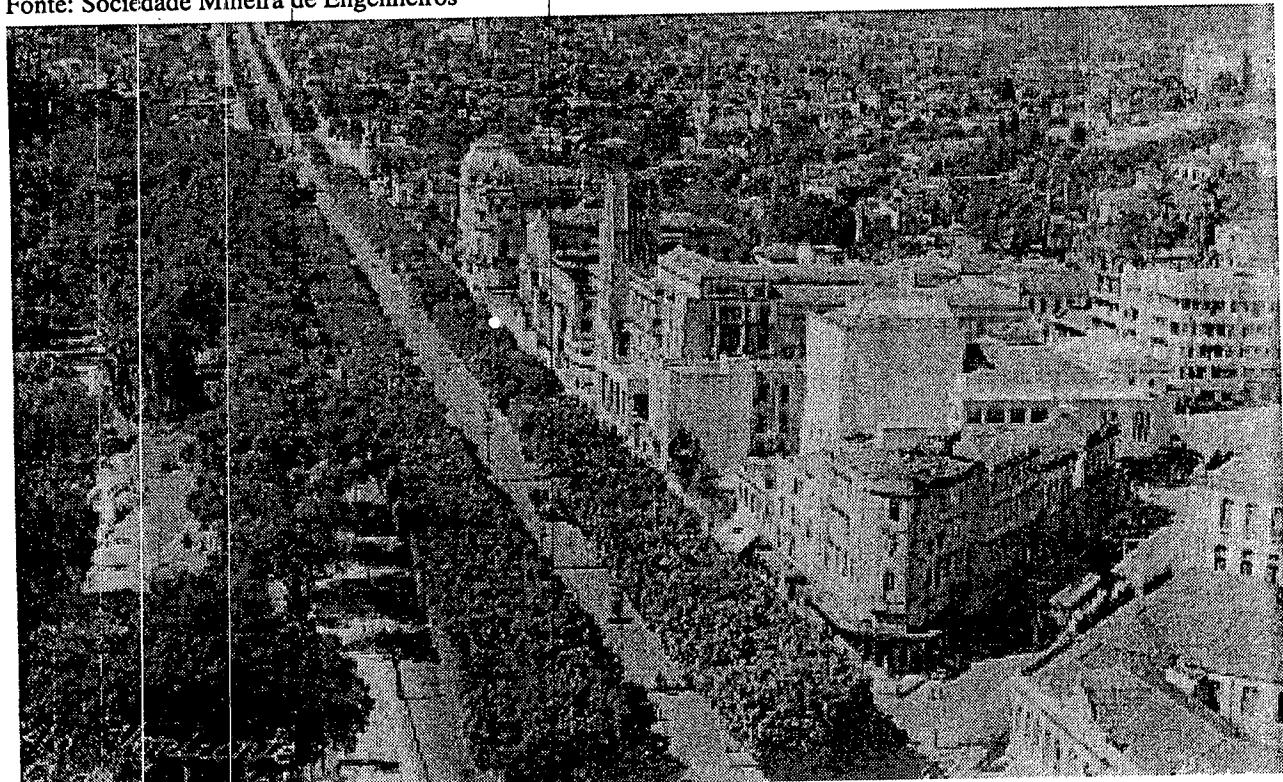
Vista Aérea da Cidade - 1936

Fonte: Museu Histórico Abilio Barreto



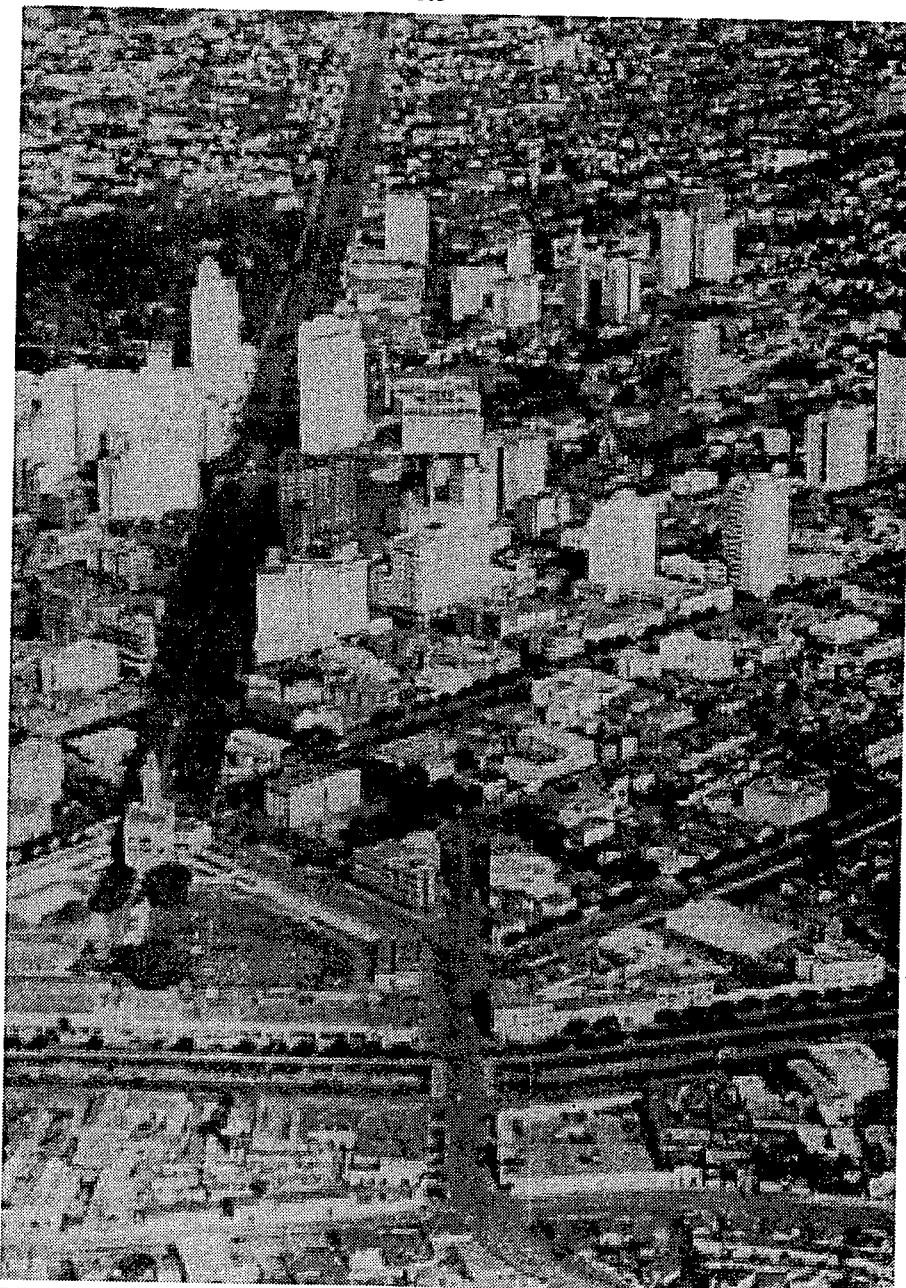
Cassino da Pampulha - 1936

Fonte: Sociedade Mineira de Engenheiros



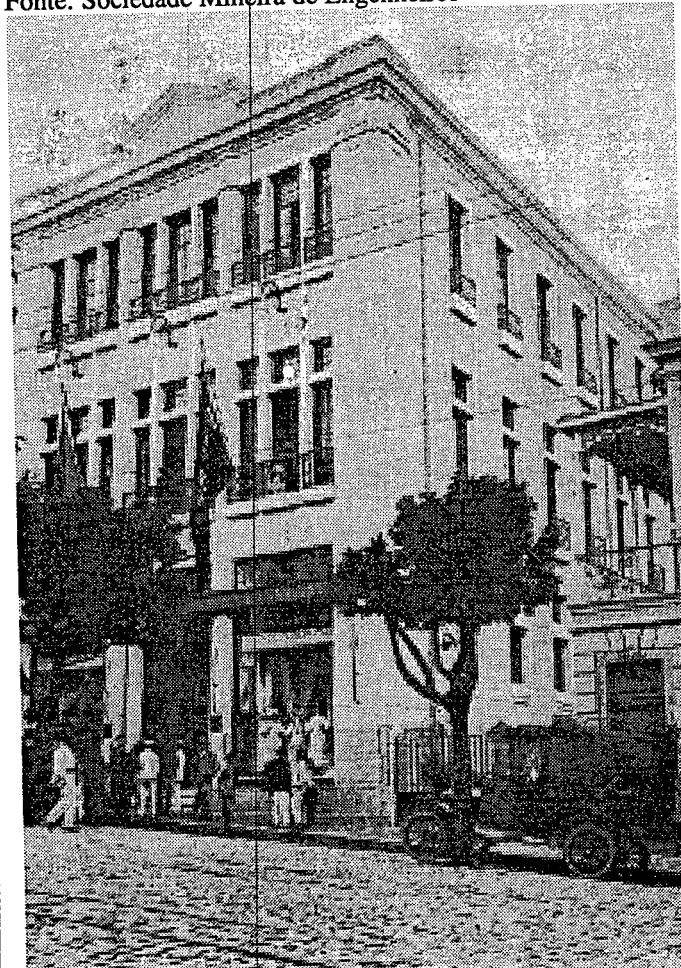
Vista Aérea do Bairro Funcionários - 1946

Fonte: Museu Histórico Abilio Barreto



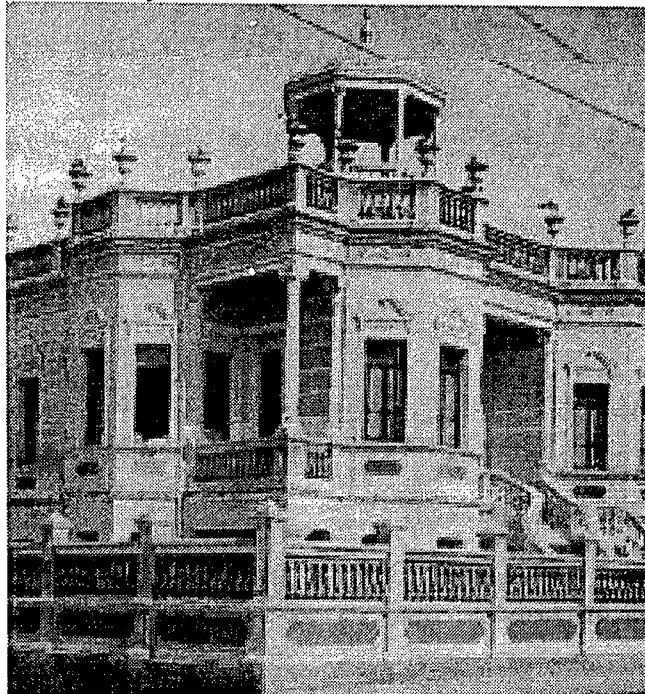
Vista Aérea da Capital - 1956

Fonte: Sociedade Mineira de Engenheiros



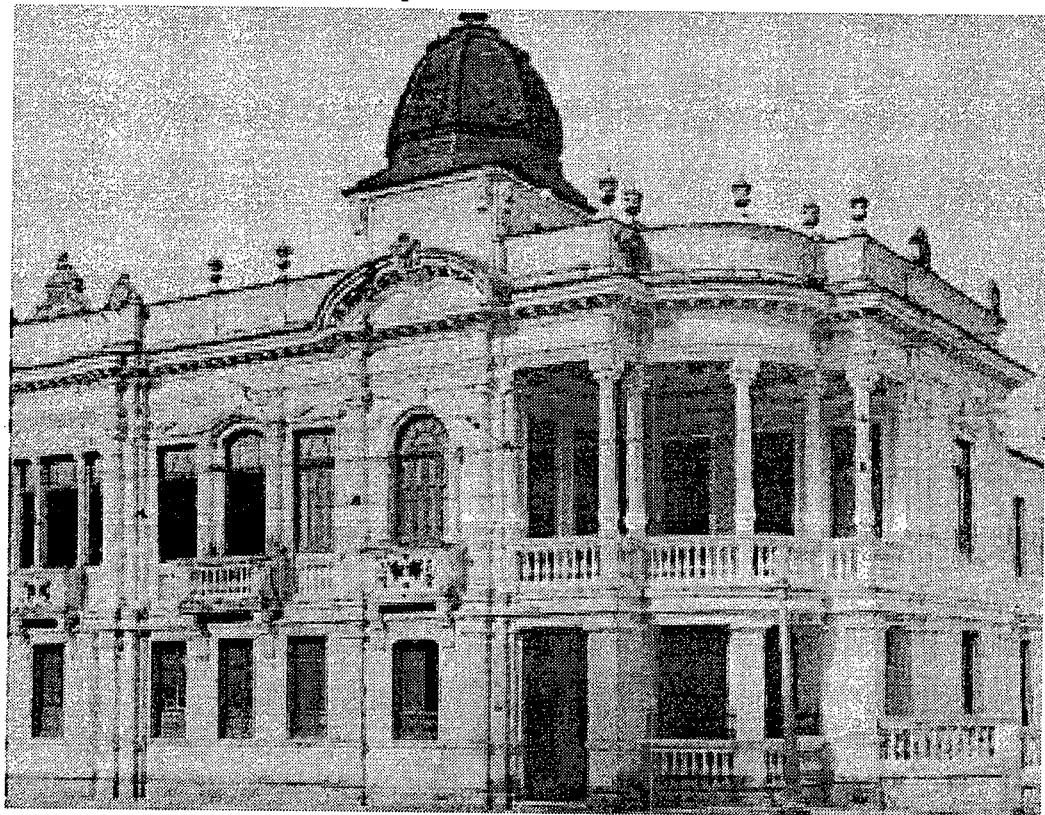
“Belo Horizonte - Edifício do Parc Royal”

Fonte: *Sedução do Horizonte*



Castelinho da Praça - 1920
(onde hoje está o edifício Niemeyer)

Fonte: BH, de Curral Del Rei à Pampulha



Palacete Dantas - 1920

II - O CONJUNTO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO LIBERDADE - O LAZER E A CULTURA NA CAPITAL.

“Que luta pavorosa entre floresta e casas
Todas as idades humanas
Macaqueadas por arquitéturas históricas
Torres torreões torrinhas e tolices
Brigam em nome da ?
Os mineiros secundam em coro:
Minas progride ...
Também quer ter também capital
moderníssima também (...)
(Andrade, M. “Noturno de Belo Horizonte) ⁽²⁵⁾

Tendo sido o seu crescimento dinamizado nos anos 70 e 80, a Belo Horizonte contemporânea busca a sua consolidação como polo estadual e nacional. O fenômeno da sua metropolização traduz-se em modificações significativas no seu espaço. Se, por um lado, tem-se um processo de verticalização de suas áreas mais tradicionais, por outro, apresenta uma expansão urbana desorganizada e heterogênea⁽²⁶⁾.

Dos impactos da cidade criada e construída para assegurar a prosperidade mineira, ela mostra hoje sua face em tempos pós-modernos. No seu espaço proto-moderno e racional, pode-se rastrear as marcas e lugares. Belo Horizonte hoje são muitas e nos seus fragmentos estão a expressão da sua vida cultural e da sua memória.

O crescimento urbano também resultou na proliferação de centros articulados no contexto do *continuum* urbano. Este fato se materializa numa ampla oferta de serviços, nas diversas formas de consumo e numa variedade de bens simbólicos. Os centros estão polarizados pela área central tradicional, conformando um centro de negócios que condiciona grande parte dos deslocamentos. À medida que o lu-

gar passou a apresentar um quadro de saturamento, perderam seus espaços de sociabilidade, consolidando-se como lugar de ponto passageiro e de consumo heterogêneos. Nesse contexto, as formas de lazer e expressão cultural vão acompanhar a descentralização dos serviços, adequando-se a eles ou transformando-os em espaços de permanência e sociabilidade.⁽²⁷⁾

Nota-se claramente que houve um declínio da oferta de espaços públicos destinados ao lazer e à cultura, à medida em que a cidade se metropolizou. Ao mesmo tempo, proliferou pelo centro urbano uma variedade de lugares privados, destinados ao mesmo fim. Ainda que havendo uma redução qualitativa, proporcionalmente em relação às primeiras décadas da Capital, eles se tornaram referência na vida cotidiana atual⁽²⁸⁾.

De todas as características analizadas acima, pode-se afirmar que grande parte dos espaços de sociabilidade são inicialmente espaços de consumo. Portanto, a perspectiva de acesso aos bens culturais e ao lazer está condicionada pelo capital cultural e econômico da população. Essa condição fragmenta as manifestações sócio-culturais, criando ressonâncias nos espaços. Na medida em que o poder público secundariza as ações que podem reequacionar a destinação simbólica urbana, as iniciativas do setor privado são voltadas para um menor número de consumidores. Ao mesmo tempo, há evidências de iniciativas destinadas à um maior número da população, porém estas conotam uma perda semântica da prática cultural, sendo transmudada em prática funcional de lazer. É neste contexto que proliferam na metrópole os shoppings, os parques temáticos, os bares, as casas de danças e os clubes, em detrimento de ações sofisticadas, voltadas para as experiências de lazer educacional e cultural.

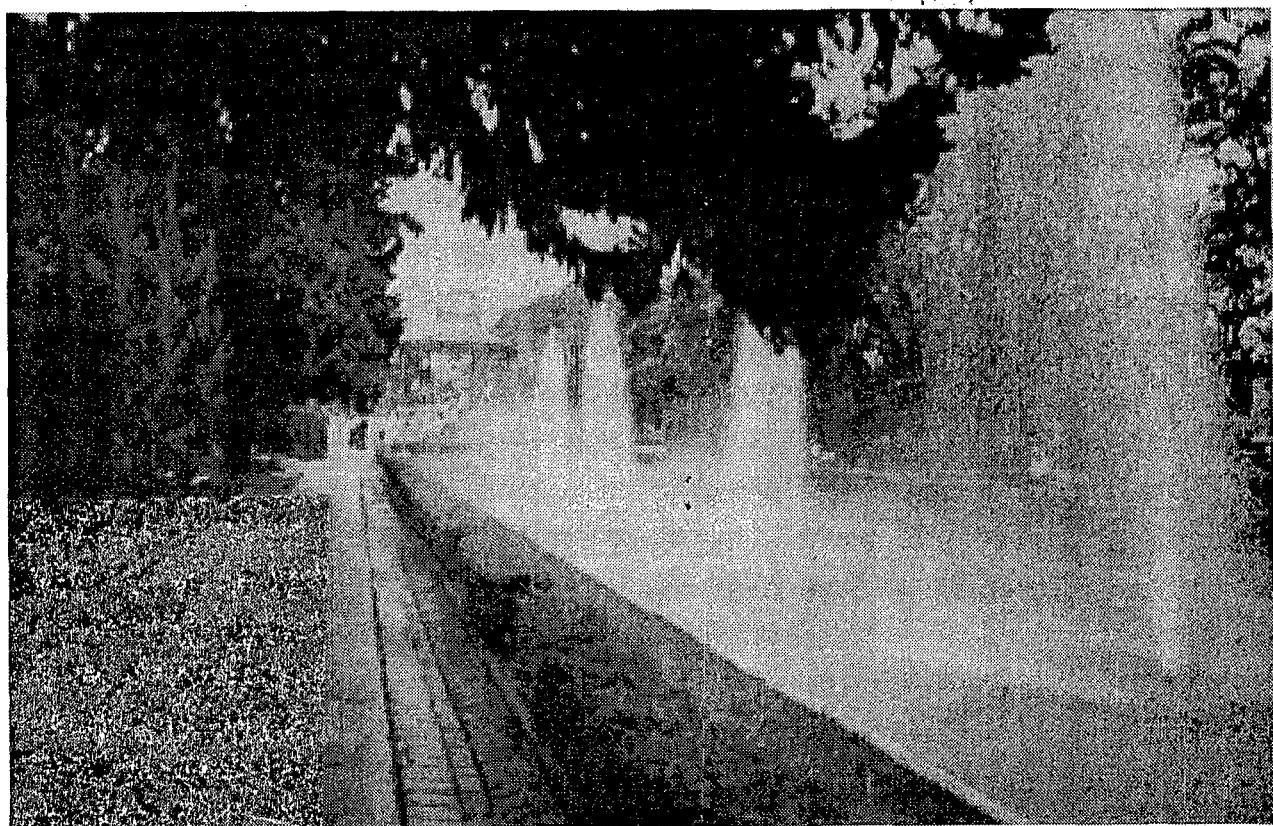
Considerando-se a região onde está inserido o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Liberdade, pode-se indicar, a princípio, que houve uma transformação expressiva na espacialidade local, o qual subdivide-se em três áreas principais. A primeira é a região da Savassi, anteriormente parte do bairro Funcionários, que consolidou-se como Centro Alternativo de Consumo nos anos 80. Em um segundo ponto, a Praça polariza o bairro de Lourdes, que mesmo tendo sido erigido em meados dos anos 40 encontra-se totalmente

verticalizado. Ao contrário do anterior, a vocação deste é a habitação verticalizada de luxo. Suas vias estão saturadas e os seus moradores elegeram a praça como centro de lazer e descanso. A terceira região localiza-se nas imediações da avenida João Pinheiro e da rua da Bahia. Nesta área predominam os serviços institucionais, educacionais, habitacionais e, em menor escala, os serviços culturais vinculados ao setor privado.

De acordo com o quadro acima, pode-se indicar que a Praça da Liberdade não só centraliza as atividades de lazer e descanso, como em determinadas horas e dias apresenta um certo congestionamento, sendo que seus espaços não são suficientes para absorver tamanha e diversificada demanda. Durante as manhãs e tardes da semana, a área recebe freqüentadores provenientes dos bairros mais próximos, como o Funcionários, Lourdes, São Pedro, Centro e Santo Antônio. Porém, no período da noite e nos finais de semana, o espaço é ocupado por famílias, adolescentes, crianças e jovens, todos em busca do lazer a baixo custo, do status e do valor simbólico do local.

Partindo desta análise e considerando a sub-utilização das Secretarias de Estado, este estudo procura indicar uma nova ocupação para tais palácios. Considerando que a Secretaria da Educação já foi transformada em Centro de Informação do Professor, tem-se o indício de que as tradicionais funções exercidas hoje pelo setor administrativo do Estado não são passíveis de serem fruídas objetivamente em tais edifícios. Com base nestes pontos, pretende-se adaptar os espaços para que possam promover a cultura, a arte e educação e o lazer da Belo Horizonte Centenária. Só assim será possível capacitar a Capital para uma efetiva preservação, produção e promoção dos bens culturais e nacionais. Na medida em que os palácios "circundam" a Praça, agora será possível criar condições para que o encontro, o lazer e a cultura adentrem os espaços e façam deles um verdadeiro domínio público.

Para que tal objetivo tenha uma base conceitual objetiva e coordenada com a atual realidade econômica e política, propõe-se que o projeto tenha como referência o principal centro de cultura brasileira - O Centro Cultural do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro.

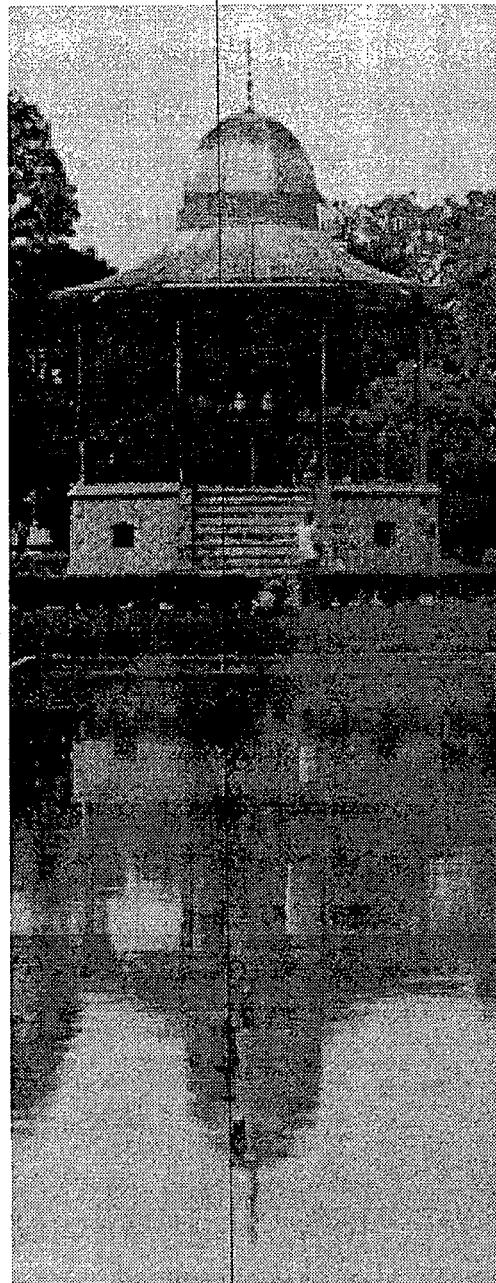


Fonte Luminosa da Praça da Liberdade - 1997

Dezembro de 1997

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sábado 13 28059



Coreto da Praça da Liberdade - 1997



Secretaria da Cultura e Palacete Dantas - 1997

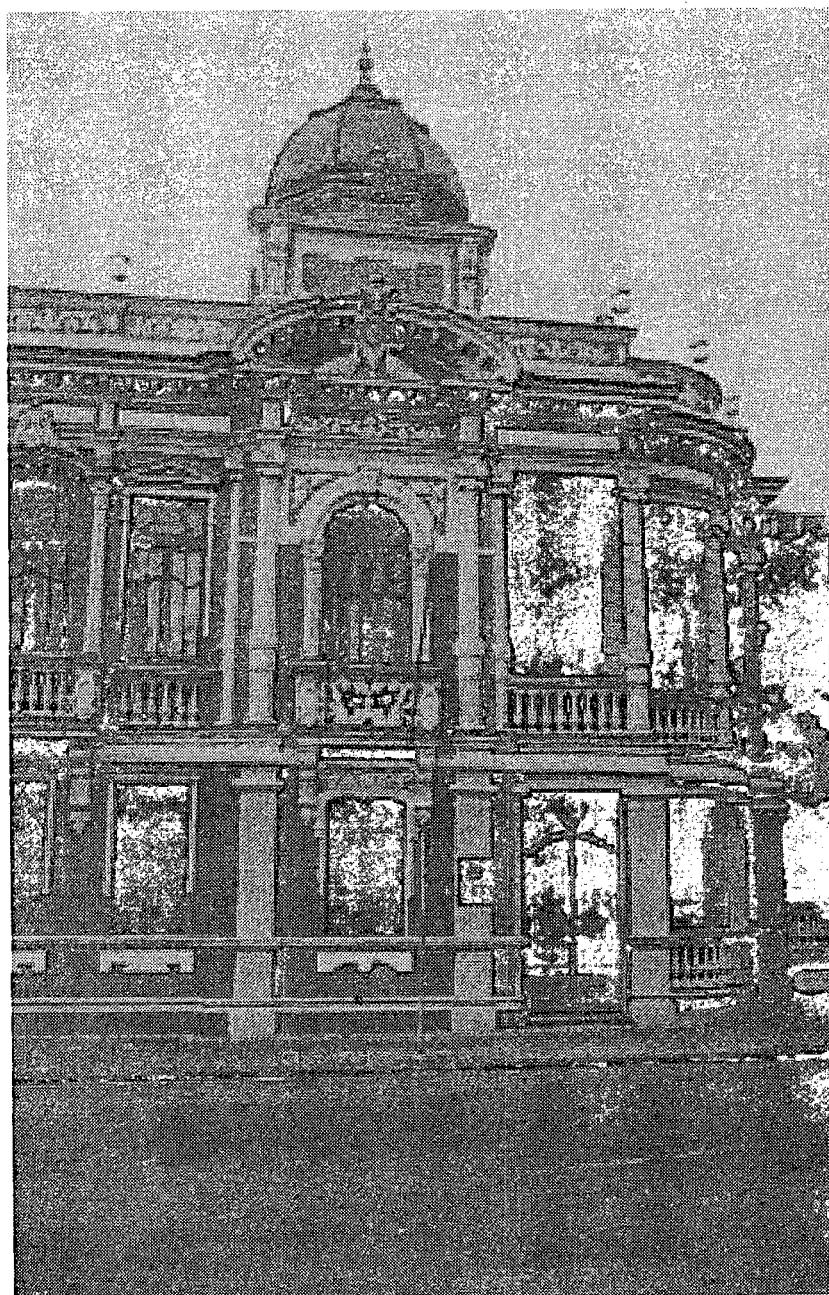
Dezembro de 1997

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

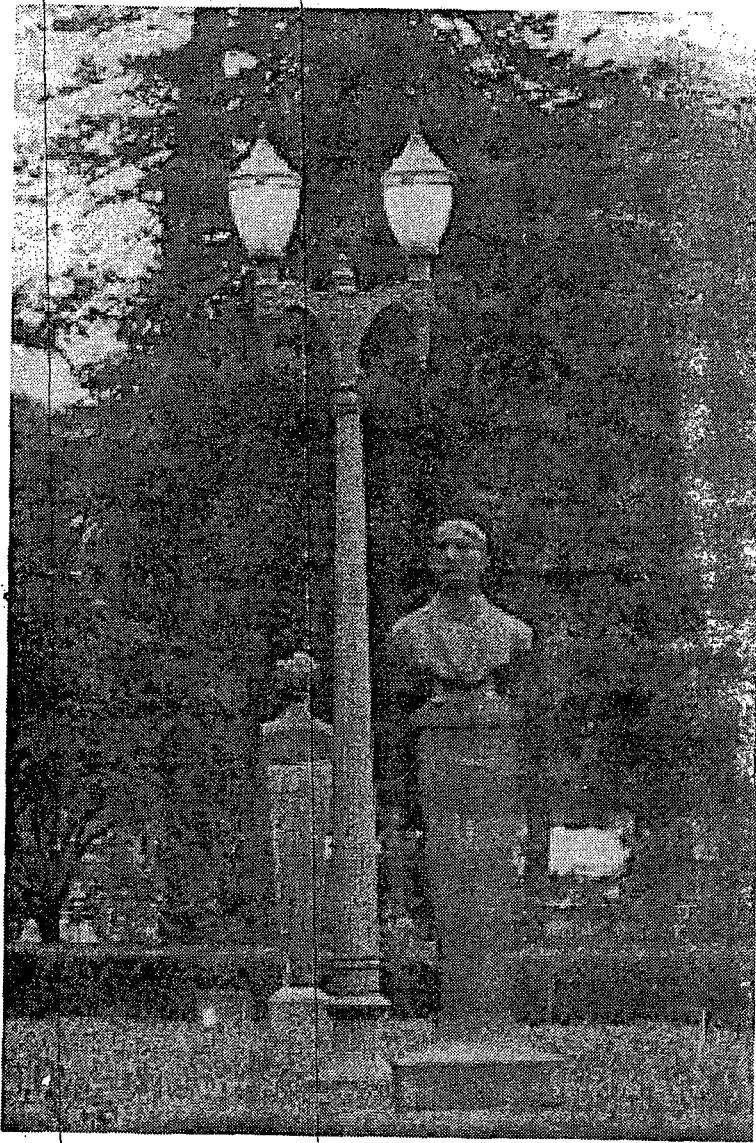
Sábado 13 28061



Palácio Episcopal - 1997



Palacete Dantas - 1997



III - A PRAÇA E A BUSCA DA REFERÊNCIA A FORMAÇÃO DO CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL

A idéia da criação do CCBB nasceu na Diretoria central do Banco por volta de 1987, tendo sido coordenada pelo então vice-presidente, Dr. Francelino Pereira. A primeira decisão da diretoria foi a criação de um Centro Cultural de Documentação Financeira do B.B.,

a ser instalado no antigo prédio da Rua Primeiro de Março, nº 66, no Rio de Janeiro, a pedido do então presidente Dr. Camillo Calazans de Magalhães.

O prédio teve sua pedra fundamental lançada por D. Pedro II no ano de 1880, e fora construído pelo arquiteto da Casa Imperial Brasileira, Francisco Bethencourt da Silva. "Inaugurado em 1906, durante dezessete anos teve as mais diversas utilizações. Bolsa de Fundos Públicos, escritórios aduaneiros, Associação Comercial, Consulado de Portugal e outras."⁽²⁹⁾. Em 1923, o prédio foi transferido para o Banco como forma de pagamento de dívidas da Associação Comercial.

A reforma mais importante ocorreu em 1940, quando o prédio foi acrescido de quatro andares. Com a mudança da Capital Federal, nos anos 60, o prédio perdeu a função de sede do Banco, exercendo desde então o papel convencional de agência do banco. Neste contexto, a presidência considerava, já em 1987, que era necessário recuperar o edifício. Porém, a primeira idéia permaneceu vinculada à memória da moeda brasileira e à instalação de uma biblioteca.

Tentando adaptar tão inovadora intenção no interior das mudanças e posturas políticas da conjuntura da época, a presidência encontrou uma saída relevante. Através de Ney Curvo, assessor de comunicação social da presidência, ficou definida a instalação de uma "casa de cultura, com característica abrangente, poderia ser um excelente veículo de marketing institucional, o qual viria produzir efeitos positivos para os negócios da Empresa (...)"⁽³⁰⁾

Aproveitando o plano da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, intitulado "Corredor Cultural", que estava sendo implantado naquela época no Centro Antigo, a direção do Banco não só apoiou a medida, como considerou a iniciativa mais um "parceiro" na luta pela preservação. Assim que foi aprovada a criação do Centro Cultural e de Documentação Financeira do BB, foi designada uma comissão destinada a gerenciar o projeto e a implantação do mesmo. Coube ao Dr. Francelino Pereira tão importante missão, cujo plano foi criar

condições de reforma e adaptação do edifício para as funções culturais, salvaguardando as características arquitetônicas originais. Era sua tarefa também implementar atividades relacionadas ao saber e.

à preservação do acervo documental, numismático e bibliográfico do Banco. Este acervo estava distribuído pelo Arquivo Histórico, pelo Museu, pela Biblioteca e pelo Departamento de Seleção e Desenvolvimento de Pessoal.

O projeto de adaptação do prédio ficou sob a responsabilidade de Marcelo Graça Couto Campello e a sua execução deveria ser acompanhada por técnicos do Departamento de Patrimônio Imobiliário do Banco e pela Comissão de Projeto e Implantação do Centro Cultural. Aprovado o projeto de recuperação e adaptação arquitetônica, foram designados os membros da comissão, até então incompleta: Dr. Francelino Pereira (presidente) e os funcionários do Banco, Reinaldo Benjamim Ferreira, Oduvaldo de Azevedo Braga, José de Anchieta Brandão, Ney da Fontoura, Adelson Santana e o arquiteto Marcelo Campello.

Durante o processo de implantação do CCBB, coube à comissão organizar, no âmbito do Banco, todos os problemas de ordem técnica, política e cultural. Ao lado disso, era também responsabilidade da mesma comissão as negociações junto à presidência nacional do Banco. No entanto, o passo mais relevante e de grande responsabilidade vinculou-se aos contatos com a sociedade cultural, artística e intelectual do Rio de Janeiro sem subestimar o papel da mídia. Nestas negociações, buscava-se a “construção” de um consenso social em nome da aceitação e ratificação da idéia do Centro Cultural. Além desse processo, cumpre lembrar que ao mesmo tempo era papel da mesma Comissão definir as primeiras medidas e projetos culturais. Assim, “o resultado foi fruto das múltiplas ações que levaram à organização de interesses e idéias sempre compartilhadas pelas pessoas envolvidas e consolidadas como opções gerais do grupo. O CCBB surgiu mais pela persistência e habilidade política dos seus idealizadores do que pelo fato de se tratar de um projeto adequado, oportuno, ou mesmo imprescindível, naquela hora, para projetar a imagem do Banco ”⁽³¹⁾.

Depois de um conjunto de ações e negociações, o CCBB foi inaugurado em outubro de 1989, tendo sido aberto ao público na semana seguinte à inauguração. Desde esta época, o Centro marcou sua atuação pelas ações culturais e artísticas, como: Exposições coletivas

e individuais, apresentações teatrais, ciclo de palestras, além da instalação do Museu Numismático, da Biblioteca, da Sala de Cinema e Vídeo e de projetos educativos, como as rodas de leitura e cursos de curta duração.

O projeto de adaptação procurou preservar o requinte dos pisos, escadarias e ornamentos, além da cúpula central. Como lugar de cultura, incorpora inúmeras atividades, apresentando-se “como um fórum de debates.” É um museu vivo, que permite, ao mesmo tempo, rever e reciclar as manifestações artísticas, expor os produtos, integrar os eventos e questionar a produção cultural. São muitos espaços num só espaço, com livre trânsito para a arte, que está permanentemente em cartaz nos 17.000 m² do CCBB.” ⁽³²⁾.

Programa Artístico Funcional do CCBB:

Auditórios e Teatros

Teatro I - térreo, com 182 assentos

Teatro II - 2º andar, com 143 assentos

Auditório - 4º andar, com 70 poltronas.

Filmes de Arte

Sala de Cinema - térreo, com 99 assentos

Sala de Vídeo I - térreo com 48 assentos

Sala de Vídeo II - 4 cabines de três lugares.

Exposição de Arte

Sala C - 2º andar, com 111,22 m²

Sala D - 2º andar, com 222,60 m²

Sala E - 2º andar, com 71,22 m²

Sala F - 2º andar, com 140,25 m²

Museu

Museu do Arquivo Histórico - 1º andar com 400 m²

Biblioteca e Acervos

Biblioteca do CCBB - 5º andar com 100 mil livros

Sala de Obras Raras - 39 volumes importados

Sala Mozart de Araújo - 12 mil documentos e partituras, 25.000 livros, 1800 discos.

Sala José Guilherme Merquior - 9.000 títulos.

Cafeterias

Bomboniere e Café - Hall principal

Salão de Chá - 2º andar

Restaurante do Mezanino - Mezanino

Outras Atividades

Agência Bancária - térreo

Terminais de Computador - Hall de entrada

Livraria e Papelaria - Hall de entrada

Infra-estrutura e Reserva Técnica - Todos os andares.

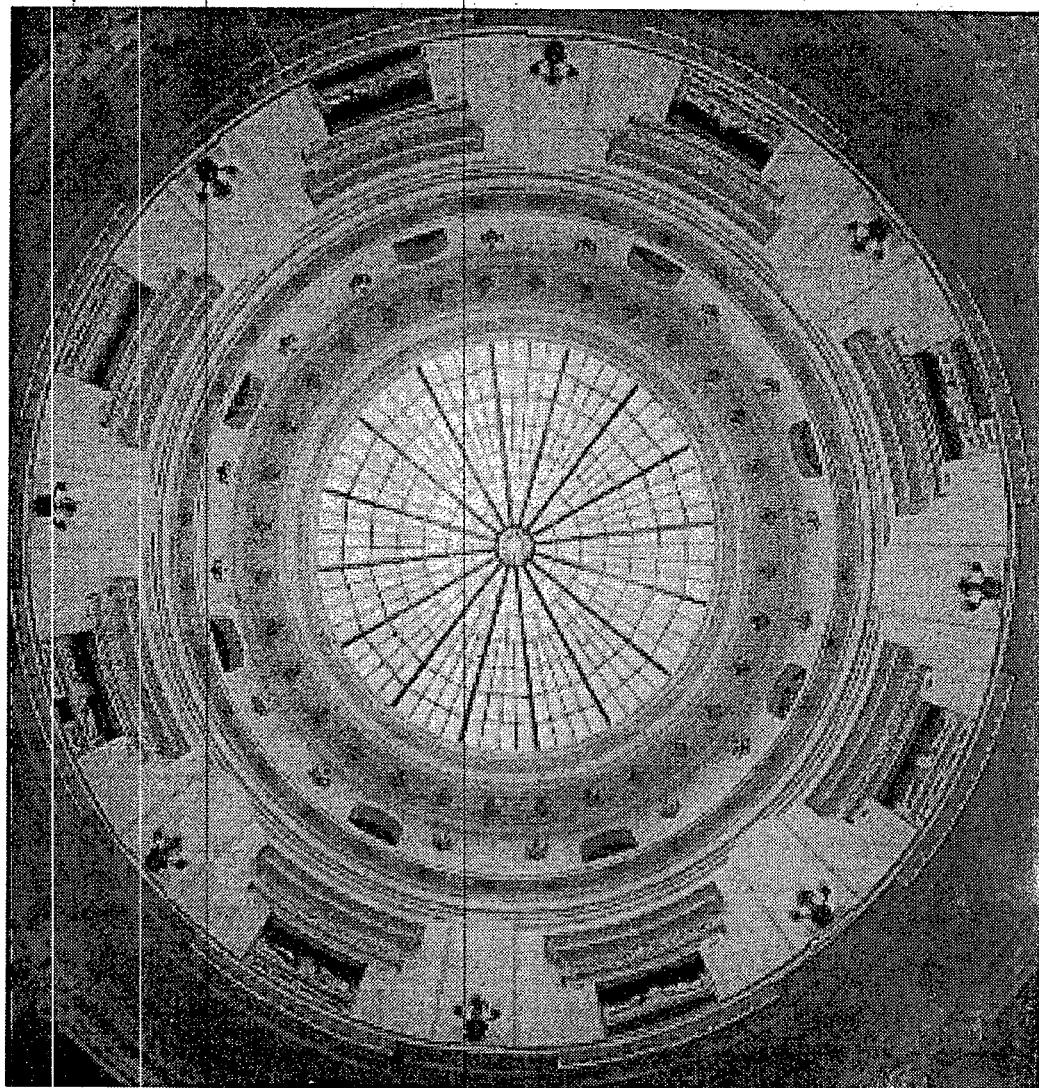


Centro Cultural Banco do Brasil - Rio de Janeiro

Dezembro de 1997

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sábado 13 28069



Detalhe da Cúpula do Centro Cultural Banco do Brasil - RJ

IV - A REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA PARA O TERCEIRO MILÊNIO - A CRIAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DA LIBERDADE

1 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO Antiga Secretaria do Interior.

O projeto é de José de Magalhães, membro da Comissão Construtora, e obedece ao ecletismo vigente na arquitetura da época da fundação da Capital.

Boa parte dos materiais utilizados na construção do prédio, como a estrutura de ferro e a cobertura metálica, foram importados da Bélgica. A escadaria com estrutura e guarda-corpo metálico já incorpora-se à experiência artística do *art-noveau*, criando um certo contraste com o ecletismo. A estrutura é super dimensionada para a área e hall de acesso, dificultando a circulação das áreas laterais do térreo.

O prédio possui três pavimentos - o terceiro é formado pela sala central de 6 x 10 metros, cujas portas dão acesso ao terraço frontal. Os tetos são pintados a óleo em quatro meios tons. As duas salas laterais medem 6 x 9 metros, ao passo que o corredor tem 3 x 10 metros. O segundo pavimento tem os tetos pintados e decorados com estuque-cártão, destacando-se a decoração do gabinete de despachos. O andar é formado por oito salas, sendo que o salão central é ligado à varanda por três portas decoradas em ferro. O térreo é composto pelo hall de acesso principal, que o liga à escada para os pisos superiores e dois amplos salões dispostos simetricamente.

A fachada frontal mede 42 x 50 metros, ornada por colunas de mármore vermelho, arrematadas com capitel coríntio. Sobre as colunas, conforma-se o terraço, que é coberto por abobadilha. Este é, por sua vez, encimado por uma cúpula de $\frac{1}{4}$ de esfera, pintada de azul celeste, tendo no centro uma efígie da República.

No ano de 1930, o prédio foi adaptado para abrigar a Secretaria de Educação e Saúde. Trinta anos depois, o arquiteto Galileu Reis planejou a construção do anexo, visando a ampliação, sem intervir no prédio original.

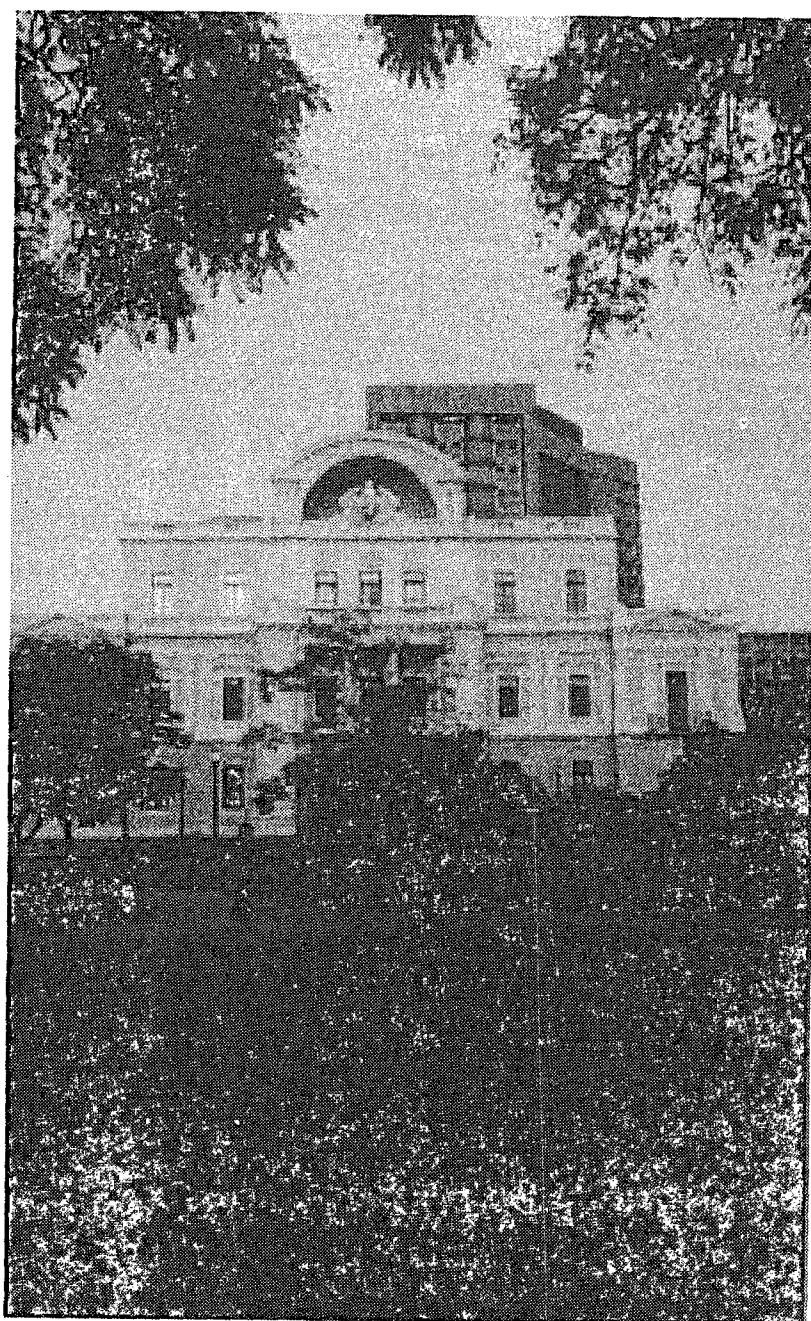
Devido a problemas técnicos, como a incidência de trincas e rachaduras, no ano de 1982 iniciou-se um processo de restauração que só foi concluído seis anos depois. Além da recuperação do subsolo, térreo e demais pavimentos, as esquadrias de ferro foram substituídas por novas em madeira. Foram também instaladas uma nova rede hidráulico-sanitária, uma rede de telefonia e um novo sistema elétrico. Além disso, o pátio recebeu cobertura acrílica, criando uma ambição fechada entre o prédio e o anexo.

PROPOSTA DE USO CULTURAL E ARTÍSTICO:

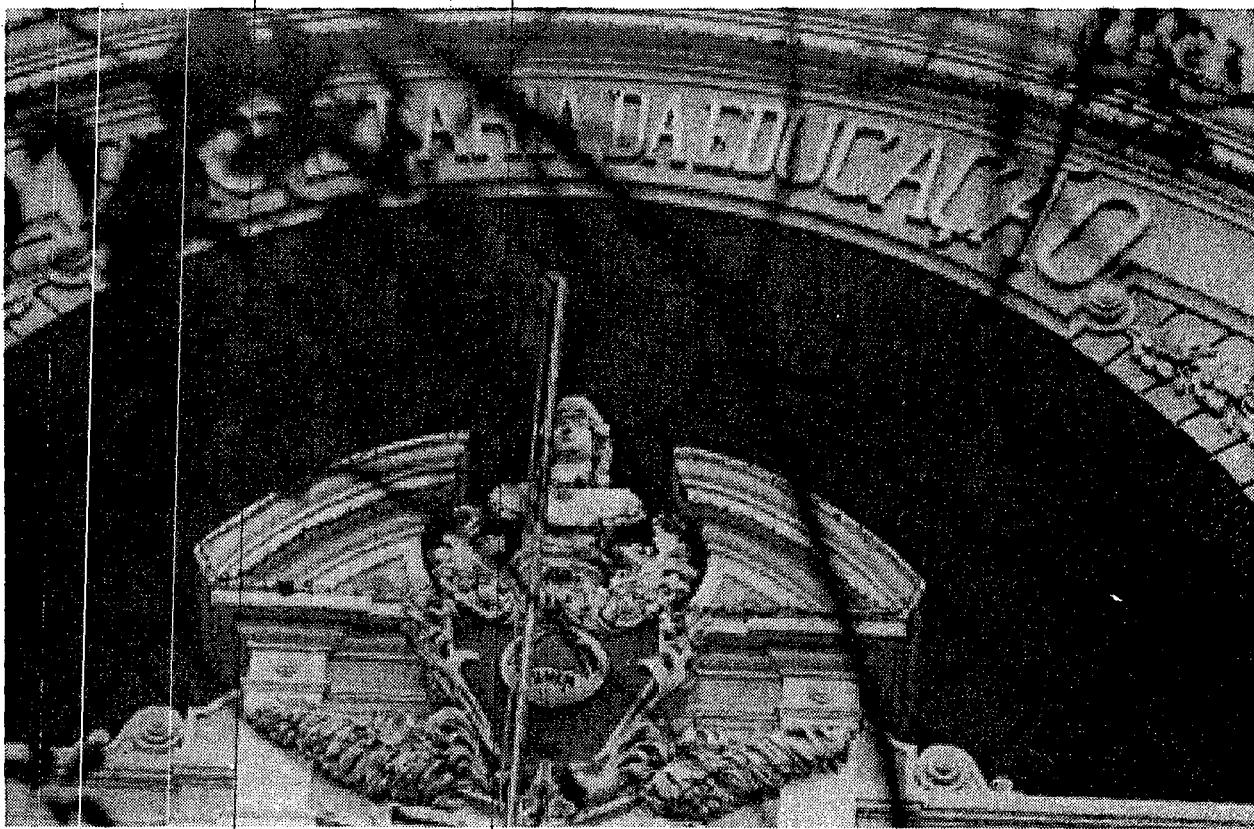
CENTRO DE INFORMAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DE MINAS GERAIS.

- Sala de Exposição
- Auditório para 100 lugares
- Arquivo reunindo informação sobre a formação do Estado, os seus dirigentes e os viajantes.
- Museu iconográfico da vida pública mineira.

NOTA: O Centro de Informação do Professor deverá funcionar no anexo.



Secretaria da Educação - 1997



2 SECRETARIA DA FAZENDA Antiga Secretaria das Finanças

Localizado ao lado da Secretaria da Educação, o prédio foi projetado por José de Magalhães e aprovado pela Comissão Construtora em 1895. Na época da inauguração da Capital ainda se encontrava em fase de acabamento.

Na fachada frontal, destaca-se o centro ornamentado, onde “nasce” na cimalha do segundo pavimento o frontão quase todo em balanço, apoiado em consoles. No centro do frontão situa-se o escudo do Estado de Minas Gerais, valorizado pela inserção de ramagens dispostas simetricamente. O segundo pavimento tem o seu centro demarcado por oito pilastras adornadas de capitel coríntio, tendo como destaque no interior o escudo da Secretaria das Finanças. A parte inferior é ornamentada por elementos dóricos, estando dividida em dois pla-

nos salientes e um plano central reentrante. O corpo central é formado por três andares, demarcados por três portas no andar térreo e cinco janelas em cada andar superior.

As fachadas laterais acompanham o ecletismo ao distribuir duas janelas por andar. As janelas do primeiro pavimento são coroadas por tímpanos triangulares. Os três pavimentos são conectados por escada com estrutura em ferro, tipo Joly. A cobertura dos pavilhões laterais posteriores é de quatro águas, com telha em losango de zinco liso.

Internamente, as decorações de tetos e paredes foram realizadas por Frederico Antônio Steckel. Ao longo da história, o prédio sofreu várias ampliações. Em 1971, o espaço interno foi recuperado e, dois anos depois, construíram um anexo que procurou acompanhar os princípios estéticos do ecletismo. Em 1984, o espaço interno foi novamente recuperado, tendo como objetivo principal a restauração dos elementos artísticos existentes.

Atualmente, encontra-se sub-utilizado, uma vez que as funções administrativas básicas já foram transferidas para outro espaço.

PROPOSTA DE USO CULTURAL E ARTÍSTICO:

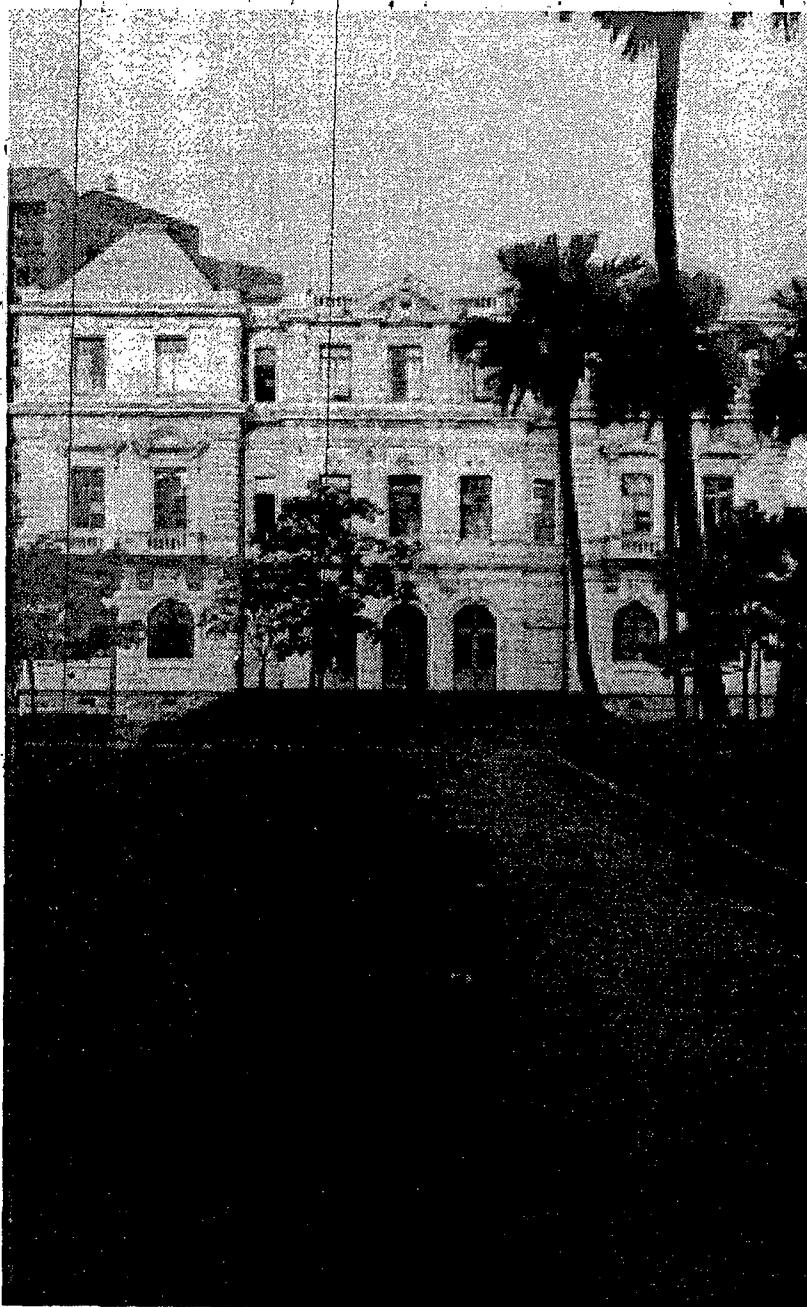
MUSEU DA IMAGEM E DO SOM.

- Sala de Cinema para 150 assentos
- Auditório para 100 assentos
- Estúdio de reprodução e edição de filmes
- Museu iconográfico e cinematográfico.

Dezembro de 1997

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sábado 13 28075



Secretaria da Fazenda - 1997

3 SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Antiga Secretaria da Agricultura

O projeto do edifício é de José de Magalhães, tendo sido aprovado pela Comissão Construtora em 1895. Foi concebido com três pavimentos e acrescido de mais um andar depois de 1920.

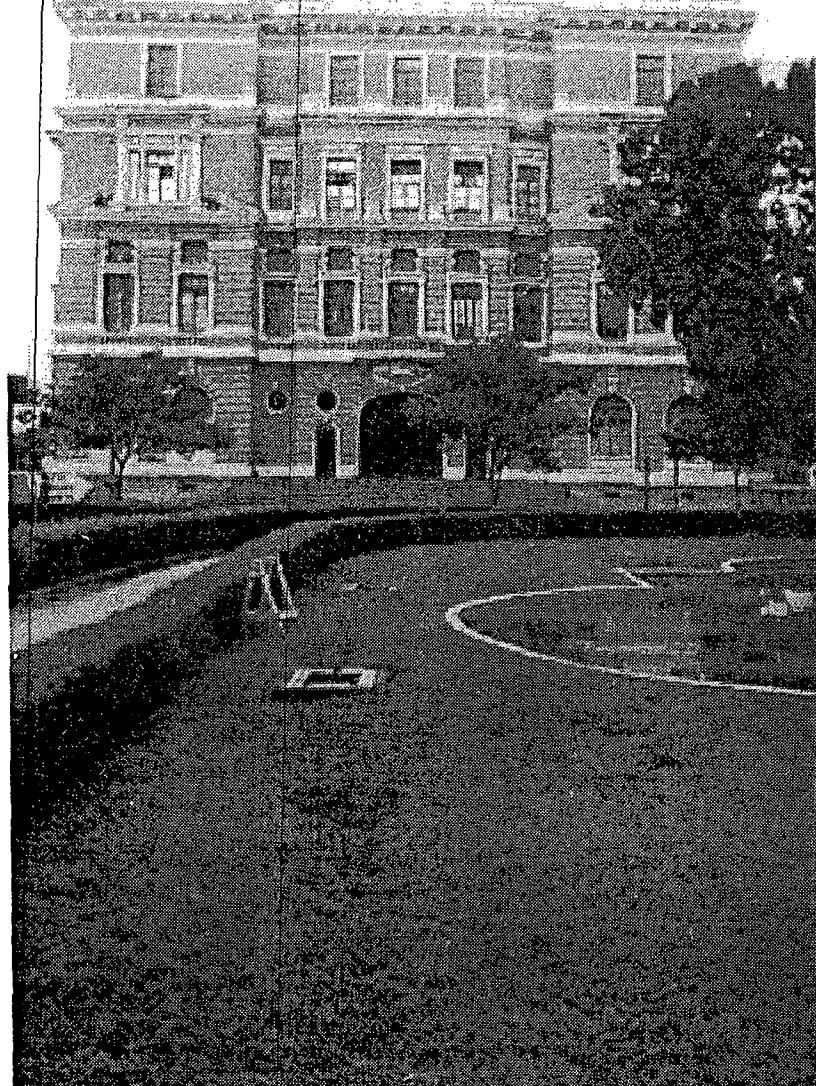
A fachada frontal é a menos monumental entre as secretarias, sendo que os ornamentos mais sofisticados foram retirados com o acréscimo do andar. A ornamentação interna ficou a cargo de Frederico Antônio Steckel, merecendo destaque o vitral com alegorias coloridas.

No ano de 1930, o prédio recebeu um acréscimo em seu segundo pavimento, obstruindo parte dos vitrais que iluminam a escada monumental. Esta, por sinal, foi preparada no próprio canteiro de obras, apresentando, portanto, melhor proporção em relação à área e ao pé-direito disponível.

Atualmente, o prédio encontra-se semi-utilizado, sendo que o último andar está sendo preparado para receber o IEPHA.

PROPOSTA DE USO CULTURAL E ARTÍSTICO: MUSEU DA ARQUITETURA E DA ARTE DE MINAS GERAIS

- Instalação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de MG - IEPHA - 4º Pavimento.
- Criação da Biblioteca - Acervo sobre a história econômica, social, urbanística e arquitetônica de M.G.
- Auditórios para palestras - 100 lugares cada.
- Salas de Exposições - 200 m² cada.



Secretaria de Viação e Obras Públicas - 1997

4

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

A secretaria teve suas obras iniciadas em 1929 e foi projetada pelo italiano Luiz Signorelli, complementando assim o conjunto dos palacetes administrativos do Governo do Estado. Anteriormente, as funções das secretarias eram de menor vulto, o que possibilitou que funcionasse em um sobrado localizado na via lateral direita do Palácio da Liberdade.

Vinculado a um ecletismo revivalista, o edifício é caracterizado por um academismo monumental, baseado na incidência de volumes sóbrios. Valorizando a simetria, a fachada frontal encontra-se demarcada por dois conjuntos de colunatas de capitel jônico. As janelas principais são de arco pleno e estão articuladas com outras de menor área e que exercem um papel apenas funcional.

O interior do edifício evidencia um detalhamento *art-noveau*, valendo destaque para o corrimão da escada, o vitral colorido e a presença de uma clarabóia simplificada no seu interior. A área do prédio é bem mais ampla do que as demais secretarias. Mesmo assim, foi acrescida de um pavimento posteriormente.

O prédio encontra-se hoje em pleno funcionamento, mas evidencia um total descompromisso, que traduz uma imagem de espaço abandonado. Outro problema é proveniente das reformas pequenas pelas quais passou de forma aleatória.

PROPOSTA DE USO CULTURAL E ARTÍSTICO:

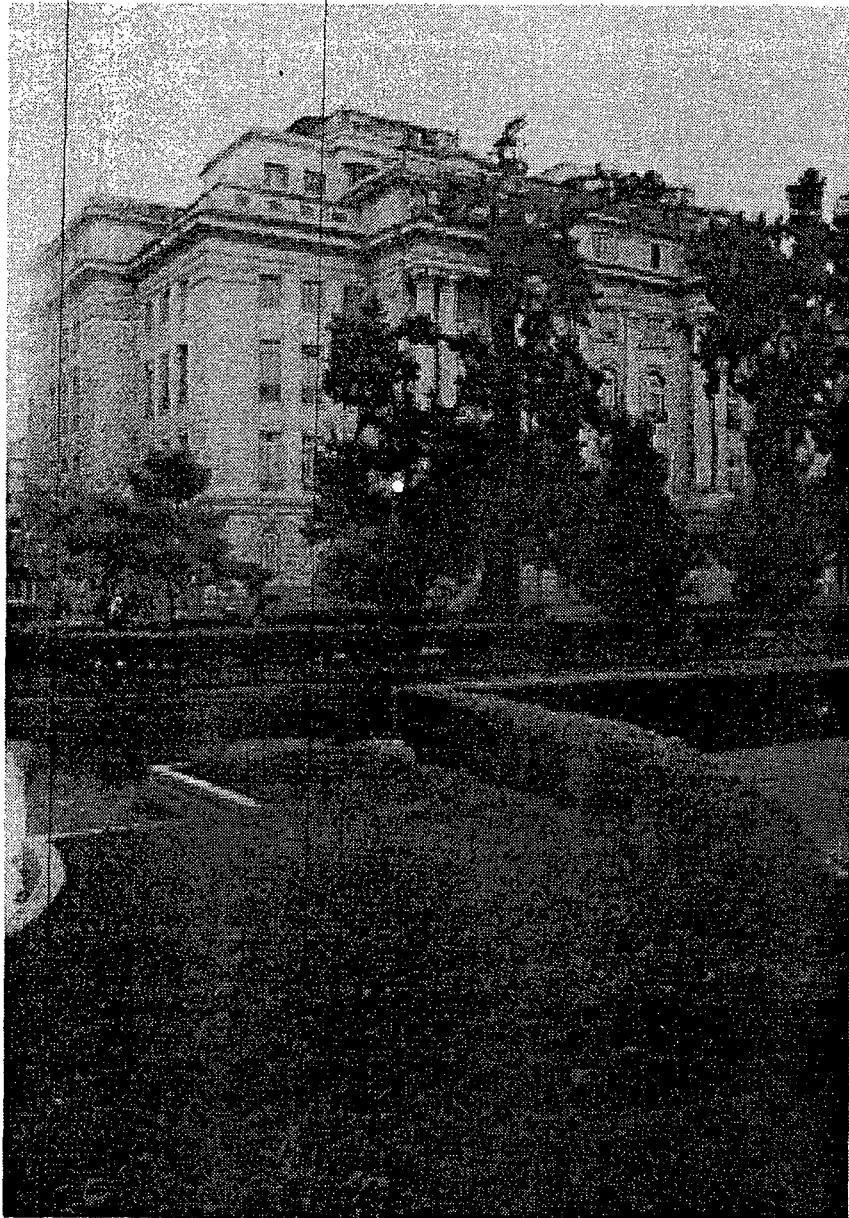
CENTRO CULTURAL BELO HORIZONTE

- Biblioteca com acervo de obras nacionais e internacionais
- 2 salas para teatro - 150 lugares cada.
- 2 auditórios - 100 lugares cada
- 4 salas para exposições
- Centro de informação político-administrativo
- Museu de arte colonial mineira
- Museu informatizado da história mineira.

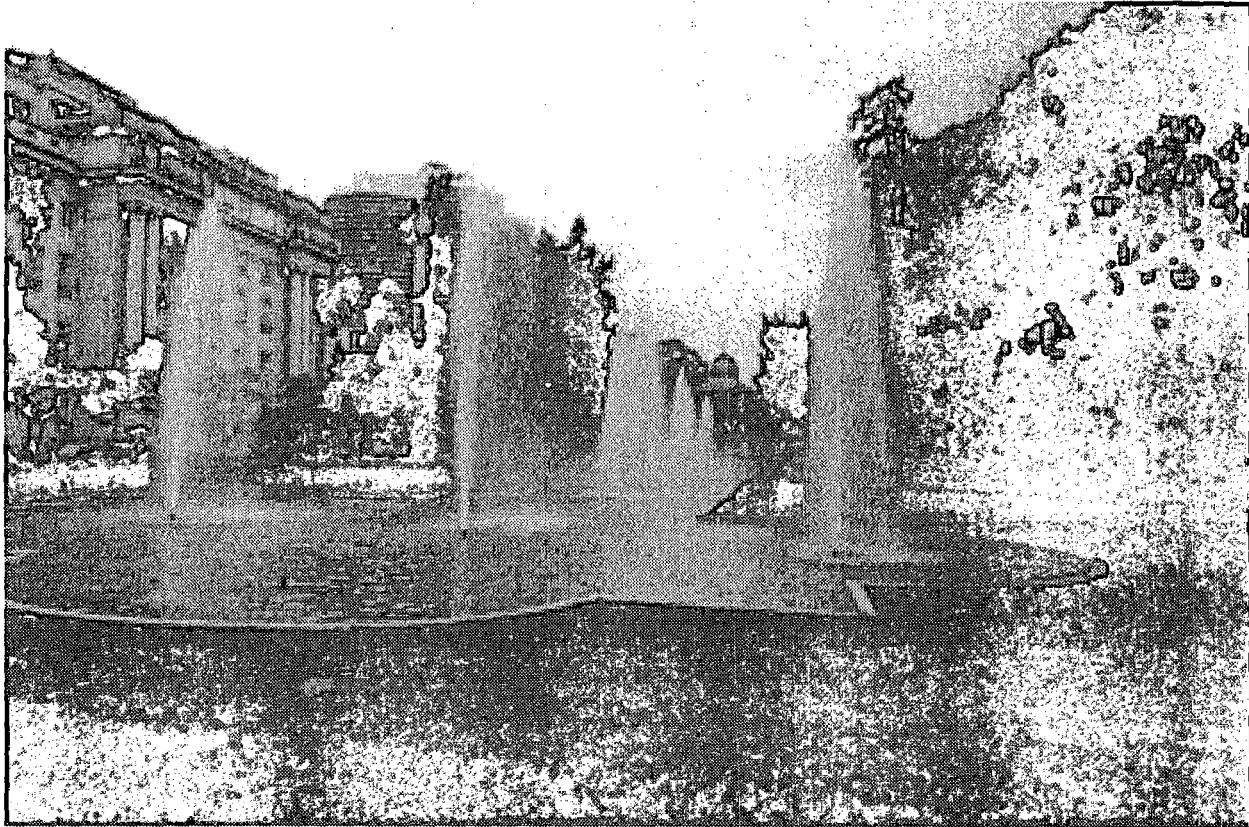
Dezembro de 1997

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sábado 13 28079



Secretaria de Segurança Pública - 1997



Secretaria de Segurança - 1997

V - CONCLUSÃO

Tendo em vista as transformações pelas quais a Capital, a Praça e seus Palacetes passaram, este é o momento de renovação da Praça do Poder. Diante da escassez de espaços culturais voltados para maior número de freqüentadores, a criação do Centro Cultural da Liberdade vem ao encontro de um novo tempo para a Praça - o tempo em estado puro - a “construção” do lugar simbólico da história, do *modus vivendi* e da competência criativa do povo mineiro.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Andrade , C.D. "Conto Mineral" in Nova Revisão. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1985, p. 502-3-4.
- (2) Canelini, N.G. Consumidores e Cidadãos. Conflitos multi-culturais da Globalização. Rio de Janeiro, Ed.UFRJ, 1996.
- (3) Sodré, M. "Intercâmbios Culturais e Globalização" in: Veredas. Ano 1 n° 11. Novembro de 1996.
- 4) Benjamim, W. "Sobre o Conceito de História" in: Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios Sobre Literatura e Historia da Cultura. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- (5) Lemos, C.B "The Modernization of Brazilian Urban Space as a Political Symbol of the Republic." in: The Journal of Decorative and Propaganda Arts. 21. DAPA 1995.
- (6) Idem, Ibidem.
- (7) Albano, C. ; Lemos, C.B.; Werneck, N. ; Menicucci, T. A cidade na Praça: Poder, Memória, Liberdade, Belo Horizonte, Caderno de Sociologia e Antropologia, FAFICH/UFMG, 1984.
- (8) Idem. Ibidem.
- (9) Apud. Campos, P. M. Belo Horizonte - de Curral Del Rey à Pampulha. Belo Horizonte, CEMIG, 1982, p. 73.
- (10) Albano, C. ; Lemos, C.B. et alli. op. cit.
- (11) Andrade, C.D. "Praça da Liberdade sem amor". op. cit. P. 857-8.
- (12) Lemos, C.DB. "A construção Simbólica dos Espaços da Cidade." in: Sousa, R.R. e Nehmy, R.Q. (org) Belo Horizonte, Espaços e Tempos em Construção. Belo Horizonte, CEDEPLAR/PBH, 1984.
- (13) Albano, C. ; Lemos, C.B. et alli. op. cit.
- (14) Silveira, V. (org) Minas Gerais em 1925. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1925.

- (15) Andrade, C. D. "Praça da Liberdade sem amor". op. cit.
- (16) Idem. Ibidem.
- (17) Idem. Ibidem.
- (18) Anjos, C. dos "Remota-se o Painel". In Araújo, L.C. de (org) Sedução de Belo Horizonte. Belo Horizonte, F.J.P., 1996, p.163
- (19) Lemos, C.B. "A construção simbólica". op. cit.
- (20) Idem. Ibidem.
- (21) Albano, C; Lemos, C.B. et alli op. cit.
- (22) Idem, ibidem.
- (23) Idem, ibidem.
- (24) Idem, ibidem.
- (25) Andrade, M. "Noturno de Belo Horizonte" in: Poesias completas. São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1987, p. 178.
- (26) Lemos, C.B. "Construção simbolica" op. cit.
- (27) Idem, ibidem.
- (28) Idem, ibidem.
- (29) Ferreira, R.B. "Centro Cultural Banco do Brasil - Uma Experiência que deu certo. Rio de Janeiro, CCBB, 1997, p. 16
- (30) Idem, pp. 19, 20.
- (31) Idem, p. 30.
- (32) Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro, CCBB, 1989.

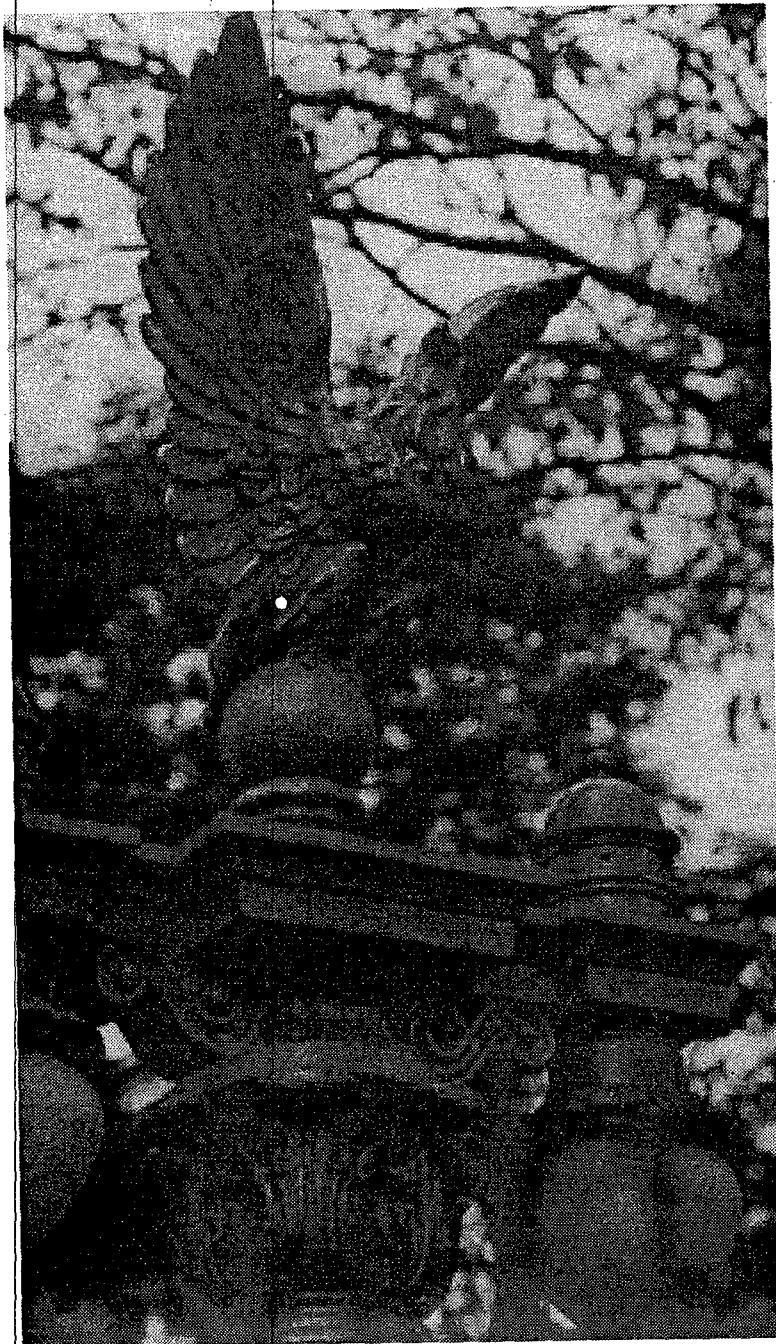
FICHA TÉCNICA

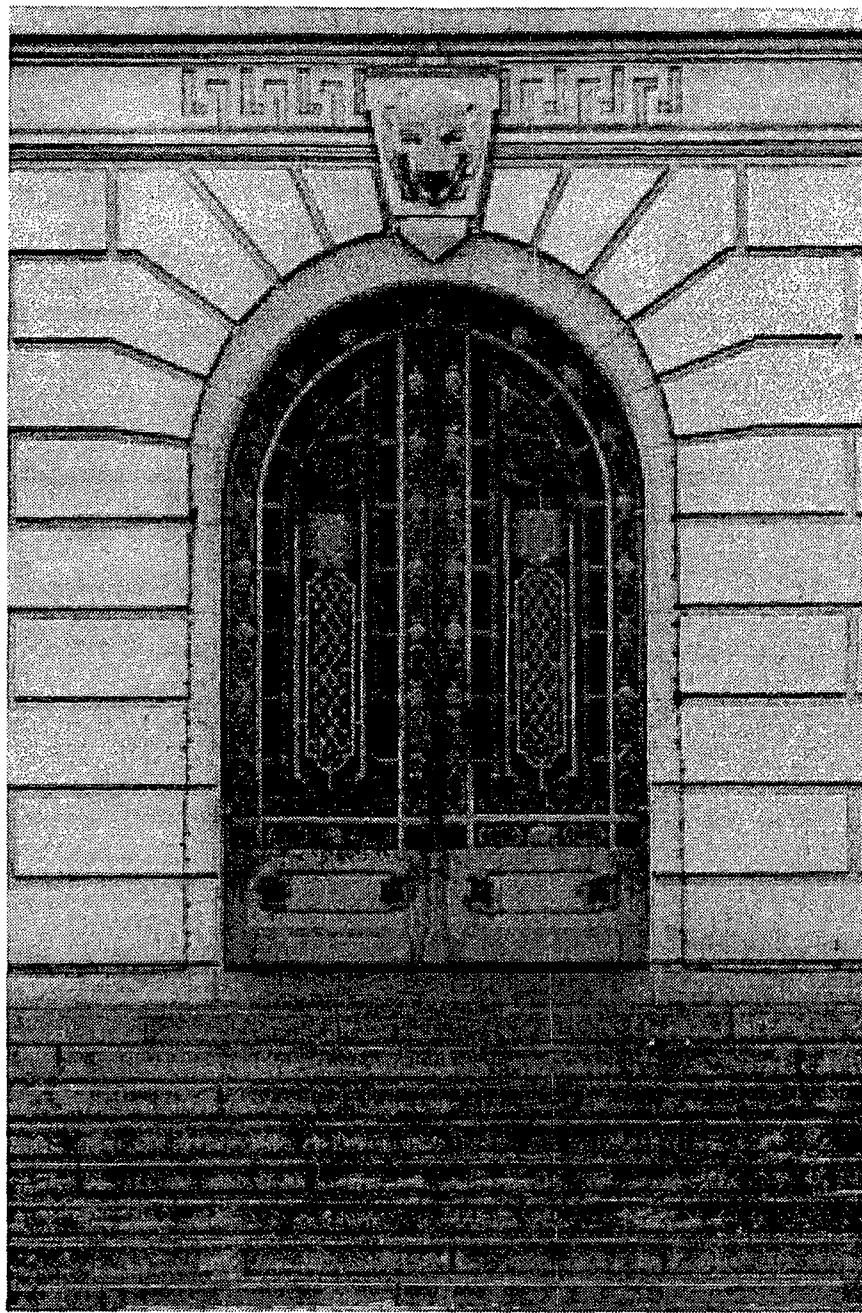
Pesquisa e Texto : PET/CAPES
Programa Especial de Treinamento
Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

Dezembro de 1997

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sábado 13 28083





Detalhe da fachada da Secretaria de Segurança Pública - 1997

Durante o discurso do Sr. Francelino Pereira, o Sr. Nabor Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) — Em obediência ao Regimento, V. Ex^a será atendido.

Concedo a palavra à nobre Senadora Júnia Marise.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT — MG). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, se observarmos a história das cidades, veremos que, desde o primeiro instante, cada uma traz suas próprias marcas e sinais característicos daquele que será o seu destino.

Há aquelas que nascem como simples referência geográfica ou local de pouso entre dois pontos de uma longa viagem. Incapazes de despertar afetos duradouros, podem sobreviver por séculos, mas não se firmam no coração dos seres humanos.

Outras, antes mesmo que superem o estatuto de aldeia ou vila, já se revelam o berço de uma nova civilização, laboratório onde irão se forjar culturas e saberes. Atraem o que existe de melhor no seu tempo, ganham identidade inimitável e, despertando simultaneamente amor e civismo, penetram na alma de todos os que tiveram o privilégio de conhecê-las.

Algumas rejuvenescem a cada geração, como se idéias, emoções e sentimentos brotassem de fonte inesgotável e viessem semear nelas a inquietude criadora que faz surgir o novo.

Há aquelas que só ganham importância no País e no mundo, porque ali se concentram o poder e as riquezas materiais. E outras que exercem sólida liderança intelectual, política e moral, unicamente pelas virtudes e méritos do seu povo.

Há cidades solares, que se revelam e se entregam ao primeiro contato, ao primeiro abraço. Nelas, tudo é diurno, visível, sem mistérios. E existem as que se ocultam, lunares e noturnas. Nestas, a superfície permanece calma e imóvel, enquanto se agitam nas profundezas novos sons, imagens, palavras e idéias.

A cidade de Minas, **Belo Horizonte**, que o engenheiro Aarão Reis traçou na prancheta com a racionalidade cartesiana própria do seu tempo, surpreendeu seus próprios criadores.

Pretendia-se que fosse cidade burocrática, administrativa, tão sensata e racional quanto os projetos dos fundadores. Cresceria de forma controlada, até os limites de uma bem desenhada avenida do Contorno.

Símbolo da nascente republicana, teria forma democrática, mas tão previsível quanto a alternância no poder das tradicionais famílias políticas mineiras.

Entretanto, as melhores criações nascidas do espírito humano são exatamente aquelas que mais causam surpresa e espanto. Aos que insistem em impor ritmos, caminhos, limites e receitas de vida aos seres humanos, elas dão lições de humildade. E, violando todas as normas e regras, desabrocham de forma selvagem e incontrolável.

Cedo, bem cedo, Belo Horizonte foi assim.

O contingente humano que ela atraiu iria desprezar não só as réguas de cálculo do engenheiro, mas a própria concepção de uma República feita para pertencer apenas às classes dominantes.

A cidade nasceu dividida por um marco geográfico — a avenida do Contorno —, que constituía autêntica barreira social e política, isolando o poder da massa dos cidadãos.

De um lado, a elite republicana, que reivindicava a exclusividade e o privilégio de conduzir — ao seu modo — os destinos do Estado e do País. Do outro, a grande massa anônima dos trabalhadores, remunerados para construir uma cidade que não seria deles.

O poder, comprando a força de trabalho dos operários, imaginava estar adquirindo também consciências e liberdade. Foi seu primeiro grande erro.

Antes mesmo que as elites elaborassem uma visão do futuro, os trabalhadores na construção já se mobilizavam para explorar o potencial de crescimento e liberdade que havia naquele vale. **Além da Avenida do Contorno, nessa primeira periferia da cidade, a alma de Belo Horizonte começava a nascer.**

Enquanto as poderosas famílias de Ouro Preto recusavam-se até mesmo a tomar posse de terrenos concedidos graciosamente pelo Estado, por não acreditarem no futuro da nova capital, os humildes trabalhadores na construção investiam nela toda a sua esperança e energia.

Eram trabalhadores — operários, artesãos e artistas — vindos de todas as partes do Brasil e do mundo. Muitos trocaram a vida pacata de sua cidade natal no interior de Minas pelo formigueiro criativo da Serra do Curral. Outros deixaram a conturbada Europa, optando pelos riscos de abraçar uma pátria desconhecida.

O Sr. Edison Lobão (PFL — MA) — Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT — MG) — Ouço V. Ex^a com muito prazer, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Eminent Senadora Júnia Marise, V. Ex^a canta as excelências e as glórias de Belo Horizonte, capital do seu Estado, símbolo das liberdades. Belo Horizonte, realmente, participa da modernidade deste País. Uma cidade com 100 anos, um século apenas, já se projetou às dimensões a que ela chegou. Cumprimento Minas Gerais, cumprimento Belo Horizonte por intermédio de V. Ex^a, que, nesta manhã, nos encanta com o seu discurso sobre esta grande capital.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e incorporo-o ao meu pronunciamento.

Trata-se do carinho e admiração do Senador do Maranhão, e certamente do seu povo, à capital do meu Estado, que comemora hoje 100 anos de fundação.

Por isso, em meu nome e em nome do povo de Belo Horizonte, agradeço a V. Ex^a, incorporando o seu aparte, com muita alegria, e que, certamente, fará parte da história de nossa cidade.

A Sr^a Benedita da Silva (Bloco/PT – RJ) – Senadora Júnia Marise, permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Concedo o aparte à nobre colega, Senadora Benedita da Silva.

A Sr^a Benedita da Silva (Bloco/PT – RJ) – Nobre Senadora Júnia Marise, estou acompanhando a ilustração poética de V. Ex^a Gostaria de parabenizá-la, porque sei dos seus sentimentos, que manifesta em seu pronunciamento, como mineira, como brejeira que é, e como uma mulher incansável em defesa de Minas Gerais. Tenho raízes nesse Estado e também na cidade centenária. Quero lhe dizer também que essa ilustração poética faz parte das mudanças que aconteceram em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais e no Brasil. Mas Belo, para os íntimos – poderia assim dizer –, não perdeu a sua característica brejeira, o seu interior ficou preservado. Contudo, foram várias as lutas – e sabemos que marcantes – na vida de todo o povo mineiro. Belo Horizonte, como diz V. Ex^a neste momento, palco de tradições e de políticas, que não só comoveram o Estado, mas também o País. E digo até, Senadora Júnia Marise, que, politicamente, essa cidade começou a sofrer uma mudança no momento em que receberam V. Ex^a como candidata para disputar as eleições, mudando um pouco sua característica machista, e sabemos que Belo Horizonte é uma cidade feminina. A cidade de Belo é uma cidade de tradição. É uma cidade onde as mulheres têm se colocado; é o seu berço natural. Essa cidade merece, nesses 100

anos, todo o nosso carinho e afeto. Faço-o por intermédio de V. Ex^a, dizendo que é muito bom quando podemos completar 100 anos de compromissos, 100 anos de idade. Belo Horizonte começa a mudar, tenho certeza; começou a mudar com Patrus Ananias, está mudando também com Célio de Castro e, quem sabe, mudará muito mais quando V. Ex^a for a governadora do Estado de Minas Gerais ou, quem sabe, a prefeita da cidade de Belo Horizonte.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Agradeço o aparte generoso da Senadora Benedita da Silva, que, com a sua delicadeza e o seu sentimento de cidadania, traçou aqui também a sua solidariedade à população da nossa querida Belo Horizonte, que hoje comemora os seus 100 anos de fundação.

Belo Horizonte também tem por V. Ex^a respeito, admiração e carinho, acima de tudo, pelas suas posições sempre coerentes, firmes, defendidas aqui no Senado Federal.

Incorporo, também, ao mesmo tempo, o aparte de V. Ex^a a este pronunciamento, que vamos deixar amanhã no baú que será aberto só daqui a 100 anos, mas no qual se encontrarão todos os momentos decisivos deste instante em que Belo Horizonte comemora os seus cem anos de fundação. O aparte de V. Ex^a estará incorporado para que a história, no futuro, possa reconhecer também todos aqueles que, neste momento, se solidalizaram com a nossa querida cidade.

Muitos trocaram a vida pacata de sua cidade natal, no interior de Minas, pelo formigueiro criativo da Serra do Curral. Outros deixaram a conturbada Europa, optando pelos riscos de abraçar uma pátria desconhecida. Todos se misturaram e se fundiram, finalmente, ao pé da Serra do Curral, com a disposição férrea dos pioneiros, que as velhas elites já não tinham. Tanto europeus quanto brasileiros vinham de terras onde o mando político sempre pertenceu aos grandes proprietários, aos eternos senhores da vida. E Belo Horizonte, que ainda construía seus próprios valores, representava uma oportunidade de se criar uma sociedade aberta, democrática e livre.

O romancista e teatrólogo Avelino Fósculo acompanhou de perto e compreendeu com total nitidez o sonho e a utopia desses primeiros moradores da capital, assim como registrou a formação das contradições sociais que iriam desaguar nos agudos confrontos do nosso tempo.

Outros povos têm sabido narrar suas epopeias de conquista. Outras cidades, surgidas do nada, registraram em dezenas de livros e filmes os momen-

tos mais dramáticos da sua construção. Belo Horizonte, nascida ontem, ainda espera por aqueles que irão retratar, com engenho e arte, os seus momentos inaugurais. A obra monumental de Abílio Barreto, as pesquisas realizadas por outros historiadores e os flagrantes deixados por alguns poetas e escritores demarcam esse território no qual os artistas de amanhã poderão escavar as emoções de ontem e com elas restaurar toda a coragem e entusiasmo de um povo que assume tarefa de tamanho grandeza.

Além disso, não há como diminuir a estatura e a determinação dos homens públicos, que ousaram empreender aquela obra gigantesca. Ainda que fosse parte das antigas estruturas de poder em Minas, eles tiveram a ousadia de desafiar a feroz resistência de uma classe que não podia compreender o futuro. Assim mesmo, os bacharéis, banqueiros, grandes comerciantes, engenheiros, doutores e técnicos, acabaram se rendendo à realidade e transportaram para a nova capital os velhos hábitos, costumes e gostos artísticos.

De certa forma, abandonaram Ouro Preto, mas não se desligavam do passado. Ainda se deliciavam com as poesias, as músicas e as danças do século XIX, enquanto nas pensões de estudantes formava-se a geração que iria redescobrir a América e desafiar as convenções culturais e políticas que haviam prevalecido.

Nos anos 20 os jovens, os jovens Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Milton Campos, Alphonsus de Guimarães, Pedro Aleixo, Juscelino Kubitschek de Oliveira, José Maria de Alkmin e tantos outros formavam um heterogêneo bando de estudantes de Medicina, Direito, Farmácia e Engenharia. Alguns deles eram descendentes diretos dos primeiros mineradores empobrecidos pela exaustão das minas. Outros, filhos e netos de imigrantes, buscavam na nova capital o Eldorado que seus avós não haviam encontrado. No futuro, cada um tomaria o seu próprio caminho, escolheria seu próprio destino, iria se confrontar com os demais nas acirradas lutas políticas. Mas, naqueles anos iniciais, estavam juntos e amavam sua cidade, porque sentiam que ela seria aquilo que eles mesmos fossem e escolhessem ser. Uns abraçaram a poesia, e para sempre. Outros, também poetas e escritores, só encontraram bem mais tarde a sua forma privilegiada de expressão. E a maioria, por vocação e imposição histórica, escolheu a política.

A primeira geração de intelectuais formada na nova capital já seria marcada pelo inconformismo, seja diante dos limites da métrica e da rima, quanto

do perfil conservador delineado através das ações governamentais. Esses jovens traduziam a mesma inquietação das classes trabalhadoras e dos bairros periféricos, embora não conhecessem a realidade e os dramas de uma população que crescia às margens da capital em formação.

Nos anos 30, quando a revolução liberal incendiou o País, lá estavam alguns deles, prontos para assumir, em Minas e em Belo Horizonte, as idéias reformistas e modernizantes que encontraram sua melhor síntese na figura extraordinária de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Como Prefeito de Belo Horizonte, JK antecipou o estilo político e administrativo que iria lapidar, de forma ainda mais perfeita, no Governo do Estado e, finalmente, na Presidência da República.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT – AP) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço com prazer o aparte do nobre Senador Sebastião Rocha.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT – AP) – Nobre Senadora Júnia Marise, o discurso de V. Ex^a representa um cântico de louvor a Belo Horizonte. Quero, nesta oportunidade, congratular-me com V. Ex^a, com o Senador Francelino Pereira e com a Senadora Regina Assumpção, que representam Minas Gerais no Senado da República. Conheço Belo Horizonte e a considero como uma das mais bonitas e agradáveis do nosso País. Acertou, certamente, quem decidiu transferir a capital de Minas Gerais para aquela belíssima região. Belo Horizonte simboliza, certamente, o espírito democrático, a vocação, a liberdade do povo mineiro. O seu discurso também traduz a devoção, a afeição, o carinho e o compromisso de V. Ex^a com seu Estado e com seu povo. Então, em meu nome e em nome do povo do Amapá, quero congratular-me com V. Ex^a e dizer que Belo Horizonte e Minas Gerais sempre irão significar para o Brasil o sentido mais amplo da liberdade, da luta pelos direitos humanos, pelos direitos da Pátria, por um país cada vez mais soberano e, certamente também, por um caminho mais profícuo e mais proveitoso para todo o povo brasileiro. Parabéns a V. Ex^a! Parabéns a Belo Horizonte! Parabéns ao povo mineiro! Muito obrigado, Senadora.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Agradeço esse comovido aparte do nobre Senador Sebastião Rocha, Líder da Bancada do Partido Democrático Trabalhista, PDT, nesta Casa. Certamente hoje, a população de Belo Horizonte, que está com os olhos postos na TV Senado, tendo em vista a ho-

menagem que esta Casa presta à centenária Belo Horizonte, está também comovida com a solidariedade e os cumprimentos externados por V. Ex^a a cada um dos 2,5 milhões moradores da nossa cidade. O aparte de V. Ex^a também se incorpora a este pronunciamento; e o fazemos com especial alegria, para que as gerações futuras possam, quem sabe daqui a cem anos, ao abrir o baú centenário de Belo Horizonte, ver nele aqueles que, nesta Casa do Congresso Nacional, tiveram o seu momento de civismo, de solidariedade, de carinho e de apreço à nossa Cidade.

Muito obrigada a V. Ex^a em nome de toda a população de Belo Horizonte.

O Sr. Esperidião Amin (PPB – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senadora Júnia Marise?

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Ouço V. Ex^a, com muito prazer, nobre Senador Esperidião Amin.

O Sr. Esperidião Amin (PPB – SC) – Senadora Júnia Marise, na ocasião de seu pronunciamento, desejo congratular-me com a Bancada de Minas Gerais no Senado, bem como com a Bancada dos mineiros, ou seja, dos outros nascidos em Minas Gerais que fazem parte do quadro de Senadores, no momento do transcurso do Centenário de Belo Horizonte, que evoca especialmente os anseios de liberdade que têm animado a saga do povo mineiro e a história política de Minas Gerais. Desejo me associar ao júbilo de todos os mineiros que V. Ex^a com eloqüência aqui externa e manifesta. Peço que registre este sentimento de congratulação e de partilha do orgulho legítimo que V. Ex^a e seus pares sentem como brasileiros. Todos nós, brasileiros, nos orgulhamos pelo Centenário de Belo Horizonte e pelas lições da história política de Minas Gerais. Peço que V. Ex^a considere esta minha manifestação também como uma manifestação do Partido que integro, o Partido Progressista Brasileiro.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Esperidião Amin, uma das lideranças expressivas nesta Casa, não só em seu Estado, Santa Catarina, mas em termos de Brasil, o registro que faz, em seu nome e em nome do PPB, da manifestação de apreço, carinho e cumprimentos à nossa centenária Belo Horizonte. As palavras de V. Ex^a certamente provocam emoção em todos nós belo-horizontinos, meus conterrâneos que hoje comemoram, entre alegrias e preocupações, mas acima de tudo com o entusiasmo que sempre norteou o cenário, o perfil e o comportamento da nossa população.

Senador Esperidião Amin, incorpoço o aparte de V. Ex^a com muita alegria e agradeço em nome do povo de Belo Horizonte a V. Ex^a e ao seu partido a solidariedade, neste dia de grande alegria pelas comemorações do nosso centenário.

Como Prefeito de Belo Horizonte, JK antecipou o estilo político e administrativo que iria lapidar de forma ainda mais perfeita no Governo de Estado e, finalmente, na Presidência da República.

Três aspectos principais caracterizavam o seu estilo. Por um lado, energia, firmeza e autoridade para modernizar a burocracia, vencer as resistências e realizar o sonho de transformar a capital de Minas em "Cidade Jardim".

As cidades só se eternizam quando deixam de ser apenas pedra, aço e concreto para se tornarem moradia e matéria-prima de uma arte original e transformadora. JK foi o responsável pela decisão de atrair a Belo Horizonte artistas que criaram, numa cidade ainda considerada provincial, um dos pólos culturais mais importantes do País. Consciente de que nenhuma arte retrataria com tanto vigor a evolução de Belo Horizonte quanto a arquitetura religiosa e civil, incorporou o jovem Niemeyer ao seu staff de inteligência e criatividade.

Assim, a arquitetura – que fora nossa primeira afirmação concreta de um sentimento nacional, ainda nos tempos da Colônia – iria erguer agora um monumento à modernidade. Belo Horizonte tornou-se, então, uma expressão do novo Brasil, com as obras de Niemeyer e as contribuições de Burle Marx e Ceschiatti. O mesmo JK trouxe Guignard, que, com sua visão inovadora da arte e seu trabalho de mestre, passou a formar várias gerações de artistas plásticos.

Enquanto isso, seduzidos pelo encanto de Juscelino, outros artistas desembarcavam na cidade, trazendo novas concepções no campo da música e da dança. Simultaneamente, em cumplicidade com outro grande realizador, Israel Pinheiro, Juscelino abria uma larga avenida para implantação da primeira cidade industrial do Brasil. Nascia, nesses primeiros embates, a parceria vitoriosa que tornaria realidade – décadas depois – esta utopia nacional chamada Brasília.

Penso que foi também nessa época que a verdadeira Belo Horizonte definiu seu jeito de ser, como se JK empurrasse a cidade rumo ao seu destino de metrópole, capaz de sintetizar e expressar o espírito de Minas. Mais uma vez, como no tempo da construção, mineiros e brasileiros de todas as regiões escolhiam Belo Horizonte e faziam dela sua opção de vida pelo resto do futuro.

A cidade crescia de forma acelerada, os bairros se multiplicavam, os novos limites urbanos tornavam rapidamente anacrônicos todos os cálculos, e, assim, já se anunciava a dimensão metropolitana que, em breve, ela iria assumir.

É preocupante observar hoje que o crescimento de nossa centenária cidade lhe trouxe os desafios de uma grande metrópole. Crianças sem lar e sem família se multiplicam pela cidade, freqüentando em tempo integral a única escola que lhes abriu as portas: a escola da criminalidade.

A obra de Niemeyer, que virou cartão postal de Belo Horizonte e inspirou os mais renomados poetas mineiros, pede nesse instante solidariedade e apoio. A Lagoa da Pampulha, com sua represa e áreas verdes, magnetizada pelo sol nascente, ergue-se como símbolo do triunfo e da capacidade da gente mineira.

Nasci e cresci num desses bairros da periferia de Belo Horizonte. Filha de educadores e marcada pelas profundas transformações que já se desenhavam na vida econômica, social, cultural e política.

Primeiro como jornalista e, mais tarde, como militante da esquerda política, não poderia ser outro o meu caminho senão o de uma sólida aliança com os excluídos, herdeiros daqueles que deram seu suor para erguer palácios e mansões.

Com sentimento de solidariedade e o senso de justiça que as classes trabalhadoras costumavam cultivar, acima de tudo, movia-me desde esse tempo a determinação de derrubar as barreiras sociais que condenavam a maioria do povo a uma existência de segunda classe.

O primeiro mandato de vereadora, pela Oposição, iria formalizar esse compromisso de juventude com a cidade e com o seu povo, compromisso ao qual mantenho ainda hoje, neste Senado, a mais estrita fidelidade.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, afinal, servir Belo Horizonte é servir Minas e os mineiros, que tanto se orgulham da sua capital.

Hoje, reunidos para comemorar o primeiro centenário de nossa capital, este rápido memorial histórico da cidade nos leva a uma inevitável reflexão sobre o futuro.

Se tivesse esse poder, faria desta data um momento inesquecível, marcado para sempre na memória de Minas e do Brasil.

Se tivesse esse poder, retribuiria a Belo Horizonte e ao seu povo, neste centenário, toda a felicidade que sinto por ser filha de uma terra que me deu tudo aquilo que tenho de melhor.

Se tivesse esse poder, devolveria a Belo Horizonte a paz perdida durante esse crescimento desordenado que a cidade passa a viver.

Seria essa a minha oferenda a Belo Horizonte e ao seu povo, como presente de centenário, se tivesse esse poder.

Em nome dos trabalhadores, das mulheres, dos jovens, dos poetas, dos jornalistas, dos músicos, dos médicos e dos urbanistas, enfim, de todos que um dia escolheram Belo Horizonte como sua Pátria, como sua terra natal, oferecendo um pouco de sua alma à cidade, compartilhando da imensa alegria de viver, morar e trabalhar entre as montanhas que formam o cenário da arquitetura do Criador, renovamos, neste instante, o pacto de confiança no futuro, de solidariedade permanente e amor à nossa cidade.

Nunca mais seremos Curral Del Rey ou Cidade de Minas.

Nunca mais seremos aquela pequena comunidade que, hoje, só existe na memória.

Mas um dia, com a força de nossa cidadania, a garra do nosso povo, poderemos vencer nossos desafios, devolver a dignidade às populações carentes e reacender a esperança e o sorriso nos corações das nossas crianças abandonadas.

Por tudo isso, quero homenagear, desta tribuna do Senado Federal, a capital dos mineiros, onde, no limiar de minha carreira política, fui a Vereadora mais votada.

Ao congratular-me com os meus conterrâneos, com o Prefeito Célio de Castro, emociona-me sentir que a nossa querida Belo Horizonte chega de maneira tão jovial, tão cheia de esperança e, a um só tempo, tão pujante e pacífica, ao centenário de sua fundação.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, desejo ainda registrar que hoje, daqui a pouco, estará em nossa cidade o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ontem, em telefonema que dirigi a Sua Excelência, transmiti-lhe os votos de boas-vindas à centenária Belo Horizonte. Disse da satisfação dos mineiros e dos belo-horizontinos em receber do Presidente da República o carinho que mostrou ao aceitar o convite da nossa cidade para comparecer a um dos atos festivos. Tive oportunidade de manifestar tudo isto, ontem, no início da noite, ao Presidente da República.

Sr. Presidente, desejo também registrar que estarei levando uma manifestação do Presidente desta Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, que entregarei pessoalmente, ao Prefeito de Belo

Horizonte, Célio de Castro. O Senador Antonio Carlos Magalhães envia congratulações ao povo de Belo Horizonte, em nome do Senado Federal, manifestação que é significativa e representa, acima de tudo, o sinal de apreço, de carinho, a emoção e os cumprimentos de todos os Senadores ao povo de Belo Horizonte.

E é em nome dos 2 milhões e 500 mil habitantes da minha cidade, da terra que me viu nascer e que me fez vereadora mais votada, deputada estadual e deputada federal mais votada de Minas Gerais, a primeira mulher a ocupar as funções de vice-governadora de Estado e também a primeira mulher Senadora da República, representando Minas Gerais, que agradeço essas manifestações.

Com as emoções deste instante em que o Senado Federal dedica a Hora do Expediente desta sessão deliberativa a homenagear a nossa centenária Belo Horizonte, quero dizer, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, que não se completam cem anos todos os dias. E os nossos corações, os nossos olhos e as nossas atenções estão todas hoje voltadas para a capital dos mineiros, de que toda Minas Gerais se orgulha, por sua pujança, pelo trabalho e, acima de tudo, pelo permanente exercício da democracia e da liberdade, que já se incorporaram no coração de todos os mineiros.

Muito obrigada a V. Ex^a, Sr. Presidente, Senador Geraldo Melo. Obrigada também ao Presidente desta Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, e a cada um dos Senadores e Senadoras que, neste momento, se incorporaram ao sentimento de todos os mineiros e, certamente, de todos os brasileiros.

Que Belo Horizonte, neste seu centenário, reafirme a sua posição e o seu pacto de liberdade, de democracia e de construção do futuro do nosso País.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Antes de dar a palavra ao próximo orador, a Presidência solicita aos Srs. Senadores que se encontram nas dependências da Casa que compareçam ao plenário, para assinalar as suas presenças, pois dentro de pouco tempo iniciaremos a Ordem do Dia.

Embora o painel não esteja exibindo a listagem dos Srs. Senadores, continua registrando a presença de todos.

Com a palavra o nobre Senador Leonel Paiva, último orador inscrito para esta homenagem.

O SR. LEONEL PAIVA (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, venho de Minas Gerais, venho de onde

nasceu a liberdade. Sou do povo que construiu para si uma capital planejada, a primeira cidade brasileira a ser planejada, minha querida Belo Horizonte, minha querida BH.

Belo Horizonte teve a sua construção iniciada em 1893, pelo engenheiro Aarão Reis, e foi inaugurada em dezembro de 1897, recebendo o nome de Cidade de Minas, que perdurou até 1901, quando passou a se chamar Belo Horizonte.

Localizada no Estado de Minas Gerais sobre um planalto a cerca de 850 m de altitude, com clima tropical, temperatura média anual de 20 graus tornam Belo Horizonte uma cidade agradável.

Primeira cidade brasileira planejada, cercada e protegida por montanhas, apresenta um traçado urbano constituído por um sistema de ruas em xadrez, ao qual sobreposto um ao outro de avenidas que cruzam as ruas fazendo um ângulo de 45 graus. Com o crescimento da cidade, novos bairros surgiram, transformando significativamente o plano urbanístico inicial.

Além de capital estadual, Belo Horizonte é uma metrópole regional do sudeste brasileiro. É um dos grandes centros industriais do País. Produz aço, vagões ferroviários, cimento, materiais e equipamentos para indústria siderúrgica, tratores, tecidos, produtos alimentares em geral, e graças à atividade industrial e aos seus inúmeros estabelecimentos comerciais, Belo Horizonte é um importante centro de distribuição atacadista e varejista do País.

Nos bares, restaurantes e danceterias da cidade, a simpática e alegre gente de Belo Horizonte reúne-se e transforma suas noites em uma das mais movimentadas do País.

No turismo, Belo Horizonte também brilha. Quem vem conhecer a capital mineira se encanta com a cidade pela suas riquezas e pontos turísticos, além de suas avenidas largas, arborizadas e seguras. E ali ao lado, em Nova Lima, o visitante verá a mais profunda mina de ouro, a mina de Morro Velho, a moderna igreja de São Francisco de Assis, famosa pelos magníficos painéis do pintor Cândido Portinari, o Pampulha late Clube, onde se admira a arte do grande arquiteto Oscar Niemeyer, para não me estender muito.

Ao completar cem anos, Belo Horizonte apresenta-se com as naturais rugas dos anos vividos, mas sem perder a jovialidade do espírito que inspirou a sua criação, e onde foram depositadas as esperanças de representar no século XX uma Minas Gerais empreendedora, moderna e arrojada.

Cidade grande, dois milhões e meio de habitantes, Belo Horizonte detém um dos menores índices de violência do País e oferece a seus moradores trinta e dois metros quadrados de área verde por habitante. Dados como esse fizeram com que, no ano passado, Belo Horizonte ficasse em segundo lugar entre as dez melhores cidades brasileiras para se viver, segundo ranking preparado pela empresa de consultoria Trevisan, com base em vários indicadores de qualidade de vida.

A economia vai a passos largos, conduzindo Minas para um lugar de destaque no cenário nacional. Entretanto, o lado social sofre com o seu gigantismo, mas o belo-horizontino reage com integral solidariedade, indo ao encontro de soluções que possam minorar o sofrimento dos mais humildes, transformando-se em uma das comunidades mais solidárias do Brasil.

Ao encerrar, rendo minhas homenagens ao eminente Senador Francelino Pereira, um dos melhores governadores que Minas Gerais já teve, e que sei fará mais feliz o povo mineiro se voltar a governá-lo.

Salve Belo Horizonte e seu povo!

Salve minha querida Minas Gerais!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pava, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

RESTITUINDO AUTÓGRAFOS DE PROJETO DE LEI SANCIONADO:

Nº 222, de 1997 (nº 1.505/97, na origem), de 10 do corrente, referente ao Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 1997, que dispõe sobre exportação indireta e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.529, de 10 de dezembro de 1997.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA

Nº 140/97, de 4 do corrente, encaminhando as informações referentes ao item 1 do Requerimento nº 773, de 1997, da Senadora Marina Silva, e esclarecendo que quanto ao quesito nº 2, a Superintendência Regional do Incra no Acre informou que os projetos de colonização, assentamento e os agroextrativistas criados e implantados pelo Incra no Acre não passam pela Sudam.

As informações foram remetidas, em cópia, à requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, vou tentar, em cinco minutos, ler o editorial publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, hoje, com o seguinte título:

"O novo maior partido do Ocidente".

Diz o editorial:

"Durante quase dois anos, dormiu na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, por motivos estritamente políticos, o pedido do governo do Paraná para contratar empréstimos externos no valor de US\$456 milhões. Na segunda-feira, o Relator do processo, Senador Osmar Dias (PSDB – PR) – adversário de Lerner, juntamente com o Senador Roberto Requião – encontrou apoio técnico para a não-aprovação do pedido em nota da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), desaconselhando o empréstimo. Quarta-feira, graças ao empenho do PFL, a Comissão aprovou, por 15 votos contra 7, a contratação dos empréstimos. Derrotado, o Relator cedeu seu lugar ao Senador Francelino Pereira (PFL – MG) que havia redigido o voto vencedor. O motivo dessa reviravolta é simples: o Governador Lerner, que era do PDT, havia condicionado sua filiação ao PFL à aprovação dos empréstimos. O Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) foi explícito ao co-

mentar o resultado da votação: "Não é por ser do PFL que ele (Lerner) está sendo atendido. Mas, se não fosse do partido, não estaria recebendo nossa ajuda."

O grave na votação da CAE não é o PFL ter "atendido" um correligionário; é que o Ministro Pedro Malan saiu a campo para desautorizar, objetivamente, a Secretaria do Tesouro Nacional e para defender o governo Lerner. A Secretaria do Tesouro Nacional, na comunicação enviada à CAE, havia deixado claro, mesmo sem mencionar a palavra fatídica – "insolvente" –, que o Paraná não teria condições de honrar os compromissos que deseja assumir. O Ministro Pedro Malan, na esteira dos desejos do PFL, dirigiu ofício à CAE, no qual esclarece que as operações a serem feitas pelo Governo de Curitiba "contam com liquidez e lastro suficientes para cobrir eventuais despesas que o Tesouro Nacional venha a fazer se chamado a honrar a garantia, sendo de ressaltar as transferências federais". Em outras palavras, Malan afirmou que a "liquidez" e o "lastro" são do Tesouro Nacional, que pagará os empréstimos sem nenhum problema, pois poderá sustar a transferência do que cabe ao Paraná no Fundo de Participação. O ministro foi além, desmentindo seus subordinados: "Ao contrário do que foi noticiado pela imprensa, a nota do Tesouro não afirma, em nenhum momento [N. da R. – e de fato não afirma explicitamente], que o Estado está insolvente, mas que (-) não teria capacidade de pagamento para fazer face aos compromissos decorrentes da operação pleiteada." Assim, para Malan, o Paraná é solvente, embora possa não ter, no presente, capacidade de pagamento; o importante é que ela exista no futuro "se [observa-se o "se"] o Resultado Primário [das receitas] for suficiente para pagar os encargos anuais do total da dívida do Estado."

O governo do Paraná protestou contra a nota da STN, como não poderia deixar de ser. Segundo a argumentação do Secretário do Planejamento paranaense, o culpado por tudo, pelos 74% de comprometimento da receita líquida com o funcionalismo – o senador Osmar Dias fala em 95% – é o senador Requião, que deu um

aumento de 18% aos servidores no final de seu governo. Isso, continua, sem falar na Lei Kandir, que levou o Estado a perder 18% de sua receita do ICMS. Além do que, os técnicos do Tesouro usaram parâmetros errados para chegar à sua conclusão. Ademais, diz o secretário, apenas com a venda de suas estatais, o governo paranaense poderá pagar os empréstimos com enorme folga."

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, quem fala que vai pagar o empréstimo com a venda das estatais, portanto, é o Secretário do Planejamento do Paraná.

Continuo a leitura do editorial:

"A defesa do governo paranaense é feita para satisfazer a opinião pública. O que não impede que se diga que o Tesouro agiu corretamente: afinal, se o governo federal pretende por em ordem as finanças nacionais, há que começar por algum Estado. O primeiro foi o Paraná, mesmo que, ao contrário do que diz o senador Osmar Dias, não caminhe para a falência ao contrair os empréstimos.

A decisão do PFL de aceitar as condições de Lerner e passar a apoiá-lo contra Requião e Dias, da mesma maneira que o protesto do governador do Paraná por ser o primeiro a ter sua ação inibida para que se ponham em ordem as finanças nacionais, fazem parte do jogo político. O que não faz parte dele é o ministro da Fazenda, por evidentes motivos político-partidários, desautorizar um órgão técnico do ministério e imaginar que quem lê o seu ofício à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado não freqüentou a escola primária.

Cuide-se o ministro porque, a irem as coisas como vão, terá de fazer muitos ofícios como esse que enviou à CAE. Afinal, o PFL quer repetir a Arena – que, no dizer do senador Francelino Pereira, que foi seu presidente nos velhos tempos, era o maior partido do Ocidente. Com resultado obtido por Lerner, o PFL não vai precisar fazer força para comprar passes de governadores e prefeitos."

Sr. Presidente, li o editorial do jornal **O Estado de S.Paulo** do dia 12 de dezembro, como demonstração de que a aprovação desses empréstimos na Comissão de Assuntos Econômicos

desobedeceu notado Tesouro Nacional, desobedeceu as Resoluções nºs 69 e 96 do Banco Central e, sobretudo, Sr. Presidente, desobedeceu o Regimento desta Casa.

Como eu disse ontem, não tenho nada contra o ingresso dessa matéria na pauta de hoje, porque também já não aguento mais que esse assunto continue sem ter uma decisão. No entanto, a decisão deve ser baseada na legislação em vigor. O Ministro também não respeita suas portarias. Por isso – vou repetir --, ingressarei com uma emenda ao projeto de resolução do Senador Vilson Kleinübing, propondo que, a partir de agora, a Comissão de Assuntos Econômicos dispense os pareceres do Banco Central e do Tesouro Nacional, porque, para a Comissão de Assuntos Econômicos, não são documentos que têm valor, e que, daqui para a frente, se utilize apenas o expediente de perguntar ao Ministro da Fazenda, por meio de uma carta da Comissão de Assuntos Econômicos, se S. Ex^a assume a responsabilidade de dar o aval à operação.

Sr. Presidente, encerro por aqui a minha comunicação, que era inadiável, porque se trata de matéria que está na pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, o Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss Senadoras e Srs. Senadores, pedi a palavra regimentalmente, neste espaço, para um registro que julgo oportuno.

Ontem, a Academia Brasileira de Letras elegeu a sua nova diretoria, escolhendo, consensualmente, para presidi-la, o acadêmico Arnaldo Niskier, homem e educador profundamente preocupado com o problema da educação neste País. E tanto o é que anuncia, logo após a sua eleição, que uma das suas metas como Presidente da Academia Brasileira de Letras será cuidar do ensino da Língua Portuguesa nos diversos níveis, o que significa, pela sua importância, uma posição a merecer destaque dos que se preocupam com a nossa Língua.

O novo Presidente da Academia, a assumir no próximo dia 18, tem uma vasta obra, a sua bibliografia é imensa, notadamente com obras ligadas ao setor da educação. Destacaria dentre as suas obras, Sr. Presidente e Srs. Senadores: "Problemática da Educação Brasileira", "Formas Dinâmicas da Universidade", "Por Uma Política

de Ciência e Tecnologia", "Brasil Ano 2000", "Administração Escolar", "Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento", "Estudo de Problemas Brasileiros", "A Nova Escola", "A Nova Matemática", "Aprenda Ciências", "Educação Comparada Moderna", "Nosso Brasil", "Estudo Moderno de Ciências", "O Uso de Tecnologias Educacionais na Formação e Aperfeiçoamento do Magistério", "Matemática da Emilia", "Educação, para quê", "O Homem é a Meta", "Vovó Viu a Uva", "Educação é a Solução", "Educação para o Trabalho", "Educação e Cultura na Imprensa", "Educação, Reflexão e Crítica", "A Nova Educação: entre o coração e a máquina", "Administração da Escola", "A Hora do Superdoutado – Uma Proposta do Conselho Federal de Educação".

O Presidente da Academia, com essa sua bibliografia, se credencia não apenas pelo fato de presidir aquela casa de cultura e literatura, mas, também, para exercer este papel que anuncia logo após a sua eleição.

Por este motivo, ocupo esta tribuna neste espaço, para registrar e cumprimentar o novo Presidente da Academia Brasileira de Letras, desejando êxito na sua gestão e que possa, efetivamente, desenvolver um trabalho junto às escolas públicas particulares neste País em favor da Língua Portuguesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o nobre Senador Romeu Tuma, para uma comunicação, por cinco minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, agradeço a oportunidade.

Tivemos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a aprovação das penas alternativas, um projeto que vem sendo reclamado pela maioria dos penalistas, dos juristas, para facilitar a vida dentro dos presídios.

Mas, Senador Jefferson Péres, quarenta e três anos de prisão deveriam ter criado uma impermeabilidade a fatos que causam indignação. Mas eu não poderia deixar de trazer a esta Casa, nesses cinco minutos, a revolta que vai na minha alma pelo noticiário desses últimos dias.

Quero ler apenas o trecho da declaração de uma das vítimas desse grupo de maníacos que tem atacado e agredido as mulheres em assaltos, começando por uma trombada, partindo para o se-

questro, roubo e ainda lhes causando uma violência que as marca para o resto da vida.

Gostaria de ler, Senador Josaphat Marinho, apenas o trecho do depoimento indignado da senhora identificada apenas como M., de 27 anos, agredida e atacada na marginal Pinheiros, por volta das 22h30. Lerei apenas um trecho para vermos que a indignação tem razão de ser e que esta Casa deverá se sentir como eu me senti. A matéria diz:

"Queria morrer. Foi uma barbárie." Depois de baterem no carro da publicitária M., 27, dois assaltantes saíram de um Tipo (Fiat) e entraram em seu carro importado na marginal Pinheiros, no último dia 1º, roubando seus pertences e abusando sexualmente da vítima.

M. voltava do trabalho às 22h30 quando os bandidos arranharam a lateral do seu carro. Ela tentou reagir, mas levou socos e pancadas.

Segundo M., que estava sem a carteira, os assaltantes rodaram com ela por duas horas, enquanto pegavam suas jóias e presentes de Natal que ela havia comprado.

"Comecei a ficar desesperada quando vi que eles já tinham roubado tudo e continuavam comigo. Eles queriam cartão de banco para ir a um caixa eletrônico, mas eu não tinha", diz.

Durante o percurso, bateram de tal maneira em M. que ela teve a cartilagem do nariz quebrada, o maxilar rachado e os dentes amolecidos. "Só não houve penetração de pênis. O restante, eles praticaram tudo. Eu queria morrer. Foi uma barbárie." A vítima foi deixada completamente nua na Avenida dos Bandeirantes. Seu carro, um pouco mais à frente. M. ficou internada em um hospital por quatro dias. "Estou muito abalada. Hoje (ontem) é o primeiro dia que venho trabalhar. Mas minha mãe me trouxe e virá me buscar."

Quando falamos em penas alternativas para delitos de pequena monta, temos que falar em penas de prisão perpétua para canalhas e bandidos como esses que acabo de relatar e que estão sendo perseguidos pela Polícia de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, para nós parlamentares que, neste agosto Plenário, temos cansativamente pleiteado a imediata atenção do Governo Federal para as rodovias da sua responsabilidade, é motivo de grande satisfação a formalização, a 10 de dezembro, de entendimentos contratuais que asseguram empréstimos, junto ao BIRD e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de 1 bilhão de dólares para as obras de recuperação de 14 mil Km de estradas federais, nos próximos quatro anos, sob o comando do Ministério dos Transportes. A contrapartida do Governo brasileiro será de 250 milhões de dólares.

Em 1995, desta tribuna, procurei enfatizar a premência que se impunha na conservação das rodovias federais. Ao lado do enorme prejuízo à economia do País provocado por estradas esburacadas – seja pelo brutal encarecimento dos fretes, seja pelos danos causados aos veículos dos que se servem dessas estradas –, ressaltei que a continuidade do seu abandono ampliava, dia-a-dia, os custos da conservação.

Agora, é o Ministro Eliseu Padilha, dos Transportes, quem diz que, não se executando a recuperação imediata, os custos se elevarão em curto período para US\$3 bilhões.

E é exatamente isso o que iria acontecer, não fossem as providências que se prometem assumir com brevidade. Aliás, já aconteceu no passado: se ouvidos tivessem sido nossos apelos e nossos projetos, a recuperação rodoviária de ontem teria sido consideravelmente mais barata que a de hoje.

Observei no meu discurso de 1995, proferido logo em seguida à assunção do meu mandato de Senador, que o desenvolvimento brasileiro foi estruturado na opção pelas rodovias. Alguns lamentam que nos tivéssemos distanciado das ferrovias, arrancando trilhos ao invés de aprimorá-los, com bitolas mais adequadas, e estendê-los por todo o País. Contudo, certa ou errada, a nossa opção foi a rodoviária, como o demonstram os 56% de toda a carga nacional e 96% de todos os passageiros que trafegam pelos 51.612 quilômetros das rodovias federais pavimentadas, compondo um considerável patrimônio avaliado em R\$150 bilhões!

Portanto, torna-se clara a ilação: se não cumprimos ou levamos adiante a opção da escolha na-

cional, estamos obviamente comprometendo o nosso desenvolvimento. São os próprios dirigentes do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, como ocorreu com Tarcísio Delgado, os que anunciam a proximidade de um colapso total, no setor do transporte rodoviário, se providências urgentes não fossem acionadas para a recuperação das rodovias federais.

A verdade, Sr. Presidente, é que as rodovias federais ainda continuam um descalabro. Embora se deva reconhecer e enaltecer o esforço que tem sido feito para a recuperação de alguns dos seus trechos principais, especialmente com o início da adoção da privatização, nossas estradas não conservadas têm atravancado o curso normal de uma economia em ascensão, além da tragédia que representam em termos de vidas humanas ceifadas pela ausência da sua manutenção.

Em 1996, apresentei à consideração do Senado Projeto de Emenda Constitucional nº 17/96, dispendo que a parcela da arrecadação do imposto, previsto no inciso VIII do art. 153 da Constituição, que couber à União, terá seu produto destinado à restauração, conservação, segurança e adequação de rodovias e hidrovias federais.

Demonstrei nessa proposição que não se propunha a instituição de mais um imposto, mas, sim, a substituição de impostos existentes. E salientei que as pretendidas modificações na Constituição Federal abrem caminho para, por meio de lei ordinária, implementar um modelo de financiamento que evite, de maneira segura e permanente, um colapso total do setor e, consequentemente, um dos grandes e quase intransponíveis obstáculos ao nosso desenvolvimento.

Como já disse anteriormente, lá estão terras e condições de grande futuro para a economia brasileira, aguardando apenas a recuperação das estradas federais de acesso para oferecerem substancial contribuição à riqueza do País.

Creio, portanto, que o meu Estado devia estar nessa lista prioritária, pois, com rodovias em bom estado, rapidamente devolveria à União, em impostos, o que lá tenha sido investido.

Era o que eu tinha dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade, para uma comunicação inadiável.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA). Para comunicação inadiável. Sem revisão do ora-

dor.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, quero apenas registrar que estou encaminhando à Mesa um requerimento de desapensamento de 38 projetos de lei oriundos da Câmara dos Deputados, que tratam da questão da Consolidação das Leis do Trabalho.

Esse requerimento objetiva dar prosseguimento aos trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais, visto que, neste ano de 1997, a nossa Comissão praticamente limpou a pauta dos trabalhos, votando todos os projetos não-terminativos que lá se encontravam e também grande parte dos projetos terminativos.

Durante o ano, realizamos 44 reuniões na Comissão de Assuntos Sociais, das quais 12 foram audiências públicas. Apreciamos 113 projetos, entre os quais 38 de caráter terminativo. E, para poder dar prosseguimento ao trabalho e limpar efetivamente a pauta da Comissão, estamos solicitando o desapensamento de 38 projetos de lei, pois, da forma como se encontram, torna-se impossível a sua votação. E devemos dar prosseguimento, no ano que vem, a matérias de relativa importância, que propõem modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, projetos esses que já foram aprovados na Câmara e que, evidentemente, poderão ser aprovados no Senado.

Era a comunicação que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Aviso aos Srs. Senadores que teremos votações nominais com efeito administrativo e, consequentemente, a presença é indispensável.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 293, DE 1997

Trata da unificação das datas dos vestibulares nas Instituições Federais de Ensino Superior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os exames vestibulares das Instituições Federais de Ensino Superior serão realizados simultaneamente em todo o País.

Art. 2º O Ministério da Educação e do Desporto deve recomendar que os exames vestibulares das demais instituições de ensino superior ocorram, tanto quanto possível, simultaneamente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Esta proposição objetiva democratizar o acesso a instituições de ensino superior, porquanto extinguirá pratica comum entre candidatos de famílias abastadas: concorrer no mesmo semestre a vestibulares de diversas localidades. Evitando-se a ocorrência de tal fato, beneficiar-se-á o candidato local, já que este não concorrerá com estudantes de outras localidades, e evitar-se-á o mercantilismo educacional que envolve a atual realidade dos vestibulares, além de humanizar os exames, que, devido ao processo migratório que se pretende inibir, ocorrem com elevada desproporção entre candidatos e número de vagas.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 1997. — **Esperidião Amin**, Senador.

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.123, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, que sejam prestadas pelo Ministro do Planejamento e Orçamento as seguintes informações:

1.1 – Quais são os itens de remuneração previstos nos contratos firmados pelo BNDES com as empresas responsáveis pela modelagem de venda das empresas estatais, federais ou estaduais, em cada setor de atividade destas?

1.2 – Quais contratos prevêem remuneração proporcional ao ágio obtido nos leilões de privatização?

1.3 – Existindo essa forma de remuneração, ela não contraria o interesse público, uma vez que induz as empresas que atuam na modelagem dos processos de privatização a reduzirem o preço mínimo para elevarem sua remuneração final?

2.1 – Com relação ao processo de privatização da empresa de energia de Sergipe – ENERGIEPE, houve licitação para a escolha da empresa encarregada de realizar a modelagem da venda?

2.2 – Quais empresas apresentaram proposta nessa licitação e qual a remuneração pleiteada por cada empresa, especificando os valores por item de remuneração?

2.3 – No contrato firmado pelo BNDES com a empresa escolhida para realizar a modelagem de venda da Energipe, existe qualquer parcela da remuneração paga proporcionalmente ao ágio obtido no leilão de privatização?

3. – Solicito o encaminhamento de todos os editais de licitação realizados pelo BNDES para a escolha das empresas responsáveis pela modelagem de venda das empresas estatais (federais e estaduais) que atuam no setor elétrico, bem como os contratos firmados com as empresas escolhidas para a mesma finalidade.

Justificação

Em entrevista ao jornal *Cinform*, de Aracaju, o Sr. Antônio Previtali, assessor da Presidência da Catraguzes-Leopoldina para Assuntos Financeiros, afirmou que "tem notícias que as empresas que estão atuando na modelagem de venda das estatais que estão sendo privatizadas são remuneradas por este trabalho com um percentual sobre o ágio".

A confirmação dessa informação é fundamental para o entendimento das ações do BNDES e sua participação nos processos de privatização das empresas estatais, estaduais e federais. O interesse público impõe que o BNDES busque, nos processos de privatização, o melhor preço possível e nunca inferior ao valor efetivo do patrimônio público que está sendo vendido, calculado de acordo com as melhores técnicas disponíveis.

A existência de remuneração, à empresa responsável pela modelagem de venda, proporcional ao ágio obtido no leilão coloca em risco o interesse público, tendo em vista que induz as empresas que atuam na modelagem dos processos de privatização, a reduzir o preço mínimo para elevar sua remuneração final. Nesse sentido, é fundamental a completa resposta a este Requerimento de Informações.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 1997. – **Senador José Eduardo Dutra**.

Entrevista / Antônio Previtali

“Energipe tem compromisso social de prestar bom serviço a preços justos”

Albano prometeu aos novos donos fazer a estrutura para o gás natural e isso estimulou a entrada da CMS no negócio

Jozaito Lima

CINFORM - Como é que a Cataguazes-Leopoldina caracteriza a aquisição da Energipe?

Antônio Previtali - Agente considerou um negócio excelente. Dentro as empresas que tínhamos em foco participar dos leilões de privatização, a que a gente teve mais tempo de estudar foi sem dúvida a Energipe. Foi a empresa sobre quem a gente fechou primeiro a nossa modelagem financeira e, portanto, era a que a gente tinha mais certeza em relação aos números que estava projetando. Era a que nos deixava mais à vontade. Adespeito disso fizemos um lance da Cemar (a Companhia do Maranhão), não levamos e também vamos estar no Cosern (a do Rio Grande do Norte). A Cataguazes tinha que crescer - era uma condição da qual a gente não abria mão.

Na tarde desta quarta-feira a Energipe muda de comando, exatamente oito dias depois de ter sido arrematada em leilão com o maior ágio das privatizações brasileiras (leia matéria nesta edição). Os donos da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, uma espécie de Sulgipe do Estado de Minas Gerais que tem 92 anos, aportam por aqui e assumem os rumos da empresa.

Vão mudar a atual estrutura de comando, hoje escorada em cinco Diretorias. Com a Cataguazes, devem nascer as Diretorias Financeira, Técnico-Operacional e Administrativa. Ela deve ser presidida por Manoel Otoni Neiva, presidente Executivo do grupo que é controlado por Ivan Muller Botelho. Os novos donos não descartam a possibilidade de contar com a ajuda de altos executivos que hoje dão sustentação à Energipe.

“A princípio todos os funcionários são contemplados”, diz Antônio Previtali, assessor da Presidência para Assuntos Financeiros. O Governo de Sergipe admite que a venda da sua

estatal da energia foi uma vitória, porque o Estado não teria condições de fazer investimentos nenhum nela.

O novo grupo chega exatamente com o planejamento deste investimento já delineado para 98 e 99. Serão R\$ 51,1 milhões. Só os setores de transmissão e distribuição devem abocanhar mais da metade disso: R\$ 13,9 milhões para transmissão e R\$ 12,8 milhões para distribuição. “Isso é uma maravilha. Num Estado pequeno como Sergipe, R\$ 1 milhão de investimento já tem força”, festeja Newton Porto, o atual presidente, que diz estar disposto a pegar o boné na quarta-feira e ir embora. “Saio como Pelé, ganhando”, diz ele, alegre com o resultado do leilão.

Na sexta-feira da semana passada, ainda sem que a poeira do leilão estivesse assentada, o CINFORM entrevistou, no Rio de Janeiro, o assessor Antônio Previtali. Ele diz do sentimento do grupo com a nova aquisição, promete que não haverá demissões, abandono de áreas pobres e nem tarifas injustas.

chegar na empresa e fazer uma reavaliação da necessidade de pessoal. Qualquer outro posicionamento “antes disso” é claro que vai se precipitado. A gente tem de tomar conhecimento do porte e da necessidade da empresa em relação ao número de pessoal e se for o caso fazer os ajustes necessários, para cima ou para baixo. Acho que acima de mais nada, a empresa tem um compromisso social: ela tem que prestar um serviço de qualidade e a preços módicos. Mas pra ela funcionar bem deve estar com sua engrenagem bem azeitada e certamente a parte mais importante dessa engrenagem para o grupo Cataguazes-Leopoldina é a sua parte de funcionário. Historicamente somos uma empresa enxuta, sem gorduras, talvez por isso tenhamos sobrevivido bem 92 anos num mercado onde o serviço era todo estabilizado, mas qualquer ajuste que venha a ser feito o será com base

desde o ano passado quando houve o reurecionamento das aévidas da Cataguazes, depois de ter tido ela se diversificado muito ao longo dos anos, ela passou a implementar na prática o negócio-limão dela, que é a energia. Portanto a aquisição da Energiê para a Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina foi a concretização desse sonho e com isso ela mais que dobrou, em termos de base de consumidor. Se você considerar a CENF (Companhia Energética de Nova Friburgo), adquirida pela Cataguazes aqui na região serrana do Rio de Janeiro, a nossa área se expandiu pro sudeste mineiro que é a Zona da Mata e para a região serrana do Rio, uma área praticamente contígua.

CINFORM - O grupo não considera um passo muito largo, sair de uma empresa para outra do mesmo tamanho ou talvez um pouco maior?

AP - Não acredito. A empresa estava preparada - a minha própria contratação pelo grupo já visava este crescimento, e eu cheguei com duas tarefas básicas: reatar relacionamento do mercado, por conta das quais diversificações de negócios que a Cataguazes achou por bem ter no final dos anos 70 e na década de 80, e estudar as empresas que se apresentavam.

percepção de quem está vendendo, de quem está comprando e de quem está observando de uma maneira mais genérica.

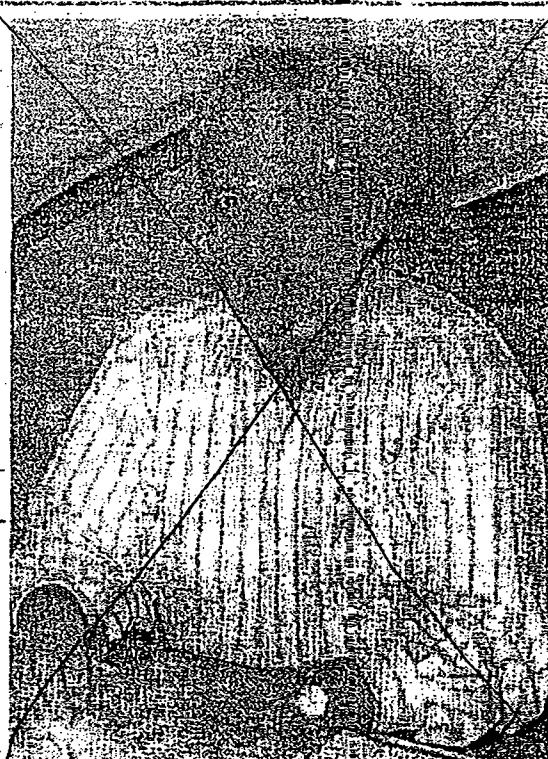
CINFORM - Ágio gordo não pressupõe uma supervalorização?

AP - Absolutamente. Vou te dar alguns aspectos: a gente tem notícias que as empresas que estão atuando na modelagem da venda das estatais que estão sendo privatizadas são remuneradas por esse trabalho com um percentual sobre o ágio. Então o que é que acontece? é interessante jogar o preço mínimo lá embaixo pra aumentar o ágio. O preço mínimo nada mais é do que uma sinalização. Cada empresa quando faz a sua análise não considera o preço mínimo. Ela vê o quanto acha que vale pagar por aquela empresa, independentemente do preço. É lógico que se o preço mínimo for maior do que o que ela acha que deve pagar, não vai pagar, ela não vai fazer o lance. Há outra coisa a ser observada que fez muita diferença no caso específico da Energiê, que foi a divergência entre os valores apresentados pela Cataguazes e pelo grupo Coelba-Vale. Teve a informação que o operador de pregão que estava representando o consórcio concorrente

Newton Porto: fé no Grupo Cataguazes e alegre com os investimentos anunciodos

saltando que ninguém deve subestimar ninguém. Vocês foram subestimados pelo consórcio

empresarial, você naturalmente está contando com os recursos financeiros e se determinado participante da sua manutenção não anuncia mais



o dia 5 de janeiro de 1998.

CINFORM - Ficou assegurado pelo governador Albano Franco que ele garantiria os 500 mil metros cúbicos de gás natural para a termelétrica?

AP - Ao que me consta, houve a promessa verbal, não sei exatamente a quantidade de metros cúbicos de gás/dia, mas eu sei que é o suficiente para uma usina de 120 megawatts pra rodar na base como a gente chama - ou seja, para funcionar no horário de pico.

CINFORM - Qual o planejamento que os senhores fazem para o gás aqui em Sergipe?

AP - O gás foi uma questão crucial. A CMS, que inclusive na véspera do leilão tinha acenado com a possibilidade de não fazer mais parte do consórcio, porque estava achando que o preço a ser pago seria muito, quando na manhã seguinte obteve a informação de que o governador Albano Franco tinha acenado com o acesso ao gás, ela mudou imediatamente de postura e aí houve a real possibilidade de participar do projeto - e a Energiê significou a porta de entrada no Brasil para a CMS, uma empresa norte-americana bastante grande que estava bastante ansiosa para entrar no mercado brasileiro. Então o gás foi fundamental.

venha a ser feito o será com base numa real necessidade.

CINFORM - O Sínergie tem que, privatizada, a empresa abandone os guetos de pobrezas urbanas e os grotões rurais, que não dão lucro. O que o senhor acha disso?

AP - Absolutamente. Historicamente a empresa tem um compromisso social. Para você ter uma idéia, nós temos projetos realmente grandes em área rural e eletrificação rural é um tipo de atividade bastante dispendiosa e com retorno financeiro bastante pequeno. Mas sem dúvida vamos manter essa política, por entendermos que esta é uma das funções da empresa que presta serviço de energia elétrica e até mesmo uma função do estado e do município.

CINFORM - As empresas que estão assumindo estes serviços públicos admitem uma intervenção do Estado na fiscalização das ações delas?

AP - Existe um contrato de concessão e que vem com toda regulamentação que delimita a ação do concessionário do serviço público. Intervenção é uma palavra forte. Eu prefiro falar em negociação. Nós nunca vamos deixar de lado bônus menos favorecidos.

CINFORM - Como serão dis-

que se preparam para a privatização; de modo que ampliar já era pensamento da empresa. Então a Calagauzez já vem se preparando para isso; já vem se reestruturando neste sentido e acho que é um

"A Energipe significou a porta de entrada no Brasil para a empresa norte-americana CMS"

desafio bastante estimulante. Nós nos sentimos com total capacitação para assumir.

CINFORM - Que perspectiva de mercado há em Sergipe para que o grupo Cataguazes tenha praticado um ágio tão forte?

AP - Muita gente fala de ágio, mas as pessoas se esquecem que o ágio na verdade é um palamar colocado acima de um valor, que é o mínimo e que é totalmente subjetivo. Esse valor mínimo depende da

deu a instrução para entregar um envelope de valor mais baixo, quando viu que o único concorrente era a Calagauzez, porque a Excelsa estava também participando, mas quando ele

(o operador da Coelba-Vale) viu que não havia movimentação por parte do operador da Execelsa para fazer o lance, e achou que a Cataguazez certamente seria uma presa mais fácil, optou por uma estratégia que acabou dando errada: Com relação ao ágio, no Rio Grande do Sul deu de 93%. De modo que o nosso foi o maior, mas também não foi muito maior.

CINFORM - O Ivan Botelho, presidente do Grupo, fez um desabafo logo depois do leilão, res-

posta de que ele considerou pouco ética de alguns grupos, durante a formação dos consórcios, darem uma posição fechada e instantes depois não honrar mais esta posição. É claro que ele não quer dar nomes neste episódio, mas obviamente não tem nada a ver com nossos sócios e nem com as pessoas que geriram a privatização. Foi uma coisa relacionada aos que fariam parte do consórcio. Ele ficou decepcionado, porque é uma pessoa que honra muito a palavra.

CINFORM - Até que ponto a retirada destes investidores que acenaram em fazer parte pôs em risco a possibilidade de os senhores comprarem a Energipe?

AP - Totalmente. Quer dizer, quando você está trabalhando em cima de um valor para aquisição da

do seu consórcio não acena mais com estes recursos, você não pode mais honrar com aquele plano que inicialmente objetivou. Altera totalmente a estrutura.

CINFORM - Quais são os parceiros de vocês nesta aquisição?

AP - O Fondecit, que está associado à CMS Corporation. Ele tem

aproximadamente 23% do capital da Cataguazez.

CINFORM - E é nesta proporção que ele participa da companhia sergipina?

AP - Não. Hoje os grandes jornais aqui do Rio já estão comunicando um fato relevante, na verdade um aviso aos acionistas, para um aumento de capital no valor de R\$ 240 milhões. O aumento já está aberto e todos os

acionistas da empresa que quiserem fazer a subscrição da parte que lhe é devida, deve fazê-lo até

no mercado brasileiro: Envia o gas

CINFORM - Como serão distribuídos os R\$ 50,1 milhões nos próximos dois anos?

AP - Planejamos a distribuição dos investimentos para dois anos, R\$ 6,2 milhões em 98. Em transmissão, R\$ 6,2 milhões em 98 e R\$ 7,7 milhões em 99. Distribuição, R\$ 6,3 milhões em 99 e R\$ 6,5 milhões em 99. Gecprocessamento e automação, R\$ 3,3 milhões em 98 e R\$ 3,1 milhões em 99. Medidores, R\$ 7,3 milhões em 98 e R\$ 1,0 milhão em 99. Informática, R\$ 1,3 milhão em 98 e R\$ 1,0 milhão em 99. Veículos e outros, R\$ 4,3 milhões em 98 e R\$ 2,1 milhões em 99. Total de investimentos de 98, R\$ 28,7 milhões e de 99, R\$ 21,4 milhões. A soma disso é de R\$ 50,1 milhões.

hôes em 99. Distribuição, R\$ 6,3 milhões em 99 e R\$ 6,5 milhões em 99. Gecprocessamento e automação, R\$ 3,3 milhões em 98 e R\$ 3,1 milhões em 99. Medidores, R\$ 7,3 milhões em 98 e R\$ 1,0 milhão em 99. Informática, R\$ 1,3 milhão em 98 e R\$ 1,0 milhão em 99. Veículos e outros, R\$ 4,3 milhões em 98 e R\$ 2,1 milhões em 99. Total de investimentos de 98, R\$ 28,7 milhões e de 99, R\$ 21,4 milhões. A soma disso é de R\$ 50,1 milhões.

14

ECONOMIA

CINFORM

Aracaju, 8 a 14 de dezembro de 1997 - EDIÇÃO 765

Anuncie nos classificados CINFORM no CIBEM - Rua Amazonas, nº 299 - Tel 222-4722 • Anuncie nos classificados CINFORM na Loja da Rodoviária Nova - Tel 211-1555

Energia privatizada

Energipe rende R\$ 577 milhões, oposição grita e Albano quer investir bem a grana

Sergipe fez o negócio dos sonhos, governador garante que não é candidato à reeleição, mas não convence

O governador Albano Franco, PSDB, conseguiu, na quarta-feira da semana passada, realizar o negócio do século, contrariando bastante os seus adversários políticos. Vendeu em 10 minutos, pela bagatela de R\$ 577,1 milhões, a Energipe - Empresa Energética

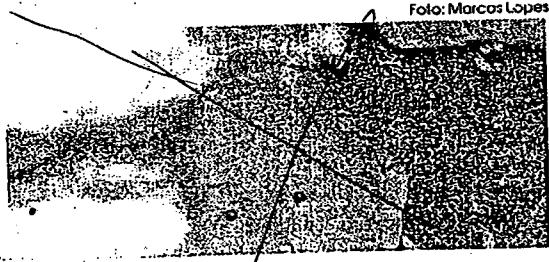


Foto: Marcos Lopes

Latino-Americano de Energia e Eletricidade), de capital de US\$ 140 milhões, compraram, em outubro passado, 23% do Grupo Cataguazes. Dessa forma, a operadora americana CMS, que já participa da FondElec, torna-se sócia da Energipe.

Oposição diz que dinheiro será queimado na campanha

Por mais que o governador Albano Franco tem um governo transiente, sem nada para afirmar que o dinheiro da mostra", alfinetou. vinda da Energipe será ... Na mesma linha de

Sergipe para o grupo Cataguazes-Leopoldina, do mineiro dirigido pelo empresário Ivan Müller Botelho. O negócio chamou a atenção de investidores experientes pelo ágio de 98,06%, o maior de todas as privatizações do setor elétrico. O leilão, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ), foi realizado pelo sistema de envelopes fechados e disputado por apenas mais um consórcio, reunindo a Coelba (distribuidora de energia da Bahia, privatizada esse ano) e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A proposta dos perdedores foi de apenas R\$ 359 milhões - o que representava um ágio de 21%.

Na hora em que o martelo foi batido na BVRJ, o governador Albano Franco não escondeu a alegria. Final de contas, o preço mínimo da Energípe foi de R\$ 294,3 milhões. Ele sequer esperava que a empresa fosse vendida por tanto dinheiro e disse que isso só foi possível porque o seu governo tem credibilidade no sul do país. "Estamos rigorosamente em dia com os



Albano disse que passou por momentos angustiantes

do Nordeste", disse Albano.

A venda da Energípe ao Grupo Cataguazes-Leopoldina foi acertada da seguinte forma. O Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), que coordena as privatizações, vai financiar metade do preço mínimo,

trará ainda financiando uma operação de debêntures conversíveis em ações no valor de R\$ 173 milhões.

Além do Cataguazes-Leopoldina, outros grupos estrangeiros também participaram do leilão, mas de forma indireta. Investidores

OUTROS ACERTOS

Antes do leilão, o governador Albano Franco anunciou que o Estado, em parceria com a Petrobrás, garantirá o suprimento de 600 mil metros cúbicos de gás natural por dia, para que a Energípe construa uma termelétrica, num investimento de R\$ 70 milhões. No mercado financeiro, o comentário é de que esse teria sido o combustível que faltava para trazer de volta a empresa americana CMS para o novo consórcio controlador da Energípe. (Leia entrevista de Antônio Previtalli, na página vito, onde ele diz que o gás natural é a porta de entrada da CMS no Brasil).

A CMS chegou a desistir de participar do leilão junto a Cataguazes-Leopoldina, mas depois que os mineiros arremataram o negócio, os americanos disseram que queriam entrar como sócios. Mas não foi só isso. O governador lembra que passou por momentos de angústia, antes do leilão começar, porque somente um grupo

destinado para o setor social, os seus adversários políticos não acreditam. Um dos seus principais opositores, o presidente do PMDB e candidato ao Governo do Estado, Jackson Barreto, disse que Albano não conseguirá mais ter credibilidade. "Pois nunca a teve nestes três anos, não é agora que teria".

De acordo com Jackson Barreto, se Albano pensa em se reeleger com o dinheiro da Energípe está muito enganado. Ele pode até fazer uma série de obras, já que seu problema não é dinheiro e tentar ludibriar o povo, mas dificilmente será uma figura simpática e com "credibilidade". "O povo já está cansado de Albano e não acredita nele. Eu quero saber é quando o dinheiro da Energípe acabar, o que ele fará. Não tem mais quatro empresas dessa para vender, e aí? Ele não fez nada até hoje, por isso

raciocínio segue o deputado estadual Bosco Mendonça, PMDB. Ele acredita piamente que o dinheiro será usado em campanha política e que Albano será candidato a reeleição. Será o "candidato movido a Energípe", disse Bosco, frisando que será na campanha que o clientelismo do Governo ficará mais latente.

Assim como Jackson Barreto, Bosco Mendonça faz uma crítica hilária ao governo Albano Franco: "é de uma transparência total, que ninguém vê nada", referindo-se aos três anos de sua administração, que não deixa nenhuma marca significativa. "Ele quer o clientelismo para se eleger facilmente e terá o marketing a seu favor. Só que essa postura do povo está mudando e não vai acreditar, porque é um governo sem credibilidade", disparou Bosco Mendonça.

nossos interesses, além de termos o maior consumo, per capita, de energia ou R\$ 147 milhões, é a BNDES, braço das partidas. O banco, en-

tre os interessados está um fundo de participações chamaado Eletro Fórum.

Ação na Justiça vai continuar

O advogado João Fontes garantiu que ação popular contra a venda da Energípe vai continuar, para que a Justiça aprecie o mérito. Segundo ele, o processo que foi feito de forma irregular, permanece. "O que o Governo mandou foi a lei 3.752 e não contém uma lei específica, conforme preconiza o artigo 25, inciso 14, da Constituição do Estado de Sergipe, que prevê que, para extinção de uma sociedade de economia mista, precisa de uma lei que fale de privatização", explicou João Fontes que, inclusive, já foi presidente da Energípe.

Dinheiro da venda não será "torrado"

Na quinta-feira passada, um dia depois do leilão de privatização da Energípe, o governador Albano Franco ficou indignado com as insinuações de que ele iria, literalmente, "torrar" a fortuna recebida, na campanha para reeleição. "Não aceito, em hipótese alguma, esse tipo de crítica. Esse governo tem responsabilidade, por isso temos credibilidade no sul do país", rebateu.

Mais calmo, o governador Albano Franco garantiu que os R\$ 577,1 milhões da venda da Energípe, que ele recebe amanhã da diretoria do BNDES, têm destino certo. A maior fatia dos re-

cursos pagos - R\$ 48 milhões - será utilizada para rolagem da dívida imobiliária de Sergipe. Outros R\$ 35 milhões serão usados para o pagamento do décimo-terceiro salário dos servidores e o restante investido em infra-estrutura e na área social.

Na malha rodoviária sergipana, o governo vai investir R\$ 30 milhões; R\$ 10 milhões no setor de segurança; R\$ 2 milhões em contrapartida com organismos internacionais; R\$ 10 milhões em infra-estrutura urbana; R\$ 10 milhões em saneamento e outros R\$ 10 milhões no setor de saúde.

No não fala sobre reeleição

Governador Albano Franco disse que sua principal preocupação, no momento, é fazer um bom governo em Sergipe. Essa pelo menos é a resposta que ele dá a todo instante, quando instigado a falar se é ou não candidato a reeleição em 98. De todas as formas, ele procura esconder, até mesmo quando se fala do seu partido, o PSDB, que deverá anunciar um candidato para disputar as eleições.

Mesmo insistindo em dizer que não é candidato, Albano Franco admite que diversas lideranças do interior do Estado lançam seu nome para 98. Ele lembrou que na última eleição para governador, o

seu nome só foi lançado no mês de abril. "Porenquanto, ainda é cedo para se lançar um nome", disse o governador, deixando nas entrelinhas que em abril de 98 poderá ser lançado o nome que todos insistem em saber: o dele próprio.

Enquanto não se decide, procurando manter o seu estilo de indecisão, Albano Franco vai fazendo política pelo interior do Estado. Neste mês de dezembro, ele garante que vai visitar os últimos pontos do Estado que ainda não frequentou, se orgulhando de ser o governador que mais tem percorrido o interior, em povoados que jamais nenhum governador foi.

O que secretários esperam

Os secretários de Estado estão de olho nos recursos da privatização. Todas as pastas do Governo querem pelo menos um pedaço do bolo. Poren quanto, eles não falam no montante que cada Secretaria poderá receber, mas garantem que existem projetos que podem ser tocados de

agora em diante. Confira agora a expectativa de alguns secretários:

Luiz Antonio Barreto, secretário de Educação - "Nós temos um trabalho com a Educação, que vamos cumprir. O governador já sabe que queremos oferecer uma maior número de vagas, capacitar melhor

nosso professores. Vamos avaliar juntos para sabermos quanto poderemos dispor de recursos para agilizarmos esse trabalho. Mas tenho certeza que faremos, pois é um compromisso de campanha do governador Albano Franco".

Gilton Garcia, secretário de Segurança Pú-

blica - "Enfrentamos muitas dificuldades que, com os recursos que o governador repassará para a nossa Secretaria, poderemos melhorar. Queremos reaparelhar as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros, o Instituto de Criminologia, o Instituto Médico Legal. Brevemente mudaremos a Secretaria para

outro local e vamos colocar todas as delegacias especializadas juntas".

Ivan Leite, secretário da Indústria, Comércio e Turismo - "O governador vai investir, a partir de janeiro, na indústria do turismo. Por isso, já está providenciando a recuperação de várias estradas sergipa-

nas, principalmente aquelas que levam a pontos turísticos de nosso Estado. Além disso, o setor industrial será beneficiado. Quanto aos recursos, ainda não sei o valor, mas garanto que o trabalho que será feito no setor industrial será importante para o Estado."

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, na forma do Regimento Interno.

A Presidência, nos termos do art. 48, item 10, do Regimento Interno, comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1997 (nº 3.549/97, na Casa de origem), que dispõe sobre a substituição gradual da frota de veículos e dá outras providências, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, vai também ao exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

OF. Nº 284/97-GLPFL

Brasília, 12 de dezembro de 1997

Senhor Presidente,

Solicito a V. Ex^a as necessárias providências no sentido de ser efetivada a substituição do Senador Júlio Campos pelo Senador Leonel Paiya como suplente na Comissão Representativa do Congresso Nacional.

Ateriosamente, – Senador Hugo Napoleão, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em votação a substituição solicitada.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Será feita a substituição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA**Item 1:****REDAÇÃO FINAL****DAS EMENDAS DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 1984**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Especial como conclusão de seu Parecer nº 842, de 1997, Relator: Senador Josaphat Marinho) das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1984 (nº 634/75, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que Institui o Código Civil.

Em discussão, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, uma breve informação devo dar ao Plenário sobre a forma como se procedeu a revisão final do Projeto de Código Civil.

A orientação da Comissão foi no sentido de escoimar o projeto de palavras desnecessárias, de partículas, de advérbios e de adjetivos que não concorriam para esclarecimento algum, nem para a perfeita configuração do texto. Todos verão como se procurou dar clareza, limpidez ao texto dos diferentes artigos. É natural que num projeto dessa extensão, a reprodução feita contenha ainda pequenos lapsos: uma palavra que deveria ser suprimida e não o foi, no texto, ou a falta de uma expressão. Quero comunicar ao Plenário que estamos atentos para fazer todas essas correções, a fim de que se possa fazer a publicação definitiva da matéria.

Mas, Sr. Presidente, queria também, por dever de justiça, assinalar, perante V. Ex^a e os Srs. Senadores, que, nessa parte de redação final do projeto, a Comissão deve um tributo à Dr.^a Sarah Abrahão, pela permanente colaboração que nos deu – permanente e competente. Trata-se de funcionária do Quadro de Assessores da Presidência, ora prestando serviços à Secretaria-Geral da Mesa. Como fiz referência aos que, no período de exame da matéria, prestaram serviços à Comissão, faço-o igualmente agora quanto à Dr.^a Sarah Abrahão, para os fins que V. Ex^a considerar devidos.

Eram esses esclarecimentos que queria dar ao Plenário, pondo-me à disposição para qualquer outra informação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– A Mesa agradece a comunicação e o encaminhamento de votação do Senador Josaphat Marinho. Louva, mais uma vez, o seu trabalho e dos que o auxiliaram, inclusive de uma funcionária exemplar como a Dr.^a Sarah Abrahão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a tem a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, neste momento em que estamos votando a redação final do Código Civil, trago a minha palavra de profunda satisfação pelo trabalho desenvolvido por esta Casa. Mais uma vez, levo o meu respeito aos membros da Comissão e ao Senador Josaphat Marinho e, como disse bem o Senador, à assessoria técnica da Mesa que realizou um importante trabalho.

Entretanto, quero chamar atenção para um detalhe: foi importante o trabalho feito pelo Senado, mas causou-me profunda estranheza o fato de o Código Civil ter ficado na Câmara dos Deputados durante 10 anos e ter vindo para esta Casa por um acordo de Líderes. A Câmara dos Deputados não debateu, não discutiu, não votou emendas e, lá pelas tantas, num final de ano, um acordo de Líderes fez com que o projeto fosse votado sem discussão. Aqui também, justiça seja feita, o projeto ficou em uma gaveta por anos a fio, mas, em determinado momento, saiu da gaveta, foi constituída a comissão comandada pelo Senador Josaphat Marinho. Na relatoria dessa comissão, S. Ex^a deu força para que os trabalhos se desenvolvessem e chegássemos ao final.

Agora o projeto volta à Câmara dos Deputados. Não tenho nenhuma ilusão, penso ser difícil a Câmara votá-lo no próximo ano, que é um ano eleitoral. Sinceramente falando, não tenho ilusão nesse sentido, mas espero que a próxima Legislatura na Câmara dos Deputados se debruce, estude, debata e conclua o que for preciso sobre essa tão importante e tão necessária matéria, a não ser que proceda como da primeira vez, ou seja, aprove, por um acordo de Líderes, o projeto de autoria do Senador Josaphat Marinho, o que, sinceramente, até que não seria ruim, pois o que não pode acontecer novamente é ficar na gaveta e sem que aquela outra Casa não lhe dê a devida atenção.

Fico feliz por esse final, Sr. Presidente, mas lamento que estejamos tão longe do que deva ser o trabalho de um Congresso Nacional. Esse projeto ficou 22 anos no Congresso Nacional. Uma matéria dessa importância – e não sei de outra mais importante do que essa nestes últimos tempos do Congresso Nacional – ficou 10 anos em uma gaveta na Câmara dos Deputados e de lá saiu sem discussão alguma, sem que alguém a lesse. Chegou ao Senado e aqui também ficou por 10 anos em uma gaveta,

dela saindo graças à ação final de V. Ex^a e, de modo muito especial, ao trabalho do Senador Josaphat Marinho.

Portanto, felicito o Senado pelo trabalho realizado. Contudo, pelo amor de Deus, Sr. Presidente, não criemos no Congresso Nacional a tradição de se engavetar ou de se votar de afogadilho – e não foi esse o caso.

Mais uma vez, minhas felicitações a V. Ex^a e, de modo muito especial, a minha admiração e o meu apreço ao Senador Josaphat Marinho e, de modo ainda mais especial, espero que não fique esse projeto mais 10 anos na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a redação final aprovada:

(*) A redação final encontra-se publicada em Suplemento "B" ao Diário do Senado Federal de 11 de dezembro de 1997.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Item 2:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 1997

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.111, de 1997 – art. 336, "b")

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1997 (nº 2.685/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que acrescenta incisos ao § 1º do art. 1º da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, tendo

Parecer favorável, sob nº 843, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francelino Pereira.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 1997
 (Nº 2.685/96, na casa de origem)
 (De iniciativa do Presidente da República)

Acrescenta incisos ao § 1º do art. 1º
 da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 1º da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

"Art. 1º
 § 1º

XXVIII – Fundação Casa de Rui Barbosa;
 XXIX – Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 3:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
 Nº 72, DE 1997 – COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.114, de 1997 – art. 336, b)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1997-Complementar (nº 14/95-Complementar, na Casa de origem), que dispõe sobre a fixação dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios, tendo

Parecer favorável, sob nº 848, de 1997, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Waldeck Ornelas.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Essa votação é nominal. O painel vai ser liberado.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Senador Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA). Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, desejaría precisamente chamar a atenção no sentido de que se trata de uma lei complementar que requer o voto favorável da maioria absoluta da Casa e que é da maior importância para o conjunto dos Municípios brasileiros.

Na verdade, trata-se de estabelecer regras permanentes em relação às quotas do Fundo de Participação dos Municípios, corrigindo distorções que vêm se acumulando ao longo do tempo. A partir de agora, passa-se a ter uma atualização anual dos coeficientes, mas se estabelece que ficarão mantidos para o ano de 1998 os coeficientes de 1997 e a correção que terá que ser feita dar-se-á ao longo dos próximos cinco anos. A partir daí, não teremos mais impactos abruptos na arrecadação dos Municípios brasileiros em relação à quota do Fundo de Participação.

Do mesmo modo, os Municípios que têm coeficiente 3.8 estão também se beneficiando do Fundo de Reserva a que só têm direito hoje os Municípios de coeficiente 4.

Dessa forma, creio que conseguimos estabelecer uma regra básica fundamental para permitir que o coeficiente do Fundo de Participação possa ser aplicado automaticamente, mesmo quando forem criados novos Municípios.

O Sr Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Não há apartes agora. Trata-se de encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Os Srs. Líderes que desejarem orientar suas bancadas, poderão fazê-lo.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, o PFL recomenda o voto "sim".

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – Sr. Presidente, o PSBD recomenda o voto "sim".

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, a Liderança do Bloco recomenda o voto "sim" e recomenda também aos Srs. Senadores que tenham atenção na hora de votar porque estamos no limite, temos que ter 41 votos "sim". Ninguém pode errar o voto.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB-AP) – O PMDB recomenda o voto "sim".

(Procede-se à votação)

VOTAÇÃO NOMINAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 72, DE 1997 - COMPLEMENTAR

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS COEFICIENTES DE FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MINICÍPIOS

Nº Sessão: 2

Nº Vot.: 1

Data Início: 12/12/1997

Hora Início: 10:47:25

Data Sessão: 12/12/1997

Data Fim: 12/12/1997

Hora Fim: 10:51:04

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
BLOCO	RJ	ABDIAS NASCIMENTO	SIM				
BLOCO	PA	ADEMIR ANDRADE	SIM				
PMDB	GO	ALBINO BOAVENTURA	SIM				
PSDB	RJ	ARTURO DA TAVOLA	SIM				
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM				
BLOCO	RJ	BENEDITA DA SILVA	SIM				
PSDB	CE	BENI VERAS	SIM				
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM				
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM				
PFL	ES	ÉLIO ALVARES	SIM				
PMDB	AC	FLAVIANO MELO	SIM				
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM				
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM				
PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	SIM				
PSDB	AM	JEFFERSON PERES	SIM				
PPB	RR	JOÃO FRANCA	SIM				
PFL	TO	JOÃO ROCHA	SIM				
PFL	PE	JOEL DE HOLLANDA	SIM				
PFL	BA	JOSAPHAT MARINHO	SIM				
PFL	SE	JOSÉ ALVES	SIM				
PTB	PR	JOSÉ EDUARDO	SIM				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	SIM				
PMDB	RS	JOSÉ FOGACA	SIM				
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	SIM				
BLOCO	MG	JÚNIA MARISE	SIM				
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	SIM				
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM				
PPB	MS	LEVY DIAS	SIM				
PPB	PI	LUCÍDIO PORTELLA	SIM				
PMDB	AC	NABOR JUNIOR	SIM				
PMDB	GO	ONOFRE QUINAN	SIM				
PSDB	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PMDB	GO	OTONIEL MACHADO	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
PMDB	MS	RAMEZ TEbet	SIM				
PTB	MG	REGINA ASSUMPÇÃO	SIM				
PFL	SP	ROMEO TUMA	SIM				
PMDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	SIM				
BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	SIM				
PSDB	CE	SÉRGIO MACHADO	SIM				
PFL	BA	WALDECK ORNELAS	SIM				

Presid.: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Motor Sime 45

1° Sec. • *

1 Oct..
2^o Sec - *

2-663..

4° Sec. 1

4 000..

Votos Não: 0

VOTOS NAO.

Total: 45

Operad.: NILSON ALMEIDA

Emissão em: 12/12/97 - 10:51

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Votaram SIM 45 Srs. Senadores.

Não houve abstenção.

Total: 45 votos.

Aprovado por unanimidade.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
nº 72, DE 1997 – COMPLEMENTAR**

(nº 14/95 – Complementar, na Casa de origem)

Dispõe sobre a fixação dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica atribuído aos Municípios, exceto os de Capital, coeficiente individual no Fundo de Participação dos Municípios – FPM, segundo seu número de habitantes, conforme estabelecido no § 2º do art. 91 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.881, de 27 de agosto de 1981.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, consideram-se os Municípios regularmente instalados, fazendo-se a revisão de suas quotas anualmente, com base nos dados oficiais de população produzidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nos termos do § 2º do art. 102 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

§ 2º Ficam mantidos, a partir do exercício de 1998, os coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios – FPM – atribuídos em 1997 aos Municípios que apresentarem redução de seus coeficientes pela aplicação do disposto no **caput** deste artigo.

Art. 2º A partir de 1º de janeiro de 1999, os ganhos adicionais em cada exercício, decorrentes do disposto no § 2º do art. 1º desta Lei Complementar, terão aplicação de redutor financeiro para redistribuição automática aos demais participantes do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, na forma do que dispõe o § 2º do art. 91 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.881, de 27 de agosto de 1981.

§ 1º O redutor financeiro a que se refere o **caput** deste artigo será de:

- I – vinte por cento no exercício de 1999;
- II – quarenta por cento no exercício de 2000;
- III – sessenta por cento no exercício de 2001;
- IV – oitenta por cento no exercício de 2002.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2003, os Municípios a que se refere o § 2º do art. 1º desta Lei

Complementar terão seus coeficientes individuais no Fundo de Participação dos Municípios – FPM fixados em conformidade como que dispõe o **caput** do artigo anterior.

Art. 3º Os Municípios que se enquadrem no coeficiente três inteiros e oito décimos passam, a partir de 1º de janeiro de 1999, a participar da Reserva do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, prevista no art. 2º do Decreto-Lei nº 1.881, de 27 de agosto de 1981.

§ 1º Aos Municípios que se enquadrem nos coeficientes três inteiros e oito décimos e quatro no Fundo de Participação dos Municípios – FPM – será atribuído coeficiente de participação conforme estabelecido no parágrafo único do art. 3º do Decreto-Lei nº 1.881, de 27 de agosto de 1981.

§ 2º Aplica-se aos Municípios participantes da Reserva de que trata o **caput** deste artigo o disposto no § 2º do art. 1º e no art. 2º desta Lei Complementar.

Art. 4º Aos Municípios das Capitais dos Estados, inclusive a Capital Federal, será atribuído coeficiente individual de participação conforme estabelecido no § 1º do art. 91 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Parágrafo único. Aplica-se aos Municípios de que trata o **caput** o disposto no § 2º do art. 1º e no art. 2º desta Lei Complementar.

Art. 5º Compete à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apurar a renda per capita para os efeitos desta Lei Complementar.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1998.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 71, de 3 de setembro de 1992; a Lei Complementar nº 74, de 30 de abril de 1993; os §§ 4º e 5º do art. 91 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

O SR. LEONEL PAIVA (PFL – DF) – Sr. Presidente, por uma falha operacional minha, meu voto deixou de ser registrado. Gostaria de consignar o meu voto "Sim".

O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL – AL) – Sr. Presidente, também quero registrar o meu voto "Sim".

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, o meu voto na votação anterior também foi "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Na Ata, constará o voto "Sim" de V. Ex^{as}

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Item 4:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 176, DE 1997**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.116, de 1997 – art. 336, b)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 176, de 1997, (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 844, de 1997, Relator: Senador Francelino Pereira, como votos contrários dos Senadores Vilson Kleinübing, Esperidião Amin, Jefferson Peres, Eduardo Suplicy, José Eduardo Dutra e Roberto Requião e, em separado, do Senador Osmar Dias), que autoriza o Estado do Paraná a contratar e prestar contragarantia a operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com o aval da União, no valor de cem milhões de dólares norte-americanos, de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio no Paraná.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Sobre a mesa, emenda que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lida a seguinte:

EMENDA Nº 1 – PLEN

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

Art. O Governo do Estado do Paraná encaminhará trimestralmente, ao Senado Federal, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, a partir da assinatura do contrato autorizado pela presente resolução, relatório detalhado sobre a execução do projeto a que se destinam os recursos, do qual conste, pelo menos:

a) parcelas liberadas pelo organismo financeiro e contrapartidas colocadas pelo Estado do Paraná;

b) comparação entre os cronogramas físico-e financeiro previstos e o efetivamente realizado no trimestre anterior;

c) quadro de aplicação acumulada dos recursos, a cada trimestre.

Parágrafo único. Na hipótese de a análise da Comissão de Assuntos Econômicos detectar alguma irregularidade ou discrepância entre a autorização ora concedida e a execução efetiva do projeto, ficará sustada a tramitação dos pleitos de operações exter-

nas e internas, oriundos do Estado do Paraná, no Senado Federal, até que seja provada a correção dos desvios apontados.

Justificação

É justo que esta Casa estabeleça, na presente resolução, alguma forma de controle da execução da operação de crédito externo ora autorizada. Lembre-se, por oportuno que disposições com objetivos semelhantes consta de autorizações do Senado a operações de crédito, sempre que o caráter do contrato justifica acompanhamento na sua execução.

Parece-nos que deva o Senado Federal exercer sua função de fiscalização e controle para garantir o cumprimento cabal das autorizações concedidas, mormente no presente caso, uma vez que desvios na aplicação dos recursos poderão resultar no agravamento da situação fiscal do Governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 1997. – Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira para emitir parecer.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG). Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são três emendas apresentadas, sendo uma para cada projeto. Vou emitir parecer sobre a primeira emenda, referente ao Ofício S 63/96.

Sr. Presidente, por maior consideração que tenha à iniciativa, que precisa ser louvada, dou parecer contrário à emenda, porque seria uma discriminação em relação aos processos anteriores de mesmo teor.

O parecer é contrário à Emenda nº 1 no projeto que está em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – E as demais?

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG.) – São três processos. Os pareceres são contrários.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer é contrário..

Em discussão o projeto e a emenda.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos, para discutir.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF). Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a crise do capitalismo, a mais

completa que até hoje presenciamos, revela a verdade oculta do sistema. Já foi dito que a crise abre a anatomia do capitalismo e mostra as suas entradas verdadeiras, exibindo-as aos nossos olhos embaçados.

A Coréia do Sul, o grande Tigre Asiático, vem agora pedir um pires de leite para alimentar as suas desditas, o seu emagrecimento. E o FMI exige, entre outras coisas, não apenas a abertura da Coréia do Sul aos capitais estrangeiros, ainda mais, exige também a propalada estabilidade monetária e impõe o não-crescimento e um programa que a impeça de crescer. E é disso que estamos padecendo há muito tempo, por causa dessas medidas que transformaram uma década perdida em duas décadas perdidas.

É por meio dessas imposições externas que agora são traduzidas em um empréstimo de US\$ 50 bilhões sob a condição de que esse dinheiro não seja usado para o crescimento da Coréia, mas só seja concedido se ela se submeter a um modelo que o Brasil já conhece há muito tempo.

Portanto, aquilo que venho dizendo há tanto tempo agora a crise me ajuda a esclarecer e a revelar. Mais uma vez, quero me manifestar contrário a essas modalidades de empréstimos externos, principalmente quando elas se dirigem a Estados que incorporaram também a crise da indústria automobilística mundial, que já revela 30% de capacidade ociosa e que, em breve, será de 50%, instalando de graça ainda filiais de montadoras pelo mundo afora.

De modo que, então, diante dessa situação, parece-me que é hora de não termos medo de encarar o interior do sistema capitalista, cujas entradas são reveladas pela crise e pelas relações despóticas e autoritárias que essa crise impõe aos países periféricos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, de quantos minutos disponho para discutir?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a dispõe de 10 minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, estamos hoje prestes a ver aprovados três projetos que vieram a este plenário cometendo todas as irregularidades possíveis de serem cometidas.

Primeiro, Sr. Presidente, quero chamar a atenção do Senador Francelino Pereira para o relatório, escrito não sei por quem, que tem pelo menos uma mentira flagrante e que deve ser...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Solicito ao nobre Senador Osmar Dias, que tem se mostrado sempre um dos melhores e mais atuantes Senadores, e, sobretudo, elegante, que continue com a linguagem elegante, que não é a de hoje, para que os trabalhos possam prosseguir.

Compreendo o interesse de V. Ex^a no assunto, e o respeito, mas peço que o coloque nos termos devidos, para que não haja ofensa a qualquer dos nossos colegas.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Posso utilizar "uma inverdade"?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– V. Ex^a pode colocar como quiser, porque V. Ex^a tem meios, que a sua inteligência produz, para fazê-lo.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Mas é que não acho outro termo, Sr. Presidente.

O primeiro projeto que estamos a analisar, com relatório do Senador Francelino Pereira, e que autoriza o Paraná contratar e prestar contragarantia a operação de crédito externo no valor de US\$100 milhões junto ao BID, deu entrada no Senado no dia 9 de dezembro de 1996, pela Mensagem nº 257/96. No relatório do Senador Francelino Pereira – e isto tem sido utilizado em manchetes de todos os jornais do Paraná contra a minha pessoa, por isso chamo a atenção para este fato: não é justo que aquilo que não seja verdadeiro continue no relatório –, está escrito:

Já em 28 de junho de 1996, quando de sua apresentação, os autos do presente processo encontravam-se instruídos com toda a documentação exigida pela Resolução nº 69.

Como devo chamar o que está aqui? Se o processo somente deu entrada no Senado no dia 09/12/96, e o relatório afirma que o Senado já tinha os documentos no dia 28/06/96, que nome devo dar a isto, Sr. Presidente?

Vamos atender ao apelo de V. Ex^a: foi um equívoco do Senador Francelino Pereira. Em respeito a V. Ex^a, acho que houve um equívoco do Senador Francelino Pereira, que eu gostaria que fosse consertado, para que não ficasse essa incorreção no relatório.

Ademais, Sr. Presidente, os editoriais de **O Estado de S.Paulo** de ontem e de hoje fazem referência aos conflitos existentes entre os pareceres do

Banco Central e do Tesouro Nacional e a carta do Ministro Pedro Malan.

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a, que tem muito mais experiência do que eu e que tem me chamado a atenção para me colocar na postura de um Senador que possa ter o sucesso que V. Ex^a teve na sua vida – não tenho essa pretensão –, que tem me orientado a me comportar, como deveria eu me comportar, como um Senador que tem o nome e respeito que V. Ex^a tem se comportaria se ocorresse com V. Ex^a o que ocorreu comigo.

O processo ficou nesta Casa por 500 dias não porque o Relator não quisesse relatar; ficou claro, pelas palavras do próprio Secretário do Planejamento do Paraná, que eu não podia relatar, porque os documentos não estavam completos.

Depois, o próprio Senador José Serra, Presidente da Comissão, na última reunião, disse: O Senador Osmar Dias, Relator do processo – e isto está nas notas taquigráficas – só recebeu a documentação e pôde concluir o seu relatório na semana passada.

Após 500 dias sem nenhuma manifestação do Ministro Pedro Malan, e tentei falar com S. Ex^a a respeito – Sr. Presidente, preste atenção neste detalhe, porque ele é importante –, depois de eu ter elaborado o meu relatório e de tê-lo entregado à Comissão de Assuntos Econômicos, baseado nos pareceres do Banco Central e da Secretaria do Tesouro Nacional, que eram contrários à operação, porque o Paraná não apresenta capacidade de pagamento, o Ministro Pedro Malan manda um ofício à Comissão, que é lido depois de eu apresentar o relatório, dizendo que a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central não estão falando a verdade, que S. Ex^a pode dar o aval.

Mas no ofício de S. Ex^a há uma confusão: não entendi se S. Ex^a diz que a União tem capacidade para arcar com os compromissos, caso o Paraná não pague, ou se efetivamente o Paraná tem capacidade.

A verdade é que a Secretaria do Tesouro Nacional afirmou, de forma conclusiva – aliás, devo louvar os pareceres do Banco Central, do Sr. Gustavo Franco, porque desta vez não houve subterfúgios, eles foram diretos –, que o Paraná não pode contratar operação, porque não tem capacidade para pagá-la.

Devo concluir, com o parecer da Secretaria do Tesouro e do Banco Central, que o Ministro Malan quis dizer que o Paraná não pode pagar, mas o povo do Paraná pode, e vai pagar a conta.

Efetivamente, Sr. Presidente, o Estado do Paraná está numa situação financeira frágil – e isto está escrito também no relatório da Secretaria do Tesouro Nacional.

Acho que o Ministro Malan foi, no mínimo, desleal comigo, porque se ele tinha uma carta a oferecer à Comissão de Assuntos Econômicos, deveria tê-lo feito por ocasião da tramitação do projeto, para me dar tempo de ler a sua carta, refletir e escolher. Eu teria então a opção de escolher entre a Secretaria do Tesouro e o Ministro. Por quê? Porque o que o Ministro disse não foi a mesma coisa que disse a Secretaria do Tesouro Nacional.

Será que se o Governador fosse da Oposição, o Ministro teria escrito essa carta? E ainda assim, teria ele escrito a carta e enviado à Comissão depois de eu ter apresentado o relatório?

Acho que isso não foi correto comigo e V. Ex^a há de concordar. Foi apresentado um documento, depois de 500 dias de espera, posterior à apresentação do relatório pelo Relator. E um documento que foi, na verdade, encorajado. Não tenho dúvida de que o Ministro Malan, em perfeita consciência, em sã consciência, não assinaria o que assinou. Especialistas no assunto dizem que foi um deboche do Ministro com o Senado Federal, já que a Secretaria do Tesouro Nacional comprova com números a situação.

O déficit fiscal do Paraná, no ano passado, foi de R\$403 milhões. Se o déficit fiscal do ano passado foi de R\$403 milhões, o deste ano fechará em R\$ 370 milhões, e isto é suficiente para comprovar que a Secretaria do Tesouro Nacional está dizendo a verdade: que o Paraná não tem capacidade para pagar os empréstimos que está contratando. E o Ministro Pedro Malan assume o compromisso.

Então, Sr. Presidente, mais uma vez, não seria mais prudente, da parte do Senado, para não passar recibo de que está votando irregularmente os projetos, desobedecendo as Resoluções nºs 69 e 96, que exigem a comprovação de que o Estado tem capacidade para pagar o que está contratando, não seria mais prudente e mais lícito, por parte do Senado, para não caracterizar um desrespeito ao Regimento e à Constituição, um desrespeito aos órgãos técnicos vinculados ao Ministério da Fazenda, que o próprio Ministro da Fazenda não respeita, passar a exigir, daqui para a frente, só esse documento, só a carta do Ministro da Fazenda dizendo se vai ou não assumir o aval?

Se não valem nada os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e do Banco Central, e não va-

lem nada as Resoluções nºs 69 e 96, seria também conveniente que a Comissão de Assuntos Econômicos, para poupar trabalho, Sr. Presidente, suspenesse as resoluções e nós passássemos, aqui, a analisar os processos à luz apenas de argumentos políticos. Se o Governador é da oposição, ele que vá buscar apoio de quem quiser, porque não vai ter apoio do Ministro Pedro Malan; não vai haver carta do Ministro Pedro Malan de apoio a um Governador de oposição que queira empréstimo, pelo menos nas condições em que se encontra o Paraná. Se é um Estado fraquejinho, com um contingente eleitoral pequeno, S. Ex^a que vá buscar apoio de quem quiser, porque o Senado da República decide sob argumentos políticos e de quem tem mais força eleitoral – isto não sou eu quem diz, Sr. Presidente, o próprio Editorial do **Estado de S.Paulo**, de hoje, conclui dizendo o seguinte:

"Com o resultado obtido por Lerner, o PFL não vai precisar fazer força para comprar passes de Governadores e Prefeitos."

É o que diz o Editorial do Estado de S.Paulo.

Parce-me, Sr. Presidente, que isso está bem claro porque no **Folha de S.Paulo**, também, está escrito, hoje, que houve uma barganha dos Deputados Federais do PFL do Paraná na votação da Reforma Administrativa, para a aprovação desses empréstimos.

Sr. Presidente, vou encerrar. Não quero discutir politicamente mas quero afirmar a V. Ex^a – que é um cumpridor do Regimento, tanto que me chama atenção pelo esgotamento do tempo regimental de meu pronunciamento –, o que estamos fazendo é um desrespeito ao Regimento, às Resoluções, à Constituição, ao Banco Central, à Secretaria do Tesouro Nacional, ao bom senso e ao povo do Paraná.

Parabéns ao nobre Senador Francelino Pereira e a outros Srs. Senadores que já têm a promessa de receberem o título de "Cidadão Honorário do Paraná".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, esta é uma Casa política e em sendo uma Casa política, as decisões que ela toma, necessariamente, nem sempre devem se nortear pelas análises técnicas de qualquer matéria em que seja convocada a decidir, mas existem al-

guns fatos que devem ser registrados ao votarmos esse empréstimo.

Primeiro, não me lembro de nenhum pedido de empréstimo ou de rolagem de dívidas estaduais passados por esta Casa que tenha tido uma análise tão aprofundada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Não me lembro também de nenhum pedido de empréstimo que tenha tido um parecer tão categórico do Banco Central e da Secretaria do Tesouro Nacional no sentido de negar o empréstimo.

Esta é uma Casa política. No debate na Comissão de Assuntos Econômicos, alguns Senadores disseram que vão votar a favor porque o Senado nunca negou e não tem negado empréstimo para nenhum Estado. Ora, se esse argumento é válido, então vamos retirar a prerrogativa do Senado Federal de analisar os empréstimos, porque, a priori, já se sabe que aprovará todos.

O outro argumento que foi apresentado na Comissão de Assuntos Econômicos é que, se é verdade que o Estado do Paraná está passando por situação financeira difícil, não podemos responsabilizar apenas o governador atual por isso, não podemos apená-lo pelo fato de o Estado do Paraná ter chegado a essa situação em função de decisões e de práticas de governos anteriores.

E isso é verdade. Tenho adotado, inclusive, esse critério ao votar algumas matérias. Mas isso é verdade quando aplicado à rolagem de dívidas. Votei a favor da rolagem da dívida de Minas Gerais exatamente em função desse critério, porque o governador atual não pode ser apenado, responsabilizado, pelo fato de o Estado de Minas Gerais ter chegado a uma situação que fez com que o Banco Central se manifestasse, através de seu parecer, contra a própria rolagem que foi pedida; mas não em relação a novos empréstimos, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores.

Em relação a novos empréstimos não podemos utilizar esse critério, porque o que vai estar em discussão é quem vai assumir essa nova dívida. Se é verdade que esta é uma Casa política, a votação dessa matéria, sem dúvida alguma – e não é insinuação, é coisa comprovada pelas notícias de jornais –, assumiu um caráter político-partidário, porque é fato que, se o Governador do Paraná não tivesse mudado de partido, não teríamos a Bancada do PFL empenhando-se tanto para aprovar essa matéria.

Também foi noticiado pela **Folha de S.Paulo** que a aprovação desse empréstimo transformou-se

em moeda de barganha na aprovação da quebra da estabilidade dos servidores públicos na Câmara dos Deputados. Foi noticiado por alguns jornais que algumas resistências existentes na bancada governista, quando da votação da quebra da estabilidade na Câmara, foram contornadas com a promessa de que esse empréstimo seria aprovado. A partir daí, a aprovação desse empréstimo passou a ser não só uma questão do PFL; passou a ser também uma questão da Presidência da República; isso está muito claro a partir da própria carta do Ministro Pedro Malan à Comissão de Assuntos Econômicos, já aqui registrada pelo Senador Osmar Dias.

Quero dizer que o Ministro Pedro Malan tem toda a autoridade para fazer isso. Ele é a principal autoridade econômica do País; tem autoridade para ir contra o parecer da sua própria assessoria técnica. Agora, o problema é que no País existe uma cultura de que as autoridades tomam as suas decisões e depois não são cobradas por elas. Quero dizer que vou guardar todo esse processo, vou guardar a carta do Ministro Pedro Malan e se no futuro ficar comprovado que quem estava certo era a sua assessoria técnica; se no futuro o conjunto da população brasileira for convocado a assumir o pagamento dessa dívida – porque se o Estado do Paraná não for capaz de pagá-la, com certeza, essa dívida no futuro será federalizada e vai causar problemas fiscais, aumento de juros e vai causar desemprego, e aí, os paranaenses, os sergipanos, os amazonenses, os nordestinos em geral, vão estar sendo convidados, ou melhor, convocados a pagar essa dívida. Então, vou conservar todo esse processo porque se tudo isso acontecer – não sei se ainda vou ser Senador e nem sei o que o Ministro Pedro Malan estará sendo, mas, na condição de Parlamentar ou de cidadão, se o conjunto dos brasileiros for convocado a pagar a dívida desse empréstimo que está sendo contraído agora, processarei o Ministro Pedro Malan por crime de responsabilidade, embora reconheça que S. Ex^a, pelo fato de ser autoridade econômica, tem competência para enviar essa carta. Se ficar comprovado, contudo, que a assessoria de S. Ex^a estava correta e se o resto da população brasileira vier a ser convocada para pagar esse empréstimo, o Ministro Malan terá que arcar com a sua responsabilidade.

Na Comissão de Assuntos Econômicos fiz um apelo ao Senador Francelino Pereira, apelo inclusive acompanhado pelo Senador Bello Parga, que integra

o mesmo do Partido do Senador Francelino Pereira. Existe um trecho do relatório que é perfeitamente dispensável, e o que interessa nesse momento para o PFL não é o texto, mas sim a votação do projeto de resolução que viabilizará o empréstimo. E o texto do Senador Francelino Pereira coloca em má situação não apenas o Senador Osmar Dias, mas também a Comissão de Assuntos Econômicos, porque afirma que em 28 de junho a Comissão de Assuntos Econômicos tinha todas as condições de analisar o processo e proferir seu parecer, mas, no entanto, em dezembro, essa mesma Comissão, por unanimidade, aprovou um requerimento no sentido de que fossem feitas diligências para instruir o processo. Ora, então alguém está errado. Se em junho a Comissão de Assuntos Econômicos já tinha todas as condições de votar a matéria, se em dezembro o Plenário da Comissão, à sua unanimidade, aprova uma diligência, foi uma irresponsabilidade da Comissão de Assuntos Econômicos então; não deveria ter aprovado essa diligência.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, reitero o apelo que fiz na Comissão, que, volto a dizer, foi acompanhado pelo Senador Bello Parga, já que o que importa é a aprovação do projeto de resolução, eu faço um apelo no sentido de que seja retirado do texto do relatório do Senador Francelino Pereira aquele parágrafo que faz referência a que, já em junho, todos os documentos necessários para a análise desse projeto já estavam à disposição do Relator e da Comissão de Assuntos Econômicos.

Volto a dizer, se for aprovado esse texto, e ele for para os Anais do Senado, estamos afirmando que a Comissão de Assuntos Econômicos foi irresponsável, na sua totalidade, ao aprovar o requerimento.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, os Senadores do Bloco estão liberados para votar de acordo com as suas consciências. Eu voto não.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ EDUARDO (PTB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Para discutir, concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Andrade Vieira.

O SR. JOSÉ EDUARDO (PTB – PR) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, há sete anos nesta Casa, tenho acompanhado quase que mensalmente as votações

de concessão de empréstimos para os Estados e Municípios brasileiros. Nunca assisti a uma discussão tão profunda e que abordasse os mais variados aspectos sobre as consequências que um empréstimo pudesse trazer para um Município ou para um Estado como a desses três pedidos de financiamentos solicitados pelo meu Estado, o Paraná.

Ao longo desses sete anos, muitos desses financiamentos têm suscitado questionamentos a respeito do endividamento dos Municípios e dos Estados. Creio que a grande maioria dos Senadores concorda que é preciso colocar um limite para a contratação de empréstimos e financiamentos. Não é possível o Senado continuar concedendo empréstimos e financiamentos a Estados que não possam cumprir com as obrigações que estão assumindo.

A renegociação das dívidas proposta pelo Governo Federal tem esse propósito. Entendo que não se pode apenar um Estado, no caso o Estado do Paraná, enquanto que ao longo desse período de um ano de tramitação desses três projetos foram aprovados vários projetos para outros Estados e outros Municípios. Entendo que o Senado deveria, por intermédio de uma resolução, colocar uma data-limite, a partir da qual não se concederiam mais empréstimos fora de regras que viessem a ser determinadas por essa comissão. Entendo também que uma Casa parlamentar como é o Senado deveria estabelecer regras a serem cumpridas pela Secretaria do Tesouro e pelo Banco Central e, na apresentação do orçamento anual, auditar as operações efetuadas, mas que não fosse preciso essas operações virem ao Senado para serem submetidas à votação. A função do Senado é estabelecer regras, normas a serem cumpridas pelos órgãos executivos.

Não posso acreditar que o Governador Jaime Lerner não esteja tomando as providências necessárias para a regularização do orçamento do Estado, para o enquadramento, para a eliminação do déficit que o Estado vem tendo. Quer dizer, os próprios números já apontam para uma redução do déficit do presente exercício em relação ao exercício anterior e provavelmente os trabalhos feitos pelo Governador levarão a uma redução ou senão à eliminação do déficit já no exercício próximo vindouro.

De modo que fica o meu apelo aos Srs. Senadores no sentido de que tratem o Paraná como estão sendo tratados todos os demais Estados e Municípios da nossa Federação. Que não seja o Paraná

o bode expiatório dessa questão que se discute. Acho que o Senador Requião tem razão, o Senador Osmar Dias tem razão: é preciso botar cobro a essas contratações sem limite. Mas tem de haver um prazo, tem de haver uma regra onde todos possam se enquadrar. Não se pode pinçar um Estado aleatoriamente, porque talvez até tenha dois Senadores mais agressivos, mais lutadores, com mais disposição para defender as suas convicções, e esse Estado ser apenado, enquanto outros Estados, ao mesmo tempo, vêm tendo seus pedidos de empréstimos atendidos.

Desse modo, penso que é realmente necessário que o Senado da República tome alguma providência, alguma atitude, em relação a estabelecimento desses limites, mas o Paraná não pode ser sacrificado enquanto se discute quais seriam esses limites, essas normas ou essas regras a serem estabelecidas.

Vivemos tempos conturbados. Eu gostaria de lembrar aos Srs. Senadores que o aumento da taxa de juros promovido pela equipe econômica há alguns dias onera os Estados e alguns Municípios muito mais do que esses empréstimos que estão sendo tomados pelo Governo do Paraná. A simples elevação da taxa de juros tem uma consequência perversa sobre a economia de alguns Estados e de alguns Municípios muito superior a esses financiamentos, que têm uma finalidade social muito grande, com taxas de juros muito baixas e de longo prazo. A maior parte desses recursos será aplicada por meio de Prefeituras extremamente carentes e necessitadas.

Não podemos deixar de avaliar todo esse aspecto social que esses financiamentos trazem. Se o Governador do Paraná não estiver gerindo os recursos do Estado de forma adequada e conveniente, o povo do Paraná saberá julgá-lo no momento certo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Relator quer fazer algum esclarecimento? (Pausa.)

Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço verificação de votação, com o apoioamento do Senador Lauro Campos e de outros Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O nobre Senador Osmar Dias pede verificação de votação. Sendo regimental a solicitação, S. Ex^a será atendido.

Chamo os Srs. Senadores para virem ao plenário, para procedermos à verificação de votação. Os Srs. Senadores, que se encontram em outras dependências da Casa, queiram vir ao plenário para procedermos à votação. Há um pedido de verificação de votos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) Pela ordem.) – Sr. Presidente, indago de V. Ex^a se já são decorridos 60 minutos da última verificação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Não houve verificação, mas uma votação nominal.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, para esclarecer, o Partido da Frente Liberal vota "sim".

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, o Líder do Bloco liberou os Parlamentares e, na condição de Líder do PDT, também liberei a Bancada do PDT, sendo que meu voto é pela abstenção.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra à nobre Senadora Júnia Marise.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me pronunciar exatamente por estar votando de forma diferenciada.

Desejo manifestar meu voto favorável à aprovação desses empréstimos para o Estado do Paraná, tendo em vista que este Senado, em todas as oportunidades, tem votado e aprovado todos os demais empréstimos aos demais Estados que vêm solicitando a aprovação pelo Senado Federal.

Vejo também, Sr. Presidente, que as questões levantadas pelos eminentes Senadores Osmar Dias e Roberto Requião têm, acima de tudo, uma relevância, de ordem técnica e de ordem jurídica. Entretanto, Sr. Presidente, temos diante de nós uma responsabilidade: a responsabilidade de podermos dar as condições necessárias para que o Governo do Estado do Paraná possa implementar programas, e vejo que as prioridades, principalmente na área de expansão, melhoria e inovação no ensino médio do Paraná, também o programa de atendimento aos recursos, de alívio à pobreza rural e ao gerenciamento de recursos naturais.

No meu entendimento, o objetivo desses recursos externos é exatamente atacar de frente as questões sociais que dizem respeito às necessidades e às prioridades do Estado do Paraná e da sua população.

Quero dizer, Sr. Presidente, que a postura partidária do Governador do Estado, Jaime Lerner, que integrou o nosso Partido, o PDT, e hoje integra o Partido da Frente Liberal, evidentemente não nos move, neste momento, na nossa concepção, na formação do nosso juízo e do nosso voto favorável à aplicação desses recursos para o Governo do Estado do Paraná.

O Governador Jaime Lerner, mesmo antes, nos quadros do PDT, sempre foi uma figura respeitada pelo nosso Partido, pela opinião pública e pela sociedade brasileira, e, evidentemente, em que pese a sua posição de se transferir para outro Partido, ainda não tenho qualquer condição de poder mudar o juízo que faço de sua extraordinária figura.

Portanto, Sr. Presidente, penso também que precisamos aprovar a emenda apresentada pelo Senador Osmar Dias, a fim de que o Senado Federal, com a sua responsabilidade, possa acompanhar e fiscalizar a aplicação desses recursos, e que isso também seja o parâmetro para os demais financiamentos de recursos externos que esta Casa daqui para a frente poderá aprovar e conceder aos Estados e aos Municípios.

E, movida por esta postura adotada pela liderança do Bloco de Oposição e do meu Partido, o PDT, manifesto o meu voto favorável à aprovação dos empréstimos externos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Mesa solicita aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação)

VOTAÇÃO NOMINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 176, DE 1997

AUTORIZA O ESTADO DO PARANÁ A CONTRATAR E
PRESTAR CONTRAGARANTIA A OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO

Nº Sessão: 2

Nº Vot.: 2

Data Início: 12/12/1997

Hora Início: 11:28:03

Data Sessão: 12/12/1997

Data Fim: 12/12/1997

Hora Fim: 11:34:04

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
BLOCO	RJ	ABDIAS NASCIMENTO	ABST.				
BLOCO	PA	ADEMIR ANDRADE	NÃO				
PMDB	GO	ALBINO BOAVENTURA	SIM				
PSDB	RJ	ARTUR DA TAVOLA	SIM				
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM				
BLOCO	RJ	BENEDITA DA SILVA	NÃO				
PSDB	CE	BENI VERAS	SIM				
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM				
PFL	ES	ELCIO ALVARES	SIM				
PFL	MG	FRANCINHO PEREIRA	SIM				
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM				
PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM				
PFL	AL	GUILHERME PALMEIRA	SIM				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	SIM				
PSDB	AM	JEFERSON PERES	NÃO				
PFL	RR	JOÃO FRANCA	SIM				
PFL	TO	JOÃO ROCHA	SIM				
PFL	PE	JOEL DE HOLLANDA	SIM				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	BA	JOSAPHAT MARINHO	SIM				
PFL	SE	JOSÉ ALVES	SIM				
PTB	PR	JOSÉ EDUARDO	SIM				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	NÃO				
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM				
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	SIM				
PSDB	SP	JOSÉ SERRA	ABST.				
FFL	MT	JÚLIO CAMPOS	SIM				
BLOCO	MG	JÚNIA MARISE	SIM				
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	NÃO				
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM				
PFL	DF	LEONEL PAIVA	SIM				
PPB	MS	LEVY DIAS	SIM				
PPB	PI	LUCÍDIO PORTELLA	SIM				
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	SIM				
PMDB	GO	ONOFRE QUINAN	SIM				
PSDB	PR	OSMAR DIAS	NÃO				
PMDB	GO	OTONIEL MACHADO	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMÕES	SIM				
PMDB	MS	RAMEZ TEbet	SIM				
PTB	MG	REGINA ASSUMPCÃO	SIM				
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM				
PMDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	SIM				
BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	ABST.				
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	SIM				
PFL	BA	WALDECK ORNELAS	SIM				

Presid.: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

1º Sec.: *

2º Sec.: *

3º Sec.: *

4º Sec.: *

Votos Sim: 39

Votos Não: 6

Total: 48

Votos Abst: 3

Emissão em: 12/12/97 - 11:34

Operad.: HEITOR LEDUR

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Votaram SIM 39 Srs. Senadores; e NÃO 6.

Houve 3 abstenções.

Total: 48 votos.

Aprovado.

Em votação a emenda que tem parecer contrário.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, o Bloco vota "Sim".

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Sr. Presidente, voto favoravelmente à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Rejeitada a emenda.

Aprovado o projeto, a matéria vai à Comissão Diretora para a redação final. (Pausa.).

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 854, DE 1997
(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 176, de 1997.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 176, de 1997, que autoriza o Estado do Paraná a contratar e prestar contragarantia a operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com o aval da União, no valor de US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares norte-americanos), de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio no Paraná.

Sala de Reuniões da Comissão, 12 de dezembro de 1997. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Júnia Marise**, Relatora – **Joel de Hollanda**.

ANEXO AO PARECER Nº 854, DE 1997

Redação final do Projeto de Resolução nº 176, de 1997.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1997

Autoriza o Estado do Paraná a contratar e prestar contragarantia a operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com o aval da União, no valor de US\$100,000,000.00 (cem milhões de dólares norte-americanos), de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio no Paraná.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizado o Estado do Paraná, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a contratar e prestar contragarantia a operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$100,000,000.00 (cem milhões de dólares norte-americanos), de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio do Paraná – Proem.

Art. 2º É autorizada a União, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a prestar garantia na operação de crédito externo de que trata o artigo anterior.

Art. 3º A operação de crédito externo de que trata o art. 1º tem as seguintes características:

a) valor pretendido: US\$100,000,000.00 (cem milhões de dólares norte-americanos), de principal;

b) juros: sobre os saldos devedores diários do empréstimo a uma taxa anual para cada semestre a ser determinada pelo custo dos empréstimos qualificados tomados pelo BID durante o semestre anterior, acrescida de uma percentagem anual, que o BID fixará periodicamente de acordo com sua política sobre taxa de juros;

c) comissão de crédito: 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o montante não desembolsado, contada a partir de sessenta dias após a data da assinatura do contrato;

d) garantidor: República Federativa do Brasil;

e) contragarantias: o Estado do Paraná vinculará as cotas de repartição constitucional das receitas tributárias estabelecidas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do art. 167, inciso IV, da Constituição Federal;

f) destinação dos recursos: Projeto de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná – Proem;

g) condições de pagamento:

– do principal: em prestações semestrais, consecutivas e, tanto quanto possível, iguais. A primeira prestação deverá ser paga na primeira data em que deva ser efetuado o pagamento de juros, uma vez transcorridos seis meses contados a partir da data prevista para o desembolso final do empréstimo e a última até 23 de maio de 2022;

– dos juros: semestralmente vencidos, em 23 de maio e 23 de novembro de cada ano, a partir de 23 de novembro de 1997;

– da comissão de crédito: semestralmente vencida, em 23 de maio e 23 de novembro de cada ano.

§ 1º Do valor do financiamento se destinará a quantia de US\$1.000.000,00 (um milhão de dólares norte-americanos) para atender despesas de inspeção e supervisão geral do credor, que será desembolsada em prestações trimestrais e, tanto quanto possível, iguais, ingressando na conta do credor independentemente de solicitação do mutuário.

§ 2º As datas estipuladas para repagamento poderão ser prorrogadas para manter correlação com a efetiva data de assinatura do contrato.

Art. 4º A contratação da operação de crédito externo de que trata o art. 1º, assim como a prestação da garantia da União, serão efetivadas no prazo máximo de quinhentos e quarenta dias, contado da data da publicação desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, gostaria de declarar que votei favoravelmente à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O voto de V. Ex^a constará de Ata.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 5:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 177, DE 1997

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.115, de 1997 – art. 336, b)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 177, de 1997, (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 845, de 1997, Relator: Senador Francelino Pereira, com votos contrários dos Senadores José Eduardo Dutra, Vilson Kleinübing, Esperidião Amin, Jefferson Péres, Roberto Requião e Eduardo Suplicy e, em separado do Senador Osmar Dias), que autoriza o Estado do Paraná a contratar, com o aval da União, operação de crédito externo, no valor total equivalente a vinte e três bilhões, seiscentos e oitenta e seis milhões de ienes japoneses, entre o Governo do Estado do Paraná e o The Overseas Economic Cooperation Fund – OECF (Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina), destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Saneamento Ambiental do Estado do Paraná, a ser executado pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

A Presidência esclarece que poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Sobre a mesa, emenda que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lida a seguinte:

EMENDA Nº 1, DE PLENÁRIO

(MENSAGEM Nº 81, DE 1997)

(PRS nº 177/97)

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

Art. O Governo do Estado do Paraná encaminhará trimestralmente, ao Senado Federal, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, a partir da assinatura do contrato autorizado pela presente resolução, relatório detalhado sobre a execução do projeto a que se destinam os recursos, do qual conste, pelo menos:

a) parcelas liberadas pelo organismo financeiro e contrapartidas colocadas pelo Estado do Paraná;

b) comparação entre os cronogramas físico e financeiro previstos e o efetivamente realizado no trimestre anterior;

c) quadro de aplicação acumulada dos recursos, a cada trimestre.

Parágrafo único. Na hipótese de a análise da Comissão de Assuntos Econômicos detectar alguma irregularidade ou discrepância entre a autorização ora concedida e a execução efetiva do projeto, ficará sustada a tramitação dos pleitos de operações externas e internas, oriundos do Estado do Paraná, no Senado Federal, até que seja provada a correção dos desvios apontados.

Justificação

É justo que esta Casa estabeleça, na presente resolução, alguma forma de controle da execução da operação de crédito externo ora autorizada. Lembre-se, por oportuno que disposições com objetivos semelhantes consta de autorizações do Senado a operações de crédito, sempre que o caráter do contrato justifica acompanhamento na sua execução.

Parece-nos que deva o Senado Federal exercer sua função de fiscalização e controle para garantir o cumprimento cabal das autorizações concedidas, mormente no presente caso, uma vez que desvios na aplicação dos recursos poderão resultar no agravamento da situação fiscal do Governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 1997. – Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O Relator já proferiu parecer contrário à emenda apresentada.

Em discussão, em conjunto, o projeto e a emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, sem prejuízo da emenda, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a emenda que tem parecer contrário.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Sr. Presidente, voto a favor da emenda.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço que registre o meu voto favorável à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Ata registrará os votos de V. Ex^{as}.

Aprovado o projeto, a matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte

PARECER Nº 855, DE 1997

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 177, de 1997.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 177, de 1997, que autoriza o Estado do Paraná a contratar, com o aval da União, operação de crédito externo no valor total equivalente a Y23.686.000.000,00 (vinte e três bilhões, seiscentos e oitenta e seis milhões de ienes japoneses), entre o Estado do Paraná e o The Overseas Economic Cooperation Fund – OECF (Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina), destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Saneamento Ambiental do Estado do Paraná – PARASAN, a ser executado pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

Sala de Reuniões da Comissão, 12 de dezembro de 1997. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Júnia Marise**, Relatadora – **Geraldo Melo** – **Joel de Hollanda**.

ANEXO AO PARECER Nº 855, DE 1997

Redação final do Projeto de Resolução nº 177, de 1997.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1997

Autoriza o Estado do Paraná a contratar, com o aval da União, operação de crédito externo no valor total equivalente a Y23.686.000.000,00 (vinte e três bilhões, seiscentos e oitenta e seis milhões de ienes japoneses), entre o Estado do Paraná e o The Overseas Economic Cooperation Fund – OECF (Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina), destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Saneamento Ambiental do Estado do Paraná – PARASAN, a ser executado pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Paraná autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a contratar e conceder contragarantia à operação de crédito externo com o The Overseas Economic Cooperation Fund – OECF (Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina), no valor total equivalente a Y23.686.000.000,00 (vinte e três bilhões, seiscentos e oitenta e seis milhões de ienes japoneses).

Parágrafo único. A operação de crédito externo autorizada neste artigo é destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Saneamento Ambiental do Estado do Paraná – PARANASAN, a ser executado pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

Art. 2º É a União autorizada, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a conceder aval à operação de crédito externo autorizada pelo artigo anterior.

Art. 3º A operação de crédito realizar-se-á sob as seguintes condições:

a) *valor pretendido*: Y23.686.000.000,00 (vinte e três bilhões, seiscentos e oitenta e seis milhões de ienes japoneses), equivalentes a R\$221.954.400,20 (duzentos e vinte e um milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos reais e vinte centavos), cotados em 30 de julho de 1997;

b) *garantidor*: República Federativa do Brasil;

c) *contragarantia*: receita própria e cotas-partes das transferências constitucionais referidas nos arts. 157 e 159 da Constituição Federal;

d) *juros*: 4% a.a. (quatro por cento ao ano) sobre o saldo devedor do principal, a partir de cada desembolso, exceto quando a parte do empréstimo for destacada para cobrir pagamentos a consultores, caso em que a taxa será de 2,3% a.a. (dois inteiros e três décimos por cento ao ano) sobre a parcela a ser destacada e a partir do respectivo desembolso;

e) *juros de mora*: 3% a.a. (três por cento ao ano) acima da taxa operacional;

f) *disponibilidade*: oito anos a partir da data de entrada em vigor do acordo do empréstimo;

g) *destinação dos recursos*: financiamento de parte do Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná – PARANASAN;

h) *condições de pagamento*:

– *do principal*: em trinta e sete parcelas semestrais, consecutivas e aproximadamente iguais, vencendo-se a primeira após o período de carência de sete anos;

– *dos juros*: semestralmente vencidos.

Art. 4º A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida no prazo de duzentos e quarenta dias, contado de sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– **Item 6:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 178, DE 1997

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.117, de 1997 – art. 336, "b")

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 178, de 1997, (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 846, de 1997, Relator: Senador Francelino Pereira, com votos contrários dos Senadores Jefferson Péres, Eduardo Suplicy, Roberto Requião, Esperidião Amin, Vilson Kleinübing e José Eduardo Dutra e, em separado, do Senador Osmar Dias), que autoriza o Estado do Paraná a contratar e prestar contragarantia à operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de cento e setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, destinando-se os recursos ao Programa de Alívio à Pobreza Rural e Gerenciamento de Recursos Naturais – Paraná 12 Meses.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão da matéria.

EMENDA Nº 1, DE PLENÁRIO

(AO OFÍCIO "S" Nº 63, DE 1996)

(PRS nº 178/97)

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

Art. O Governo do Estado do Paraná encaminhará trimestralmente, ao Senado Federal, para exa-

me da Comissão de Assuntos Econômicos, a partir da assinatura do contrato autorizado pela presente resolução, relatório detalhado sobre a execução do projeto a que se destinam os recursos, do qual conste, pelo menos:

- a) parcelas liberadas pelo organismo financeiro e contrapartidas colocadas pelo Estado do Paraná;
- b) comparação entre os cronogramas físico e financeiro previsto e o efetivamente realizado no trimestre anterior;
- c) quadro de aplicação acumulada dos recursos, a cada trimestre.

Parágrafo único. Na hipótese de a análise da Comissão de Assuntos Econômicos detectar alguma irregularidade ou discrepância entre a autorização ora concedida e a execução efetiva do projeto, ficará sustada a tramitação dos pleitos de operações externas e internas, oriundos do Estado do Paraná, no Senado Federal, até que seja provada a correção dos desvios apontados.

Justificação

É justo que esta Casa estabeleça, na presente resolução, alguma forma de controle da execução da operação de crédito externo ora autorizada. Lembre-se, por oportuno que disposições com objetivos semelhantes consta de autorizações do Senado a operações de crédito, sempre que o caráter do contrato justifica acompanhamento na sua execução.

Parece-nos que deva o Senado Federal exercer sua função de fiscalização e controle para garantir o cumprimento cabal das autorizações concedidas, mormente no presente caso, uma vez que desvios na aplicação dos recursos poderão resultar no agravamento da situação fiscal do Governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 1997. –
Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– O Relator já proferiu parecer contrário à emenda apresentada.

Discussão, em conjunto, do projeto e da emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, sem prejuízo da emenda, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o projeto, com os votos contrários dos Srs. Senadores José Eduardo Dutra, Eduardo

Suplicy, Jefferson Péres, Roberto Requião, Ademir Andrade, Lauro Campos, Esperidião Amin, Vilson Kleinübing e, em separado, do Senador Osmar Dias.

Em votação a emenda que tem parecer contrário.

Os. Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Sr. Presidente, peço registrar o meu voto favorável à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– A Presidência registra os votos favoráveis da Senadora Júnia Marise, Ramez Tebet, Osmar Dias e Pedro Simon.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, sei que não posso mais pedir verificação de quorum, mas tenho dúvida a respeito do resultado da votação da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– A emenda já foi rejeitada; portanto, a verificação não poderá ser feita. Lamento não poder atendê-lo. E V. Exª, há pouco, reclamou por querer que fosse cumprido o Regimento.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Mas devo registrar que não vem sendo cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Aprovado o projeto, a matéria vai à Comissão Diretora para a redação final. (Pausa.).

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 856, DE 1997

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 178, de 1997.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 178, de 1997, que autoriza o Estado do Paraná a contratar e prestar contragarantia a operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$ 175,000,000,00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), destinando-se os recursos ao Programa de Alívio à Pobreza Rural e Gerenciamento de Recursos Naturais – Paraná 12 Meses.

Sala de Reuniões da Comissão, 12 de dezembro de 1997. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presi-

dente – Geraldo Melo, Relator – Júnia Marise, Joel de Hollanda.

ANEXO AO PARECER Nº 856, DE 1997

Redação final do Projeto de Resolução nº 178, de 1997.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1997

Autoriza o Estado do Paraná a contratar e prestar contragarantia a operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$ 175,000,000,00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), destinando-se os recursos ao Programa de Alívio à Pobreza Rural e Gerenciamento de Recursos Naturais – Paraná 12 Meses.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizado o Estado do Paraná, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a contratar e prestar contragarantia a operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$ 175,000,000,00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), destinando-se os recursos ao Programa de Alívio à Pobreza Rural e Gerenciamento de Recursos Naturais – Paraná 12 Meses.

Art. 2º É a União autorizada, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a prestar garantia na operação de crédito externo de que trata o artigo anterior.

Art. 3º A operação de crédito externo de que trata o art. 1º tem as seguintes características:

a) valor pretendido: US\$ 175,000,000,00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos);

b) juros: 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) acima da taxa equivalente ao custo dos *Qualified Borrowings*, cotado no semestre precedente ao período de juros a iniciar;

c) comissão de crédito: 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o montante não desembolsado, contada a partir de sessenta dias após a data da assinatura do contrato;

d) garantidor: República Federativa do Brasil;

e) contragarantias: O Estado do Paraná vinculará as cotas de repartição constitucional das receitas tributárias estabelecidas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do art. 167, inciso IV, da Constituição Federal;

f) destinação dos recursos: Programa de Alívio à Pobreza Rural e Gerenciamento de Recursos Naturais – Paraná 12 Meses;

g) condições de pagamento:

– do principal: em vinte prestações semestrais, iguais e consecutivas, no valor de US\$ 8,750,000,00 (oito milhões, setecentos e cinqüenta mil dólares norte-americanos) cada uma vencendo-se a primeira em 15 de outubro de 2001 e a última em 15 de abril de 2011;

– dos juros: semestralmente vencidos, em 15 de abril e 15 de outubro de cada ano;

– da comissão de crédito: semestralmente vencida, em 15 de abril e 15 de outubro de cada ano.

Parágrafo único. As datas estipuladas para repagamento poderão ser prorrogadas para manter correlação com a efetiva data de assinatura do contrato.

Art. 4º A contratação da operação de crédito externo de que trata o art. 1º, assim como a prestação da garantia da União, serão efetivadas no prazo máximo de quinhentos e quarenta dias, contado da data da publicação desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 7:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 1995

Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 1995, de autoria do Senador Gilberto Miranda e outros senhores

Senadores, que altera e revoga dispositivos da Constituição Federal pertinentes à Justiça do Trabalho, tendo

Parecer sob nº 681, de 1997, da Comissão

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que apresenta, com votos contrários dos Senadores Lúcio Alcântara, Sérgio Machado, Ney Suassuna e Esperidião Amin.

O Relator Senador Jefferson Péres, favorável nos termos do substitutivo que apresentou, com votos contrários do Senador Lúcio Alcântara, Sérgio Machado, Ney Suassuna e Senador Esperidião Amin.

À proposta foram apresentada quatro emendas.

Transcorre hoje o quinto e último dia da discussão da matéria, quando ainda poderão ser oferecidas emendas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Discussão ém conjunto do projeto e das emendas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão em primeiro turno.

Encerrada a discussão, a matéria retorna à Comissão de Justiça e Cidadania, nos termos do art. 359 do Regimento Interno, para exame das emendas apresentadas em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão, para declaração de voto.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, declararei meu voto de maneira extremamente sucinta. O Partido da Frente Liberal votou favoravelmente aos três projetos, porque o primeiro significa, para o Estado do Paraná, a melhoria do ensino médio; o segundo significa o saneamento ambiental e o terceiro, finalmente, de acordo com o parecer do Senador Francelino Pereira, o bem do homem do campo, o projeto denominado especificamente Programa de Alívio à Pobreza Rural e Gerenciamento de Recursos Naturais.

Os objetivos são nobres. Devo ressaltar o ambiente de democracia, de paz e de espírito parla-

mentar extremamente positivo com que se conclui a votação desses três projetos.

O trabalho foi de todos os parlamentares, afinal de contas, esta Casa aprovou projetos de diversos Estados da Federação, não poderia deixar de, com relação ao Estado do Paraná, manter a mesma postura.

Termino, Sr. Presidente, louvando a atitude do Sr. Governador do Paraná, Jaime Lerner, que, quando ingressou no meu Partido, nada pediu, nada solicitou, nada requereu, veio tratar de assunto de empréstimo meses depois de haver ingressado.

Era apenas essa a constatação que, como Líder do Partido da Frente Liberal, me cumpria fazer na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Para declaração de voto, tem a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sendo o último item da pauta, queria fazer uma declaração de votos de felicidade e bom ano novo a V. Ex^a, além dos meus votos de congratulações pelo trabalho feito à frente do Congresso Nacional este ano, dando novo dinamismo e fazendo firmar mais ainda o respeito da opinião pública brasileira em relação ao Congresso Nacional.

Votamos pela primeira vez, desde o meu primeiro mandato de Senador, há 12 anos, o Orçamento dentro do prazo; votamos o Novo Código Civil; enfim, votamos todas as matérias.

Vamos para o período de recesso, até o início do ano que vem, com a consciência tranquila por ter sido feito um trabalho em favor do Brasil, ajudando o Presidente da República naquilo que o Brasil mais precisa nessa hora e cumprindo o que o povo esperava de nós, Parlamentares.

V. Ex^a se transformou não só no Presidente do Senado, no Presidente do Congresso, mas num grande Líder do Poder Legislativo Brasileiro, firmando-se com o maior respeito ainda perante a opinião pública brasileira.

Votos de congratulações, votos de felicidade, votos de prosperidade para o próximo ano a V. Ex^a e a todos os nossos companheiros e colegas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Agradeço sensibilizado a V. Ex^a. Quero dizer que o trabalho realizado no Senado e no Congresso foi fruto dos Srs. Senadores e a S.Ex^as devo agradecer a cooperação que tive, certo de que no próximo ano ainda trabalharemos com a mesma vontade de atender

aos anseios da opinião pública, firmando um conceito que o Senado bem merece da população brasileira.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, apresentei, hoje, um requerimento de informação ao Ministro do Planejamento e Orçamento em função de alguns fatos muito estranhos que aconteceram durante a privatização da empresa de energia elétrica de Sergipe e que culminaram com uma entrevista dada pelo Sr. Antônio Previtali, Assessor da Presidência da Cataguases Leopoldina para assuntos financeiros.

Como toda a imprensa noticiou, a Energípe, empresa de energia elétrica do meu Estado, foi vendida na semana passada com um ágio recorde de 96,4%. Nós sempre temos dito que esses ágios elevados, na verdade, refletem uma subavaliação dessas empresas e fomos surpreendidos com uma entrevista publicada pelo jornal **Cinform**, de Sergipe, com o Sr. Antônio Previtali, que indagado sobre a razão de um ágio tão elevado – e acho até que o Sr. Antônio Previtali não se deu conta da gravidade da sua afirmação –, ele, literalmente, disse o seguinte: "Temos notícias de que as empresas que estão atuando na modelagem de venda das estatais que estão sendo privatizadas, são remuneradas por esse trabalho com um percentual sobre o ágio".

Se isso for verdade, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, trata-se de um absurdo e de um crime inominável, porque, se as empresas que fazem a avaliação da empresa a ser privatizada vão ter uma parcela de remuneração, um percentual sobre o ágio, é óbvio que elas vão diminuir esse preço mínimo. Inclusive quanto maior o ágio deveria ter um desconto no pagamento das empresas, porque quanto maior o ágio demonstra que o preço, que a avaliação que a empresa fez da empresa a ser privatizada foi malfeita.

Então estou encaminhando esse requerimento de informações ao Ministro do Planejamento, lamento inclusive que estejamos no final da Sessão Legislativa, pretendendo fazê-lo na convocação extraordinária, porque esse senhor Antônio Previtali, voltou a dizer, assessor da Presidência da Cataguases-Leopoldina para Assuntos Financeiros, deveria ser convocado pela Comissão de Assuntos Econômicos para prestar esclarecimentos sobre essa história. Se não

está nos contratos, onde foi que ele ouviu isso? Quem lhe prestou essa informação? Mas, como temos que começar primeiro pelo que está escrito, estou enviando ao Ministro do Planejamento requerimento de informações, no seguinte teor:

Requeiro, nos termos regimentais, que sejam prestadas pelo Ministro do Planejamento e Orçamento as seguintes informações:

1.1. Quais são os itens de remuneração previstos nos contratos firmados pelo BNDES com as empresas responsáveis pela modelagem de venda das empresas estatais, federais ou estaduais, em cada setor de atividade destas.

1.2. Quais contratos prevêem remuneração proporcional ao ágio obtido nos leilões de privatização.

1.3. Existindo essa forma de remuneração, ela não contraria o interesse público, uma vez que induz as empresas que atuam na modelagem dos processos de privatização a reduzirem o preço mínimo para elevarem essa remuneração final?

2.1. Com relação ao processo de privatização da Empresa Energética de Sergipe, Energípe, houve licitação para escolha da empresa encarregada de realizar a modelagem da venda?

2.2. Quais empresas apresentaram propostas nessa licitação e qual a remuneração pleiteada por cada empresa, especificando os valores de remuneração?

2.3. No contrato firmado pelo BNDES com a empresa escolhida para realizar a modelagem de venda da Energípe, existe qualquer parcela da remuneração paga proporcionalmente ao ágio obtido no leilão de privatização?

3. Solicito o encaminhamento de todos os editais de licitação realizados pelo BNDES para a escolha das empresas responsáveis pela modelagem de venda das empresas estatais (federais e estaduais) que atuam no setor elétrico, bem como os contratos firmados com as empresas escolhidas para a mesma finalidade.

Esperamos que o Sr. Ministro do Planejamento responda o mais urgente possível esse requerimento de informações. É bem provável até que o Sr. Antônio Previtali diga que não foi isso que ele disse. Portanto, já mantive contato com o jornalista Josailton Lima, do **Cinform**, que foi responsável por essa entrevista, que me disse que a entrevista está gravada. Sugeri, inclusive, que ele guardasse essa fita para quando o Sr. Antônio Previtali disser que não foi bem isso que ele disse possa ser confrontado com aquilo que realmente disse nessa entrevista.

Consideramos essas informações muito graves, porque, se isso estiver acontecendo, estamos diante de um escândalo absurdo nesse processo de privatização.

Mas, Sr. Presidente, aproveito ainda para registrar um outro assunto. Recebi um manifesto aos congressistas resultado da Conferência Nacional de Assistência Social, que passo a ler:

"As delegações dos Estados presentes à II Conferência Nacional de Assistência Social, reunidas por delegação especial dos conferencistas, vêm manifestar às colendas Casas do Congresso Nacional a preocupação diante do elenco de medidas que contrariam os direitos constitucionais fundamentais no que tange aos direitos sociais dos cidadãos e especialmente aqueles contemplados pelas políticas de Assistência Social e o espírito da lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social.

Consensualmente querem manifestar sua posição com relação aos temas adiante relacionados:

a) Medidas provisórias.

Manifestar peremptoriamente a sua contrariedade a qualquer tipo de medida provisória, especialmente aquelas referentes e contrárias aos direitos fundamentais do cidadão e especificadamente as que se referem às questões relativas à Assistência Social, a exemplo da MP nº 1599 de 1997, nº 1437 de 1997 (já revogada) e as objeto de recente encaminhamento pelo Governo Federal, relativas a restrição de direitos das políticas públicas sociais básicas.

b) LOAS (Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993) – Regulamentação.

Esperam e reivindicam a pronta e completa regulamentação da Lei Orgânica de Assistência Social, como medida preventiva e decisiva, contra as constantes e indevidas alterações e/ou emendas que possam contrariar a sua essência.

c) Orçamento – percentual para assistência social.

Destinação de forma permanente no Orçamento Geral da União de percentual na ordem de 5% para aplicação específica e obrigatória na área da Assistência Social, conforme projeto já no Congresso Nacional preservado o critério de transferência ao FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social.

Aplicação do critério acima exposto, desde logo, com relação aos percentuais já pré-fixados para o exercício de 1998, vinculando-os ao FNAS –

Fundo Nacional de Assistência Social, evitando eventuais desvios de finalidade e aplicação.

d) Projeto de lei que regulamenta a transferência de recursos do FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social.

A II Conferência Nacional de Assistência Social reputa de positiva a iniciativa de lei em andamento no Senado Federal, manifestando sua discordância, parcialmente, quanto a vinculação da liberação dos referidos recursos à prévia compatibilização dos planos municipais em relação aos planos estaduais, por ofender disposição legal e o princípio da autonomia municipal, bem como os critérios já estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social.

Ante o exposto, querem manifestar sua confiança na grandeza ética dos Srs. Deputados e Senadores e o seu comprometimento com os fundamentos de defesa constitucional inseridos na Carta Magna em vigor, em conformidade com os relevantes interesses da Nação brasileira.

Brasília, Plenário da II Conferência Nacional de Assistência Social, aos 11 dias do mês de dezembro de 1997."

Por último, Sr. Presidente, registro o sucesso do lançamento da candidatura à Presidência da República do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, realizada ontem no Centro de Convenções. Contamos com a participação de diversas personalidades e de Lideranças políticas de Partidos aliados, como por exemplo os Senadores Ademir Andrade, Sebastião Rocha e Antonio Carlos Valadares. Estiveram também presentes o Secretário Geral do PSB, Deputado Almino Affonso, os Deputados Aldo Rebelo, Aldo Arantes, Haroldo Lima do PC do B, Lindberg Farias do PSTU, Lideranças do MST, da Contag, da CUT, enfim, várias lideranças do campo democrático popular que reafirmaram a disposição das Oposições em torno de uma candidatura única, que venha a se contrapor nas eleições de 1998 ao governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

Temos certeza de que o sucesso desse ato foi uma injeção de ânimo em todos os militantes do PT e dos partidos aliados, no sentido da construção dessa candidatura unitária para derrotar o Governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso no ano que vem.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB – PA) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Concedo o aparte ao Senador Ademir Andrade, com muito prazer.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB – PA) – Senador José Eduardo Dutra, quero, em primeiro lugar, dizer que eu também recebi esse manifesto dos congressistas da Conferência Nacional de Assistência Social, uma reunião de extrema importância que se realizou em Brasília, e que o Presidente da República inclusive tentou impedir e adiar por meio de medida provisória. Impressionante como há um consenso entre todos os representantes da Conferência Nacional de Assistência Social de condenação às atitudes do Governo Fernando Henrique Cardoso. Creio que todas aquelas pessoas, que representam o povo na realidade, porque são representantes dos Conselhos dos vários Estados e municípios do Brasil, têm hoje um verdadeiro repúdio à atitude e à forma de governar do Senhor Fernando Henrique Cardoso. De forma que eu também pretendia registrar nos Anais do Senado esse documento, mas V. Ex^a já o fez muito bem. Finalmente, quero dizer da minha alegria de ter também participado, ontem, do lançamento de Luiz Inácio Lula da Silva como candidato a Presidente da República pelo Partido dos Trabalhadores. Lá estava o PSB, o PT, o PCdoB, o PDT, o PSTU. Percebe-se essa necessidade de unidade, unidade que já vem sendo construída nos vários Estados do Brasil. O que mais me impressionou ontem foi o discurso do companheiro Lula, tranquilo, sereno, sincero, absolutamente coerente e que nos deixou empolgado, de um cidadão que tem todas as condições, formação e capacidade necessárias para ser Presidente da República do Brasil. E, aí sim, um Presidente a serviço do povo brasileiro, um Presidente a serviço desta Nação e não este Presidente que temos hoje, que é um instrumento do poder econômico e, principalmente, do imperialismo internacional, um cidadão que serve aos interesses do capital externo e obedece às ordens dos países do Primeiro Mundo. Fiquei extremamente feliz ontem com o otimismo, a tranquilidade e a segurança com que Lula transmitiu a todos nós o seu brilhante e perfeito discurso, que durou talvez mais de meia hora, uns quarenta ou cinqüenta minutos, mas que não cansou ninguém, que prendeu a atenção de todos, que silenciou aquele imenso plenário. Eu realmente ganhei um ânimo enorme ao assistir aquele ato ontem. Espero que o meu Partido, o Partido Socialista Brasileiro, assim como o PDT e o PCdoB realmente se somem e se engajem nessa luta para salvarmos o Brasil, porque a vitória de Lula não será de Lula nem do PT, mas será, evidentemente, a vitória do povo brasileiro por uma sociedade justa e fraterna que tanto desejamos e queremos. Está

de parabéns V. Ex^a pelo seu pronunciamento e o PT pelo brilhante lançamento que fez ontem. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Muito obrigado, Senador Ademir Andrade, incorporo com muito prazer o seu aparte.

O Sr. Osmar Dias (PSDB – PR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Osmar Dias (PSDB – PR) – Senador José Eduardo Dutra, este aparte é apenas para registrar a minha alegria pelo entusiasmo que vive o PT com o lançamento da candidatura Lula e, evidentemente, fazer uma afirmação que V. Ex^a já fez aqui várias vezes. o Brasil precisa de alternativas. Vivemos um momento em que o regime democrático deve se consolidar e, quanto mais alternativo, melhor para a sociedade brasileira. Por isso, congratulo-me com V. Ex^a por esse momento importante que vive o PT.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias, esse aparte é muito importante para nós do PT, para mim particularmente, em razão da postura que V. Ex^a vem adotando nesta Casa. Somos de partidos diferentes e temos divergências, como seria natural, mas queremos aproveitar o momento para registrar a seriedade do seu trabalho. Na matéria que votamos anteriormente ficou demonstrada a competência, a lisura e o caráter com que V. Ex^a tem se portado aqui no Senado Federal. Aproveito para registrar que tenho muito orgulho de ter V. Ex^a como colega nesta Casa.

A Sr^a Benedita da Silva (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Ouço V. Ex^a com prazer.

A Sr^a Benedita da Silva (Bloco/PT – RJ) – Senador José Eduardo Dutra, quero parabenizar V. Ex^a pelo seu pronunciamento. Mais uma vez faço um registro como profissional na área de assistência social. Neste momento V. Ex^a fala da Segunda Conferência – sobre a qual já havia falado anteriormente – e traz o manifesto dela oriundo, com todas as preocupações que ali foram abordadas. Ela aconteceu num momento de grande dificuldade para o povo brasileiro, no momento em que discutímos o Orçamento. Ficamos profundamente preocupados quando vimos serem prejudicadas as áreas da previdência social, da saúde e da educação, áreas que, verdadeiramente, resgatam a cidadania de uma popula-

ção carente. Essa preocupação fez com que alguns membros da Segunda Conferência viessem ao Senado Federal para nos passar às mãos esse documento que ora é registrado por V. Ex^a. Eu gostaria de dizer a V. Ex^a que há uma preocupação muito grande com a reedição da Medida Provisória nº 1.599. Espero que todos nós possamos estar atentos à reedição dessa medida, porque ela chega a ser inconstitucional, na medida em que retira direitos garantidos ao Conselho Nacional de Assistência Social e atribui ao Ministro da Previdência a função desse Conselho. Essa é uma das nossas grandes preocupações. Eu gostaria de ressaltá-la no aparte que faço a V. Ex^a. Ao mesmo tempo, gostaria de dizer que estamos realmente felizes pela manifestação e pelo ato que tivemos ontem em relação à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva. Fazemos isso com toda humildade, sinceridade e respeito à Nação brasileira, e queremos acrescentar que aqui estamos para nos colocar como uma alternativa, que, certamente, mudará o rumo deste País. É só crer, ter esperança e vir conosco nessa grande união e batalha do campo popular e democrático. Quero também, neste momento, aproveitar para cumprimentar V. Ex^a, como Líder do Bloco e também como Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, no ano de 1997, em que convivemos aqui, e agradecê-lo, porque V. Ex^a foi um grande Líder e nos prestou um grande serviço.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Obrigado, Senadora Benedita da Silva, pelas suas palavras, que incorporo – não a última parte, naturalmente – ao meu pronunciamento.

Peço ainda paciência aos Srs. Senadores para tratar rapidamente de um quarto assunto. Recebi uma carta, que não vou ler integralmente, assinada pela Associação dos Funcionários do Conglomerado Banespa e Cabesp, pela Diretoria e Conselho de Representação e Participação dos Funcionários do Conglomerado Banespa e Cabesp, pela Federação dos Bancários de São Paulo e Mato Grosso do Sul, pelo Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região e pela Federação dos Bancários de São Paulo.

Essa carta diz as preocupações com o processo de federalização do Banespa. Vou ler apenas os dois últimos parágrafos e pedir para que a carta conste, na íntegra, nos Anais do Senado, já alertando para o fato de que este é um assunto sobre o qual o Senado Federal deverá se debruçar logo no início de janeiro.

Os dois últimos parágrafos são os seguintes:

"Nos termos aprovados pelo Senado Federal – tendo como base a Lei Estadual

9.466 de 27/12/96, votada na Assembléia Legislativa de São Paulo, e os contratos assinados no dia 22/05/97 -, a federalização do Banespa, ou seja, a transferência definitiva dos 51% das ações só ocorreria após a apuração do valor do Banco. Esse procedimento deveria ser executado por duas empresas contratadas em licitação, uma pelo Estado de São Paulo e outra pela União.

Além disso, se concretizada essa hipótese, configurar-se-á patente violação à Legislação Federal sobre licitações e contratos, que exige como requisito indispensável à alienação do patrimônio público a prévia avaliação."

A hipótese a que se refere o art. 7º é a possibilidade, como está sendo anunciada, da federalização do Banespa antes de cumpridos os pré-requisitos tanto da aprovação do Senado quanto da lei aprovada na Assembléia de São Paulo.

"Pelo exposto e diante da alta relevância das questões apontadas, vimos requerer se digne tomar as providências que julgar necessárias para que a Resolução aprovada por esta Casa e os contratos que a compõem sejam respeitados, em especial no que se refere à emissão dos títulos federais aprovados na Resolução nº 118/97 e a não federalização do Banespa sem que o mesmo seja avaliado."

Todos os Srs. Senadores deverão receber esta correspondência, e esperamos que, já em janeiro, o Senado se debruce sobre este assunto.

Para concluir, Sr. Presidente, já que este é o meu último pronunciamento na atual sessão legislativa, quero desejar um feliz Natal e um ano de 1998 melhor do que 1997 a todos os Srs. Senadores, a todos os Srs. membros da Mesa, aos funcionários, aos companheiros da imprensa, enfim, a todos nós.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA EM SEU DISCURSO:

MANIFESTO AOS CONGRESSISTAS

As delegações dos Estados, presentes à II Conferência Nacional de Assistência Social, reunidas por delegação especial dos conferencistas, vêm manifestar às colendas Casas do Congresso Nacional sua preocupação diante do elenco de medidas que contrariam os direitos constitucionais fundamentais no que tange aos direitos sociais dos cidadãos e, especialmente, aqueles contemplados pelas políticas de assistência social e o espírito da Lei nº 8.742,

de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social.

Consensualmente, querem manifestar sua posição com relação aos temas adiante relacionados:

a) MEDIDAS PROVISÓRIAS

Manifestar peremptoriamente a sua contrariedade a qualquer tipo de medida provisória, especialmente aquelas referentes e contrárias aos direitos fundamentais do cidadão e especificadamente as que se referem às questões relativas à assistência social, a exemplo da MP nº 1.599, de 1997; 1.473-37, de 6-11-97, (já revogada) e as objeto de recente encaminhamento pelo Governo Federal, relativas a restrição de direitos das políticas públicas sociais básicas.

b) LOAS (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) – REGULAMENTAÇÃO

Esperam e reivindicam a pronta e completa regulamentação da Lei Orgânica de Assistência Social, como medida preventiva e decisiva, contra as constantes e indevidas alterações e/ou emendas que possam contrariar a sua essência.

c) ORÇAMENTO – PERCENTUAL PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Destinação de forma permanente no Orçamento Geral da União de percentual na ordem de 5% para aplicação específica e obrigatória na área da assistência social, conforme projeto já em tramitação no Congresso Nacional, preservado o critério de transferência ao FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social.

Aplicação do critério acima exposto, desde logo, com relação aos percentuais já pré-fixados para o exercício de 1998, vinculando-os ao FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social, evitando eventuais desvios de finalidade e aplicação.

d) PROJETO DE LEI QUE REGULAMENTA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNAS – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A II Conferência Nacional de Assistência Social reputa de positiva a iniciativa de lei em andamento no Senado Federal, manifestando sua discordância, parcialmente, quanto à vinculação da liberação dos referidos recursos à previa compatibilização dos planos municipais em relação aos planos estaduais, por ofender disposição legal e o princípio da autonomia municipal, bem como os critérios já estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social.

Ante o Exposto, querem manifestar sua confiança na grandeza ética dos senhores Deputados e Senadores e o seu comprometimento com os funda-

mentos de defesa constitucional inseridos na Carta Magna em vigor em conformidade com os relevantes interesses da Nação brasileira.

Brasília, Plenário da II Conferência Nacional de Assistência Social, aos 11 dias do mês de dezembro de 1997.

Delegações:

Estado	Delegado	Delegado
Alagoas		
Amazonas		
Bahia		
Ceará		
Distrito Federal		
Espírito Santo		
Goiás		
Maranhão		
Mato Grosso		
Mato Grosso do Sul		
Minas Gerais		
Pará		
Paraíba		
Paraná		
Pernambuco		
Piauí		
Rio de Janeiro		
Rio G. do Norte		
Rio G. do Sul		
Rondônia		
Santa Catarina		
São Paulo		
Sergipe		
Tocantins		

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº

Requeiro, nos termos regimentais, que sejam prestadas pelo Ministro do Planejamento e Orçamento as seguintes informações:

1.1 – Quais são os itens de remuneração previstos nos contratos firmados pelo BNDES com as empresas responsáveis pela modelagem de venda das empresas estatais, federais ou estaduais, em cada setor de atividade dessas?

1.2 – Quais contratos prevêem remuneração proporcional ao ágio obtido nos leilões de privatização?

1.3 – Existindo essa forma de remuneração, ela não contraria o interesse público, uma vez que induz as empresas que atuam na modelagem dos processos de privatização a reduzirem o preço mínimo para elevarem sua remuneração final?

2.1 – Com relação ao processo de privatização da Empresa de Energia de Sergipe – ENERGIEPE, houve licitação para a escolha da empresa encarregada de realizar a modelagem da venda?

2.2 – Quais empresas apresentaram propostas nessa licitação e qual a remuneração pleiteada por cada empresa, especificando os valores por item de remuneração?

2.3 – No contrato firmado pelo BNDES com a empresa escolhida para realizar a modelagem de venda da Energipe, existe qualquer parcela da remuneração paga proporcionalmente ao ágio obtido no leilão de privatização?

3 – Solicito o encaminhamento de todos os editais de licitação realizados pelo BNDES para a escolha das empresas responsáveis pela modelagem de venda das empresas estatais (federais e estaduais) que atuam no setor elétrico, bem como os contratos firmados com as empresas escolhidas para a mesma finalidade.

Justificação

Em entrevista ao jornal **Cinform**, de Aracaju, o Sr. Antônio Previtali, assessor da Presidência da Catarauzes – Leopoldina para Assuntos Financeiros, afirmou que "tem notícias que as empresas que estão atuando na modelagem de venda das estatais que estão sendo privatizadas são remuneradas por este trabalho com um percentual sobre o ágio".

A confirmação dessa informação é fundamental para o entendimento das ações do BNDES e sua participação nos processos de privatização das empresas estatais, estaduais e federais. O interesse público impõe que o BNDES busque, nos processos de privatização, o melhor preço possível e nunca inferior ao valor efetivo do patrimônio público que está sendo vendido, calculado de acordo com as melhores técnicas disponíveis.

A existência de remuneração, à empresa responsável pela modelagem de venda, proporcional ao ágio obtido no leilão coloca em risco o interesse público, tendo em vista que induz as empresas que atuam na modelagem dos processos de privatização a reduzir o preço mínimo para elevar sua remunera-

ção final. Nesse sentido, é fundamental a completa resposta a este Requerimento de Informações.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 1997. –
Senador **José Eduardo Dutra**.

Exmº Sr. Senador da República
Excelentíssimo Senhor,

As entidades signatárias deste documento, refletindo grande preocupação dos banespians e de todos os paulistas sobre o destino do Banespa, têm a honra de trazer à análise de V. Exª as seguintes ponderações:

1. Em 27-11-96, foi celebrado "Protocolo de Acordo" entre a União e o Governo do Estado de São Paulo para o refinanciamento federal da dívida do Estado, culminando esse processo com a recente aprovação pelo Senado Federal.

2. Com a publicação em 24-11-97, da Resolução nº 118/97, do Senado Federal, que aprovou a renegociação da dívida nos termos do Protocolo do Acordo entre a União e o Governo do Estado de São Paulo, bem como os demais instrumentos contratuais firmados entre as partes em 22-5-97, foram preenchidas todas as condições para a emissão dos títulos federais.

3. Ocorre que, embora cumpridas todas as condições para a implementação do refinanciamento na forma aprovada pela Assembléia Legislativa e tratada na Resolução do Senado Federal nº 118/97 e nos citados documentos contratuais, não se tem, até o momento, notícia de quaisquer providências, quer das autoridades federais, quer das autoridades estaduais com vistas à emissão dos títulos federais para a devida inscrição do acordo celebrado pelas duas esferas governamentais.

4. De outro lado, a imprensa tem noticiado com grande freqüência a "federalização" imediata do Banespa, ou seja, segundo as informações que vêm sendo divulgadas haveria um novo contrato entre a União e o Estado, prestes a ser firmado, no qual, desconsiderando o Acordo aprovado pela Assembléia Legislativa e pelo Senado Federal, transferisseiam, de imediato, 51% das ações ordinárias do Banespa à União.

5. As matérias publicadas foram confirmadas pelo Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Sr. Yoshiaki Nakano, em depoimento formal à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, na CPI que investiga o período de gestão do Banco Central no Banespa, durante o Regime de Administração Especial Temporária (RAET), o que se caracterizaria clara afronta à Lei Estadual nº 9.466, de

1996, e à Resolução do Senado Federal nº 118/97, além dos contratos firmados em 22 de maio de 1997, também analisados pelo Senado Federal.

6. Nos termos aprovados pelo Senado Federal – tendo como base a Lei Estadual nº 9.466, de 27-12-96, votada na Assembléia Legislativa de São Paulo, e os contratos assinados no dia 22-5-97 – a federalização do Banespa, ou seja, a transferência definitiva dos 51% das ações, só ocorreria após a apuração do valor do banco. Esse procedimento deveria ser executado por duas empresas contratadas em licitação, uma pelo Estado de São Paulo e outra pela União.

7. Além disso, se concretizada essa hipótese configurar-se-á patente violação à legislação federal sobre licitações e contratos, que exige como requisito indispensável à alienação do patrimônio público a prévia avaliação.

Pelo exposto e diante da alta relevância das questões apontadas, vimos requerer a V. Ex^a se digne tomar as providências que julgar necessárias para que a Resolução aprovada por esta Casa e os contratos que a compõem sejam respeitados, em especial no que se refere à emissão dos títulos federais aprovados na Resolução nº 118/97 e a não-federalização do Banespa sem que o mesmo seja avaliado.

P. Deferimento,

São Paulo, 12 de dezembro de 1997. – AFUBESP – Associação dos Funcionários do Conglomerado Banespa e Cabesp.

DIREP/COREP – Diretoria e Conselho de Representação e Participação dos Funcionários do Conglomerado Banespa e Cabesp.

FEEB/SP/MS – Federação dos Bancários de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

SEEB/SP – Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região.

FETEC/SP – Federação dos Bancários de São Paulo – CUT.

Durante o discurso do Sr. José Eduardo Dutra, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos, para uma comunicação inadiável.

V. Ex^a dispõe de 5 minutos. A Presidência solicita que se cumpra o prazo regimental, em virtude da relação de oradores inscritos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, ontem, o Governador de Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, publicou, com muito estardalhaço, na imprensa de Mato Grosso, a falsa notícia de que a Bancada Federal de Mato Grosso havia retirado do Orçamento da União para 1998 recursos destinados à irrigação.

E como a nota que S. Ex^a publicou, com fotografia de todos os Parlamentares da nossa Bancada, causou impacto muito grande, nós nos reunimos hoje e resolvemos divulgar a seguinte nota oficial, que foi encaminhada à imprensa de Mato Grosso e que faço questão de ler da tribuna do Senado, para que fique registrada nos Anais desta Casa:

"Nota Oficial da Bancada de Mato Grosso.

A Responsabilidade da Verdade!

1) Estranhamos e rechaçamos a atitude leviana do Exm^o Sr. Governador Dante Martins de Oliveira, reportada pela imprensa nesta data, a propósito de suposta ação praticada pelos dignos integrantes da Bancada Federal de Mato Grosso neste Congresso Nacional. É ato impensado ou desinformado, sobretudo, o que é pior, deliberado e impróprio de quem ocupa o elevado cargo de Governador de Estado;

2) Em nenhum momento, desde sua posse, a Bancada tem negado apoio às ações, reivindicações e proposições de S. Ex^a trazidas a este Congresso Nacional, até porque entende serem do interesse da população de Mato Grosso. Várias vezes tem tornado a iniciativa de propor e defender medidas que auxiliem sua administração, a ponto de garantir a governabilidade do Estado e até a manutenção de S. Ex^a no cargo;

3) Em relação, especificamente, à irresponsável acusação sobre a suposta atuação desta Bancada, informamos a todos os mato-grossenses, a bem da verdade e cientes da responsabilidade de detentores da elevada função pública a nós outorgada, que:

Primeiro, não houve desvio de verbas, nem tampouco "negociata" à luz do dia, menos ainda "na calada da noite", que tenha retirado do Estado de Mato Grosso, a favor do Nordeste, qualquer centavo de recursos federais a serem aplicados no ano de 1998. Ao contrário, foi a elogiável atuação conjunta e suprapartidária da Bancada a responsável

pelo aumento destas verbas, já que conseguiu elevar os 599.121.635 milhões propostos pelo Governo, para 707.338.802 milhões de reais em favor do Estado. Portanto, uma elevação de 108 milhões de reais a mais para investimentos nos setores de saúde, saneamento, infra-estrutura, educação, agricultura, segurança, habitação, transporte.

Segundo, se realmente foram destinados R\$40 milhões ao Nordeste, para irrigação, conforme afirma S. Ex^a, deve ser fruto do elevado prestígio dos Exm^{os} Governadores daquela região junto ao Presidente da República, que assim o propôs em seu projeto original.

Terceiro, é proibido ao parlamentar ter aumentada sua emenda individual, cujo valor está fixado em R\$1,5 milhão para todos, seja do Centro Oeste ou do Nordeste, sendo, portanto, inverídico que a suposta negociação tivesse sido realizada em favor pessoal dos representantes do povo matogrossense neste Congresso Nacional.

A Bancada Federal de Mato Grosso no Congresso Nacional esclarece finalmente que, por irresponsabilidade administrativa e por insistir em apresentar e defender projetos que não poderiam ser enquadrados na atividade de irrigação porque pretendiam financiar a implantação de linhas de alta tensão de energia elétrica, o Governo do Estado vem perdendo volumosos recursos federais aprovados pelos Deputados e Senadores para projetos de irrigação em Mato Grosso nos últimos três anos, conforme o quadro abaixo:

1995 Aprovados R\$42 milhões, executado nenhum centavo.

1996 Aprovados R\$10 milhões, executados R\$500 mil

1997 Aprovados R\$23 milhões, executados \$2.240 milhões

RESULTADO FINAL

Do total de R\$75 milhões aprovados pela Bancada Federal, o Governo do Exm^o Sr. Dante Martins de Oliveira somente conseguiu utilizar R\$2.740 milhões.

Brasília, 11 de dezembro de 1997.

Assinam este documento os Senadores Carlos Bezerra, Jonas Pinheiro e Júlio Campos e os Deputados Pedro Henry, Welinton Fagundes, Tetê Bezer-

ra, Murilo Domingos, Rodrigues Palma e Rogério Silva."

Não assinaram este documento apenas os Deputados Antonio Joaquim e Gilney Viana.

O SR. LEVY DIAS (PPB - MS) - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) - Senador Levy Dias, o Senador Júlio Campos está usando da palavra para uma comunicação inadiável, e, portanto, não pode conceder apartes.

O SR. LEVY DIAS (PPB - MS) - Sr. Presidente, sei que na comunicação inadiável não é permitido aparte, mas hoje, em virtude do espírito natalino, espero que V. Ex^a, com sua sensibilidade de poeta, conceda-me uma breve intervenção de 30 segundos para que possa deixar registrado um depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) - (Assentimento da Mesa).

O SR. LEVY DIAS (PPB - MS) - Senador Júlio Campos, ouvi com muita atenção a nota da Bancada do Mato Grosso que V. Ex^a leu. Sem entrar no problema político do Estado do Mato Grosso, desejo dar um depoimento fundamental e importante. A atuação da Bancada do Estado do Mato Grosso no Senado, onde acompanhamos mais de perto, tem sido um exemplo. Todos sabemos das divergências políticas que existem em todos os estados, mas, em nenhum momento, em nenhuma votação de interesse do Estado do Mato Grosso - faço questão de dar o testemunho -, o Estado de Mato Grosso deixou de contar com a sua Bancada. Aqui no Senado V. Ex^a, o Senador Jonas Pinheiro, e o Senador Carlos Bezerra têm trabalhado sempre no sentido dos interesses maiores do Estado do Mato Grosso. Sem entrar no problema da Nota Oficial da Bancada de Mato Grosso, sem entrar no problema político, queria registrar este depoimento porque tem sido um exemplo o trabalho da Bancada de Mato Grosso no Senado na defesa intransigente dos interesses maiores do povo do Estado de Mato Grosso.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL - MT) - Muito obrigado. Incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento. Quero dizer que, lamentavelmente, o Congresso Nacional além de ser um poder desarmado é um poder sem recursos para gastar com a imprensa. Enquanto isso, ontem o Governo de Mato Grosso fez um estardalhaço com fotografias em primeira página de todos os jornais do Estado, como também em campanhas acintosas pela imprensa, gastando o dinheiro público para difamar uma Bancada que trabalha unida e que luta pelos interesses de Mato Grosso.

Lamento profundamente que nós, Deputados e Senadores do Estado do Mato Grosso, tenhamos de vir lançar uma nota oficial para desmentir o Governador, Governador que completará três anos de Governo no dia 1º de janeiro sem conseguir sequer inaugurar um obra no Estado do Mato Grosso, embora sua arrecadação seja de, em média, R\$140 milhões, gastando apenas R\$38 milhões com a folha de pagamento. Isso indica o desvio constante do dinheiro público, não só com publicidade como com outras despesas que ninguém sabe a que se referem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) — Retornamos à lista de oradores:

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Peres, por permuta com o Senador Romeu Tuma.

O SR. JEFFERSON PERES (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para falar em meu nome e em nome do Senador Bernardo Cabral.

Tenho em mãos documento que me foi encaminhado pelo magnífico Reitor da Universidade do Amazonas, Professor Walmir Barbosa, em que atesta que aquela instituição de ensino superior reproduz em microcosmo o atual processo de desmantelamento dos recursos materiais, financeiros, administrativos e sobretudo humanos da universidade pública brasileira, objeto de reportagem de capa da revista *Veja* desta semana.

O texto dos repórteres Joaquim de Carvalho e Ricardo Baltasar, entrelaça dados estatísticos com depoimentos pessoais de alguns dos mais expressivos nomes da atualidade científica nacional, para mostrar que a universidade pública em todo o País vem sendo vitimada pelo *brain drain* em tudo, ou seja, a fuga de cérebros para escapar dos baixos salários e das precárias condições de ensino e pesquisa. Essas inteligências migram em contingentes cada vez maiores rumo às instituições privadas de ensino superior e mesmo para fora do estabelecimento acadêmico em geral.

No Amazonas, muito provavelmente os impactos sócio-culturais dessa realidade podem ser considerados tantos mais graves quanto maiores são as carências da população e o isolamento da nossa região relativamente aos grandes centros de produção científica e tecnológica. Gostaria de chamar a atenção dos nobres colegas para alguns dos principais problemas focalizados pelo reitor da Universidade do Amazonas, entidade à qual sou ligado por antigos vínculos acadêmicos e pessoais, pois dela fui aluno

antes de me tornar docente de sua Faculdade de Estudos Sociais.

Valendo-se de dados sócio-econômicos, coletados por ocasião do vestibular do ano passado, o Professor Walmir Barbosa traça um perfil do alunato bem diferente dos argumentos que acusam a Universidade pública de ser um quisto privilegiado em nossa sociedade. Quarenta e nove vírgula seis porcento dos alunos da Universidade do Amazonas provêm de escolas públicas. O mesmo documento lembra que esse perfil não difere muito daquele encontrado no conjunto das instituições federais de ensino superior no País. Cinquenta e quatro vírgula noventa e seis porcento dos universitários brasileiros são oriundos das escolas públicas de segundo grau. Apenas 12,61% pertencem à classe A; 60,6% usam transporte coletivo para irem à Universidade e nada menos que 14,6% fazem esse percurso a pé ou de carona.

Infelizmente, como observa o Reitor, é muito mais fácil noticiar o escândalo diante dos carros novos que reluzem em certos estacionamentos universitários do que propor implementar uma estratégia de reforma que possibilite a ampliação da participação das classes populares no corpo discente das universidades públicas, através de bolsas de estudo. Neste ponto, não me refiro, exclusivamente à responsabilidade do Estado que, antes de mais nada, precisa sofrer uma ampla reestruturação de seus subsistemas tributário e administrativo para ser capaz de financiar políticas de desenvolvimento social nas áreas da saúde e da educação em todos os níveis. Mais que isso, no caso da universidade, é preciso despertar o "auto-interesse esclarecido" dos empresários do setor privado em uma parceria que, no mundo inteiro, faz avançar a fronteira do conhecimento e ao mesmo tempo incrementa a produtividade e os lucros.

Mais adiante, o documento da U.A. focaliza os importantes e pouco divulgados resultados de sua atuação, particularmente na área da saúde. Reproduzo aqui as palavras do reitor:

"Tudo isso, além de ser o hospital universitário o único centro de referência hoje em Manaus, capaz de dar conta dos casos mais graves da população. Conte-se ainda que são os professores da área médica que ocupam vários cargos na área de saúde do Estado e ainda prestam serviços, cedidos ou não, a hospitais públicos, preparando quadros nas residências médicas e nos cursos de mestrado e doutorado mantidos com essas instituições.

Na área de formação de quadros docentes, a U.A. é a única em todo o Estado do Amazonas. É por essa razão que chegamos ao interior do Estado e nossa presença é cada vez maior em todas as calhas dos grandes rios da Amazônia. Através dos pólos do interior, a Universidade do Amazonas atende hoje a 75% dos municípios amazonenses com cursos de licenciaturas, plenas itinerantes, internato rural, onde estudantes de graduação realizam estágios obrigatórios, projetos de extensão universitária, assessoria e consultorias às prefeituras do interior.

O Projeto de Interiorização nos torna, de fato, uma Universidade do Amazonas. É ela que está fazendo as primeiras cirurgias cardiovasculares em nosso Estado. Foi ela que, neste ano, devolveu a visão a 360 pessoas com operações de cataratas e implantes de cristalino; é ela que vem diminuindo a incidência de cárie dental em crianças da periferia de Manaus, com tratamento e educação para a saúde; é ela que, através da Rede de Assistência à Saúde Indígena, atende, no Alto do Rio Negro, à população de índios e de ribeirinhos, perfazendo um total de assistência a 27 mil pessoas. Não bastasse isso, ainda tem sob sua responsabilidade a conservação e preservação da maior floresta urbana da América Latina, que é o seu Campus Universitário".

A despeito desse relevante desempenho, Sr. Presidente, o pessoal administrativo e o corpo docente da UA estão hoje submetidos ao mais longo e brutal achatamento salarial da história da instituição. Com o tempo médio de serviço de 15 anos, servidores administrativos com nível superior recebem parcos R\$635,00 mensais, e os de nível médio pouco mais da metade disso, R\$360,00. A tabela de remuneração dos professores dispensa comentários. No grupo dos que trabalham em regime de dedicação exclusiva, os salários são os seguintes: Auxiliar de Ensino: R\$985,00, Assistente Nível I, com Mestrado: R\$1532,00, Adjunto-1 com Doutorado: R\$2287,00, Titular com doutorado: R\$3169,00 – isto com tempo integral e dedicação exclusiva.

As consequências dessa distorção são mais uma vez sucintamente descritas pelo Reitor da UA:

"Docentes e cientistas formados com recursos públicos, desprovidos de toda a esperança de dar condições mais dignas às suas

famílias e ter como trabalhar, estão deixando as universidades públicas. Por outro lado, o setor privado se completa com recursos humanos formados com dinheiro público."

O Professor Barbosa aponta uma série de fatos adicionais que agravam o presente quadro e que numa reminiscência do conceito de "causação circular" cumulativa, formulada pelo economista e sociólogo sueco Gunnar Myrdal, funcionam a um tempo como causa e consequência do drain-brain: "impedimento absurdo para repor, mediante concurso público, as vagas de professores abertas, em função de demissão, morte ou aposentadoria, compelindo a Universidade a apelar para os nefastos contratos temporários preenchidos por professores despreparados e desmotivados para uma carreira universitária de ensino e pesquisa. Uma briga por espaço físico dentro das universidades, porque o Governo, há muito tempo, não investe na expansão das escolas. Falta de investimento em laboratórios. Desatualização das bibliotecas e falta de acesso a novas tecnologias educacionais que facilitam a troca de informação e melhoram as condições do saber. Finalmente, e via de consequência, queda do prestígio social do magistério, o que a longo prazo comprometerá irremediavelmente a formação das futuras gerações". E isso, acrescento eu, longe de restringir-se à esfera do ensino superior, na verdade contamina os escalões inferiores da educação brasileira. Afinal, quem formam os professores de segundo grau? Onde buscarão meios de aperfeiçoamento didático, seus colegas de primeiro grau?

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, no apagar das luzes de 1997, faço questão de encerrar minhas atividades desse ano parlamentar solidarizando-me com as inquietações do magnífico reitor da Universidade do Amazonas e valendo-me desta tribuna para repercutir esse grito de alerta que nos chega das instituições federais de ensino superior de todo o País. Em nome do progresso econômico, do bem-estar social e da redenção intelectual de nossa gente, salvemos esse patrimônio de informação, conhecimento e saber, antes que seja tarde demais! Caso contrário, estaremos condenados à triste condição de órfãos do nosso próprio futuro...

Recuso-me a acreditar, Sr. Presidente, que, por uma trágica ironia da história, nesse final de século e de milênio, exatamente no Governo do sociólogo e professor universitário Fernando Henrique Cardoso, ocorra o melancólico fim da universi-

dade pública no Brasil. Sua biografia não merece tal ferrete que, certamente, a macularia para sempre.

Era o que tinha a dizer, desejando a todos os Senadores um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) — Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior, por permuta com o Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a velocidade com que as mudanças hoje atingem a sociedade brasileira exige uma postura atenta, responsável e serena por parte dos seus legítimos representantes, principalmente quando recordamos os graves problemas ocorridos nas recentes décadas, marcadas pelos atos de arbítrio, de violências institucionais e de restrições às mais elementares liberdades civis. A consciência coletiva repudia qualquer forma de censura oficial, de cerceamento dos direitos de imagem e de informação. Mas vem crescendo a cada dia, na mesma forma, a certeza de que algo precisa ser feito para coibir abusos, para impedir o mau uso de concessões públicas e para preservar valores éticos e culturais mínimos nas transmissões de rádio e televisão, notadamente quando se voltam para crianças e a juventude.

Invoco o testemunho de todos os que conhecem minha trajetória na vida pública, sempre empenhado em defender a liberdade de expressão e condenar qualquer tentativa de prejudicar o acesso dos cidadãos às notícias, à cultura e ao entretenimento. É uma trajetória de coerência que me propicia condições objetivas para falar sem falsos moralismos, sem a farisaica máscara da imagem mentirosa e insincera. Como cidadão, Parlamentar e ex-Governador, sigo defendendo as franquias democráticas e condenando, com igual veemência, a libertinagem e os desmandos quotidianamente verificados em nossos veículos de comunicação eletrônica. Não são coisas excludentes entre si — e vejo que estou em boa companhia, nessa postura de repúdio aos absurdos praticados, numa atitude compartilhada por alguns dos mais sérios jornais brasileiros.

Na última segunda-feira, a **Folha de S.Paulo** expressou sua justa indignação, ao publicar editorial sob o título "A TV Aberta Na Sarjeta", o qual, decerto, foi lido pela maioria de V. Ex's, mas que, por sua importância, merece registro nos Anais do Senado Federal, como testemunho para nossos pôsteros de que não nos omitimos ante questão dessa magnitude.

Rogo a especial atenção da Casa para esse editorial, pois nele encontramos um grito de alerta e de inconformismo ante os descalabros já rotineiramente impostos aos lares, sem qualquer controle ou crédito por parte do Governo ou das entidades que, supostamente, deveriam regular o teor e a forma das emissões de rádio e televisão.

Diz o editorial da **Folha**:

"Meninas de apenas quatro anos rebolando sobre garrafas como se fossem charretes, mulheres nuas servindo de bandeja para o repasto de atores num restaurante japonês, deficientes físicos submetidos a situações humilhantes ou um hermafrodita que tem as fotos de sua genitálio expostas diante das câmeras. Essas apelações e vulgaridades passaram a integrar a programação das grandes emissoras da TV aberta no País, a ponto de se transformarem no principal eixo da chamada "guerra pela audiência". Faz parte dessa escalada de degradação de nível da TV o fato de os programas também estarem funcionando como cassinos eletrônicos. Sorteios que deveriam beneficiar instituições filantrópicas são usados para estimular a prática do jogo e alimentar no espectador, por meio de uma propaganda tão ostensiva quanto enganosa, a ilusão do ganho fácil."

Dentro desse quadro desolador registrado pela **Folha de S.Paulo** na última segunda-feira, ganha realce a perspectiva de que a televisão é ficar ainda pior, porque, em termos éticos e alitativos, está valendo justamente a lei do "quanto pior, melhor". Para isso, o que importa é exacerbar os baixos instintos das parcelas mais desqualificadas da audiência, incentivar a insensatez e a cupidez de pais criminosamente irresponsáveis e ganhar pontos no IBOPE. Retornemos ao editorial do importante jornal paulista:

"É sintoma dessa perda de parâmetros mínimos de civilidade o fato de que o apresentador Carlos Massa, conhecido como "Ratinho", esteja sendo leiloado por pelo menos duas emissoras e que seu passe esteja hoje fixado em altíssimos valores. Ratinho é uma espécie de caricatura de um baixo padrão de programação que, ao que parece, vai-se tornando hegemônico a cada dia."

De onde vem esse descalabro? Em que porão soturno da consciência nacional estão suas raízes? A própria **Folha** arrisca uma nova explicação para o fenômeno e seus sórdidos derivados:

"É a entrada das chamadas TVs por assinatura no País. Mais sofisticadas e voltadas a um mercado segmentado, elas teriam estimulado as grandes redes a apelar para formas populares, a fim de preservar audiência."

E acentua:

"seja qual for a razão, o fato é que se criou um mal-estar na sociedade diante das aberrações da TV. A pior resposta a isso seria a volta de qualquer forma de censura sobre a programação."

Mas, louve-se a firmeza com que o grande jornal paulistano se posiciona ante a questão, repelindo a omissão e a tibieza.

Na conclusão do editorial, afirma a **Folha de S. Paulo**:

"O desafio está em encontrar maneiras democráticas de reagir a essa situação, buscando soluções que não coloquem em risco a liberdade de expressão, mas que contemplem os direitos básicos de cada família e de cada cidadão."

Essas palavras foram publicadas pela **Folha** em sua edição de segunda-feira. E, ontem, o mesmo jornal denunciou outra sorte de descalabros praticados pelas redes de TV, abordando a proliferação dos sorteios pelo telefone, vulgarmente conhecidos como "telessorteios". É uma nova página de invulgar lucidez, que também registro, para ser perenizada nos Anais da Casa.

Sob o título de "Telemalandragens", diz a **Folha**:

"Várias emissoras de TV vêm abusando de esquemas promocionais conhecidos como "telessorteios"; sobre a probidade e a legitimidade destes pesam sérias dúvidas. A pretexto de realizarem sorteios, pesquisas de opinião ou campanhas em benefício de entidades assistenciais, eles induzem centenas de milhares de espectadores a jogar suas economias em apostas mirabolantes. Escandaliza o fato de que, apesar da alegada caridade, na prática, as entidades supostamente beneficiadas quase nada rece-

bem, como revelaram várias reportagens da **Folha**."

O editorial chama a atenção para o fascínio exercido pela chamada "telinha" sobre as pessoas, notadamente aquelas que constituem as classes menos esclarecidas da sociedade – fascínio potencializado face ao sonho de ganhar prêmios valiosíssimos, nesta dura época de desemprego, de miséria, de exclusões sociais e de distorções nas formas de sobrevivência do povo.

Mas, em última instância, tudo acaba na mais desenfreada e condenável jogatina, drenando os parcos recursos ainda restantes no bolso do trabalhador brasileiro.

Sigamos com a leitura do editorial:

"Muitas vezes o espectador mais ingênuo é capaz de acreditar no que vê, pelo simples fato de ser exibido na telinha. Mas a possível transformação das emissoras de TV em cassino disfarçado, sob as barbas das autoridades que deveriam coibir o jogo, é altamente preocupante. Têm proliferado inúmeros esquemas de captação de recursos que parecem mera jogatina. O total já arrecadado por tais esquemas, desde dezembro de 1996, é estimado em mais de R\$ 119 milhões. A TV não pode se tornar uma forma de esbulho da poupança popular. O abuso e a ilegalidade, onde forem comprovados, precisam ser punidos."

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, esses editoriais da **Folha de S.Paulo**, cuja leitura acabo de fazer, abordam dois pontos distintos em sua origem e nas medidas corretivas que exigem, embora façam parte da mesma fonte: o tipo de televisão hoje praticado no Brasil. Ou seja, suas correções devem partir de princípios diferentes na forma e na ação, embora se igualem na origem e nos malefícios causam à sociedade: a tavolagem escancarada, a jogatina desenfreada, o assalto criminoso à bolsa dos cidadãos, onde vemos uma sequência de ilícitos penais já devidamente catalogados pelas leis e nela encontram as penalidades cabíveis; já a ausência de critérios éticos e morais na programação exige sensibilidade e espírito democrático, para não reincidirmos na abominável censura, essa nódoa que macula tantas páginas da nossa história.

O Ministério da Justiça não está inerte quanto ao problema das "telemalandragens", como diz, muito apropriadamente, o editorial da **Folha de S.Paulo**; o próprio artigo de fundo informa que dentro do pra-

zo de um rês teremos uma posição oficial do Governo quanto a essa acintosa exploração da boa-fé do povo. Os representantes da sociedade também estão se movimentando, ingressando com ações junto ao Poder Judiciário e instaurando, na Assembleia Legislativa de São Paulo, uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vamos aguardar, agora, que as entidades representantes das emissoras de rádio e televisão, dentro de suas inalieráveis obrigações, adotem as medidas cobradas pela sociedade, para pôr um parágrafo na profusão de abusos cometidos contra a consciência dos cidadãos lúcidos e dignos, preservando-lhes os lares e as famílias da enxurrada de perversões que tristemente dominaram a programação das redes que disputam audiência em todo o País.

Não esqueçamos jamais, todavia, que estamos falando de concessões de serviços públicos, delegações feitas pelo Poder Público – que, portanto, é por elas responsável. Essa responsabilidade final não pode ser alienada nem delegada pelo Governo; se as entidades representativas das redes não tiverem a sensibilidade e o respeito que a opinião pública exige, alguém terá de fazer alguma coisa – esse alguém é o Governo, dentro de suas atribuições constitucionais. A liberdade está acima de tudo, mas não se podem admitir, em seu nome, tais agressões à dignidade dos cidadãos e das famílias.

Ainda sobre o tema rádio e televisão, dentro do princípio de defender os direitos da sociedade sobre as concessões que delega, quero enfocar, mais uma vez, a campanha dos concessionários contra a transmissão diária da Voz do Brasil.

E hoje volto a esse tema com a mesma indignação das ocasiões anteriores, pois se reforça a cada dia o poderoso lobby contra o programa, na falsa premissa de que os parcos 60 minutos usados em cinco dias da semana causam prejuízos insuporáveis aos donos das estações. Ora, não custa repor a questão em seus precisos termos numéricos: a Voz do Brasil dura apenas uma das 24 horas do dia, em cinco dos sete dias da semana – e é justamente esse período que permite a todos os cidadãos tomarem conhecimento das atividades de seus representantes, das decisões de seus dirigentes, das sentenças emanadas de seu Judiciário. O que diferencia o programa oficial dos noticiários comuns é sua ampla e total liberdade, acima de critérios editoriais das emissoras e dos grupos econômicos que as dominam acionária e economicamente.

Condeno francamente, como sempre condenei, qualquer agravo à imprensa, à divulgação irrestrita

de opiniões e de notícias. Mas considero indispensável, também, a divulgação simultânea, em nível nacional, das atividades dos Três Poderes da República, divulgação isenta de quaisquer critérios fora da fidelidade às suas decisões, suas propostas e suas opiniões.

O Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, prometeu para fevereiro uma posição oficial quanto ao pleito a ele levado pelos empresários do setor de comunicação eletrônica. Antes disso, pretendo voltar a discutir essa questão, porque está em jogo a outra face da liberdade de informação: a sua veiculação transparente, fiel, sem cortes ou adaptações às linhas editoriais e empresariais das emissoras.

Não temos apenas o direito de fazer chegar aos cidadãos que nos elegeram o teor do nosso trabalho – isso é mais do que um direito, é uma obrigação!

É um dever inerente aos próprios mandatos que recebemos e buscamos honrar no dia-a-dia das atividades parlamentares.

Encerrar ou restringir a Voz do Brasil será a mesma coisa que amordaçar o Congresso Nacional e demolir uma das poucas pontes que ainda nos ligam, direta e francamente, à consciência de cada cidadão e à sociedade como um todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Pela ordem dos inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha.

Apenas permita-me lembrar que o prazo regimental da sessão se encerra às 13h.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, utilizarei apenas uma parcela do meu tempo, para dar oportunidade ao Senador Albino Boaventura, que também deseja fazer uso da palavra.

Escolhi como tema para concluir meu trabalho neste período legislativo uma análise do pacote fiscal do Governo, editado há pouco tempo, e suas repercussões sobre a economia e o povo brasileiro.

Os amargos frutos do Real 2 constituem nova parcela do preço que a Nação pagará, ainda por muito tempo, pela reeleição. Essa, evidenciada está, constitui objeto do único e secreto projeto com que Fernando Henrique Cardoso se elegeu Presidente da República. E o Legislativo, ao qual se transfere a responsabilidade por qualquer crise que nos atinja, prosseguirá pagando o preço da docilidade com que

tem atendido a imposições e caprichos do atual Governo, em seu afã de perpetuar-se.

O recente pacote desnuda a insensibilidade do Senhor Presidente da República em face dos problemas sociais, que se agravarão com novas legiões de desempregados, vítimas da recessão imposta pelo Governo, por tempo indeterminado. Finalmente, o Real 2, com o vasto elenco de medidas que o integram, tem o dom de exibir uma característica do atual Senhor Presidente: jamais é responsável, pois a outros atribui as consequências de seus erros e equívocos.

A equipe econômica, por sua vez, revela-se semelhante àquelas a que, no passado, se confiou a tarefa de pôr ordem nas finanças nacionais: até à véspera do Plano, afirmava a fortaleza indestrutível do Real, menosprezando as advertências feitas por tantos, interna e externamente, apontados como "dinossauros", adversários da globalização.

Venceu o Presidente da República a luta pela reeleição, batalha travada com afinco e que o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, no auge de seu prestígio popular, não quis endossar, repudiando os áulicos que a sugeriam, em atitude de fidelidade a ideais republicanos.

O pacotão é duro e dele decorrerão, rápida e inevitavelmente, pesadas consequências para trabalhadores que ficarão sem emprego, bem como para a classe média em processo de extinção.

Sr. Presidente, o Real 2, que tantas mudanças já sofreu visando à correção de erros e equívocos de seus formuladores, atingirá um País cuja resistência está sobremodo reduzida. O desemprego cresce a cada dia. A saúde pública deixou de ser problema do Governo para tornar-se mero negócio, de prodigioso rendimento, como demonstra a multiplicação espantosa de empresas de seguro e serviços de saúde, paralelamente à liquidação da rede hospitalar pública, que o pacote estende aos hospitais de entidades benéficas, como as Santas Casas de Misericórdia. Infelizmente, alguns Senadores estão tratando o assunto da saúde como negócio. Quero manifestar, na condição de relator, a minha disposição na negociação, mas, de antemão, gostaria de fazer um apelo ao Presidente no sentido de que esta Casa não se apresente; nesse projeto, como algoz dos consumidores; que nós não sejamos os carrascos dos usuários, que mantém as suas esperanças no Senado da República para corrigir as anomalias que vieram da Câmara; que o transformemos num projeto economicamente viável e socialmente justo. Por esse aspecto, estou lutando como relator do Projeto dos Planos de Saúde.

A segurança pública constitui problema que se agrava sempre, pois também deixou de ser questão de Governo. Esse nada tem a ver com episódios como a chacina no Pará; o óbito em massa de pacientes submetidos a tratamento de hemodiálise; a mortandade de idosos recolhidos a asilos sustentados por verbas públicas e tantos infortúnios que passaram a caracterizar a vida em nosso País. A tudo o Governo é indiferente.

A tal ponto chegamos, Sr. Presidente, que se torna paradoxo explicar a razão de ser do Governo. A segurança pública e individual se tornou lucrativo comércio, em que as empresas especializadas proliferam. O mesmo ocorre com a saúde e começa a se dar com a Previdência, essas últimas devendo, em breve, constituir próspero negócio, há muito ambicionado pelo capital internacional, ao qual logo estarão entregues. Livre de tantas questões, restará ao Governo dedicar-se à promoção do País no exterior e à árdua tarefa de assinar medidas provisórias.

Sr. Presidente, em seu artigo de domingo último na Folha de S.Paulo, o Deputado Roberto Campos – aliás aliado em tese do Governo –, insuspeito para o Presidente e sua equipe econômica, demonstra inquietação pelo caminhar do governo liberal, há tantos anos por ele almejado. Logo de início, adverte para a necessidade de que o déficit em conta corrente nunca ultrapasse 2% a 2,5%. Declara ter sido o Pacote concebido "num fim de semana; por burocratas cansados", apresentando "sintomas de autofagia e sadomasoquismo". E faz a indagação que permanecerá sem resposta por parte do Governo: "Por que essas providências não foram tomadas antes, para prevenção da crise, e não apenas agora para correção dos seus efeitos?" Aponta, assim, a responsabilidade do Governo pela crise atual.

Aliás, Sr. Presidente, tenho lido algumas matérias de especialistas internacionais da área econômica em que afirmam, tacitamente, que se o Presidente Fernando Henrique Cardoso quisesse, de fato, corrigir os rumos da economia e tirar o Brasil dessa situação caótica em que se encontra teria que abdicar da possibilidade de se candidatar à Presidência da República. Esse teria que ser o maior esforço, o maior desprendimento e, talvez, a maior doação que o Presidente poderia fazer ao nosso País, porque as medidas que realmente precisaria tomar para corrigir os rumos da economia são, segundo esses especialistas, incompatíveis com esta batalha desfreada que o Presidente trava para se reeleger.

Sr. Presidente, nunca faltaram advertências ao Presidente da República, inclusive de partidários

seus e amigos íntimos como o Governador Mário Covas, que desaconselhou a reeleição por sabê-la perigosa e inoportuna. Em sua opinião, o Presidente deveria, de logo, enfrentar os graves dilemas de cuja boa solução dependeria toda a sorte de seu Governo. Essas e outras admoestações eram objeto de pilhérias com que se procurava desmoralizar qualquer crítica ao Governo. E a equipe econômica reafirmava a fortaleza do Real sempre que descia das alturas para um monólogo com a Nação.

A Folha de S.Paulo ainda nos informa o desgaste com que o Governo brasileiro foi visto em Londres antes e durante a visita do nosso Presidente. "A crise global – diz o matutino – está permitindo que até o público original de Fernando Henrique Cardoso, o acadêmico, faça ironias antes impensáveis" em torno de seu governo. E informa sobre críticas e advertências severas feitas ao presidente brasileiro pela The Economist, prestigiosa revista européia, publicando texto com uma foto "de FHC tendo ao fundo uma enorme bandeira brasileira" com a legenda "Cardoso, ordem, progresso – e estagnação", e, na semana seguinte, matéria com título ainda mais duro: "O Brasil próximo do abismo".

Sr. Presidente, quero dizer que essas críticas não nos trazem satisfação. São fruto de preocupação nossa também, mesmo que pertencentes a um partido de oposição.

Vou concluir, Sr. Presidente, formulando votos para que o acerto e a lealdade da Mesa Diretora, presidida neste momento pelo eminentíssimo Senador Ronaldo Curiá Lima e na pessoa também do Presidente Antonio Carlos Magalhães, ao advertir o Governo contra novas medidas de opressão popular, como se deu na questão do Imposto de Renda, tenham, de uma vez por todas, feito com que o Presidente Fernando Henrique Cardoso encare a realidade e busque, doravante, efetivas soluções para nossos problemas, enfrentando a crise que nos assola com visão de estadista e não de fabricantes de pacotes que têm como denominador comum aumentar impostos que já sufocam o brasileiro médio ou adotar medidas que redundem em mais desemprego. E, após o desastre, retórniam à iniciativa privada, fiéis à sua vocação.

Solicito ainda que meu pronunciamento seja transscrito na íntegra nos Anais do Senado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, também manifestando meus votos de Feliz Natal, Próspero Ano Novo a todos os Senadores, funcionários do Senado, imprensa e a todo o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(SEGUE NA ÍNTegra O DISCURSO
DO SR. SEBASTIÃO ROCHA:)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SEBASTIÃO ROCHA EM SEU DIS-
CURSO:

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Se-
nadores:

Os amargos frutos do Real 2 constituem nova parcela do preço que a Nação pagará, ainda por muito tempo, pela reeleição. Essa, evidenciado está, constituiu objeto do único e secreto projeto com que Fernando Henrique Cardoso se elegeu Presidente da República. E o Legislativo, ao qual se transfere a responsabilidade por qualquer crise que nos atinja, prosseguirá pagando o preço da docilidade com que tem atendido a imposições e caprichos do atual Governo, em seu afã de perpetuar-se.

O recente pacote desnuda a insensibilidade do Presidente em face dos problemas sociais, que se agravarão com novas legiões de desempregados, ví-
timas da recessão imposta pelo Governo, por tempo indeterminado. Finalmente, o Real 2, com o vasto elenco de medidas que o integram, tem o dom de exibir uma característica do atual Presidente: jamais é responsável, pois a outros atribui as consequências de seus erros e equívocos.

A equipe econômica, por sua vez, revela-se semelhante àquelas a que, no passado, se confiou a tarefa de pôr ordem nas finanças nacionais: até à véspera do Plano, afirmava a fortaleza indestrutível do real, menosprezando as advertências feitas por tantos, interna e externamente, apontados como "dinossauros", adversários da globalização.

Venceu o Presidente da República a luta pela reeleição, batalha travada com afincô e que o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, no auge de seu prestígio popular, não quis endossar, repudiando os áulicos que a sugeriam, em atitude de fidelidade a ideais republicanos.

O pacotão é duro e dele decorrerão, rápida e inevitavelmente, pesadas consequências para trabalhadores que ficarão sem emprego, bem como para a classe média em processo de extinção.

Senhor Presidente,

O Real 2, que tantas mudanças já sofreu visando à correção de erros e equívocos de seus formuladores, atingirá um País cuja resistência está sobre-modo reduzida. O desemprego cresce a cada mês. A saúde pública deixou de ser problema do Governo para tornar-se mero negócio, de prodigioso rendimento, como demonstra a multiplicação espantosa de empresas de seguro e serviços de saúde, parale-

lamente à liquidação da rede hospitalar pública, que o pacote estende aos hospitais de entidades benéficas, como as Santas Casas de Misericórdia.

A segurança pública constitui problema que se agrava sempre, pois também deixou de ser questão de Governo. Esse nada tem a ver com episódios como a chacina no Pará; o óbito em massa de pacientes submetidos a tratamento de hemodiálise; a mortandade de idosos recolhidos a asilos sustentados por verbas públicas e tantos infortúnios que passaram a caracterizar a vida em nosso País. A tudo o Governo é indiferente.

A tal ponto chegamos, Sr. Presidente, que se torna paradoxo explicar a razão de ser do Governo. A segurança pública e individual se tornou lucrativo comércio, em que as empresas especializadas proliferam. O mesmo ocorre com a saúde e começa a se dar com a Previdência; essas últimas devendo, em breve, constituir próspero negócio, há muito ambicionado pelo capital internacional, ao qual logo estarão entregues. Livre de tantas questões, restará ao Governo dedicar-se à promoção do País no exterior e à árdua tarefa de assinar as Medidas Provisórias.

Senhor Presidente,

Em seu artigo de domingo último, na **Folha de S.Paulo**, o Deputado Roberto Campos, insuspeito para o Presidente e sua equipe econômica, demonstra inquietação pelo caminhar do governo liberal, há tantos anos por ele almejado. Logo de início, adverte para a necessidade de que o déficit em conta corrente nunca ultrapasse 2% a 2,5%. Declara ter sido o pacote concebido "num fim de semana, por burocratas cansados", apresentando "sintomas de autofagia e sadomasoquismo". E faz indagação que permanecerá sem resposta, por parte do Governo: "Por que essas providências não foram tomadas antes, para prevenção da crise, e não apenas agora, para correção de seus efeitos?". Aponta, assim, a responsabilidade do Governo pela crise atual.

Senhor Presidente,

Nunca faltaram advertências ao Presidente da República, inclusive de partidários seus, amigos íntimos como o Governador Mário Covas, que desaconselhou a reeleição, por sabê-la perigosa e inoportuna. Em sua opinião, o Presidente devia, de logo, enfrentar os graves dilemas de cuja boa solução dependeria toda a sorte de seu Governo. Essas e outras admoestações eram objeto de pilhérias, com que se procurava desmoralizar qualquer crítica ao Governo. E a equipe econômica reafirmava a fortaleza do real, sempre que descia das alturas para um monólogo com a Nação.

Grande beneficiário do Plano concebido e adotado pelo Presidente Itamar Franco, o Presidente Fernando Henrique Cardoso não quis abraçar as medidas já àquela época apontadas como imprescindíveis ao êxito, a longo prazo, do Real. Isso, porque sua ambição era perpetuar-se na presidência. Daí lançar-se logo a essa luta, que a História mostrará inglória, tornando-se, dessa forma, o grande responsável pelas dificuldades que nos cercam. Dessa forma entendemos sua preocupação pela principal das reformas, já preconizadas no governo de seu antecessor: a reforma fiscal. Talvez por temer o tremendo choque de interesses que envolveria qualquer proposta nesse sentido. O assunto já não implica apenas interesses da classe obreira, nem de meros funcionários e velhos aposentados, mas das classes mais poderosas do País, sem cujo apoio o Presidente não poderia dispor do poderio publicitário que tem sustentado sua imagem, ocultando o contínuo desgaste de seu governo perante a opinião pública.

A mesma **Folha de S.Paulo**, desse último domingo, publicou entrevista com o diretor do Instituto de Desenvolvimento Internacional, da Universidade de Harvard, professor Jeffrey Sachs, que o matutino paulista considera "um dos mais renomados economistas internacionais". À indagação se "o Brasil está vulnerável ao contágio asiático", responde: "Não tenho a menor dúvida. A vulnerabilidade continua porque os operadores do mercado financeiro global estão de olhos abertos em busca de moedas sobrevalorizadas e de países que têm contado pesadamente com capital internacional de curto prazo. E o Brasil, certamente, cai como uma luva nessa descrição".

Ainda a **Folha de S.Paulo** nos informa do desgaste com que o governo brasileiro foi visto em Londres, antes e durante a visita do nosso Presidente. "A crise global – diz o matutino – está permitindo que até o público original de Fernando Henrique Cardoso, o acadêmico, faça ironias antes impensáveis" em torno de seu governo. E informa sobre críticas e advertências severas feitas ao presidente brasileiro pela **The Economist**, prestigiosa revista européia, publicando texto com uma foto "de FHC tendo ao fundo uma enorme bandeira brasileira" com a legenda "Cardoso, ordem, progresso – e estagnação", e, na semana seguinte, matéria com título ainda mais duro: "O Brasil próximo do abismo".

Senhor Presidente,

Essas críticas não nos trazem satisfação. São fruto da preocupação com que observamos o agravamento das falhas do Governo, das quais resultarão sempre maiores sofrimentos para a grande mas-

sa dos brasileiros. A cada dia se torna necessário o esclarecimento da Nação, em face do desempenho com que se procura apresentar o Congresso como responsável pelos erros e desacertos governamentais. Além de inverídica, a afirmativa é antidemocrática, e deve ser repelida com a informação aos brasileiros sobre as questões nacionais.

É preciso repetir que o Congresso nada negou ao Presidente Fernando Henrique, dando-lhe tudo que pretendeu, a começar pelo direito de reeleger-se. Essa é sua culpa. Aprovou todas as proposições pelas quais se interessou o Governo, como ora está se dando com os projetos de Reforma Administrativa e da Previdência. Quanto à Reforma Fiscal, a mais importante de todas, diz-nos, o Deputado Roberto Campos, aliado do Governo, em seu artigo desse domingo, que "o Executivo apresentou, pela primeira vez, idéias globais sobre a reformulação do sistema tributário", acrescentando que "isso torna ainda mais desaconselhável o pacote fiscal de emergência, que cria atritos desproporcionais ao seu rendimento e perpetua a tradição de pacotes de fim de ano". Que assim seja!

Concluindo, Senhor Presidente, formulo votos para que o acerto e a lealdade de Vossa Excelência, ao advertir o Governo contra novas medidas de opressão popular, como se deu na questão do imposto de renda, tenham, de uma vez por todas, feito com que o Presidente Fernando Henrique Cardoso encare a realidade e busque, doravante, efetivas soluções para nossos problemas, enfrentando a crise que nos assola com visão de estadista, e não de fabricantes de pacotes que têm como denominador comum aumentar impostos que já sufocam o brasileiro médio ou adotar medidas que redundem em mais desemprego. E, após o desastre, retornam à iniciativa privada, fiéis à sua vocação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) — V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Consulto a eminentíssima Senadora Júnia Marise, próxima oradora inscrita, se deseja fazer uso da palavra, já que, regimentalmente, dispomos de apenas 4 minutos para o final da sessão.

A SRA. JUNIA MARISE (Bloco/PDT — MG) — Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) — Tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. JUNIA MARISE (Bloco/PDT — MG). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicialmente, solicito a V. Ex^a, como hábito regimental nesta Casa, que prorroga por mais alguns minutos a ses-

são para que eu possa me manifestar desta tribuna do Senado Federal, praticamente na última sessão legislativa do ano de 1997.

A minha fala resume-se em tecer aqui alguns comentários, num ambiente de reflexão nacional, sobre o ano de 1997. O Brasil e o nosso povo tem sido a cada momento impulsionado a momentos de grande reflexão, de indignação, de alegria e de tristeza. Neste momento em que encerramos o ano de 1997, tenho a certeza de que falo pelo sentimento de toda a Nação. Fomos surpreendidos com as turbulências internacionais que trouxeram ao nosso País os resultados nefastos da falta de correção de rumos, que deveria ter sido adotada na política econômica brasileira e na estabilidade da nossa economia.

Fomos surpreendidos com o pacote monetarista e o pacote fiscal e, mais uma vez, a Nação é convocada a pagar um preço alto, a pagar um preço que confisca parcelas consideráveis dos rendimentos dos nossos trabalhadores, e, particularmente, da sofrida classe média em nosso País.

A Nação se colocou perplexa diante de uma iniciativa equivocada do Governo, na pretensa necessidade de economizar R\$210 milhões, suspendendo o auxílio/benefício para os idosos e para os nossos deficientes. Falo como Senadora da República, neste momento, mas como uma cidadã, uma cidadã que conhece, de perto, a vida daqueles que chegam à terceira idade, com seus cabelos brancos, surpreendidos muitas vezes e acometidos por doenças, e daqueles que, por infelicidade, sobrevivem nas cadeiras de rodas ou não têm a felicidade de ter a audição ou a visão.

Recentemente, desta tribuna, apelei ao Presidente da República para que retirasse essa medida provisória tão perversa, que violenta a dignidade do nosso País e da Nação, porque atinge exatamente aqueles que sobrevivem à custa desse auxílio benefício, que não é suficiente, para a maioria, sequer para aviar a receita médica necessária ao controle das suas enfermidades.

O SR. PRESIDENTE (Albino Boaventura) — Senadora Júnia Marise, peço licença a V. Ex^a para prorrogar o tempo regimental, que terminou, a fim de que V. Ex^a termine a sua exposição.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT — MG) — Obrigada, Sr. Presidente.

Estamos encerrando, portanto, este ano de 1997, com a visão de que cumprimos o nosso dever no Senado da República e neste Congresso Nacional, mas, por outro lado, com a visão de quem, como toda a Nação brasileira, está certa de que, a partir

do ano que vem, haveremos de pagar um preço muito alto para atender às necessidades do Governo, que deseja arrecadar e economizar R\$20 bilhões.

Por outro lado, as estatísticas oficiais estão demonstrando claramente que o desemprego continua crescendo no nosso País. O DIEESE, uma entidade que sempre foi reconhecida e valorizada pelo próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, no passado, ocupava a tribuna do Senado para mostrar ao País as estatísticas oficiais daquele instituto, para mostrar o desemprego, as carências sociais e a necessidade de um plano alternativo que pudesse resgatar a pobreza e o emprego no nosso País, pois bem, o DIEESE, mais uma vez, reafirma o que a Nação, todos os dias, vem comprovando em todos os Estados, e principalmente nas principais capitais brasileiras.

Só no meu Estado, Minas Gerais, as estatísticas demonstram que chegamos a quase 500 mil desempregados. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, na Capital do nosso Estado, que comemora hoje cem anos de fundação, temos uma estatística perversa, demonstrando que há 238 mil desempregados.

Nós encerramos o ano de 1997 com a consciência do dever cumprido no Senado da República. Aqui cheguei, eleita em 1990, pela vontade e pela confiança dos mineiros, com muitos sonhos e com muitos desejos; com o sonho de, através deste instrumento, a tribuna do Congresso Nacional, atuar e trabalhar para propiciar as condições necessárias e mínimas para o desenvolvimento econômico do nosso País e retirar o Brasil do mapa da fome, do mapa da miséria e das estatísticas mundiais. Dados da Organização dos Estados Americanos demonstram estar o Brasil à frente apenas do Haiti, por ser um país em que existe uma população de cerca de 40 milhões de cidadãos que vivem na mais completa e absoluta miséria.

Cheguei aqui, Sr. Presidente, com todos estes sonhos. Com o sonho de poder realizar mudanças por meio deste mandato que o povo tem me confiado, propondo iniciativas parlamentares, assumindo posições neste plenário de modo a que pudéssemos, juntos, contribuir para que a nossa Nação se revigorasse nas suas prioridades sociais. Continuo e continuarei acalentando este sonho, para que possamos construir um Brasil socialmente justo.

Hoje temos um quadro que demonstra claramente a situação social do nosso País em face da omissão do Governo, que até agora não estabeleceu o seu pacto social, do qual deveriam fazer parte a construção de moradias populares e medidas nas áreas da educação, do saneamento básico e, princi-

palmente, o acolhimento das crianças que peregrinam pelas ruas das principais capitais brasileiras.

Temos hoje um enorme contingente de sem-terra e sem-teto. Todos esses brasileiros que andam pelas ruas das nossas cidades estão a esperar e a sonhar também com o direito a um pedaço de chão para trabalhar e a um teto para abrigar os seus filhos.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, certamente o País inteiro acompanha os debates e os trabalhos do Senado Federal. Tenho recebido manifestações de todo o Brasil, por meio do programa Voz do Cidadão, do Senado Federal. Tenho tido interesse em ler cada sugestão que chega ao meu conhecimento. Em todas elas sinto que o País inteiro acompanha os trabalhos não apenas dos representantes de cada Estado, mas do conjunto de todos os Senadores da República.

É por isso que, nesta oportunidade, concluindo o nosso pronunciamento, queremos manifestar a nossa convicção de que é sempre importante manter viva a esperança nos nossos corações; manter sempre viva a expectativa de melhores dias para o nosso País, para que possamos – quem sabe, um dia – ver esta Nação se colocar de pé diante de todos, para que, nesta Nação, não haja mais discriminações entre homens e mulheres, entre brancos e negros e entre ricos e pobres.

É assim, Sr. Presidente, que, como cidadã e Senadora da República, sonho com este País, para que possamos, sim, consolidar a verdadeira democracia, que, no passado, nos levou, a todos, às ruas de todo o País, quando me transformei, nos momentos memoráveis da vida pública nacional, em uma operária da construção democrática.

Nessa concepção, entendo que temos que continuar lutando com nossos olhos e nossas atenções voltadas para o futuro do nosso País, para que possamos consolidar a democracia que desejamos.

O SR. PRESIDENTE (Albino Boaventura) – Informo à nobre Senadora que seu tempo regimental está esgotado.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT – MG) – Estou concluindo, Sr. Presidente. Agradeço a gentileza da generosidade regimental de V. Ex^a, digno representante do grande Estado de Goiás.

Concluindo, expresso aqui o sentimento de que devemos manter sempre viva a esperança, a confiança no futuro e nossa luta pela preservação dos ideais democráticos. É o que desejo, portanto, aos meus conterrâneos de Minas Gerais, de todas as regiões do nosso Estado, que, como diziam Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves, são várias: temos lá

regiões mais prósperas, como temos regiões mais pobres. Mas é esse o sinal da nossa solidariedade permanente a esse Estado que me fez a sua representante na Câmara Municipal de Belo Horizonte, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, na Câmara dos Deputados, como Vice-Governadora, como Governadora em exercício de Minas Gerais e, agora, como Senadora da República.

Neste instante em que se encerram as sessões deliberativas do Congresso Nacional, desejo a todos os nossos compatriotas, homens e mulheres, um Natal e um final de ano de grandes alegrias no convívio com suas famílias, fazendo votos de um 1998 com esperanças renovadas na construção de um Brasil cada vez mais justo e social.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Júnia Marise, o Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Albino Boaventura.

O SR. PRESIDENTE (Albino Boaventura) – Estamos chegando ao final da presente Sessão Legislativa. Quero, nesta hora, agradecer a todos os Senadores e Senadoras pelos momentos que passei nesta Casa. Estarei terminando aqui esse período de tempo que me foi concedido como suplente do Senador Mauro Miranda. Desejo a todos vocês um feliz Natal e um próspero Ano Novo!

O SR. PRESIDENTE (Albino Boaventura) – Os Srs. Senadores Casildo Maldaner, Esperidião Amin, Roberto Freire, Carlos Bezerra, Leomar Quintanilha, Otoniel Machado, Jonas Pinheiro e Albino Boaventura enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ao término da 3^a Sessão Legislativa da 50^a Legislatura, torna-se necessário divulgar o intenso trabalho realizado pelo Congresso Nacional, no decorrer deste ano, para que a Nação brasileira dele tenha conhecimento.

Essa tarefa se impõe em face do modismo disseminado na mídia de criticar o Poder Legislativo, muitas vezes injustamente, desinformando em vez de informar.

O mais lastimável em tudo isso é que o Poder Executivo não raro contribui decisivamente para tal distorção. Exercendo poderosa influência sobre os meios de comunicação em nosso País, ele consegue impor sua ótica equivocada e parcial, quer em

decorrência de seus recursos publicitários, quer do poder de coerção que o caracteriza.

É preciso que a sociedade brasileira saiba de que são nos órgãos técnicos das duas Casas do Congresso Nacional que se processa o trabalho legislativo permanente, em ritmo adequado, pois a pressa é aliada do equívoco e do erro. São eles que muitas vezes decidem o futuro de determinadas matérias, pelo poder terminativo que lhe é conferido.

O Plenário só desperta o interesse dos meios de comunicação quando nele se travam acalorados e intensos debates sobre temas importantes, polêmicos e atuais, mas esses nem sempre caracterizam a rotina das votações das diversas leis que regulamentam o funcionamento do Estado e a vida dos cidadãos brasileiros.

Porém, o Congresso Nacional tem cumprido o seu papel. Durante o ano que se encerra, proposições de máxima importância para o País foram examinadas e votadas, a despeito de profundas discordâncias, alcançando-se o mínimo de consenso indispensável à boa decisão.

Do início dos trabalhos, em 17 de fevereiro, até o final de novembro, o Senado Federal apreciou um total de 488 matérias, das quais 384 foram aprovadas e mais de 95 arquivadas. Destaco as aprovações do Código Civil; as novas regras para o Sistema Financeiro Imobiliário; que estabelece a gratuidade da primeira cópia das certidões de nascimento e óbito, e também da 2^a via, quando for comprovada a pobreza do requerente; que facilita a transferência do imóvel financiado pelo Sistema Financeiro da Habitação; que autoriza os aposentados que voltarem a trabalhar a sacar o saldo do FGTS, caso deixem o novo emprego; o Fundo de Aposentadoria Programada Individual – FAPI; o Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual e a calorosa discussão sobre os planos de saúde, dentre outras.

Reafirmo que geralmente são injustas as críticas que nos têm sido feitas. O Congresso Nacional tem dado prova inequívoca de dedicação ao discutir e votar todas as mensagens que lhe são encaminhadas, dando assim uma resposta aos anseios da sociedade.

Freqüentemente ficamos com o ônus da responsabilidade pelos problemas que o Brasil enfrenta. Nos últimos dias, ficou bem claro que o projeto da reforma fiscal, tão necessária para equilibrar a nossa economia e alentar as contas governamentais, é muito mais urgente do que os complexos projetos de reforma administrativa e da previdência, que o Governo quer ver aprovados, a qualquer preço. Isto ocorreu, porque o Poder Executivo passou longo

tempo preocupado quase que exclusivamente com a reeleição, e tudo ficou paralisado até que esta fosse aprovada.

Apesar de todos os esforços que empreendemos ao longo deste ano, ficou latente que o Governo Federal foi imprevidente quando administrou estes primeiros três anos através de Medidas Provisórias, usurpando, às vezes, as atribuições legislativas desta Casa. Entendemos, ainda, que o Executivo sofreu crise de credibilidade ao deixar uma significativa lacuna quanto a implantação de programas sociais que melhorassem a vida do brasileiro. Dentre estas, destaco a situação caótica da saúde no país, o alto índice de desemprego, o êxodo rural que tem provocado o inchaço das grandes cidades, falta de uma política agrícola que subsidie, em melhores condições, o pequeno e médio agricultor que vive exclusivamente da terra e o crescente índice de violência causada pela falta de segurança pública e que, segundo alguns especialistas, tem origem nos baixos salários e na fome.

Além desses problemas, recentemente o "crash" da bolsa de valores do Sudeste Asiático, um verdadeiro "El Niño econômico", colocou em evidência a fragilidade da nossa economia. Em contrapartida, nossas autoridades financeiras editaram um "pacote de medidas econômicas" que contrariaram, em grande parte, não só os interesses da classe média, mas também da classe trabalhadora.

Todos esses assuntos foram objetos de minha preocupação, materializados através de discursos desta tribuna, onde apelei ao Executivo que redirecionasse esses programas sociais, com maior ênfase para a saúde e para a agricultura.

Apesar deste quadro adverso, nem tudo está perdido. Nós temos capacidade de superar, com harmonia e convivência pacífica, esses conflitos e dificuldades para reencontrarmos o caminho do desenvolvimento e do progresso.

Os principais problemas estão sendo vencidos, pois o Brasil é um país determinado na busca de um futuro melhor. Além da preocupação com a estabilização da moeda, há, é claro, muitos problemas não solucionados e que estão a merecer especial atenção do Governo Federal e a constante vigilância do Poder Legislativo.

Sr. Presidente, apesar das dificuldades, algo foi feito. Muitos passos foram e continuarão a serem dados em direção a um país mais justo, sem fome, sem miséria, com um complexo de saúde que atenda, principalmente, às classes mais pobres.

Ao chegarmos ao final de mais essa sessão legislativa, registro a minha certeza de que, com honra-

dez, estou cumprindo a missão que me foi conferida pelo povo catarinense de representá-lo nesta Casa.

E, ao adentrarmos dezembro, mês em que todos os pensamentos e corações estão elevados pelos espírito natalino, desejo a todas famílias deste país, em especial às catarinenses, que tenham um natal de muita esperança, fé e solidariedade, para que, através do nosso trabalho, possamos juntos continuar a sonhar com um país melhor.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPB - SC) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, quero trazer ao conhecimento desta Casa, assim como de toda a população brasileira, graças aos novos veículos de comunicação disponibilizados para divulgar as atividades parlamentares, uma amostra dos malefícios que os meios de comunicação podem trazer quando utilizados de forma sensacionalista ou com enfoque inadequado sobre situações ou fatos que merecem divulgação.

Recebi cópia da correspondência encaminhada ao Presidente e Editor da revista *Veja* pela Câmara Municipal de Camboriú, no meu Estado de Santa Catarina, por causa de uma reportagem da citada revista, cujos efeitos perniciosos atingiram profundamente a economia dessa localidade.

O que fez o conceituado periódico, que tanto malefício causou à linda cidade de Camboriú e outras da região, Senhoras e Senhores Senadores?

Simplesmente veiculou matéria irresponsável, com chamada na capa em letras garrafais, na edição de nº. 1524, de 03 de dezembro de 1997, com os seguintes dizeres: "O EL NIÑO VAI TRAZER CHUVA PARA O SUL E SOL PARA O NORDESTE."

Ora, todos sabemos que as previsões meteorológicas são passíveis de erro, existindo até um certo descrédito quanto ao seu grau de acerto, a ponto de um número razoável de pessoas dizerem espiritualmente: "A previsão é de que vai chover? Então vai fazer sol."

Aliás, o fenômeno El Niño virou o "bode expiatório" para tudo que tem acontecido com relação ao clima durante todo este ano. Se chove, é culpa do El Niño; se há uma seca prolongada; a culpa é do El Niño. Mas daí a inferir, até mesmo em tom de adivinhação ou profecia, que o verão no litoral catarinense ia ser imprestável para o turismo vai uma distância enorme que indica um grau elevado de irresponsabilidade e que causou um prejuízo irreparável para a região.

Contra esse tipo de matéria quero lavrar aqui o meu protesto e afirmar que a liberdade de imprensa não se pode prestar a esse tipo de comportamento.

Permito-me citar, aqui, trecho da missiva endereçada pelo Presidente da Câmara Municipal de Camboriú, Vereador Antônio Manuel Soares Santa, ao Presidente e Editor da revista Veja, que dá uma idéia do estrago causado pela inoportuna matéria:

"Visíveis são os prejuízos ocasionados em razão desta reportagem, inclusive, com o cancelamento de reservas em hotéis, que atinge a níveis consideráveis, chegando-se a quase 63% (sessenta e três por cento).

Tendenciosa e descabida de verdade a afirmação de que o verão sulino seria repleto de chuva, com a ocorrência de cataclismo, com enchentes e outras tragédias decorrentes do El Niño."

O Presidente da Câmara Municipal de Camboriú afirma, ainda, que "o verão na Região Sul será como todos os outros, senão, ainda mais ensolarado, mais quente e de maior qualidade, em razão das melhorias nas infra-estruturas turísticas, sobretudo no Balneário Camboriú, com aperfeiçoamento da rede hoteleira, serviços de bares e restaurantes, embelezamento urbanístico, construção do Cristo-Luz, e outros investimentos significativos, visando o maior conforto aos turistas".

O mínimo que se deveria esperar da revista Veja, para minorar os prejuízos que já vêm ocorrendo, seria a publicação de uma matéria apontando para um bonito e ensolarado verão, como já está acontecendo na Região Sul, para desfazer a idéia que a revista sugeriu, por meio de tão maléfica reportagem, de que estaria visando a favorecer o turismo nordestino, desviando a demanda, maior a cada verão, do maravilhoso litoral catarinense, para as plagas do Nordeste. Quero deixar claro que reconheço que o Nordeste tem imperdíveis belezas naturais, fazendo jus a que também se incremente o turismo nessa região, mas isso não tem de ser feito necessariamente sacrificando-se a economia do Estado que tenho a honra de representar nesta Casa.

Citarei outro trecho do protesto da Câmara Municipal de Camboriú, para realçar a necessidade de que matérias em veículos de comunicação de grande alcance de público devem ser cuidadosamente estudadas e checadas antes de serem colocadas em circulação. Diz a carta do Presidente da Câmara a respeito da reportagem que sacudiu os ânimos da região em outro trecho:

"O que é verdade e é previsto, está publicado em outro veículo de comunicação, Diário Catarinense, de 07 de dezembro próximo passado, 'PREVISÃO DE VERÃO TÍPICO NO LITORAL. Um verão tradicional com sol, nebulosidade considerável, e tro-

voadas de final de tarde. Essa é a expectativa dos meteorologistas do CLIMERH – EPAGRI. Se persistir essa temperatura baixa podemos dizer que são grandes as chances de termos um verão típico no litoral catarinense... O fenômeno El Niño, ao que tudo indica, não vai afetar de maneira decisiva o clima durante o verão em Santa Catarina'."

Esperamos que os responsáveis pela edição do conceituado periódico que causou esse mal estar à população e aos dirigentes do Balneário Camboriú e outras cidades da região reconheçam sua falha e publiquem matéria com igual destaque sobre o encantador verão dessa região, minorando, assim, os efeitos maléficos da reportagem anterior.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Sr. Presidente, Srs e Srs, Senadores, o Governo brasileiro acaba de adotar uma medida importante para a cultura de Pernambuco e, consequentemente, do Brasil. Vai desapropriar um imóvel localizado na atual rua do Bom Jesus, antiga rua dos Judeus, na ilha do Recife – área tombada e restaurada -, onde funcionou a primeira sinagoga do novo mundo, para instalar o Memorial da Cultura Judaica. Com esta atitude, o Brasil homenageia os cristãos novos que aportaram em nossas terras na segunda metade de 1500 e que estiveram na gênese da formação de nossa gente e da própria civilização brasileira.

Como resultante desta iniciativa, segundo informações, uma maquete com detalhes da antiga rua dos Judeus, com destaque para os prédios de números 197 e 203, está sendo construída e deverá ser levada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a Israel, em janeiro. Ela integrará o Museu da Diáspora, em Tel Aviv.

Conforme relata o jornalista e pesquisador Leonardo Dantas, Recife teve a honra de converter-se no berço da presença de judeus em terras do novo mundo. Este fato tornou-se ainda mais acentuado entre 1634 e 1654, quando os dominadores holandeses, e de acordo com o edital dos Estados Gerais de janeiro 1634 que garantia liberdade religiosa a católicos e judeus, permitiram a liberdade de culto no Brasil ocupado. Muitos cristãos novos puderam voltar a seu culto ancestral, vários deles também recuperaram seus nomes verdadeiros de batismo, transformando Recife em um centro de atração não só de judeus europeus como também daqueles residentes em outras partes do Brasil e que não gozavam de liberdade para afirmar suas identidades.

Lembremos, como afirma o historiador Elias Lepiner, que os cristãos novos começam a vir para o

Brasil, na expectativa, embora remota, de uma maior liberdade religiosa, a partir de 1535 quando a Inquisição se instala pesadamente em Portugal. É um período no qual se incentiva a colonização da terra descoberta e quando não eram aplicadas com rigor as leis do Tribunal da Fé. Entretanto, a tenua moderação deu lugar a exaltação dos Visitadores a partir de 1591. Com a visitação de um representante do Santo Ofício de Lisboa, Heitor Furtado de Mendonça, em 1593 em Pernambuco, e com a aplicação do regimento da Inquisição diretamente no Brasil, surge uma primeira denúncia, feita entre outros pelo padre Francisco Pinto Doutel, vigário da Igreja de São Lourenço, contra o casal Diogo Fernandes e Dona Branca Dias, pela prática freqüente de atos de judaísmo, na propriedade conhecida como Engenho de Camaragibe. Segundo a denúncia, para lá se dirigiam verdadeiras romarias judaicas e então surge, pela primeira vez, a idéia da existência no local de uma esnoga, onde cristãos novos se reuniam para fazer suas cerimônias de acordo com a "lei velha".

Voltando ao relato de Leonardo Mota, só para se ter uma idéia do novo fluxo da comunidade em direção ao Recife, em 1636 o cidadão Manoel Mendes de Crasto traz 200 judeus dos países baixos, incluindo ricos e pobres.

Aponta o jornalista para fatos interessantes. Moravam na rua dos Judeus, antes conhecida como Guarda do Bode, as famílias mais abastadas, com residência nos pavimentos superiores e o comércio no andar térreo. O primeiro rabino da sinagoga do Recife, Isaac Aboad da Fonseca, nascido em Portugal em 1505 e que estudou em Amesterdã, foi o introdutor dos primeiros textos em hebraico em toda a América ao compor poemas, orações e consulta litúrgica.

É interessante notar que o florescimento da comunidade judaica do Recife sofre solução de continuidade em 1654, data da expulsão dos holandeses, quando o próprio prédio da sinagoga acaba doado para terceiros. Casos isolados de anti-semitismo assume então caráter de perseguição religiosa e daí vários judeus residentes no Recife se deslocam para a então nascente Nova Amsterdã, nos Estados Unidos, hoje a famosa cidade de Nova Iorque. Como se vê, a diáspora do povo judeu, indissoluvelmente vinculada à história do Velho Mundo, chega ao Brasil e ao Novo Mundo.

A presença da comunidade judaica, em que pese todo sofrimento da diáspora, é marcante e expressiva entre nós. Permitam-me que, de passagem, fale de uma relação pessoal. Lembro-me, por exemplo, do Colégio Israelita Moisés Swartz, que em

1998 completa 80 anos de existência e onde leciona uma de minhas filhas. Até no aspecto sentimental, guardo boas recordações da presença da cultura judaica e de suas organizações no Recife. Como atleta da equipe infantil de basquete do Sport Club do Recife, o meu primeiro jogo (e como se sabe, o que é primeiro nunca se esquece !) deu-se contra a equipe do Hashomer Hatzair, na verdade uma formação de jovens judeus, alguns dos quais, desde lá companheiros e amigos.

Como socialista e presidente do Partido Popular Socialista, destaco outra relação com a comunidade judaica. Historicamente, no Brasil, houve sempre uma grande aproximação entre os comunistas e os judeus, ambos comprometidos com bandeiras humanistas e civilizatórias. Muitos deles ocuparam posição de destaque na história das lutas socialistas no Brasil e também cargos de destaque na trajetória difícil, e ao mesmo tempo heróica, do Partido Comunista Brasileiro. Citemos um deles, hoje presidente de honra do PPS: Salomão Malina, herói brasileiro condecorado por bravura de combate na Segunda Guerra pelos governos do Brasil, da França e dos Estados Unidos.

Apesar de alguns equívocos históricos e, mais recentemente, dos efeitos danosos da guerra fria, a profunda relação de respeito e interação entre os movimentos social-democráticos em todo o mundo e frações da comunidade judaica hoje é uma verdade reconhecida.

Por tudo isso o nosso reconhecimento ao Ministério da Cultura e nossa homenagem à comunidade judaica

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, muito embora os recursos destinados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, tenham sido aumentados, de 1 bilhão de reais, no ano passado, para 1 bilhão e meio de reais, este ano, os pequenos produtores rurais continuam enfrentando sérias dificuldades na obtenção dos financiamentos.

A conclusão é da Confederação Nacional da Agricultura – CNA, que vem alertando o Conselho Monetário Nacional sobre a necessidade de se ampliarem os recursos destinados ao Pronaf e de se estabelecerem novas regras para o programa, simplificando os seus procedimentos operacionais. A conclusão baseia-se nas queixas dos pequenos produtores, representados na Comissão Nacional da Pequena Propriedade, órgão da CNA voltado especificamente para esse segmento da agricultura brasileira.

Como homem público e representante de Mato Grosso, onde se concentra boa parte da produção

agrícola nacional, venho endossar as reivindicações da CNA, que, não pôr simples coincidência, encontram eco na Federação dos Trabalhadores Rurais do meu Estado. Aliás, devo dizer, com orgulho, que, na condição de Relator do Orçamento Geral da União para o presente exercício, sabedor que sou das dificuldades vividas pelo homem do campo, ampliei a proposta original do Poder Executivo, destinando maiores recursos para financiamento aos pequenos produtores.

A questão, entretanto, Senhoras e Senhores Senadores, não se resume à insuficiência do crédito. Além de propor a ampliação dos recursos do Pronaf e a liberação dos financiamentos pendentes, os pequenos produtores, pôr intermédio da CNA, reivindicam ainda: padronização dos juros dos investimentos para o Pronaf e o Prover Rural, com taxa fixa de 3% ao ano; financiamento para custeio com garantia apenas do penhor de safra; ampliação dos prazos de pagamento nos investimentos de retorno a longo prazo, como abertura de estradas, eletrificação rural e açudarem; ampliação do Pronaf de forma a atender aos produtores de todos os municípios, com demanda identificada pelas Federações de Agricultura dos Estados, manutenção das operações nas condições anteriores à Resolução Bacon nº 222409/97, que impôs limite de 27 mil reais de receita bruta anual aos produtores, além de limitar o crédito de custeio em 5 mil reais pôr ano; ampliação dos valores do Pronaf rotativo; mudanças na aplicação dos rebates em empréstimos dos Fundos Constitucionais, de forma a assegurar crédito mais barato e diferenciado.

O presidente da CNA, Antônio Ernesto de Salvo, queixa-se de que a pequena propriedade merece melhor tratamento da parte do Governo. Lembrando que os agricultores assentados pela reforma agrária obtêm empréstimos com juros diferenciados e longos prazos para pagamento, ele assinala que, para os pequenos produtores que compraram suas terras, os recursos são insuficientes e caros. Além disso, denuncia que, nos Estados do Amapá e Tocantins, e em parte de Pernambuco, os agricultores não foram beneficiados pelo Pronaf.

A Federação de Agricultores Rurais de Mato Grosso Fetagri, conforme salientei há pouco, queixa-se igualmente da insuficiência de recursos do Pronaf e das dificuldades impostas ao homem do campo que dele se pretende beneficiar. Vai além, ao propor que os recursos do programa sejam repassados às cooperativas de crédito rural e operados pelo sistema de fundo rotativo que, ao final de cinco anos, seriam incorporados ao patrimônio das cooperativas.

Da forma como funciona hoje, alega a Fetagri, o Pronaf não é atraente sequer para o Banco do Brasil. Pela Portaria nº 214/96, o banco recebe por operação, mensalmente, uma taxa de administração, fixada em 17 reais e 30 centavos, e uma taxa de risco, estipulada em 6 reais e 74 centavos. Sua remuneração mensal por operação, portanto, é de 24 reais e 4 centavos, mas seu custo médio mensal é de 50 reais. Assim, para cada operação de financiamento do Pronaf, o Banco do Brasil tem um déficit mensal de 25 reais e 96 centavos, o que é inadmissível para uma instituição que já vem arcando com sérios prejuízos decorrentes de suas demais atividades. Somente na execução do Pronaf, o Banco do Brasil acumula um prejuízo de 311 reais e 52 centavos por operação, cujo valor médio é de 1 mil e 200 reais. Além disso, a cada quatro anos, o Tesouro acaba pagando ao Banco do Brasil a importância de 1 mil 152 reais, que se aproxima do valor médio do financiamento.

Observando que o Banco do Brasil tem alto custo operacional em relação a outras instituições financeiras, e argumentando que o Tesouro Nacional não pode bancar essa ineficiência, a Fetagri sugere, como alternativa, a transferência direta dos recursos para as cooperativas de crédito, ou seja, para as instituições financeiras dos próprios agricultores.

Para evitar a estagnação que aconteceu a outras cooperativas, a Fetagri sugere a criação de um Fundo Rotativo de cinco anos para financiar as safras anualmente. Por esse sistema, os recursos passariam a cumprir sua função indefinidamente, não implicando a necessidade de se destinarem novos recursos financeiros.

Entre outras vantagens da proposta, a Federação dos Trabalhadores Rurais de Mato Grosso lembra que, desincumbindo-se dessa tarefa, teria o Banco do Brasil maior flexibilidade para promover sua recuperação financeira. Por outro lado, esclarece, as taxas de administração, hoje insuficientes para o Banco do Brasil, podem constituir a alavancagem necessária ao fortalecimento do cooperativismo de crédito em nosso País. Lembrando as origens do Farm Credit System, nos Estados Unidos, a Fetagri assinala que a operação do programa, nas condições propostas, viria a formar a base de um sistema autônomo de financiamento dos pequenos produtores rurais.

Senhoras e Senhores Senadores, os pleitos da Confederação Nacional da Agricultura são justos, e a proposta da Fetagri é consistente. Têm o Presidente Fernando Henrique Cardoso e sua equipe, neste momento, uma rara oportunidade de atender as reivindicações do homem do campo, e, ao mes-

mo tempo, modernizar a gestão do programa, reduzir os custos operacionais e estimular o cooperativismo em todo o território nacional.

Muito obrigado!

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Senadores, gostaria de registrar a visita que faz ao Brasil o Senhor Tchere Seka, Ministro Extraordinário para o Desenvolvimento da Costa do Marfim, país situado no litoral ocidental da África, com população de 14.700 mil habitantes, cuja economia centra-se na atividade agropecuária, sendo o líder mundial na produção de cacau.

Sua Excelência esteve no Tocantins, estado que lhe chamou a atenção por ser o mais jovem da Federação e, mesmo assim, experimenta impressionante desenvolvimento econômico, tendo registrado no período de 1990 a 1996 o maior índice de crescimento do PIB entre os Estados Brasileiros.

A propósito dessa auspíciosa visita de autoridade da Costa do Marfim ao nosso País, desejo fazer alguns comentários e tecer considerações acerca da condução da nossa política externa com os países africanos, continente como qual mantemos laços históricos de amizade.

Vale lembrar que quase metade da população brasileira tem ascendência africana, realidade que contribuiu decisivamente para a formação da nossa cultura, desde os hábitos alimentares até as manifestações artísticas, como é o caso da música e da dança. No campo religioso, o sincretismo dos cultos afro-brasileiros se faz presente no nosso dia a dia. Também no idioma é muito significativa a influência das línguas africanas, em especial o iorobá da Nigéria e o quimbundo de Angola.

Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Senadores,

Os laços culturais e afetivos que nos ligam à África por si só já deveriam ser suficientes para sinalizar uma política externa mais direcionada ao continente africano.

Agora some-se a isso o fato de que os 53 países independentes da África e os seus quase 750 milhões de habitantes formam um imenso e potencial mercado que não pode ser desprezado pelo Brasil, especialmente num momento em que a crise nas Bolsas de Valores impõe-nos a necessidade de ampliarmos as nossas exportações.

Entretanto, ainda que todos esses fatores concorram para a adoção de uma postura diplomática mais ousada em relação ao continente africano, o que se tem verificado é que a cooperação brasileira limita-se aos países africanos de língua portuguesa, junto aos quais são desenvolvidos alguns projetos

como o acesso à Rede Nacional de Pesquisas e programas de treinamento de mão-de-obra.

Dados da Balança Comercial Brasileira relativos ao período compreendido entre janeiro e outubro de 1997 indicam a timidez da nossa política externa com relação à África. As exportações brasileiras para os países africanos foram de 1.207 milhões de dólares, enquanto que as importações foram de 1.645 milhões de dólares. Com a Ásia as exportações ascenderam ao total de 6.744 milhões de dólares e as importações 7.866 milhões de dólares.

Essa constatação nos leva a sugerir ao Governo Brasileiro, nas pessoas do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampréa, que reveja a nossa política externa para com o continente africano, dispensando-lhe a atenção merecida. O próprio Presidente da República, quando ocupava o cargo de Chanceler, defendia a necessidade de estreitarmos relações comerciais com a África.

Todavia, o que se vê são apenas ações no sentido da consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, relançada em 1993 com a assinatura de um Tratado de Desnuclearização da região. Mas, mais do que isso, precisamos incrementar o comércio bilateral entre o Brasil e aquele continente, que, além dos aspectos culturais, guarda conosco muitas similaridades também no campo econômico.

Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Senadores, ao encerrar o registro da visita do Ministro da Costa do Marfim ao nosso País, quero, uma vez mais, enfatizar a necessidade de buscarmos a inauguração de uma nova fase de intercâmbio comercial entre o Brasil e a África, encarecendo às nossas competentes autoridades diplomáticas que se empenhem na viabilização desse ideal.

O SR. OTONIEL MACHADO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Senadores, no encerramento da presente sessão legislativa do Senado da República, não poderia deixar de publicamente enaltecer o trabalho que esta Casa realizou neste período, consagrando 1997 como o ano das grandes realizações no caminho da construção de um país verdadeiramente avançado e justo.

Não foram poucas as conquistas empreendidas pelo Senado da República em sua profunda sintonia com os anseios da sociedade brasileira. Num ano particularmente complexo, onde irromperam novos e difíceis desafios, esta Casa soube dar respostas precisas às exigências nacionais, dentro do propósito maior de garantir, com os demais poderes, a estabilidade e a governabilidade do País.

O Senado soube consolidar a credibilidade que vem construindo ao longo da história do Brasil, firmando preceitos irretocáveis que o consagram como o grande espaço para o pleno exercício da democracia e das liberdades.

Com o equilíbrio e o grande senso de responsabilidade que fundamentam a ação de cada um dos pares desta Casa, pudemos mais uma vez demonstrar que aqui existem homens e mulheres realmente preocupados com os destinos do País e dispostos a empreender os maiores sacrifícios para domar as dificuldades e construir uma vida melhor para as gerações do presente e do futuro.

Engajado no processo de transformações em curso no País, o Senado não se furtou em nenhum momento a se posicionar diante dos grandes temas que dominaram o debate nacional em 1997. Discutiu em profundidade os rumos da crise internacional que tão duramente afeta o Brasil. Apontou caminhos e direções ao concretizar a votação das reformas administrativa e previdenciária.

Sintonizou-se com os tempos modernos oferecendo à sociedade um Código Civil adequado às exigências do III Milênio. E procurou, sobretudo, indicar soluções para os problemas econômicos, dentro da ótica de promover a prosperidade e o bem-comum.

Trabalho, sem dúvida, foi o lema fundamental desta Casa, que não faltou com sua presença em todos os momentos da vida do País. Com muita determinação e elevado espírito público, o Senado se convocou com muita convicção para agilizar votações de projetos essenciais. E não nos furtamos à ação cotidiana, num processo contínuo de dedicação às causas maiores de nosso povo.

Foi dentro desse espírito, senhoras e senhores Senadores, que procuramos dar a nossa contribuição como representante do Estado de Goiás nesta Casa. Consagrando os princípios programáticos do PMDB, procuramos alertar para os entraves que ainda sufocam o País, particularmente as questões de ordem econômica e social.

Com o advento da crise nas bolsas, que abala todo o mundo, pregamos um pacto das forças políticas do país em defesa da economia brasileira, tendo em vista impedir a ruína do processo produtivo nacional, o que teria consequências desastrosas principalmente junto às camadas mais pobres da sociedade.

Pregamos a agilização das reformas. A retomada do crescimento e dos investimentos.

A interiorização do progresso industrial.

O estabelecimento de políticas definitivas para o setor agrário. A recuperação da infra-estrutura viá-

ria do País. A ampliação das atividades educacionais. E, principalmente, a criação de novas oportunidades de trabalho para nosso povo.

Como médico, fizemos sucessivos alertas visando o estabelecimento de uma fonte definitiva para o financiamento das ações de saúde no País, compreendendo que não podemos conviver com o caos nos hospitais que tem ceifado milhares de vidas.

Como municipalista, alertamos para a dramática crise financeira que invade as cidades brasileiras, que receberam inúmeros encargos sem a contrapartida dos mecanismos apropriados para levarem adiante suas responsabilidades.

Mas, sobretudo, oferecemos a nossa contribuição na busca de alternativas visando reduzir o desemprego, defendendo uma ação conjunta entre o Poder Público e a iniciativa privada para impedir que mães e pais de família amarguem o desespero de não ter onde buscar o sustento de seus filhos.

Avaliamos que não podemos construir o Brasil que sonhamos sem o advento das reformas que possibilita o fim da atrofia do Estado e oferece a liberdade que o governante precisa para corrigir distorções e injustiças, encaminhando o Brasil para um estágio de plena prosperidade.

Assim, apesar da crise internacional, encaramos com otimismo o Ano Novo, sem dúvida mantendo as esperanças de que 1998 possa representar mais um passo importante na luta que todos nós travamos em prol de um País que faça de fato florescer a autêntica justiça social.

O Senado, com certeza, será um dos carros-chefes nessa maratona. Se muito fizemos, muito mais ainda há por fazer. E, com certeza, não nos faltarão garra e disposição de luta para seguir em frente nesta jornada em favor do Brasil.

Ao finalizar, cabe-nos fazer um justo reconhecimento pela forma irretocável com que Sua Exceléncia, o Presidente Antonio Carlos Magalhães, conduziu os trabalhos desta Casa. Agindo com maturidade e profundo equilíbrio, ele soube comandar as atividades em direção às grandes conquistas, sempre destacando a autonomia e a interdependência entre os poderes, numa conduta que tem o aplauso da sociedade brasileira.

Esse comportamento patriótico e democrático vem sendo amplamente compartilhado por todos os Senadores que compõem a presente Legislatura, que firmam suas ações a partir do símbolo do trabalho e do esforço comum em prol de um novo tempo de paz, felicidade e realizações.

Muito obrigado.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, como vice-coordenador da Frente Parlamentar do Cooperativismo e como Senador que participou intensamente de todas as fases de negociação com o Governo Federal, que viabilizou o lançamento do Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, sinto-me no dever de prestar contas aos meus Pares sobre esse Programa e sobre as decisões tomadas para a sua implementação.

Esse programa foi anunciado pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da solenidade de abertura do XI Congresso Brasileiro de Cooperativismo, no dia 4 de novembro passado.

O Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP – é resultado de um amplo processo de discussão entre a Frente Parlamentar do Cooperativismo e o Governo Federal, levado a efeito desde abril do corrente ano. Ele tem como objetivo, reestruturar e capitalizar as cooperativas de produção agropecuária, visando o desenvolvimento auto-sustentado, em condições de competitividade e efetividade, que resulte na manutenção, geração e melhoria do emprego e da renda.

A sistemática adotada para implementar esse programa estabelece a criação de um comitê executivo, com representante do Ministério da Fazenda; do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, do Ministério do Planejamento e Orçamento, do Banco Central, do BNDES e do setor cooperativista, com a responsabilidade de apreciar as análises e projetos de viabilidade de cada cooperativa e aprovar os financiamentos, refinanciamentos e as medidas necessárias para a capitalização e revitalização da cooperativa. Cabe ao Ministério da Fazenda e ao Ministério de Planejamento viabilizar os recursos financeiros necessários.

Essa sistemática, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, visa possibilitar que o apoio a ser concedido a cada cooperativa seja definido em perfeita sintonia com a sua necessidade, sua capacidade operacional e sua potencialidade, impedindo que seja concedido à cooperativa que, lamentavelmente, se mostre absolutamente inviável ou irrecuperável financeiramente.

Dessa maneira, espera-se que a alocação de recursos públicos seja feita com parcimônia e dentro da realidade de cada cooperativa.

Sr. Presidente, esta semana participei, juntamente com Deputados Federais integrantes da Frente Parlamentar do Cooperativismo, de uma reunião com representantes do setor cooperativista e do Governo Fe-

deral, na qual foram aprovadas as condições básicas e o cronograma de operacionalização do Recoop.

Segundo o que foi definido nessa reunião, as cooperativas que desejarem se habilitar ao Recoop poderão, a partir de 15 de dezembro do corrente, apresentar ao comitê executivo desse Programa, através das entidades integrantes do sistema liderado pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, a carta-consulta contendo diagnóstico das entidades e as condições preliminares de viabilidade.

O Comitê Executivo do Recoop, então, deverá analisar a carta-consulta e, estando a cooperativa habilitada, deverá ser elaborado o plano de desenvolvimento cooperativo e respectivos projetos que, após aprovados, serão implementados junto aos agentes financeiros.

O Recoop poderá viabilizar a aplicação de recursos para cobrir o pagamento de dívidas de cooperativas com fornecedores, com cooperados, além das com origem fiscal e trabalhista. Poderá alongar as dívidas referentes a cotas-partes e securitização, outras dívidas das cooperativas junto ao sistema financeiro, bem como de dívidas de cooperados junto às cooperativas. Além destes, o Recoop poderá viabilizar a aplicação de recursos para capital de giro e para investimentos com vistas à reestruturação e reconversão de atividades, verticalização e modernização tecnológica, aquisição de bens móveis e imóveis e assunções de ativos por desmembramento, fusões, incorporações e desmobilizações.

O prazo de reembolso por parte das cooperativas deverá ser de acordo com a capacidade de pagamento apurada no projeto de revitalização da cooperativa, podendo ser de até quinze anos, admitindo-se carências de até 24 meses.

Assim, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, acredito que esse programa de revitalização de cooperativas de produção agropecuária vem em boa hora. Isto porque, atualmente, muitas delas passam por sérias dificuldades financeiras, motivadas por dívidas bancárias e tributárias, de difícil equacionamento, sobretudo em virtude dos elevados encargos financeiros que têm que pagar, incompatíveis com a lucratividade de suas operações.

Espero que, com o Recoop, agora em fase de implementação, as cooperativas de produção agropecuária brasileiras possam ser revigoradas e, assim, cumprir o importante papel econômico e social que toda a sociedade brasileira espera e precisa.

Muito obrigado.

O SR. ALBINO BOAVENTURA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, quero trazer

a este plenário de homens e mulheres notáveis a minha palavra de gratidão. Nunca aprendi tanto, em tão pouco tempo, em toda a minha vida. Meu período de substituição ao ilustre Senador Mauro Miranda está chegando ao fim, mas eu deixo este convívio diário sem tristezas, com o coração renovado, porque os novos amigos enriqueceram meu patrimônio de afetos pessoais e de amor pelo Brasil. Sentindo de perto o patriotismo de cada um dos senhores, seria injusto não acreditar no futuro deste País. E é esta imagem do nosso Senado que levarei para o dia-a-dia de minhas pregações evangélicas.

Esta convivência foi uma dádiva do Senhor. O filho humilde de família de lavradores jamais imaginou chegar tão longe. Na sua infinita bondade, Deus me indicou o caminho do Evangelho, fez de mim seu pastor, e multiplicou meus horizontes e meus merecimentos. Cheguei a este templo de sabedoria poucos dias depois de completar 55 anos de mudança radical em todos os valores mundanos que me alimentavam a vida e o espírito. A partir daquele ano distante de 1942, tenho feito da fé a minha força para aproximar os homens da palavra divina e da paz interior. Chegar ao Congresso, participar da votação das reformas, ajudar a mudar o Brasil, viver este momento importante da vida nacional, são fatos que reavivam as minhas certezas de que estou cumprindo parte da missão que recebi do Senhor. Tive o privilégio de influenciar, e ganhei a santa bênção do aprendizado.

Minhas palavras de gratidão têm um endereço muito especial. Foram o altruismo e a capacidade de renúncia do Senador Mauro Miranda que me trouxeram até aqui. No plano da vontade dos homens, devo a ele essa gratidão particular. Mas seria injusto deixar de reconhecer a fidalguia e o carinho de outros homens públicos que me comoveram com seus gestos constantes de atenção. O Ministro Íris Resende, o líder maior de meu Estado, foi amigo e conselheiro, e foi o grande aliado das causas que levei ao seu gabinete de trabalho. O Governador Maguito Vilela concedeu-me a honra da visita pessoal, logo que assumi o mandato. Guardo comigo a lembrança das atenções que recebi do Presidente Fernando Henrique Cardoso, numa audiência especial com lideranças evangélicas. Com a firmeza e a serenidade dos verdadeiros estadistas, ele aceitou a revisão da Lei do Meio-Ambiente, para assegurar a liberdade de culto.

A imagem que levo desta Casa confunde-se com a própria grandeza política de seu Presidente. Pude observar em cada gesto, em cada palavra do Senador Antonio Carlos Magalhães, a encarnação

do bom-senso, da coragem e do descritivo político. Ele tem o poder de construir e reconstruir o fato político, consumindo todos os espaços do diálogo mas sem conceder no essencial, quando está em causa a afirmação do Congresso como instância mais legítima da vontade popular. Temos a presidir-nos a transparência de um homem público que não maquia as suas palavras segundo os interesses de ocasião. Essa coerência é a grande força que orienta as ações de Antonio Carlos, como defensor do Congresso nas suas relações com os demais Poderes da República.

Senhoras e Senhores Senadores, deixo como heranças de minha passagem por esta Casa, duas propostas que considero relevantes para o nosso País. Um desses projetos é o que isenta do IPI a aquisição de veículos utilitários por entidades filantrópicas e religiosas. A outra proposição que apresentei diz respeito à permanência dos beneficiários da reforma agrária, por um período mínimo de dez anos, nos locais de assentamento. Com essas duas iniciativas, procurei atender aspirações que chegaram ao meu gabinete, em volume suficiente de demandas que as justificam. Levo comigo a esperança de que elas possam ser transformadas em lei, com o apoio e a compreensão dos senhores.

Minhas últimas palavras são de renovação dos meus agradecimentos. Termino esta etapa de minha vida com a sensação de que participei de um dos momentos mais importantes da vida brasileira, e de que não estamos órfãos do patriotismo dos políticos. Vi de perto o quanto se trabalha nesta Casa. Senti a cada dia que o nosso povo está aqui, nos ideais, na dedicação, na prática permanente do diálogo e no livre debate das rotinas democráticas. Saio revigorado nas minhas crenças e guardo minha certeza de que Deus estará sempre presente para inspirar esta Casa e este Plenário na direção do bem público, na supressão das injustiças e na construção da prosperidade do nosso povo.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Albino Boaventura) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13h14min.)

Agenda cumprida pelo Presidente Antonio Carlos Magalhães

12-12-97 – Sexta-feira – 9h – Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.463-20, ADOTADA EM 4 DE DEZEMBRO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 5 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO E DOS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, ALTERA ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL E INSTITUI CONTRIBUIÇÃO PARA OS SERVIDORES INATIVOS DA UNIÃO".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO	ALDIR CABRAL..... 021.
DEPUTADO	ARNALDO FARIA DE SÁ.. 004,008,009,014,016,017, 027,028,033,034,035.
DEPUTADO	EULER RIBEIRO..... 026,031,032.
DEPUTADO	JOSÉ LUIZ CLEROT 020,029.
DEPUTADO	LUIZ BUAIZ..... 022.
DEPUTADO	PAULO PAIM..... 001,005,006,011,012,015, 018,019,024,030,037.
DEPUTADO	PHILEMON RODRIGUES.. 023.
DEPUTADO	SÉRGIO MIRANDA..... 002,003,007,010,013,025, 036.

TOTAL DE EMENDAS: 37.

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.469-25, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1997, QUE "AUTORIZA A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE-FMM, EM FAVOR DA COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO LLOYD BRASILEIRO - LLOYDBRÁS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDA Nº.
Deputado SÉRGIO MIRANDA	001.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.475-34, ADOTADA EM 4 DE DEZEMBRO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 5 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA AS LEIS N°S 8.019, DE 11 DE ABRIL DE 1990, E 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, È DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS N°S
Deputado EDUARDO JORGE	001, 005, 006, 009.
Deputado SÉRGIO MIRANDA	002, 003, 007, 008.
Deputada YEDA CRUSIUS	004.
SCM.	

Total de emendas: 09

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.477-43**, ADOTADA EM 4 DE DEZEMBRO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 5 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE O VALOR TOTAL ANUAL DAS MENSALIDADES ESCOLARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N°S
Deputado ALEXANDRE CERANTO	004, 006, 009, 014, 018, 021, 024, 030, 034, 044, 045, 052, 059, 062, 073, 077, 080.
Deputado OSMÂNIO PEREIRA	003, 005, 008, 013, 017, 020, 023, 029, 033, 043, 046, 051, 058, 061, 067, 068, 069, 072, 076, 079.
Deputado PAULO LIMA	002, 012, 016, 028, 032, 041, 042, 056, 064, 071, 075, 078.
Deputado PEDRO WILSON	011, 026, 027, 038, 039.
Deputado ROBERTO CAMPOS	049.
Deputado SÉRGIO MIRANDA	025, 037, 063.
Deputado SEVERIANO ÁLVES	007, 040, 048, 054, 057, 065, 074.
Deputado VALDEMAR C. SOBRINHO	001, 010, 015, 019, 022, 031, 035, 036, 047, 050, 053, 055, 060, 066, 070.

TOTAL DE EMENDAS: 080

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1.479-35 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1997, QUE "DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DOS SERVIDORES CIVIS E MILITARES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, INCLUSIVE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES, BEM COMO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS E DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ	003, 005, 007.
DEPUTADO CHICO VIGILANTE	001, 004, 006.
DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA	002, 008

TOTAL DE EMENDAS:08

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.480-37, ADOTADA EM 4 DE DEZEMBRO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 5 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.911, DE 11 DE JULHO DE 1994, PARA INSTITUIR OS DÉCIMOS INCORPORADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ADYLSON MOTTA	18, 55.
DEPUTADO ANIVALDO VALE	05.
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ	15, 20, 22, 23, 24, 26, 33, 37, 46, 48, 49, 54.
DEPUTADO CHICO VIGILANTE	06, 07, 09, 11, 28, 34, 35, 41, 45, 51, 52, 53.
DEPUTADO EULER RIBEIRO	17, 19, 21, 27, 36, 47.
DEPUTADO JOSÉ LUIZ CLEROT	02, 13, 14, 29, 31, 44.
DEPUTADO MUSSA DEMES	25.
DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	01, 38, 39.
DEPUTADO PHILEMON RODRIGUES	03, 08, 12, 32, 40.
DEPUTADO SEVERIANO ALVES	30, 43, 50.
DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA	04, 10, 16, 42.

Total de Emendas: 55.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.482-43, ADOTADA EM 4 DE DEZEMBRO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 5 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE AS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL ATIVO E INATIVO DOS PODERES DA UNIÃO, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO	EDUARDO JORGE.....001,002,003.

TOTAL DE EMENDAS: 03.

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.512-17, ADOTADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 1997, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 2º DA LEI Nº 9.138, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1995, E 1º 2º e 3º DA LEI Nº 8.427, DE 27 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕEM, RESPECTIVAMENTE, SOBRE O CRÉDITO RURAL E SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL".

CONGRESSISTA	EMENDA Nº.
Deputado JOSÉ PIMENTEL	001.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.520-15, ADOTADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 05 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A NOVAÇÃO DE DÍVIDAS E RESPONSABILIDADES DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - FCVS; ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.406, DE 5 DE JANEIRO DE 1988, E AS LEIS NºS

8.004, 8.100 E 8.692, DÉ 14 DE MARÇO DE 1990, 5 DE DEZEMBRO DE 1990, E 28 DE JULHO DE 1993, RESPECTIVAMENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS N°S
Deputado JOSÉ CHAVES	001, 006, 015, 018, 023, 024, 025, 032, 033.
Deputado JOSÉ JORGE	007, 028, 029, 031.
Deputado JOSÉ LOURENÇO	016, 026, 030.
Deputado JOSÉ MACHADO	009, 011, 019, 022.
Deputado PRISCO VIANA	010, 012, 013, 014, 017, 021, 027.
Deputado VALDIR COLATTO	008, 020.
Deputado WIGBERTO TARTUCE	002, 003, 004, 005.

Total de emendas:033

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.535-12**, ADOTADA EM 4 DE DEZEMBRO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 5 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N°S
Deputado EDUARDO JORGE	002, 008, 016, 017, 030, 035, 040, 046, 050, 053, 058, 059, 066, 071, 076, 080, 086, 092, 097, 101, 102, 103, 104.
Deputado GEDDEL VIEIRA LIMA	003, 009, 010, 022, 031, 036, 041, 047, 054, 060, 067, 072, 077, 082, 087, 093, 098.
Deputado JOFRAN FREJAT	004, 011, 012, 021, 032, 037, 042, 048, 055, 061, 068, 073, 078, 083, 088, 094, 099.
Deputado JOSÉ LUIZ CLEROT	005, 013, 014, 015, 018, 019, 020, 024, 025, 026, 027, 028, 033, 038, 043, 044, 049, 056, 062, 064, 069, 074, 079, 084, 089, 095, 100.
Deputado NILSON GIBSON	001, 006, 007, 023, 029, 034, 039, 045, 051, 052, 057, 063, 065, 070, 075, 081, 085, 090, 091, 096.

TOTAL DE EMENDAS:104

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.549-37, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1997, QUE "DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DOS MINISTÉRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO FLÁVIO ARNS	008, 009, 013.
DEPUTADO MAURÍCIO REQUIÃO	026.
DEPUTADO MAX ROSENmann	032.
DEPUTADO MIGUEL ROSSETTO	002, 003, 004, 005, 006, 007, 010, 011, 012, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 024, 025, 027, 028, 029, 030, 031.
SENADOR PEDRO SIMON	001.
DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON	033, 034, 035.

TOTAL DE EMENDAS: 35

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.554-22, ADOTADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 05 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA OS ARTS. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º E 9º DA LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993, QUE "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TÉMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO CHICO VIGILANTE	03, 04, 05, 07, 08.
DEPUTADO LUCIANO CASTRO	01, 02.
DEPUTADO SIMÃO SESSIM	06..

Total de emendas: 08.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.559-20, ADOTADA EM 4 DE DEZEMBRO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 5 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA.....	005,006.
DEPUTADO MAX ROSENmann.....	004.
DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA.....	001,002,003.

TOTAL DE EMENDAS: 06.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.562-12, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1997, QUE "DEFINE DIRETRIZES E INCENTIVOS FISCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS N°S.
Deputado ANIVALDO VALE	001, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 025, 028, 029, 030, 031, 032.
Deputado JOSÉ PIMENTEL	002, 023, 026, 027.
Deputado VILMAR ROCHA	003.
Senador WALDECK ORNELAS	004, 024, 033, 034, 035.

TOTAL DAS EMENDAS: 035

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.567-10, ADOTADA EM 4 DE DEZEMBRO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 5 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, AFORAMENTO E ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DE DOMÍNIO DA UNIÃO, ALTERA DISPOSITIVOS DOS DECRETOS-LEIS N°S 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946, E 2.398,

DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987, REGULAMENTA O § 2º DO ART. 49 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
Deputado ADYLSON MOTTA	003, 007, 012, 017.
Deputado EDISON ANDRINO	001, 002, 006, 008, 009, 010, 011, 014, 015, 016, 019, 020, 021, 023, 027, 028, 029, 030, 031, 032, 033, 036, 039, 041, 048, 049.
Senador FRANCELINO PEREIRA	022.
Deputado MAURÍCIO REQUIÃO	013.
Deputada RITA CAMATA	018, 024, 025, 026, 034, 035, 037, 038, 040, 042, 043, 044, 045, 046, 047.
Deputado ROBERTO CAMPOS	004, 005.

TOTAL DE EMENDAS -049

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.586-3**, ADOTADA EM 4 DE DEZEMBRO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 5 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÔE SOBRE A RECUPERAÇÃO DE HAVERES DO TESOURO NACIONAL E DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS, E A UTILIZAÇÃO DE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA, DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL, NA QUITAÇÃO DE DÉBITOS COM O INSS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado JOSÉ PIMENTEL.....	001.
Deputado ROBERTO ROCHA.....	002.

TOTAL DE EMENDAS: 002

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N°.1.591-2, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1997, QUE "DISPÔE SOBRE A QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, A CRIAÇÃO DO PROGRAMA

NACIONAL DE PUBLICIZAÇÃO, A EXTINÇÃO DO LABORATÓRIO NACIONAL DE LUZ SINCROTRON E DA FUNDAÇÃO ROQUETE PINTO E A ABSORÇÃO DE SUAS ATIVIDADES POR ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO JOSÉ MACHADO	001, 002, 003, 004, 005, 006.

TOTAL DE EMENDAS: 06

ATO Nº 3719 , DE 1997

Aprova os Quadros de Detalhamento da Despesa Fixada no Orçamento da Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, e com base no disposto no artigo 2º do Ato nº 50, do PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, de 7 de outubro de 1996,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar as alterações do Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), fixada no Orçamento da Unidade 02.102 - Secretaria Especial de Editoração e Publicações, conforme o Anexo I;

Art. 2º - Retificar a alteração do QDD efetivada através do Ato nº 757/97, na forma do Anexo II deste Ato.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 12 de dezembro de 1997.



Agaciél da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal

Dezembro de 1997

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sábado 13 28159

ANEXO 1

02000 - SENADO FEDERAL
02102 - SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

R\$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR		FISCAL	ANEXO I		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FT	DETALHADO	TOTAL
0100700214900	Manutenção dos Serviços de Administração Geral				
01007002149000001	Manutenção da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	31.90.11	100	4.550.000	4.550.000

02000 - SENADO FEDERAL
02102 - SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

R\$ 1,00

CANCELAMENTO		FISCAL	ANEXO I		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FT	DETALHADO	TOTAL
0100700214900	Manutenção dos Serviços de Administração Geral				
01007002149000001	Manutenção da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	31.90.13 31.90.16 31.90.08	100 100 100	3.200.000 1.150.000 200.000	4.550.000

ANEXO 2

Onde se lê:

02000 - SENADO FEDERAL
02102 - SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

R\$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR		FISCAL	ANEXO I		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FT	DETALHADO	TOTAL
0100700232025	Administ. e Coord. dos Serviços Gráficos				
01007002320250001	Manutenção do Centro Gráfico do Senado Federal	31.90.16 31.90.93 34.90.92	100 100 100	1.850.000 240 29.300	

02000 - SENADO FEDERAL

02102 - SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

R\$ 1,00

CANCELAMENTO		FISCAL	ANEXO I		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FT	DETALHADO	TOTAL
0100700232025	Administ. e Coord. dos Serviços Gráficos				
01007002320250001	Manutenção do Centro Gráfico do Senado Federal	31.90.11 34.90.30 34.90.39	100 100 100	1.850.000 29.284 16	

Leia-se:

02000 - SENADO FEDERAL

02102 - SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

R\$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR		FISCAL	ANEXO I		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FT	DETALHADO	TOTAL
0100700214900	Manutenção dos Serviços de Administração Geral				
010070022149000001	Manutenção da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	31.90.16 31.90.93 34.90.92	100 100 100	1.850.000 240 29.300	

02000 - SENADO FEDERAL

02102 - SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

R\$ 1,00

CANCELAMENTO		FISCAL	ANEXO I		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FT	DETALHADO	TOTAL
0100700214900	Manutenção dos Serviços de Administração Geral				
01007002149000001	Manutenção da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	31.90.11 34.90.30 34.90.39	100 100 100	1.850.000 29.284 16	

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 3720 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 21585/97-0,

RESOLVE dispensar a servidora ERENILDA COUTINHO LIMA PEREIRA, matrícula 1370, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC05, do Instituto Legislativo Brasileiro, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Técnico de Treinamento, Símbolo FC06, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 05 de dezembro de 1997.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997



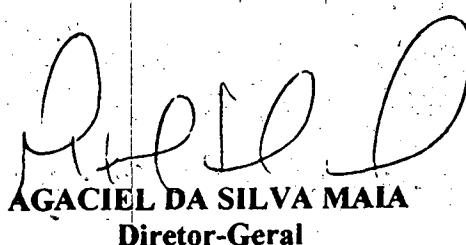
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3721, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 21655/97-9,

RESOLVE dispensar a servidora ESTELITA PEREIRA DA SILVA, matrícula 3917, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC04, do Instituto Legislativo Brasileiro, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC05, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 08 de dezembro de 1997.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3723, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 21233/97-7,

RESOLVE dispensar a servidora ELIZABETH DE ALVARENGA ALVES DE ANDRADE, matrícula 1498, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC05, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC04, do Gabinete da Segunda Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 05 de dezembro de 1997.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

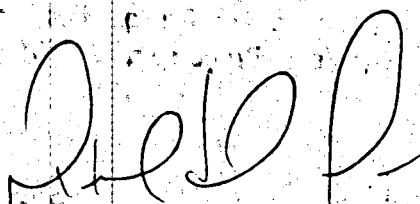
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3724, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 20713/97-5,

RESOLVE dispensar a servidora GILDOMIRA CASTRO DE ATAYDE, matrícula 2222, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, da Função Comissionada de Auxiliar de Plenário,

Símbolo FC-02, da Secretaria-Geral da Mesa, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete da Presidência, com efeitos financeiros a partir de 24 de novembro de 1997.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997



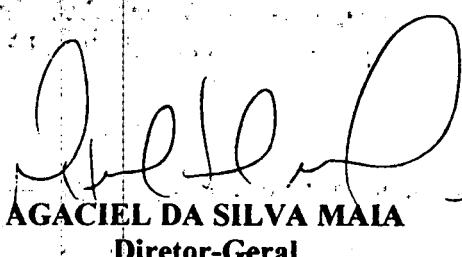
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.3725 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 21226/97-0,

RESOLVE dispensar a servidora ELIZETH MARIA BORGES SAMPAIO CÂNDIDO, matrícula 4690, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Taquigrafia, da Função Comissionada de Taquígrafo Legislativo, Símbolo FC-03, da Subsecretaria de Taquigrafia, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 1º. de dezembro de 1997.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº.3726 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 21459/97-5,

RESOLVE dispensar a servidora ROSILANE DO CARMO ROCHA, matrícula 1988, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC05, do Gabinete do Senador Esperidião Amin, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC06, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 04 de dezembro de 1997.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997

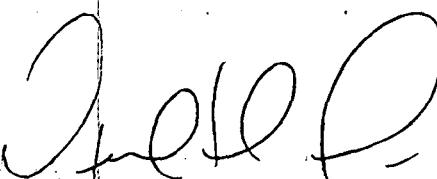
**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral****ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº.3727 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 21565/97-0,

RESOLVE dispensar o servidor MIGUEL SILVA DE CARVALHO, matrícula 2919, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico

de Gabinete, Símbolo FC06, do Gabinete da Presidência do Senado Federal, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC06, do Gabinete do Senador José Eduardo Vieira, com efeitos financeiros a partir de 05 de dezembro de 1997.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº. 3728 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 17938/97-0,

RESOLVE designar o servidor FRANCISCO GOMES DE FREITAS, matrícula 2092, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Freitas Neto, com efeitos financeiros a partir de 10 de outubro de 1997.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3729, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 20329/97-0,

RESOLVE dispensar a servidora MÁRIA JOSÉ LIRA BARBOSA CAMELO, matrícula 1826, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, da Secretaria de Controle Interno, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete da Liderança do PDT, com efeitos financeiros a partir de 17 de novembro de 1997.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3730 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

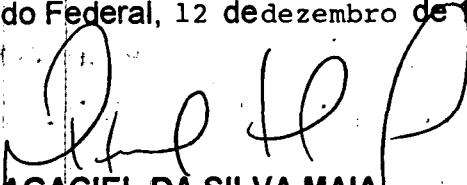
Art. 1º - São designados os servidores ALDO RENATO BERNARDES DE ASSIS, matrícula nº 5308, e EDGAR BENÍCIO ROSA matrícula nº 4833, como gestor titular e substituto,

respectivamente, do contrato nº 131/97, celebrado entre o Senado Federal e PANAVÍDEO TECNOLOGIA ELETRÔNICA LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

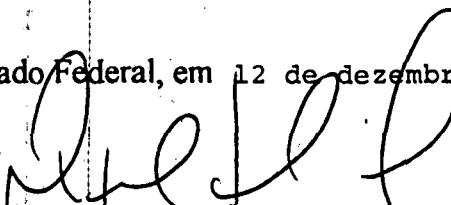
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 3731, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução n.º 63 de 1997, e de acordo com o que consta do Processo nº 021.845/97-2,

R E S O L V E exonerar VERA REGINA DA ROSA PEREIRA, matrícula nº 4917, do cargo de Secretário Parlamentar, e nomeá-la, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Fogaça.

Senado Federal, em 12 de dezembro de 1997



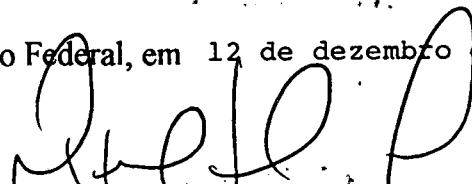
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 3732 , DE 1997.**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 021.846/97-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SILVANA COCCHIERI LEITE CHAVES**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Fogaça.

Senado Federal, em 12 de dezembro de 1997


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

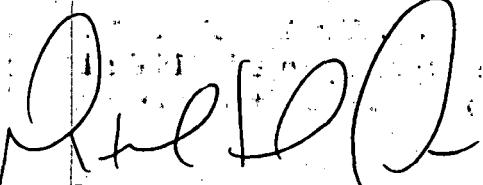
ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 3733 , DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 21741/97-2,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA DULCE PEREIRA DE SANTANA, matrícula 3161, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Mecanógrafo Revisor, Símbolo FC03, da Subsecretaria de Comissões, e designá-la para

exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC04, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 09 de dezembro de 1997.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997



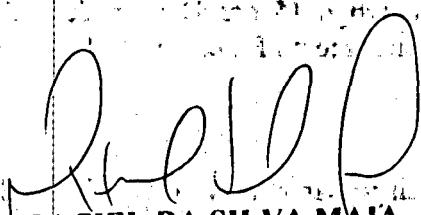
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3734 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 21771/97-9,

RESOLVE dispensar o servidor ROOSELWANE DELFINO DIAS, matrícula 3330, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte , da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC03, do Gabinete do Senador José Eduardo , com efeitos financeiros a partir de 10 de dezembro de 1997, e lotá-lo no Serviço de Transporte a partir da mesma data.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3735 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 21752/97-4,

RESOLVE designar o servidor ANTONIO ROSALVO P. DE V. TORRES, matrícula 3746, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC04, do Gabinete do Senador Francelino Pereira, com efeitos financeiros a partir de 10 de dezembro de 1997.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3736, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 21740/97-6,

RESOLVE dispensar o servidor CLEUDES BOAVENTURA FARIAS NERY, matrícula 2875, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Assistente de Comissão.

Dezembro de 1997

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sábado 13 28171

Símbolo FC04, da Subsecretaria de Comissões, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Comissão, Símbolo FC06, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 09 de dezembro de 1997.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

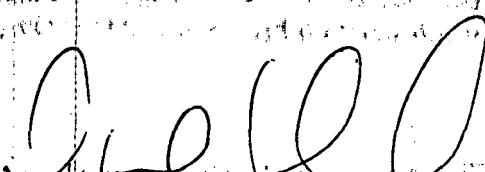
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº. 3737, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 21065/97-7,

RESOLVE dispensar a servidora ERIKA CRISTINA CALLAI DUTRA, matrícula 3954, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Controle Interno, Símbolo FC03, da Subsecretaria de Taquigrafia, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC05, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 28 de novembro de 1997.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA

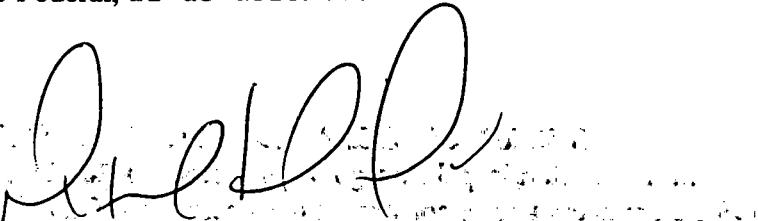
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3738 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 21760/97-7,

RESOLVE designar o servidor JOÃO CARLOS GOMES, matrícula 0870, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico , Símbolo FC06, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1998.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3739, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 21789/97-5,

RESOLVE dispensar o servidor FABIO ANDRE PINTO E SILVA, matrícula 1043, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC05, do Gabinete da

Dezembro de 1997

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sábado 13 28173

Senadora Marina Silva, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC06, do Gabinete do Senador Francelino Pereira, com efeitos financeiros a partir de 10 de dezembro de 1997.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997



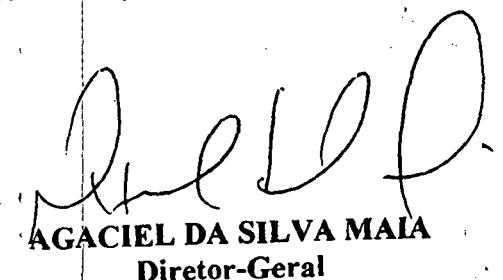
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3740, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 21759/97-9,

RESOLVE dispensar o servidor EVANDRO LOUREDO ARAÚJO, matrícula 3475, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC06, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1998, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.3741 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 21558/97-3,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA DAS GRAÇAS COSTA COELHO, matrícula 2950, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 4 - Especialidade de Contabilidade, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC06, da Subsecretaria de Administração Financeira, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC07, do Serviço de Contabilidade, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 04 de dezembro de 1997.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

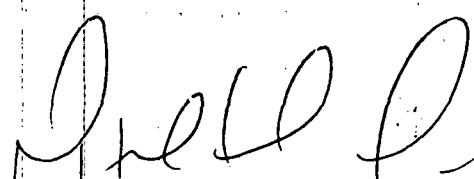
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.3742 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 21559/97-0,

RESOLVE dispensar a servidora ANA MARIA BANDEIRA DE A. H. DE OLIVEIRA, matrícula 5161, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Datilografia, da Função Comissionada de Auxiliar de

Controle Interno, Símbolo FC03, da Subsecretaria de Administração Financeira, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC06, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 04 de dezembro de 1997.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997



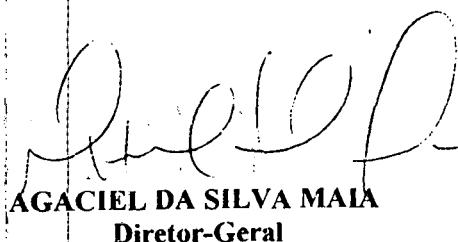
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3743, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº. 9, de 1997,

RESOLVE designar o servidor ANTONIO MARCOS MOUSINHO SOUSA, matrícula 4826, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3, Espécialidade de Datilografia, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Aposentadorias e Pensões da Subsecretaria de Administração de Pessoal, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1997



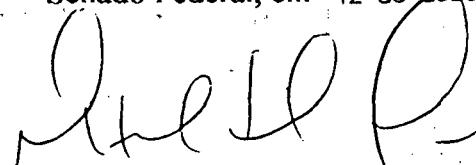
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3744, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 021.908/97-4,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, combinado com o inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROBERTO ALVES D'AZEVEDO**, matrícula nº 5498, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Pedro Simon, a partir de 1º de dezembro de 1997.

Senado Federal, em 12 de dezembro de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3745, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 021.888/97-3,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, combinado com o inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **HAROLDO DE CYSNE**, matrícula nº 5703, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Casildo Maldaner, a partir de 30 de dezembro de 1997.

Senado Federal, em 12 de dezembro de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA

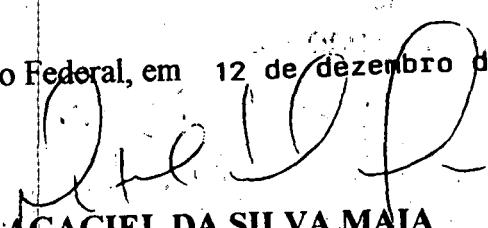
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3746 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 021.889/97-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **IVONE MALDANER**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Casildo Maldaner.

Senado Federal, em 12 de dezembro de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA

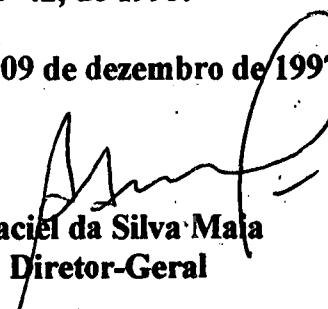
Diretor-Geral

Ato nº 3569/97 do Sr. Diretor-Geral, que aposentou o Servidor **JOÃO MARTINS DA SILVA**.

APOSTILA

Fica alterada a fundamentação legal do presente Ato para incluir o Artigo 37, da Resolução SF nº 42, de 1993.

Senado Federal, 09 de dezembro de 1997.


Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral

ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA DO PRODASEN **Nº 123 , DE 1997**

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores **JOSÉ ALDERICO LIMA**, matrícula 215, e **ANTONIO PEDRO DA SILVA**, matrícula 406, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

a) **Contrato nº 045/1997 Processo: PD 255/97-1**

Contratado: HUNTER INFORMÁTICA LTDA.

Objeto: Aquisição, com instalação e garantia de funcionamento, de 1265 (um mil, duzentos e sessenta e cinco) módulos de memória RAM (Random Access Memory) para microcomputadores de propriedade do PRODASEN.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN.

Brasília, 09 de dezembro de 1997


REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

**ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA
DO PRODASEN
Nº 124, DE 1997**

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os servidores **MÁRIO SÉRGIO PEREIRA MARTINS**, matrícula 423, e **MANOEL EDUARDO DE CARVALHO NETO**, matrícula 167, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 041/1997 Processo: PD 418/96-0**
Contratado: PORTALARME MATERIAIS ELETRÔNICOS LTDA.

Objeto: Fornecimento e instalação de 03 (três) portas automáticas modelo DOK-M, marca PPA, com equipamento para captar qualquer movimento em frente a porta, para os prédios do PRODASEN.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação nos Quadros de Aviso do PRODASEN.

Brasília, 04 de dezembro de 1997

REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

ATO DA DIRETORA-EXECUTIVA DO PRODASEN Nº 125 , DE 1997

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 14, inciso XIV do Régulamento do PRODASEN, aprovado pelo Ato nº 19 de 1976, da Comissão Diretora do Senado Federal, com suas alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo PD-00186/97-0, **RESOLVE**:

I - Considerar reconstituída, a partir de 1º de dezembro de 1997, a Comissão Técnica Especial criada pelo Ato nº 34, de 1997, da Diretoria-Executiva, com o objetivo de concluir os trabalhos sob sua responsabilidade.

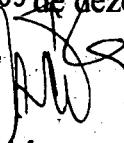
II - Confirmar a designação dos servidores **ARMANDO ROBERTO CERCHI NASCIMENTO**, **PEDRO JORGE MORETI**, **JOSÉ OSWALDO FERMOZELLI CÂMARA**, **PAULO FERNANDO MOHN E SOUZA**, e **JOÃO JORGE SQUEFF**, Analistas de Informática Legislativa do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal e **JOSÉ MENDONÇA DE ARAÚJO FILHO**, Analista Legislativo do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

III - Designar o servidor **ARMANDO ROBERTO CERCHI NASCIMENTO** para Presidente da Comissão, e o servidor **JOSÉ MENDONÇA DE ARAÚJO FILHO**, para substituí-lo em seus impedimentos.

IV - Fixar a data de 30 de março de 1998, para que a Comissão Técnica Especial conclua seus trabalhos.

V - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Quadro de Avisos do PRODASEN.

Brasília, 05 de dezembro de 1997.


REGINA CÉLIA PERES BORGES
Diretora-Executiva

<p>MESA</p> <p>Presidente Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</p> <p>1º Vice-Presidente Genídeo Melo - PSDB - RN</p> <p>2º Vice Presidente Júnia Marise - Bloco - MG</p> <p>1º Secretário Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</p> <p>2º Secretário Carlos Patrocínio - PFL - TO</p> <p>3º Secretário Flaviano Melo - PMDB - AC</p> <p>4º Secretário Lucídio Portella - PPB - PI</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1º - Emilia Fernandes - Bloco - RS 2º - Lúdio Coelho - PSDB - MS 3º - Joel de Hollanda - PFL - PE 4º - Marluce Pinto - PMDB - RR</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</p> <p>Corregedor (Reeleito em 2-4-97) Romeu Tuma - PFL - SP</p> <p>Corregedores - Substitutos (Reeleitos em 2-4-97)</p> <p>1º - Ramez Tebet - PMDB - MS 2º - Joel de Hollanda - PFL - PE 3º - Lúcio Alcântara - PSDB - CE</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR</p> <p>(Designação : 16 e 23-11-95)</p> <p>Nabor Junior - PMDB - AC Waldeck Ornelas - PFL - BA Emilia Fernandes - Bloco - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - AC Lauro Campos - Bloco - DF</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares - PFL - ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda - PSDB - DF Vilson Kleinübing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sergio Machado</p> <p>Vice-Líderes Osmar Dias Jefferson Péres José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líderes Sebastião Rocha Antônio Carlos Valadares Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitacio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amim</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Odacir Soares</p>
--	--	--

Atualizada em 12/11/97.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORÔ PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC
Vice-Presidente: José Alves - PFL -SE
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. Epitacio Cafeteira
2. Osmar Dias

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto (afastado por exercer cargo de Ministro de Estado)

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

**Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)**

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários:

ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários:

EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CE - JULIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)

CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 3972)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. CARVALHO (Ramal: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
ROMEU TUMA	SP-2051/57	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65

PMDB

GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ALBINO BOAVENTURA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEbet	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PSDB

JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/02
-PSB		2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	3-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	4-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92		

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

PTB

JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG- 2131/37
---------------------	------------	--------------------	-------------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pg. 18655/6
Horário regimental: 3's feiras às 10:00 hs.

1.1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
SUBCOMISSÃO DESTINADA A EXAMINAR A POLÍTICA DE INCENTIVOS OFERECIDOS
ÀS EMPRESAS PELOS GOVERNOS ESTADUAIS

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR OSMAR DIAS

(09 TITULARES E 09 SUPLENTES)

PRAZO: 18.11.97

TITULARES		SUPLENTES	
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	1- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	3- EDISON LOBÃO	MA-2311/12
FERNANDO BEZERRA	RN-2401/67	1- JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	2- ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	1-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	1-EDUARDO SUPLICY - PT	SP- 3215/16
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1- JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR- 4859/80

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 17:30 HORAS

SECRETÁRIO: DIRceu VIEIRA MACHADO FILHO

SECRETARIA: 311-3516/4605

FAX: 311-4344

SALA N° 19 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA

■- SALA DE REUNIÕES: 311-3255

E-MAIL: dirceuv@sgmsleg.senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 26.09.97

ANDAMENTO

EM 26.09.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR VILSON KLEINÜBING

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-VAGO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-VAGO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-VAGO	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
FREITAS NETO	PI-2131/37	8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	9-VAGO	

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2-VAGO	
JOÃO FRANÇA (**)	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
ALBINO BOAVENTURA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2281/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	8-VAGO	

PSDB

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1028/1228
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2081/87

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURÓ CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/87

PPB

ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2131/37
---------------	--------------	--------------------	------------

(**) Desfilhou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA N° 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pga. 1863346
 Horário regimental: 4's feiras às 14:00 hs.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
GUILHERME PALMEIRA ROMERO JUCA JOSÉ BIANCO BERNARDO CABRAL FRANCELINO PEREIRA JOSAPHAT MARINHO ROMEU TUMA	PFL AL-3245/47 RR-2111/17 RO-2231/37 AM-2081/87 MG-2411/17 BA-3173/74 SP-2051/52 1-ELCIO ALVARES 2-EDISON LOBÃO 3-JOSÉ AGRIPINO 4-LEONEL PAIVA 5-FREITAS NETO 6-BELLO PARGA 7-GILBERTO MIRANDA ES-3130/32 MA-2311/15 RN-2361/67 DF-1046/1146 PI-2131/37 MA-3069/72 AM-1166/3104
JADER BARBALHO JOSÉ FOGAÇA ROBERTO REQUIÃO RAMEZ TEBET PEDRO SIMON RENAN CALHEIROS	PMDB PA-3051/53 RS-3077/78 PR-2401/07 MS-2221/27 RS-3230/32 AL-2261/2267 1-VAGO 2NEY SUASSUNA 3-CARLOS BEZERRA 4-CASILDO MALDANER 5-FERNANDO BEZERRA 6-GILVAM BORGES PB-4345/46 MT-2291/97 SC-2141/47 RN-2461/2467 AP-2151/52
JEFFERSON PERES JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA LÚCIO ALCÂNTARA BENI VERAS	PSDB AM-2061/67 ES-2121/24 CE-2301/07 CE-3242/43 1-SERGIO MACHADO 2-JOSÉ SERRA 3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA 4-OSMAR DIAS CE-2284/87 SP-2351/52 DF-2011/17 PR-2124/25
ANTONIO C. VALADARES - PSB ROBERTO FREIRE - PPS JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS) SE-2201/04 PE-2161/67 SE-2391/97 1-ADEMIR ANDRADE - PSB 2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT 3-MARINA SILVA - PT PA-2101/07 AP-2241/47 AC-2181/87
ESPERIDIÃO AMIN EPITACIO CAFETEIRA	PPB SC-4206/07 MA-4073/74 1-LEVY DIAS 2-LEOMAR QUINTANILHA MS-1128/1228 TO-2073/74
REGINA ASSUMPÇÃO	PTB MG-2321/27 1-ODACIR SOARES RO-3218/3219
REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612	SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541 FAX: 311-4315
	Atualizada em: 02/12/97

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL			
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1048/1148
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCÉLINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	

PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2481/67	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4348/48
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA (**)	RR-3067/68	6-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	

PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/92
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	

PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57

PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

(**) Desfilhou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 5º feiras às 14:00 hs.

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
FAX: 311-3121

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
 (19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/87	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEÚ TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32

PMDB

JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2481/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-ALBINO BOAVENTURA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPlicy - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
--------------------	------------	-------------	--------------

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
------------------	--------------	-----------------	------------

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA N° 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367

FAX: 311-3546

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pga. 18655/6
 Horário regimental: 5ª feira às 10:00 hs.

Atualizada em: 26/11/97

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PFL	
FREITAS NETO	PI-2131/2137
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479
PMDB	
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
ALBINO BOAVENTURA	GO-2091/2097
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PSDB	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)	
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
PPB	
LEVY DIAS	MS-1128/1228
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB	
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)
FAX: 311-3286

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSP de 12.9.97, pgs. 18653/6
 Horário regimental: 3ª feira às 14:00 hs.

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
 (17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PFL	
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JOSÉ ALVES	SE-4055/56
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
JOÃO ROCHA	T0-4070/71
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
PMDB	
ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
NEY SUASSUNA	PB-4345/46
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
VAGO	
VAGO	
PSDB	
BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57
JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)	
EDUARDO SUPILY - PT	SP-3215/16
VAGO	
PPB	
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PTB	
ODACIR SOARES	RO-3218/3219

(**) Desfilhou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA N° 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pga. 18655/6

Atualizada em: 11/11/97

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(*) SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-WALDECK ORNELAS	BA-2211/17

PMDB

ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	JOÃO FRANÇA (**)	RR-3067/68
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
-------------------	-------------------	-----------------------	---------------------

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16
VAGO	

PPB + PTB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
---------------------------	-------------------	------------------------	-------------------

() Desfilhou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.**

REUNIÕES:

SALA N° 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519

FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

(*) Atualizada em: 02/10/97

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Samey

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
	SENADORES PMDB
JOSÉ FOGAÇA CASILDO MALDANER	1 - PEDRO SIMON 2 - ROBERTO REQUIÃO
	PFL
VILSON KLEINUBING WALDECK ORNELAS	1 - JOEL DE HOLLANDA 2 - JÚLIO CAMPOS
	PSDB
LÚDIO COELHO	1 - JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
	PPB
LEVY DIAS	1 - ESPERIDIÃO AMIN
	PTB
JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS)	
BENEDITA DA SILVA	EMÍLIA FERNANDES
TITULARES	SUPLENTES
	DEPUTADOS
	PFL/PTB
PAULO BORNHAUSEN JOSÉ CARLOS ALELUIA	VALDOMIRO MEGER BENITO GAMA
	PMDB
EDISON ANDRINO GERMANO RIGOTTO	CONFÚCIO MOURA ROBSON TUMA
	PSDB
FRANCO MONTORO CELSO RUSSOMANO	NELSON MARCHEZAN RENATO JONHSSON
	PPB
JÚLIO REDECKER	
	PT/PDT/PC do B
MIGUEL ROSSETTO	LUIZ MAINARDI
SECRETARIA DA COMISSÃO:	
ENDERECO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 -	
BRASÍLIA - DF - 70160-900	
FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433	
FAX: (55) (061) 3182154	
SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO	

Atualizada em 9/9/97.



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luis Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$ 15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela seqüencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar.

Coleção Memória Brasileira

– A Constituinte perante a História (R\$ 8,00). História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– Teotônio Vilela (R\$ 10,00). Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– Volume 9 (R\$ 3,00). "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuet Vignal.

– Volume 10 (R\$ 3,00). "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

CD/ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).
Despesas Postais: R\$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:	Fax:		
Quantidade solicitada:			

**Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.
Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002

gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central, conta nº 55560204-4** ou recibo de depósito via FAX (061) 2245450, a favor do FUNCEGRAF.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA DF – CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

**Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803
Seção de Cobrança.**

Tabela em vigor a partir de 3-3-97.



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900, Brasília, DF.

Revista de Informação Legislativa

Nº 133 – jan./mar. 1997

Leia neste número:

Carlos Frederico Marés de Souza Filho – O Direito Constitucional e as lacunas da lei.

Semira Adler Vaisencher e Angela Simões de Farias – Júri popular: algumas possibilidades de condenação ou absolvição.

Cláudio Roberto C. B. Brandão – A importância da conceituação da antijuridicidade para a compreensão da essência do crime.

Osvaldo Rodrigues de Souza – Reflexões sobre os institutos da transposição e transformação de cargos públicos.

Ricardo Antônio Lucas Camargo – O direito ao desenvolvimento, a sociedade ocidental e a sociedade tribal no caso brasileiro.

Carmen Lúcia Antunes Rocha – Sobre a súmula vinculante.

Sérgio Sérvelo da Cunha – Conflito possessório e positivismo ético. O agente público em face da decisão legal.

Antônio Carlos Moraes Lessa – Instabilidade e mudanças: os condicionamentos históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979).

Marçal Justen Filho, Egon Bockmann Moreira e Eduardo Talamini – Sobre a hipoteca judiciária.

Maria Paula Dallari Bucci – Políticas públicas e direito administrativo.

Guilherme Silva Barbosa Fregapani – Formas alternativas de solução de conflitos e a Lei dos Juizados Especiais: Cíveis.

Marcílio Toscano Franca Filho – A Alemanha e o Estado de Direito: apontamentos de teoria constitucional comparada.

Carlos David S. Aarão Reis – A matematização do Direito e as origens da Parte Geral do Direito Civil.

Jete Jane Florati – A Convenção das Nações Unidas

sobre Direito do Mar de 1982 e os organismos internacionais por ela criados.

Silvio Dobrowolski – Crime de omissão de recolhimento de impostos e de contribuições: aspectos constitucionais.

Kátia Magalhães Arruda – A responsabilidade do juiz e a garantia de independência.

A. Machado Paupério – Os irracionais de nossa democracia III.

Fernando Braga – Conservadorismo, liberalismo e social-democracia: um estudo de direito político.

Álvaro Melo Filho – Resolução sobre passe: irrationalidades e injuridicidades.

Fabiano André de Souza Mendonça – Democracia e legalidade da tributação na Constituição Federal de 1988.

Fernando Cunha Júnior – Suspensão condicional do processo. Homicídio. Omissão de socorro.

Paulo José Leite Farias – Mutação constitucional judicial como mecanismo de adequação da Constituição Econômica à realidade econômica.

Maria Coeli Simões Pires – Reforma administrativa: reflexões sob a perspectiva político-filosófica.

Jarbas Maranhão – O Estadista Agamemnon Magalhães: a Lei Antitruste e a Conferência do Clube Militar.

Roberto Freitas Filho – A “flexibilização” da legalidade nas práticas conciliatórias na Justiça do Trabalho.

Nuria Belloso Martín – Comunidades Europeias, União Europeia y Justicia Comunitaria.

Francisco Eugênio M. Arcanjo – Convenção sobre Diversidade Biológica e Projeto de Lei do Senado nº 306/95: soberania, propriedade e acesso aos recursos genéticos.

Vitor Rolf Laubé – A Previdência no âmbito municipal.

Claudia de Rezende M. de Araújo – Extrafiscalidade.

PARA FAZER SUA ASSINATURA DA RIL: Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Assinatura para o ano de 1997. Periodicidade trimestral. Números 133 a 136: R\$ 40,00.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:		Fax:	

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 192 PÁGINAS